

REVISTA

DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



#25

ISSN 2316-770X

Rev. UFMG	Belo Horizonte	v. 25	n. 1 e 2	p. 1-244	jan. / dez.	2018
-----------	----------------	-------	----------	----------	-------------	------

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais é uma publicação semestral e tem o objetivo principal de abordar temáticas específicas, numa perspectiva interdisciplinar, podendo divulgar também resultados de pesquisas e de produções teóricas e artísticas diversas.

Gestão 2014-2018

Jaime Arturo Ramírez
REITOR

Sandra Regina Goulart Almeida
VICE-REITORA

Elizabeth Ribeiro da Silva
CHEFE DE GABINETE

Mario Fernando Montenegro Campos
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Benigna Maria de Oliveira
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Ado Jorio Vasconcelos
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO

Denise Maria Trombert de Oliveira
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Maria José Cabral Grilo
PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Tarcísio Mauro Vago
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcílio José Sabino Lana
DIRETOR DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO
– CEDECOM

Estevam Barbos de Las Casas
DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS
AVANÇADOS TRANSDISCIPLINARES DA UFMG

Gestão 2018-2022

Sandra Regina Goulart Almeida
REITORA

Alessandro Fernandes Moreira
VICE-REITOR

Rui Rothes-Neves
CHEFE DE GABINETE

Ricardo Hallal Fakury
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Claudia Andréa Mayorga
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Benigna Maria de Oliveira
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Mario Fernando Montenegro Campos
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Maurício Freire Garcia
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO

Fabio Alves da Silva Júnior
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Maria Márcia Magela Machado
PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Tarcísio Mauro Vago
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Maria Céres Pimenta Spínola de Castro
DIRETORA DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO
– CEDECOM

Estevam Barbos de Las Casas
DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS
AVANÇADOS TRANSDISCIPLINARES DA UFMG

EDITOR

João Antônio de Paula

EDITORA EXECUTIVA
Heloisa Soares de Moura Costa

APOIO TÉCNICO
Lucília Maria Zarattini Niffenegger

TRADUÇÃO
Marie-Anne Henriette Jeanne Kremer

DIREÇÃO DE ARTE
Marcelo Lustosa

PROJETO GRÁFICO
Léo Ruas

DIAGRAMAÇÃO
Guilherme Martins

REVISÃO
Cecília Lima
Josiane Pádua

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Centro de Comunicação - Cedecom

IMPRESSÃO
Imprensa Universitária da UFMG

FICHA CATALOGráfICA

R 454 Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. –
vol.15, 1965- – Belo Horizonte : UFMG, 1965-
v. : il.
Anual de 1965-1969
A partir do v. 19, n. 1/2, 2012 passa a ser semestral
Título anterior: Revista da Universidade de Minas
Gerais, 1929-1964.
Inclui bibliografia.
ISSN: 2316-770X
1. Ensino superior- Periódicos. I. Universidade
Federal de Minas Gerais.

CDD: 378.405 CDU: 378

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, Campus Pampulha
Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, sala 3011
CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
Endereço eletrônico: <revistadaufmg@ufmg.br>
Telefone: 55 31 3409 7231

Conselho editorial

Carlos Antônio Leite Brandão • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Eliana de Freitas Dutra • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas • ESCOLA DE ENGENHARIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ivan Domingues • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Jacynto Lins Brandão • FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

João Antonio de Paula • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro • C/ARTE PROJETOS CULTURAIS, BRASIL

Maurício Alves Loureiro • ESCOLA DE MÚSICA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Maurício José Laguardia Campomori • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi • INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Comissão editorial desta edição

Carlos Antônio Leite Brandão • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas • ESCOLA DE ENGENHARIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL

João Antonio de Paula • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro • C/ARTE PROJETOS CULTURAIS, BRASIL

Pareceristas desta edição

Alexandre Magno Alves Diniz • PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, BRASIL | Ana Carolina Euclydes • GERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS | Ana Cláudia Duarte Cardoso • FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL | André Braz Golgher • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Cássio Eduardo Viana Hissa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Daniel Medeiros de Freitas • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Doralice Barros Pereira • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Duval Magalhães Fernandes • PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, BRASIL | Eliana de Freitas Dutra • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Estevam Barbosa de Las Casas • ESCOLA DE ENGENHARIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Felipe Nunes Coelho Magalhães • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Geraldo Magela Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Gilberto Corso Pereira • FACULDADE DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, BRASIL | Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Jacynto Lins Brandão • FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | João Antonio de Paula • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | João Bosco Moura Tonucci Filho • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Junia Maria Ferrari de Lima • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Klemens Augustinus Laschefski • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Laura Lidia Rodriguez Wong • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Marco Antônio Alves • FACULDADE DE DIREITO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Maria do Carmo Freitas Veneroso • ESCOLA DE BELAS ARTES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Maria Luiza Grossi Araújo • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Marília Andrés Ribeiro • C/ARTE PROJETOS CULTURAIS, BRASIL | Maurício José Laguardia Campomori • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Paula Miranda-Ribeiro • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Renato Cesar Ferreira de Souza • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Rita Velloso • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Rogério Palhares Zschaber de Araújo • ESCOLA DE ARQUITETURA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Sibelle Cornélio Diniz • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL, FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Roberto Célio Valadão • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Valeria de Oliveira Roque Ascensão • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Veneza Berenice de Oliveira • FACULDADE DE MEDICINA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Virginia de Araujo Figueiredo • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL | Weber Soares • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL



Sumário

EDITORIAL

6

Utopias

ROBERTO CÉLIO VALADÃO

JOSÉ SÍLVIO SILVEIRA

16

'Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura'
– As migrações da água sob nossos pés

'Water dropping day by day wears the hardest rock away'
– The migrations of water under our feet

RAFAEL HUMBERTO SILVEIRA

40

A salvação da língua: a narrativa como pátria em
Die Gerettete Zunge de Elias Canetti

The salvation of language: narrative as homeland in
Die gerettete Zunge by Elias Canetti

MARDEN BARBOSA CAMPOS

64

Afinal, quem é migrante? Agência e historicidade
na mensuração da migração internacional recente
no Brasil

Who is a migrant, after all? Agency and historicity in
the measurement of the recent international migration
in Brazil

88

LETICIA ROSSI FELICIANO BRIGAGÃO

A crise dos refugiados: um repensamento do conceito
de cidadania dos expatriados por meio do diálogo de
teorias de Hannah Arendt e Immanuel Kant

The refugee crisis: reviewing the expatriated peoples'
citizenship concept through the theoretical dialogue of
Hannah Arendt and Immanuel Kant

MILTON FRANCISCO

104

Vozes inaudíveis (ou haitianos no rarefeito social)

Inaudible voices (or haitians in social rarefied condition)

PRISCILLA PACHI

124

Migração e interculturalidade: um binômio capaz de
construir pontes de convivência

Migration and interculturality: a binomial able to build
bridges of convenience

MARIA ELIZIA BORGES

144

A história das marmorarias italianas no estado de São
Paulo impressa em anúncios de jornais (1890-1930)

The history of Italian marble shops in the State of São Paulo
printed in newspaper advertisements (1890-1930)



REIJANE PINHEIRO DA SILVA

158 “Deus me trouxe pra cá”: goianos na Irlanda, projeto emigratório e religião

“God brought me here”: people from the State of Goiás in Ireland, emigration project and religion

CARLOS LOBO

RALFO MATOS

JOSÉ MARCOS P. DA CUNHA

178 Mineiros retornados e a corrente de migrantes paulistas: os fluxos de São Paulo para Minas Gerais

Returned Minas Gerais natives and the stream of São Paulo migrants: the population flows from São Paulo to Minas Gerais

LUANA DO CARMO ARAUJO DE OLIVEIRA

CRISTIANA GUIMARÃES ALVES

BRUNO MARTINS DALA PAULA

198 Agricultura urbana e migrações: processos de resistência e interculturalidade

Urban agriculture and migrations: endurance and interculturality processes

APOLIO HERINGER LISBOA

224 Comentário: o significado da nova lei de migração 13.445/17 no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil

Comment: the meaning of the new migration law 13.445/17 in the historical context of human mobility in Brazil



MIGRAÇÕES

Migrações remetem a movimentos, transformações, deslocamentos, transposições, distanciamentos e aproximações, estranhamentos e adaptações, multiplicidades de origens e destinos, de percursos e trajetórias. Travessias. Elas fazem pensar em aprendizados, em compartilhamento – de experiências, ideias, valores, conceitos, pressupostos, visões de mundo, saberes, cosmologias. Referem-se tanto às trajetórias de conhecimento, de tecnologia e de manifestações artísticas e culturais quanto às trajetórias inerentes aos elementos da natureza, às espécies, aos povos e suas identidades. Falam de encontros e de alteridade, de intolerâncias e preconceitos, de respeito às diferenças, amálgamas derivados dos processos de enraizamento e territorialização.

A temática das Migrações estimula e se abre para muitas interpretações. Assim, o volume se inicia com a migração das águas, que ocorre distante do olhar humano, por se fazer em profundidade, sob nossos pés, no subsolo. O artigo *Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura*, de Roberto Célio Valadão e José Sílvia Silveira, discute a migração da água em subsuperfície, comumente ignorada. Mostra que, em terrenos cársticos, essa migração adquire caráter particular e condiciona um conjunto de fenômenos que, embora se desenvolva em profundidade no solo e na rocha, afeta as atividades humanas em superfície e vice-versa. Os autores revelam quão frágeis e vulneráveis são os terrenos cársticos frente às demandas sociais e ressaltam que as políticas e instrumentos destinados à gestão territorial e ambiental dessas áreas se mostram ainda frágeis e pouco efetivos.

No campo da literatura e da importância das narrativas, o artigo de Rafael Humberto Silveira, intitulado *A salvação da língua: a narrativa como pátria em Die gerettete Zunge*, de Elias Canetti, analisa a função da língua e da literatura como elementos da construção de uma identidade transnacional e multilíngue. Utilizando a obra autobiográfica *Die gerettete Zunge*, de Elias Canetti, as línguas e narrativas nela mencionadas são abordadas em relação à sua relevância na formação do escritor e na criação de uma perspectiva referente à migração e sua representação literária.

No texto intitulado *Afinal, quem é migrante? Agência e historicidade na mensuração da migração internacional recente no Brasil*, de Marden Campos, discute-se a agência e a historicidade das estatísticas sobre migração internacional produzidas no Brasil. Argumentando que o momento histórico atual cria agenciamentos específicos, formados por articulações entre órgãos governamentais, universidades e centros de pesquisa na sustentação do conceito de migrante, o autor discute as bases conceituais sobre as quais são feitas as tentativas de mensuração da migração, com foco nos dados censitários sobre migração. Destaca que o avanço das tecnologias de comunicação e deslocamento geram novas fontes de informação e ferramentas de análise que fazem repensar, conceitualmente, as categorias de análise normalmente utilizadas nos estudos quantitativos sobre o tema.

Letícia Rossi Feliciano Brigadão, por sua vez, toma o conceito de cidadania e os direitos dos refugiados como objetos de reflexão no artigo *A crise dos refugiados: um repensamento do conceito de cidadania dos expatriados através do diálogo de teorias de Hannah Arendt e Immanuel Kant*. Com base nas obras dos filósofos, o texto aborda a temática da cidadania e dos direitos humanos no caso dos apátridas para discutir o agir justo do Estado diante da questão dos refugiados: se ele deve ampará-los, expulsá-los ou ignorá-los, com vistas a um ideal de atuação estatal que justifique a concessão da participação política aos refugiados alojados em países dos quais não são originários.

Considerando diferentes dimensões da migração internacional para o Brasil, o artigo *Vozes inaudíveis, ou haitianos no rarefeito social*, de Milton Francisco, traz uma interessante reflexão sobre a recontextualização das vozes e de outros atores sociais vinculados à imigração haitiana, por meio do discurso jornalístico, no qual se identifica a ocorrência de um processo de reificação que põe os imigrantes num rarefeito social – milhares de haitianos que chegaram ao Brasil em busca de trabalho e de melhores condições de vida não tiveram suas expectativas satisfatoriamente contempladas, pois se constituíram em grupo minoritário, vítima de violência física e simbólica, e viram sua mão de obra ser explorada de forma indevida.

Migração e interculturalidade, um binômio capaz de construir pontes de convivência, de Priscilla Pachi, concentra-se nos fluxos migratórios recentes – de imigrantes e de refugiados – para a cidade de São Paulo. O que atrai os imigrantes e os refugiados para essa cidade, como se inserem na sociedade, o que distingue o Brasil no trato da questão

migratória, qual a importância da interculturalidade para a adaptação dos estrangeiros no Brasil são as principais perspectivas que orientam a análise. Também tendo São Paulo como campo de observação, o artigo *A história das marmorarias italianas no Estado de São Paulo impressa em anúncios de jornais (1890-1930)*, de Maria Elizia Borges, investiga a trajetória de um tipo particular de ofício, executado nas marmorarias italianas instaladas no interior do estado, por meio de um levantamento de anúncios desses estabelecimentos. Segundo a autora, a leitura visual dessas peças de publicidade evidencia o modelo de sociedade constituído dentro de uma marmoraria, o tipo de serviços prestados por ela e a abrangência territorial do produto artístico que era encomendado. Essas imagens explicam o período em que elas foram criadas, que tem por base a economia cafeeira, a imigração e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que configuraram uma época áurea de instalação de cemitérios secularizados no Brasil (1890-1930).

Abordando o sentido inverso da migração internacional, o artigo de Reijane Pinheiro da Silva, intitulado *Deus me trouxe pra cá: goianos na Irlanda, projeto emigratório e religião*, discute, por meio de uma abordagem etnográfica realizada em Goiás e na Irlanda, as interpretações de um grupo de imigrantes brasileiros (goianos) acerca da relação entre seu projeto emigratório e sua identidade religiosa. Analisa também a atuação das igrejas evangélicas e de padres católicos no apoio aos brasileiros que vivem naquele país, identificando que os imigrantes evangélicos, principalmente, veem sua trajetória como resultado de um “projeto divino” e julgam que sua presença na Irlanda tem um caráter missionário.

No campo das migrações internas, apresentamos o artigo *Mineiros retornados e a corrente de migrantes paulistas: os fluxos de população de São Paulo para Minas Gerais*, de autoria de Carlos Lobo, Ralfo Matos e José Marcos Pinto da Cunha. O texto identifica mudanças recentes na dinâmica migratória entre os dois estados. Minas Gerais, historicamente repulsor de população para São Paulo, desde 1991, apresenta declínio da emigração para aquele estado. O Censo de 2010 revelou um novo cenário de crescente contingente migratório procedente de São Paulo. A expansão da área de influência de São Paulo sugere a consolidação de novos centros regionais em Minas Gerais que absorvem os efeitos da desconcentração econômica paulista, como pode ser observado pelo crescimento da migração para microrregiões do Sul de Minas, Triângulo e Mata, que se destacam na atração de migrantes de ambos os estados.

O artigo *Agricultura urbana e migrações: processos de resistência e interculturalidade*, de Luana do Carmo Araujo de Oliveira, Cristiana Guimarães Alves e Bruno Martins Dala Paula, busca articular processos migratórios e o papel da agricultura urbana no uso e ocupação do espaço urbano. No texto, a agricultura urbana é considerada uma prática que integra aspectos ecológicos, sociais, culturais e políticos para o desenvolvimento de cidades economicamente justas, ecologicamente sustentáveis e culturalmente sensíveis. O artigo almeja dar visibilidade aos aspectos sociopolíticos, simbólicos e culturais dessa prática, discutindo seu caráter promotor de direitos e coesão social nos processos de vínculo comunitário, na expressão de práticas tradicionais, em resistência ao modelo de vida imposto pelo sistema socioeconômico dominante, na valorização da identidade cultural e nas novas territorialidades em experiências de migrações.

O volume é concluído com o texto de Gisela P. Zapata e Dimitri Fazito de Almeida Rezende, que trata da Lei de Migração 13.445/17 em *Comentário: o significado da nova Lei de Migração 13.445/17 no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil*, contextualizando tanto as trajetórias dos deslocamentos humanos no tempo e no espaço da sociedade brasileira quanto as suas correspondências no plano das instituições públicas que tornam as migrações objeto de controle, planejamento e política. Recuperando mecanismos sociodemográficos, econômicos, jurídicos e políticos da história brasileira quanto ao tratamento da mobilidade populacional, o texto analisa a expansão, a inovação e o alcance da referida Lei. Busca, assim, avaliar a possibilidade da sua concretização como um modelo de vanguarda na gestão migratória e na solução dos entraves internos históricos que põem em rota de colisão atores sociais que necessitam atuar cooperativamente.

Boa leitura!

MIGRATIONS

Migrations remind us of movements, transformations, displacements, transpositions, distance and approach, estrangement and adaptation, multiplicities of origins and destinations, of routes and trajectories. Crossings. They make us think about learnings, sharing – of experiences, ideas, values, concepts, assumptions, worldviews, knowledge, cosmology. They refer not only to trajectories of knowledge, of technology and of artistic and cultural manifestations, but also to trajectories inherent to the elements of nature, to species, to peoples of the world and their identities. Migrations speak of crossroads and alterity, of intolerance and prejudice, of respect to differences, mergers born in the rooting and territorialization processes.

The Migrations theme boosts and is open to many interpretations. Therefore, this volume opens the theme with the migration of waters unnoticed to the human eyes, occurring in the depths, under our feet, in the subsoil. The article *Water dropping day by day wears the hardest rock away* by Roberto Célio Valadão and José Sílvio Silveira, discusses the migration of underground waters, normally ignored. In karst areas, as the study points out, this migration assumes a particular character and conditions a set of phenomena that, in spite of its development in deep layers of rocks and soil, it affects human activities up on the surface and vice-versa. The authors disclose the fragility and vulnerability of these karst terrains as contrasted to the social demand, and stress that the policies and instruments allocated to the territorial and environmental management of these areas are still fragile and hardly effective.

In the area of literature and the importance of narratives, the article by Rafael Humberto Silveira, *The salvation of language: narrative as homeland in Die gerettete Zunge by Elias Canetti*, analyzes the function of language and literature as elements of the construction of a transnational and multilingual identity. Using the autobiographical work by Elias Canetti, *Die gerettete Zunge*, the languages and narratives therein mentioned are approached according to their relevance in the formation of the writer and in the creation of a perspective referring to migration and its literary representation.

The text entitled *Who is a migrant, after all? Agency and historicity in the measurement of the recent international migration in Brazil* by Marden Campos discusses the agency and historicity of statistics on international migrations produced in Brazil. While discussing that the current historical moment creates specific agencies made by coordinated actions among governmental authorities, universities and research centers working on the support of the concept of migrant, the author argues the conceptual bases on which efforts are made to measure migration, focusing on migration census data. The author highlights that the progress of the communication technologies and displacement give rise to new information sources and analysis tools that lead to reconsider the concepts of the categories of analysis normally used in the quantitative studies on the theme.

Letícia Rossi Feliciano Brigadão, on her turn, takes the concept of citizenship and refugee rights as the objects of her analysis in her *The refugee crisis: reviewing the expatriated peoples' citizenship concept through the theoretical dialogue of Hannah Arendt and Immanuel Kant*. Based on the philosophers' works, the text approaches the topics of citizenship and human rights in the case of the stateless persons in order to discuss the just actions of the State facing the refugee issue: should it shelter the refugees, cast them out or ignore them? The objective is to find an ideal state action that would justify the granting of political participation and of dignity to refugees housed in countries to which they do not originally belong.

Considering different dimensions of the international migration to Brazil, the article *Inaudible voices, or Haitians in social rarefied condition*, by Milton Francisco, presents an interesting reflection on the recontextualization of the voices and of other social actors linked to the Haitian immigration by means of the journalistic discourse in which the occurrence of a reification process that places the immigrants in a social rarified condition is identified. Thousands of Haitians arrive in Brazil looking for a job and

better living conditions have not fulfilled their expectations satisfactorily due to their situation of minority group, victims of physical and symbolic violence, and exploited in their work activities.

Migration and interculturality: a binomial able to build bridges of convenience by Priscilla Pachi, focuses the recent migration flows – of immigrants and refugees – to the city of São Paulo. What attracts the immigrants and refugees to this city, how do they fit into society, what tells Brazil in the treatment of the migration issue from the others, what is the importance of interculturality for the adaptation of foreigners in Brazil are the main perspectives that lead the analysis. Also focusing São Paulo as a field of observation, the article *The history of Italian marble shops in the State of São Paulo printed in newspaper advertisements (1890-1930)*, by Maria Elizia Borges, takes a deep look into the trajectory of a particular type of work performed in the Italian marble shops in the state countryside by means of a survey of the advertisements of these commercial facilities. According to the author, the visual reading of these pieces of publicity reveals the model of the company established in the marble shop, the kind of services provided by it and the territorial broadness of the artistic product ordered. These images explain their creation period based on the coffee economy, migration and the Companhia Mogiana de Estradas de Ferro – or the Railway Company of Mogi das Cruzes – that shaped a golden age of cemetery installations secularized in Brazil (1890-1930).

Approaching the reverse direction of international migration, the article by Reijane Pinheiro da Silva entitled “*God brought me here*”: *people from the State of Goiás in Ireland, emigration project and religion*, by means of an ethnographic approach performed in the State of Goiás and Ireland, discusses the interpretations of a group of Brazilian immigrants (from Goiás) concerning their emigration project and their religious identity. The article also analyzes the performance of the evangelic churches and catholic priests in the support to Brazilians living in that country, identifying that mainly the evangelic immigrants see their trajectory as a result of a “divine project” and believe that their presence in Ireland has a missionary character.

As for Brazilian internal migrations, we present the article *Returned Minas Gerais natives and the stream of São Paulo migrants: the population flows from São Paulo to Minas Gerais* by Carlos Lobo, Ralfo Matos and José Marcos Pinto da Cunha. It identifies recent changes in the migratory dynamics between the two Brazilian states. Historically losing

its population to São Paulo, since 1991 the State of Minas Gerais presents a decreasing emigration to that state. The 2010 Census came up with a new scenery of growing migratory contingent coming from São Paulo. The expansion of the influence area of São Paulo suggests the consolidation of new regional centers in Minas Gerais that absorb the effects of the economic decentralization in São Paulo, as may be observed by the increasing migration to the microregions of Southern Minas Gerais, Triângulo Mineiro and Zona da Mata, that stand out as attraction poles of migrants of both states.

The article *Urban agriculture and migrations: endurance and interculturality processes* by Luana do Carmo Araujo de Oliveira, Cristiana Guimarães Alves and Bruno Martins Dala Paula is an effort to connect the migratory processes and the role of urban agriculture in the use and occupation of the urban space. In the text, urban agriculture is taken as a practice that joins ecological, social, cultural and political aspects for the development of economically fair, ecologically sustainable and culturally sensitive cities. The article brings to light the sociopolitical, symbolic and cultural aspects of this practice, discussing its inherent enhancement of social rights and cohesion in the community linking processes, in the expression of traditional practices, in resisting against the living model imposed by the mainstream socioeconomic system, in the valuing of cultural identity and in the new territorialities in migration experiences.

We complete the volume with the text by Gisela P. Zapata and Dimitri Fazito de Almeida Rezende, who approach the Migration Act No. 13.445/17 in *Comment: the meaning of the new Migration Act No. 13.445/17 in the historical context of the human mobility in Brazil*. It contextualizes not only the trajectories of the human dislocations in time and space of the Brazilian society, but also their correspondences in the plan of the public institutions that turn the migrations into an object of control, planning and politics. Recovering sociodemographic, economic, judicial and political mechanisms of the Brazilian history concerning the treatment of the population mobility, the text analyzes the expansion, the innovation and the coverage of the said Act. Thus, it assesses the possibility of its implementation as an *avant-garde* model in the migration management and in the solution of the historical internal difficulties that put in collision course social actors who need to act cooperatively.

Enjoy your reading!



RAFAEL RODRIGUES CAMARGO

*Vegetação sobre os afloramentos
rochosos do carste, 2012*

'ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA, TANTO BATE ATÉ QUE FURA'

As migrações da água sob nossos pés

ROBERTO CÉLIO VALADÃO*

JOSÉ SÍLVIO SILVEIRA**

RESUMO Este artigo trata das migrações da água efetivadas no contexto do ciclo hidrológico, com ênfase nos processos encadeados no subsolo. Em razão de seu caráter distante do olhar humano, por se fazer em profundidade, sob nossos pés, a migração da água em subsuperfície é comumente ignorada. Todavia, em terrenos cársticos, essa migração adquire caráter particular e condiciona um coletivo de fenômenos que, embora se desenvolva em profundidade no solo e na rocha, afeta as atividades humanas em superfície, e vice-versa. Apesar de essa retroalimentação ser cancelada pela ciência, a qual ainda comprova quão frágil e vulnerável são os terrenos cársticos diante das demandas sociais e políticas, instrumentos destinados a suas gestões territorial e ambiental revelam-se ainda frágeis e pouco efetivos.

PALAVRAS-CHAVE Ciclo Hidrológico. Carste. Planejamento Territorial. Gestão Ambiental.

'WATER DROPPING DAY BY DAY WEARS THE HARDEST ROCK AWAY'

The migrations of water under our feet.

ABSTRACT This article approaches water migrations in the hydrological cycle, with emphasis on processes occurring underground. This migration of water underground is commonly ignored because it occurs in depth and under our feet. In karst areas, this underground migration results in phenomena that affect human activities on the surface, and vice versa. Although this feedback is known by science, policies and instruments for territorial and environmental management of karst areas are still fragile. This fact is a problem, given the proven fragility and vulnerability of karst areas in relation to social demands.

KEYWORDS Hydrological Cycle. Karst. Territorial Planning. Environmental Management.

*Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: valadao@ufmg.br

**Professor do Centro Universitário de Sete Lagoas / UNIFEMM. E-mail: ssilveirabh@unifemm.edu.br

1. Introdução

No que se refere à mobilidade daqueles elementos constituintes dos distintos ambientes do globo, a água se destaca tanto por estar presente na totalidade deles, como também por seu inerente caráter de mobilidade no espaço e no tempo. Está presente em parcela considerável dos corpos de organismos vegetais e animais que vivem nesses ambientes, inclusive como constituinte fundamental da fisiologia do próprio ser humano. Está presente nas diferentes esferas preconizadas pelas ciências ambientais – a atmosfera, a hidrosfera, a biosfera, a litosfera, a tecnosfera – e, nelas, promove trocas, fluxos, retroalimentações, transformações. O papel da migração da água é amplamente conhecido e de pronto reconhecimento naquelas esferas de mais fácil acesso ao olhar humano ao se revelar de modo mais explícito em nosso cotidiano. Daí ser possível observar a migração da água na multiplicidade de fenômenos atmosféricos, a exemplo das chuvas, do seu deslocamento ditado pelos caminhos tortuosos dos rios, para onde convergem extensa rede de córregos e ribeirões, de seus fluxos ao fomentar a vida em plantas e animais, de sua transferência nas cidades por tubulações pública e privada; de sua incorporação industrial e doméstica em alimentos que integram nossa pauta alimentar cotidiana, e, de modo menos evidente, e por isso mesmo, de mais difícil reconhecimento, as transformações causadas pela água ao migrar onde o olhar cotidiano não alcança: sob nossos pés.

Este é o nosso objetivo aqui: dar ênfase e destaque à presença e funcionalidade da água em subsuperfície e, mais ainda, demonstrar que, embora nem sempre nos seja visível por ocupar espaço sob nossos pés, ela desempenha papel relevante nas atividades humanas cotidianas e constitui condicionante fundamental na qualidade de vida daqueles que sobre a superfície habitam e caminham. Faz-se uso ainda do ditado popular “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, com o objetivo de abordar o efeito que a migração da água pode, por vezes, resultar: a abertura de cavidades subterrâneas, de espaços vazios, de subsidências e colapsos da própria superfície. Esses

fenômenos constituem desafios para aqueles que habitam espaços cujas rochas são mais suscetíveis à solubilidade em contato com a água, tal como na porção setentrional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, aqui discutida.

Nessa porção do território mineiro, a fenomenologia desencadeada pela água em ação vai além da mera abertura de cavidades subterrâneas, instaurando um sistema ambiental em que interagem processos de superfície e subsuperfície: o carste. As características inerentes aos terrenos cársticos criam assinaturas de fragilidade e vulnerabilidade ambientais particulares que impactam sobremaneira as atividades humanas, como também são por essas últimas impactadas. Diante desse quadro, e em atenção às particularidades do carste, é que têm sido implementadas políticas e instrumentos para as gestões territorial e ambiental da região localizada a norte da capital mineira. É nosso interesse ainda abordar a efetividade socioambiental dessas políticas e de seus instrumentos, mediante cotejo da, até então, pouco conhecida migração da água no subsolo por parte do observador leigo, em contraposição àquele conhecimento franqueado pelo observador científico.

2. Sob nossos pés: como migra a água em subsuperfície?

A compreensão acerca dos mecanismos de entrada, migração e saída da água ao circular pela atmosfera, hidrosfera, biosfera, litosfera e tecnosfera está, diríamos, elegantemente posta no ciclo hidrológico. Há, na literatura especializada, distintas proposições que tratam

desse ciclo, mas aqui fazemos uso daquela preconizada por Summerfield (1991), por ela atender ela aos objetivos que norteiam este artigo (FIG. 1). O autor toma o recorte espacial de uma bacia hidrográfica para explicitar os muitos caminhos possíveis da

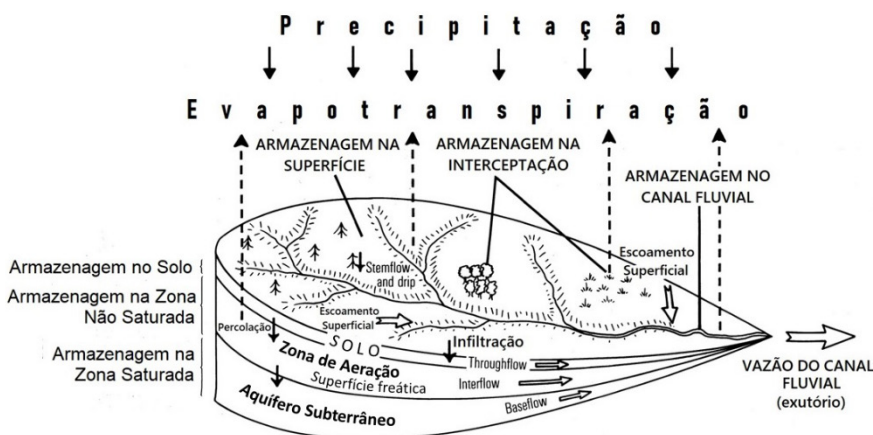


Figura 1 – Migração e armazenagem da água em uma bacia hidrográfica. Fonte: Summerfield (1991, p. 191, adaptado.).

água que, uma vez precipitada durante as chuvas, tende, pelo menos em parte, a convergir para a rede de drenagem que compõe a bacia.

A entrada de água em uma bacia hidrográfica se faz mediante a precipitação pluviométrica, mecanismo responsável pela transferência da água da atmosfera em direção à superfície, onde o ser humano vive, habita, constrói e estabelece suas relações com o meio. Nessa transferência, parcela da água pode retornar à atmosfera pelo processo de evaporação, sem mesmo chegar a tocar a superfície, ou ainda pela evapotranspiração de plantas e animais. Via de regra, o maior quantitativo da água precipitada é aquele lançado sobre os muitos anteparos que comumente revestem o solo, desde objetos tecnológicos (a exemplo de telhados de residências e edifícios, arruamentos, avenidas, estradas, campos cultivados, pastagens) até aqueles de mais forte vinculação à natureza (as diferentes tipologias de cobertura vegetal). Há, todavia, trechos da superfície desprovidos de quaisquer anteparos, onde as gotas de chuva bombardeiam diretamente o solo, a exemplo de campos recentemente arados e preparados para cultivo, de áreas submetidas a terraplenagem nos espaços urbanizados e mesmo de zonas cujo solo encontra-se naturalmente exposto. Naquelas superfícies revestidas por anteparos, a água, uma vez interceptada, pode ser transferida em direção ao solo. É o solo o receptáculo da água direta ou indiretamente precipitada, configurando-se esta última a água interceptada.

Ao alcançar o solo, a água se infiltra – processo compreendido como a transferência da água da superfície para a subsuperfície. Passa então a ocupar o espaço poroso de materiais inconsolidados ou não – solos e rochas – que, uma vez saturado, dificulta momentaneamente a continuidade da infiltração e promove um excedente hídrico junto à superfície responsável pelo escoamento superficial pluvial (*overland flow*). Esse escoamento da água precipitada pela chuva se faz ao longo das vertentes, rampas da superfície que se inclinam em direção aos fundos de vale. Não obstante, a percolação subterrânea da água para zonas mais profundas do subsolo, graças à porosidade e permeabilidade nelas vigentes, dita a formação de duas zonas hidrológicas separadas por uma superfície freática: uma zona não saturada (zona de aeração ou vadosa); uma zona saturada (*ground water*; lençol freático). Essa última zona, em que o espaço poroso se encontra plenamente saturado pela água, é que constitui os aquíferos, “unidades rochosas ou de sedimentos, porosas e permeáveis, que armazenam e transmitem volumes significativos de água subterrânea passível de ser explorada pela sociedade”

(Karmann, 2008, p. 125). A percolação, ou seja, a migração da água notadamente, segundo trajetória vertical ao longo das zonas não saturada e saturada, é que conduz à recarga dos aquíferos subterrâneos. Já a migração da água no subsolo, cuja trajetória é, grosso modo, paralela à superfície, recebe denominação outra: fluxos subsuperficiais. Esses fluxos no subsolo, laterais por excelência, distinguem-se, segundo Summerfield (1991), em *throughflow*, *interflow* e *baseflow* de acordo com seu respectivo posicionamento (i) na porção superior da zona não saturada em que a permeabilidade é elevada, (ii) na zona não saturada propriamente dita, e (iii) na zona saturada.

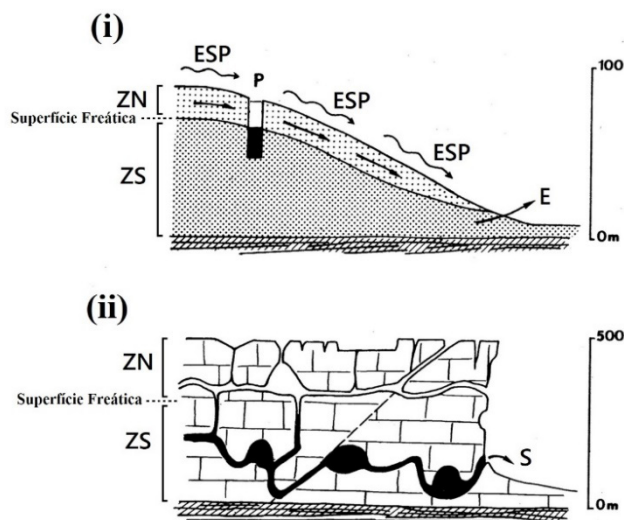
Todos esses fluxos subsuperficiais tendem a se dirigir e convergir para os fundos de vale, onde alimentam os canais fluviais (córregos, ribeirões e rios) ao exfiltrarem ao longo dos principais talwegues. Essa exfiltração é mais volumosa quando proveniente do fluxo basal (*baseflow*), uma vez que, na prática, ocorre mediante contato da superfície freática com a superfície do terreno ao longo dos fundos de vale. Trata-se, então, do fluxo subterrâneo que garante a perenidade dos canais fluviais mesmo durante longos períodos de estiagem, haja vista que, sem a entrada das chuvas, não estarão ativos os fluxos inerentes à zona não saturada. Consequentemente, um canal fluvial destituído de contribuição hídrica oriunda do fluxo basal manterá sua vazão meramente durante os eventos de precipitação pluviométrica, quando então será abastecido exclusivamente pelo escoamento superficial pluvial (*overland flow*, *throughflow* e *interflow*).

Assim é que a migração da água no contexto aqui em tela se faz segundo duas temporalidades marcadamente distintas: uma migração rápida, facilmente perceptível aos olhos do observador, pois é o que se assiste na superfície a cada evento chuvoso, quando a água precipitada escoar rapidamente pelas vertentes, encostas, ruas, avenidas, campos cultivados, lançando-se nos fundos de vale e, por vezes, causando cheias e inundações, inclusive nas cidades; uma outra, mais lenta, que se faz em caráter subterrâneo e, por isso, escapa até mesmo ao observador mais atento, embora seja ela essencial à alimentação do sistema radicular das plantas no solo, à recarga em profundidade dos aquíferos, à manutenção da perenidade de rios e ribeirões mesmo em período de prolongada estiagem. A rapidez da primeira decorre da migração praticamente livre da água ao escoar pela superfície, ao passo que, na segunda, a água se desloca lentamente por entre os poros do solo e da rocha em condições de reduzida condutividade hidráulica, estando submetida à maior ou menor conectividade entre eles, a permeabilidade.

Na superfície, a transmissividade da água é rápida, em condição de subsuperfície lenta. Os diferentes usos do solo socialmente instituídos acabam por alterar significativamente as condições de permeabilidade das superfícies ocupadas pelo homem, a exemplo das extensas coberturas de concreto e asfalto nas cidades em que a infiltração é drasticamente reduzida, aumentando o caudal hídrico (escoamento direto) materializado em fortes enxurradas, transbordamento de canais e alagamentos. Uma vez aumentado o escoamento direto, é reduzida em mesma proporção a entrada da água no subsolo, o que, em cadeia, acaba por comprometer a recarga dos aquíferos e a manutenção das vazões dos canais fluviais nas estiagens prolongadas.

Essas são as condições gerais de migração da água por diferentes meios, em superfície e subsuperfície. Todavia, a fenomenologia até aqui tratada revela particularidades e pormenores ditados tanto pela variabilidade temporal e espacial dos elementos do clima quanto pelas características vigentes na superfície e no subsolo de um dado recorte territorial. Tendo em vista os objetivos traçados de início, cabe distinguir as particularidades da migração da água em territórios marcados pela ocorrência de rochas solúveis, com destaque para os calcários e os dolomitos. Essas rochas, em interação com a água, dissolvem-se, abrindo poros em subsuperfície que alcançam dimensão muito variada, de milimétrica a algumas dezenas de metros. Trata-se da denominada porosidade cárstica, na qual a migração da água ocorre de modo marcadamente diferenciado daquele até então discutido (FIG. 2).

Figura 2 – Migrações da água em ambientes não cárstico (i) e cárstico (ii)



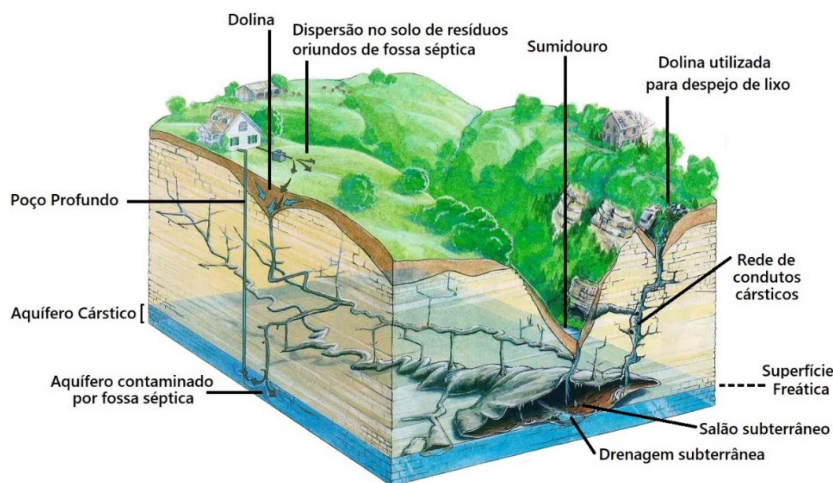
No caso de ambientes cársticos, as cavidades subterrâneas posicionadas abaixo da superfície freática se encontram, via de regra, plenamente preenchidas por água que registra mais rápida migração vertical e lateral. Legenda: ESP – escoamento superficial pluvial; ZN – migração da água na zona não saturada; ZS – migração da água na zona saturada; S – surgência; E – alimentação de canal fluvial por exfiltração. Observe, em preto, a água acumulada em subsuperfície em uma cisterna ou poço (P) e em condutos cársticos. Fonte: Demangeot (1987, p. 55, adaptado).

3. Perfurações subterrâneas da água: condutos, galerias, cavernas... (o ambiente cárstico em perspectiva)

A referência feita à capacidade da água de, embora “mole”, por tanto “bater” na pedra dura, resultar na sua perfuração, tal como grafado no dito popular que intitula este artigo, está associada à porosidade cárstica, à pedra “furada” pela água. No entanto, fundamental desde já destacar que a água, nesse caso, a despeito do vulgo popular, exerce não um papel mecânico preponderante na abertura de condutos, galerias e até mesmo de cavernas em calcários e dolomitos, mas, sim, os dissolvem (FIG. 3). Trata-se, em última instância, de poros abertos pelo quimismo água/rocha, o que obviamente não dispensa a ação mecânica desse fluido, porém é ela marginal na fenomenologia cárstica.

O processo de dissolução das rochas que contêm elevada proporção de minerais carbonáticos em sua constituição, a exemplo dos calcários e dolomitos, atribui aos ambientes cársticos assinaturas particulares na superfície e subsuperfície. Essas assinaturas, quando em superfície, são comumente reunidas sob a égide do exocarste, em clara alusão ao fato de que aquilo sobre o qual caminha e vive o homem se trata, meramente, da expressão visível de um fenômeno complexo que a superfície oblitera e esconde. Daí as dolinas, uvalas, claraboias, sumidouros, surgências e entradas de cavernas. Já o escondido, o não prontamente revelado, enverga a assinatura, corporificando os condutos, cavidades e salões eventualmente ornamentados por rica e bizarra coleção de espeleotemas – duas assinaturas que, na prática, se fundem e se dialogam no tempo e no espaço, retroalimentadas que são pela migração e pelo caráter transformador da água.

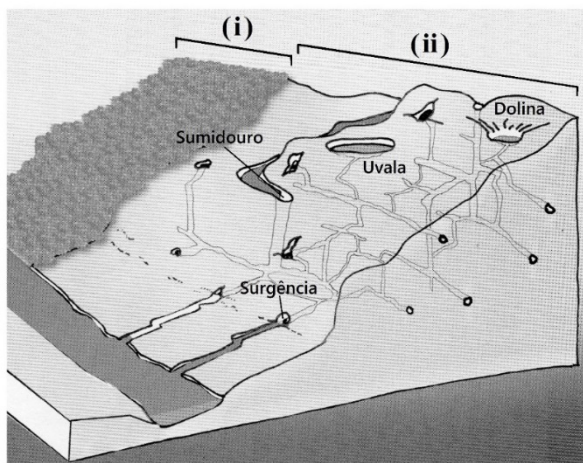
Figura 3 – Feições cársticas e fontes de contaminação do aquífero subterrâneo



Observe as feições desenvolvidas tanto em superfície (exocarste) quanto no subsolo (enocarste), todas elas associadas à migração e ação da água ao dissolver rochas solúveis. Disponível em: <<http://sourcerocks.blogspot.com>>. Acesso em: 6 abr. 2018 (adaptado).

Em detrimento da funcionalidade e organicidade dessa miríade de feições e de seus processos dinâmicos em franca atuação, as relações e interesses sociais que operam em superfície e sua materialidade expressa na apropriação do solo para implantação de fixos (campos cultivados, pastagens destinadas à pecuária, redes viária, de energia e informacionais, cidades e extensas aglomerações urbanas e seus equipamentos) e de fluxos (de indivíduos e de veículos que se movem, de informações e dados que se transmite) (SANTOS, 2006), raramente dão conta das fragilidades e até mesmo das potencialidades daquilo que se mantém escondido sob o chão. A Figura 4 procura revelar traços de uma paisagem cárstica muitas vezes a nós obscura.

Figura 4 – A paisagem cárstica nem sempre revelada



Observe que, em razão de seu caráter muitas vezes oculto em sub-superfície, a gama de feições do carste pode ser obliterada por objetos que revestem o terreno, a exemplo da cobertura vegetal que nessa figura se estende sobre a vertente e seu fundo de vale (i). Retirada essa cobertura, expõem-se dolinas, uvalas, sumidouros e surgências (ii), mantendo-se ainda oculta uma complexa rede subterrânea de condutos cársticos interconectados representada por linhas mais delgadas, o endocarste. Fonte: Kresic (2013, p: 55, adaptado.)

O caráter nem sempre revelado e, por isso mesmo, até desconhecido por considerável parcela da numerosa população que vive sobre terrenos cársticos, interpõe desafios às diversificadas atividades que sobre eles se verificam. A vulnerabilidade intrínseca daqueles recortes territoriais assentados em terrenos cársticos confirma, por si só, o quão fundamental é a condução, junto a eles, de ações mediadas por um planejamento pautado em bases sustentáveis e no uso racional de seus recursos ambientais. Abordar a fenomenologia cárstica em consonância com algumas demandas da sociedade é o nosso objetivo ao abordar os subitens que seguem.

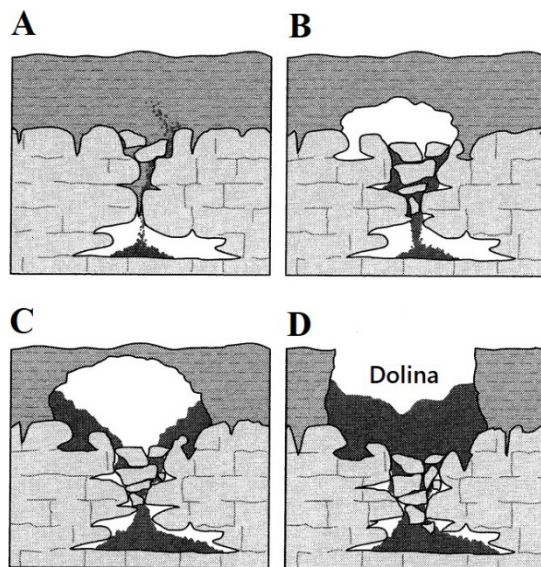
3.1 Crateras que se abrem... e engolem.

A migração e o quimismo da água em ambientes cársticos são responsáveis, como já dito, pelo desencadeamento de processos complexos, o que redundará em transformações das morfologias do terreno em superfície e subsuperfície. Destacamos aqui, de início, aquele fenômeno cárstico de mais forte apelo frente ao olhar humano, talvez, diríamos, o mais explícito deles: as subsidências e os colapsos. Esse apelo decorre tanto da geração de morfologias muito particulares na superfície quanto de seu possível caráter instantâneo e, por isso mesmo, catastrófico.

Subsidências e colapsos resultam, em ambientes cársticos, na formação de depressões fechadas denominadas dolinas. Caso haja a expansão lateral de duas ou mais dolinas e, conseqüentemente, sua coalescência, passa a morfologia resultante a ser denominada uvala (FIG. 4). Há, ainda, distintas velocidades na abertura dessas depressões fechadas: uma lenta e gradual, derivada da subsidência do terreno, e uma instantânea, rápida, derivada do seu colapso, a exemplo do processo de formação da dolina representado na Figura 5. O caráter instantâneo das dolinas de colapso pode exercer considerável impacto nas atividades e equipamentos humanos, seja nas cidades, seja naqueles espaços apropriados por atividades agropecuárias. Não obstante, são mais raras as dolinas de colapso quando comparadas àquelas de dissolução, como já salientado por Waltham et al. (2004). As dolinas de dissolução, embora evoluam lentamente, podem também danificar objetos edificados na superfície, uma vez que causam movimentações no solo, trincando pisos, paredes, muros e deslocando pilares e colunas.

Na literatura especializada, são descritos e avaliados inúmeros casos de colapsos e seus efeitos, inclusive no Brasil. Vejamos alguns deles descritos por Kresic (2013). Em 2008, na província chinesa de Guangdong, uma cratera com extensão lateral de 20m e profundidade de 10m abriu-se instantaneamente, engolindo trecho de uma autoestrada. No mesmo ano, nessa mesma província, em desastre que chegou a alcançar área de 5.000m², seis edificações colapsaram, três tombaram e outras dez tiveram seus pisos, paredes e muros rachados e deformados. Em 2006, em Nixa, Missouri, EUA, o colapso e a formação de uma dolina chegou a engolir a garagem de uma residência e o veículo que nela estava estacionado. Kresic (2013) finaliza sua análise desses casos deixando claro que os riscos inerentes ao desenvolvimento de dolinas são hoje muito bem conhecidos e descritos em numerosas publicações, de tal modo que não é a ausência de conhecimento acerca desse processo uma escusa para a sua usual desconsideração em planejamentos ambientais e na vasta gama de usos do solo efetivada sobre terrenos cársticos.

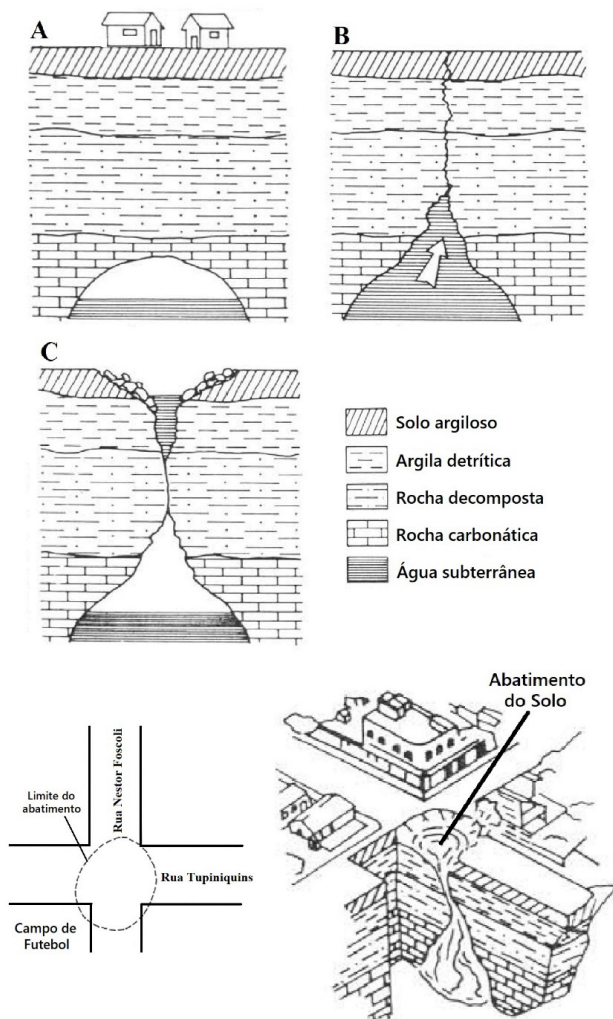
Figura 5 – Processo de formação de uma dolina de colapso



A superfície topográfica se mantém praticamente inalterada durante a fase inicial do processo de formação da dolina (etapas A, B e C), apesar das intensas transformações que se processam em subsuperfície responsáveis pela abertura de cavidades subterrâneas mediante dissolução da rocha calcária. A continuidade dessa dissolução pode colapsar a superfície, formando então a dolina propriamente dita (etapa D). Fonte: Tihansky (1999, p. 127, adaptado).

A demasiada exploração de aquíferos cársticos (figuras 2 e 3), em atendimento à demanda de variada tipologia de atividades econômicas, é reconhecidamente indutora do processo de formação de dolinas. A retirada excessiva de água subterrânea, que outrora preenchia a porosidade cárstica ou de condutos, acaba por fomentar colapsos de galerias hoje vazias (ALBRECHT, 1998). Em ambientes cársticos, as consequências advindas do rebaixamento regional da superfície freática são amplamente conhecidas pelos especialistas, notadamente em recortes territoriais cujas atividades demandam o bombeamento até a superfície de grande volume hídrico subterrâneo, com destaque para o abastecimento público e a agricultura irrigada. Investigações dessa natureza foram muito bem documentadas na Flórida, EUA, por Beck e Sinclair (1986) e Tihansky (1999).

Figura 6 – Fases de evolução do abatimento do solo ocorrido em 4 de março de 1988, na cidade de Sete Lagoas/MG



No Brasil, os colapsos instantâneos e a consequente formação de dolinas são também conhecidos (NAKAZAWA et al., 1995; OLIVEIRA, 1997, 2010; PRANDINI et al., 1987; PRANDINI et al., 1990; SALLUN FILHO, 2009). Santos (2008) salienta que, embora seja comum a ocorrência desses fenômenos em terrenos cársticos no país, são registrados e investigados aqueles causadores de maiores danos e de repercussão na mídia, localizados, mais das vezes, nos espaços urbanos. Esse autor apresenta ainda um quadro histórico dessas ocorrências, com exemplos nos estados de São Paulo, Piauí, Paraná e Minas Gerais. Em Minas Gerais, destacam-se os colapsos na região cárstica localizada na porção setentrional de Belo Horizonte, a exemplo do fenômeno descrito por Braz da Silva (1988) (FIG. 6).

As fases A e B se desenrolaram ao longo do tempo geológico, mas o colapso propriamente dito (fase C) ocorreu de modo instantâneo, tragando parcela considerável do cruzamento de duas ruas localizadas nas proximidades da área central da cidade. Para além da dolina aberta pelo colapso, trincas surgiram no pavimento das ruas e em residências próximas. A cratera alcançou 9m de largura. Fonte: Braz da Silva (1988, p. 65 e 66, adaptado.).

3.2 Cavidades e condutos que sorvem líquidos... e dispersam contaminantes.

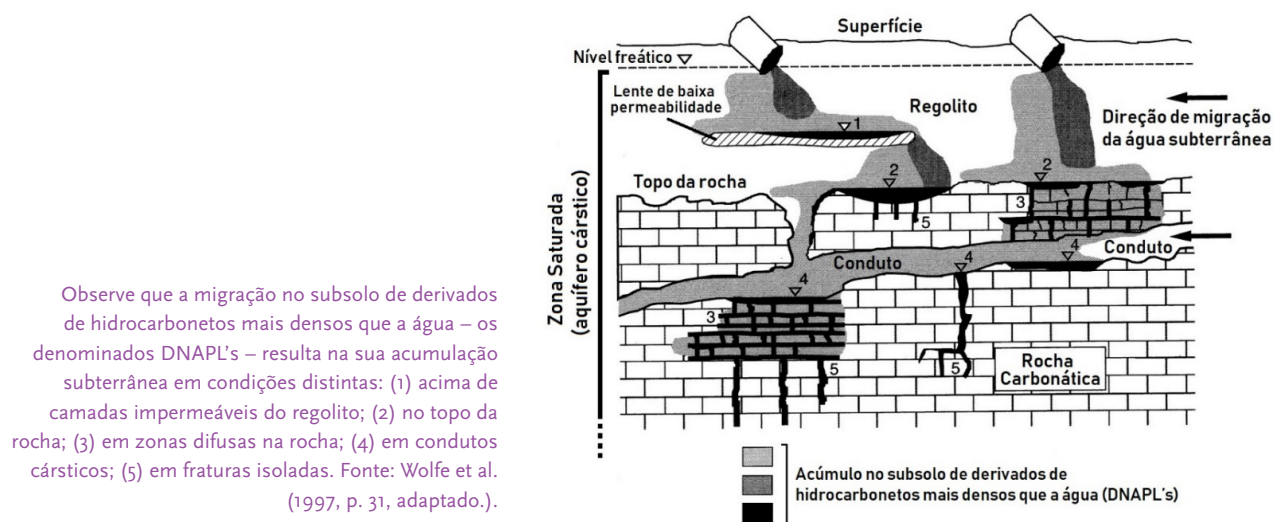
Apesar de a migração da água em subsuperfície constituir fato recorrente nos mais distintos espaços do globo, como já anteriormente registrado, são nos terrenos cársticos que esse processo se faz marcado tanto pelo considerável volume hídrico em trânsito, em uma complexa rede subterrânea de cavidades e condutos, como também pela intrínseca conectividade dessa última à superfície. As trocas e retroalimentações são, portanto, traços marcantes entre o endocarste e o exocarste. Essa é a perspectiva que nos interessa aqui destacar, tendo em vista que a água e os elementos a ela adicionados ou ainda quaisquer outros fluidos que alcancem os terrenos cársticos são rapidamente sorvidos para o subsolo e nele se dispersam.

Há padrões nacionais e internacionais que regem a qualidade da água destinada, por exemplo, ao abastecimento público, ao uso industrial e à irrigação de culturas (tal qual, no Brasil, a resolução 357, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de 17 de março de 2005, e a portaria 518 do Ministério da Saúde, de 25 de março de 2004). A existência desses padrões comprova, por si só, que a água disponível à manutenção dos mais diversos interesses sociais e econômicos nem sempre está apta ao consumo humano, ao cultivo de alimentos que compõem o nosso cardápio cotidiano, a ser incorporada em produtos industrializados, à balneabilidade, de modo a proteger a saúde pública e controlar substâncias e organismos potencialmente prejudiciais aos indivíduos.

Parcela considerável dos contaminantes incorporados à água decorre do lançamento de esgotos urbanos e industriais nos corpos hídricos. Todavia, uma coleção de outras atividades humanas dispersa contaminantes, a exemplo do uso indiscriminado de agroquímicos em práticas agropecuárias, da penetração no solo de chorume decorrente da decomposição de lixo orgânico, da dispersão no solo de resíduos oriundos de fossas sépticas, do emprego de substâncias químicas em cavas de mineração e do vazamento de derivados de petróleo de tanques subterrâneos em postos combustíveis. Como se pode depreender desses exemplos, há fontes contaminantes da água tanto pontuais como zonais. Vejamos quão delicada é essa questão no caso daqueles ambientes cársticos: no caso da contaminação das águas subterrâneas por meio do vazamento de derivados de hidrocarbonetos, estudo de caso conduzido por Wolfe e co-

laboradores (WOLFE et al., 1997) no Tennessee, USA, atesta o quão frágil e particular são as regiões cársticas frente às ações cotidianas das populações que nelas vivem e das atividades econômicas que nelas se desenvolvem (FIG. 7). Esses autores demonstram que os denominados DNAPL's, os hidrocarbonetos mais densos que a água, caso se infiltrem no solo e migrem até a zona saturada em áreas cársticas, passam a ocupar tanto o espaço poroso intergranular do regolito, quanto aquele de condutos e cavidades, onde se acumulam (condições de acumulação 1 a 5, representadas na Figura 7). Esses espaços são aqueles originalmente saturados pela água e, por essa razão, integram o aquífero cárstico, o qual passa a armazenar e transmitir água agora contaminada por derivados de petróleo. Essa contaminação torna a água imprópria, por exemplo, para o consumo humano, a dessedentação de animais e a irrigação.

Figura 7 – Contaminação de aquífero cárstico por derivados de petróleo, decorrente do vazamento de tanques combustíveis subterrâneos



Há, nesse contexto, dois aspectos fundamentais que merecem ser destacados: (i) a infiltração dos derivados de petróleo no solo, que, embora se faça em caráter pontual por meio de tanques combustíveis subterrâneos, adquire migração de caráter zonal e difusa em profundidade ao alcançar uma complexa rede de condutos cársticos subterrâneos; (ii) a alta velocidade de migração desses derivados ao se deslocarem por cavidades interconectadas – velocidade muito superior àquela verificada em zonas saturadas cuja porosidade é intergranular (FIG. 2).

A inerente interdependência entre exocarste e endocarste introduz outro elemento importante quanto à dispersão de contaminantes. Mesmo o contaminante que em superfície se dispersa em caráter zonal, ou seja, que se expressa segundo recorte espacial de dimensão variada, a exemplo da pulverização de agroquímicos em cultivos agrícolas, pode ser escoado pela superfície juntamente com a água das chuvas até depressões do terreno onde, em caráter pontual, infiltra-se. Aqui nos referimos à funcionalidade hidrológica de dolinas e uvalas, pontos de intenso fluxo de fluidos percolantes entre a superfície e o subsolo, como já salientado. Uma vez infiltrado no solo oriundo de fontes pontuais ou zonais, o contaminante, ao alcançar a rede subterrânea de condutos, pode, então, deslocar-se rapidamente a longas distâncias.

4. Mais um dito popular: “Em terra de cego, quem tem um olho é rei”. Será mesmo?

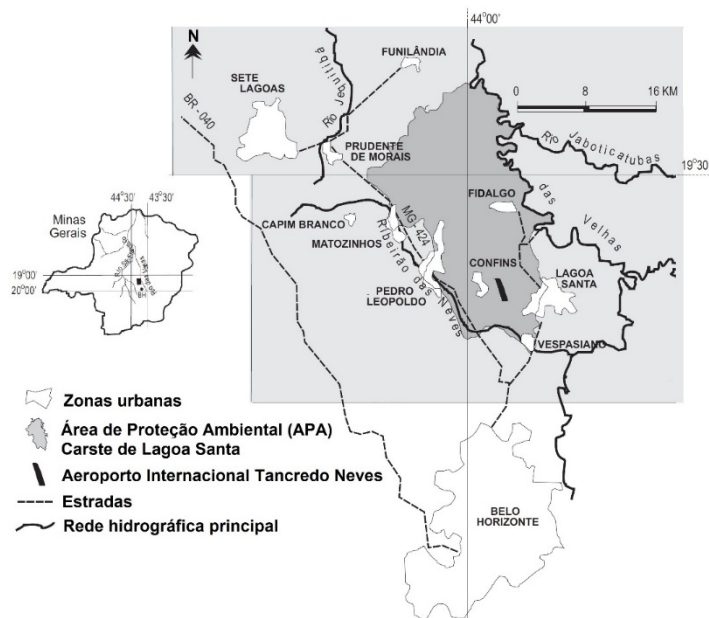
Recorremos aqui a mais um dito popular com o intuito de demonstrar que algo que, até então, era obscuro para o observador leigo passa a ser comumente desvelado pelo observador científico. No contexto da temática abordada neste artigo, a cegueira atribuída ao leigo se refere à migração da água em subsuperfície que, embora chancelada pela ciência, por se fazer distante do olhar humano, já que está sob nossos pés, é desconhecida por muitos, e, por isso mesmo, seus pormenores, significados e implicações cotidianas são rotineiramente desconsiderados. Rei, portanto, é a expressão aqui tomada para se referir ao investigador científico, cuja função social está comprometida com o olhar para além do senso comum, da cegueira, mesmo que de posse de um único olho. Isso mesmo, um único olho, pois muito ainda escapa ao olhar científico de mais acurada capacidade investigativa. Mas esse dito popular é mesmo assertivo no caso da ocupação humana dos espaços em que o carste se faz presente? Respondemos: nem sempre.

Para subsidiar a resposta já dada a esse questionamento, nós nos reportamos a trecho do território mineiro localizado na porção setentrional da capital mineira, com vistas a demonstrar que recomendações e diretrizes preconizadas pela ciência nem sempre são efetivamente incorporadas nas políticas e instrumentos destinados às gestões territorial e ambiental. E mais ainda, quando incorporadas, revelam-se parcialmente

cumpridas, mesmo naqueles cenários de reconhecidas fragilidade e vulnerabilidade dos sistemas ambientais.

O recorte territorial localizado imediatamente a norte de Belo Horizonte é aquele cujas rochas são carbonáticas e que, portanto, condicionaram a gênese de seu relevo cárstico. Nesse recorte, há municípios que integram o vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH (Vespasiano, Confins, Pedro Leopoldo, Capim Branco, Matozinhos, Lagoa Santa), como também de seu colar metropolitano (Sete Lagoas, Prudente de Moraes, Funilândia) (FIG. 8). Trabalhos acadêmicos desenvolvidos na UFMG sob nossa orientação abordaram, em momentos distintos, condições ambientais vigentes no carste dessa região em cotejo com ações e interesses sociais nela vigentes (BOTELHO e VALADÃO, 2007; ALT, 2008; ALT, VALADÃO e CARMO, 2008; BOTELHO, 2008; SILVEIRA e VALADÃO, 2008; PEREIRA, 2018). Nesses trabalhos, como em tantos outros desenvolvidos nessa mesma instituição e em demais organizações ambientais públicas e privadas, há claros indicadores quanto à ainda frágil efetividade socioambiental daquelas ações que têm sido implementadas na região cárstica localizada a norte de Belo Horizonte. Entre essas ações, destacamos a seguir aquelas de mais forte vinculação com o papel desempenhado pela migração da água em subsuperfície.

Figura 8 – Principais zonas urbanas da porção setentrional de Belo Horizonte edificadas sobre terrenos cársticos



Observe a abrangência espacial da APA Carste de Lagoa Santa.

Fonte: Berbert-Born (2002, p. 417, adaptado.).

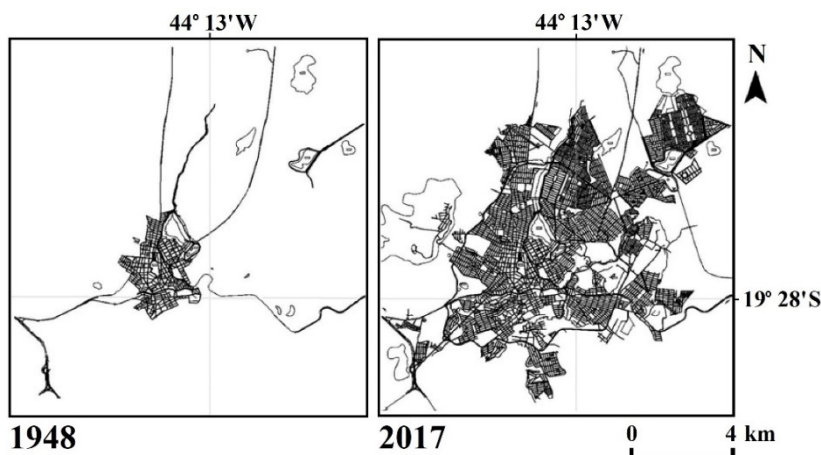
4.1 Insegurança hídrica e abastecimento público por aquíferos cársticos subterrâneos

A ausência de cursos d'água de elevado caudal hídrico no município de Sete Lagoas, em parte explicada por estar esse município situado em terrenos cársticos onde a drenagem em superfície é pouco efetiva, levou, na década de 1940, o poder público municipal a passar a captar em poços subterrâneos a água destinada à sua população. Naquela década, o contingente populacional do município era reduzido, e a água, captada em alguns de seus córregos e em cisternas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS, 2006).

O aumento desse contingente, hoje estimado em 240.000 habitantes, tornou a captação de água em superfície insuficiente, o que levou à perfuração sistemática de poços profundos ao longo dos últimos 80 anos (BOTELHO e VALADÃO, 2007; BOTELHO, 2008). A atual malha de poços subterrâneos que abastece Sete Lagoas obtém água do aquífero cárstico sobre o qual a cidade foi edificada e se expande (FIG. 9). Essa malha é composta de mais de 120 poços sob responsabilidade de uma autarquia municipal, o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto). Porém, há um grande número de outros poços de uso privado perfurados por terceiros, destinados ao fornecimento de água a indústrias e demais atividades econômicas desenvolvidas no município.

A histórica exploração subterrânea da água em Sete Lagoas é entremeada por tensões e conflitos decorrentes da sistemática escassez de água para o abastecimento de alguns trechos da cidade, de poços secos, poluídos e contaminados. Uma vez que essa captação se faz em aquífero marcado pela rápida transmissividade da água por uma complexa

Figura 9 – Evolução espacial da malha urbana da sede municipal de Sete Lagoas, em Minas Gerais



Na década de 1940, a cidade e seu contingente populacional aproximado de 20.000 habitantes eram abastecidos pela captação de água em superfície e cisternas. Nos últimos 80 anos, foram perfurados mais de uma centena de poços alimentados por aquífero cárstico, hoje administrados por autarquia municipal. A atual malha urbana de Sete Lagoas abriga cerca de 240.000 habitantes. Fonte: Botelho (2008, p. 53, adaptado.).

rede de condutos, os contaminantes podem afetar parcela considerável da população, como já discutido anteriormente (FIG. 7). Destaca-se, ainda, o aumento considerável da perfuração de poços em décadas mais recentes que, em condição de superexploração, podem rebaixar a superfície freática e fomentar subsidências e colapsos (FIG. 5 e 6). No município, essa relação entre superexploração hídrica subterrânea e subsidências/colapsos já foi objeto de relatórios elaborados por empresas privadas e por técnicos da administração municipal, os quais alertam para os riscos causados pela variação brusca da superfície freática em decorrência do rápido bombeamento da água até a superfície, recomendando-se a elaboração de um plano de sustentabilidade dos recursos hídricos.

A essa multiplicidade de fenômenos inerentes às condições de abastecimento hídrico de Sete Lagoas e, mais ainda, às condições em que ela se expressa é que Botelho (2008), há uma década, se referia e já alertava sobre o caráter de insegurança hídrica instaurado no município. Essa insegurança decorre não do desconhecimento das fragilidades intrínsecas dos reservatórios de água subterrânea do município, mas das ações ainda limitadas e frágeis interpostas por uma gestão política acentuadamente desenvolvimentista em detrimento de outra conservacionista e sustentável. A questão, portanto, embora envergue uma dimensão geofísica e até mesmo quantitativa, é iminentemente social e se aporta ao desenvolvimento econômico e cultural (VARGAS, 1999; REBOUÇAS, 2002) e reclama por uma gestão racional dos terrenos cársticos. A referida insegurança hídrica se denota ainda em decretos municipais de emergência quando, nos períodos de estiagem prolongada, o rebaixamento da superfície freática resulta na secagem de alguns poços. Nessas condições, parte da cidade é abastecida por caminhões-pipa, e comumente se impõe racionamento hídrico à população.

4.2 Efetividade socioambiental de Unidades de Conservação em terrenos cársticos

Parcela territorial dos terrenos cársticos localizada no vetor norte de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte tem sua preservação ambiental expressa em termos legais. Nesse contexto, destaca-se, em razão de sua abrangência espacial, a criação, em 1990, da Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa (FIG. 8), cujo

objetivo é garantir a relação harmônica entre intervenções antrópicas e preservação do patrimônio cárstico regional (Decreto Federal 98.881, de 25 de janeiro de 1990). Sete anos após a criação dessa APA, em 1997, foi realizado seu Zoneamento Ambiental; em 1998, foi publicado seu Plano de Gestão Ambiental, e, desde 2005, encontra-se em atividade, nessa unidade de conservação (UC), seu Conselho Consultivo. Esse coletivo de instrumentos comprova o reconhecimento da vulnerabilidade ambiental da região por parte do poder público federal, segundo critérios estabelecidos por investigações científicas historicamente conduzidas na região. Superposto ao território dessa APA, há ainda um complexo mosaico de políticas e instrumentos criado para as gestões ambiental e territorial que converge, em tese, para o uso sustentável e racional dos terrenos cársticos; essa miríade de instrumentos foi desvelada e detalhadamente analisada por Alt (2008) e Pereira (2018).

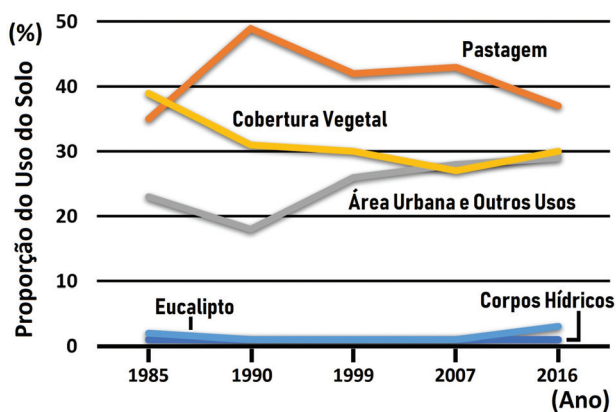
As referidas autoras questionam a efetividade socioambiental desse mosaico, apesar de ele contemplar instrumentos da (i) política nacional de meio ambiente (plano de manejo de APA; Zoneamento Ecológico Econômico; licenciamentos ambientais decorrentes de Estudos de Impacto Ambiental – EIA; legislação pertinente às cavidades naturais), (ii) da política urbana (planos diretores municipais), e (iii) da política nacional de recursos hídricos (plano de bacia hidrográfica). Para as autoras, os Planos Diretores (PDs) que regem a política urbana nos municípios cujos territórios se estendem sobre a APA Carste de Lagoa Santa correspondem aos instrumentos que estabelecem maior quantitativo de medidas protetivas da paisagem cárstica. Todavia, digno de nota é o fato de os PDs de municípios mais próximos a Belo Horizonte estabelecerem zoneamento urbano em claro conflito com o zoneamento da referida APA.

Uma vez que há, no Brasil, uma legislação específica que normatiza o uso de cavidades naturais subterrâneas – as cavernas – (Instrução Normativa nº 2 de 20/08/2009/MMA - Ministério do Meio Ambiente), a sua aplicação no contexto da APA Carste de Lagoa Santa, ao permitir a supressão de feições cuja dinâmica hidrogeológica desempenha papel fundamental na recarga pontual de seu aquífero cárstico, pode afetar o volume de água armazenado em subsuperfície hoje essencial ao abastecimento público e ao atendimento da demanda hídrica de variada tipologia de atividades econômicas. Referimo-nos aqui àquelas entradas de cavernas para onde convergem as águas de superfície, os denominados sumidouros (FIG. 3 e 4).

Há de se destacar ainda que o complexo mosaico de políticas e instrumentos particularmente criado para as gestões ambiental e territorial dos terrenos cársticos ao norte de Belo Horizonte, embora aparentemente garantidor de uma ocupação racional e sustentável, revela-se frágil, considerando os objetivos propostos. Alt (2008), ao entrevistar residentes que ocupam o território da APA Carste de Lagoa Santa, concluiu que cerca de 60% deles relataram convívio cotidiano com problemas ambientais, mesmo após transcorridos onze anos do estabelecimento de seu zoneamento. Os residentes citaram mais frequentemente problemas relacionados aos recursos hídricos, com destaque para a poluição das águas, enchentes e assoreamento. Relataram ainda a disposição de lixo em lotes vagos e em lagoas, os danos decorrentes da atividade minerária do calcário (poeira; trincas em paredes em razão do uso de explosivos), desmatamentos, queimadas e a perfuração não autorizada de poços tubulares. Não obstante, destacaram a melhoria significativa do saneamento básico após a criação da APA, apesar da manutenção de grande número de fossas rudimentares. Uma vez entrevistados os membros que em 2007 integravam o Conselho Consultivo dessa UC, foi referendada a coleção de problemas ambientais citada pelos residentes.

Fato relevante é que, transcorridos 21 anos da implantação do referido zoneamento, Pereira (2018) confirmou a persistência dos problemas ambientais reconhecidos por Alt (2008). Em consonância com essa persistência, as referidas autoras compro-

Figura 10 – Evolução temporal e espacial de diferentes categorias de uso do solo na APA Carste de Lagoa Santa - MG, estabelecida por meio da interpretação de imagens orbitais



Os percentuais registrados no gráfico foram obtidos por Alt (2008) e Pereira (2018).

varam, com base em análises temporais de imagens orbitais, que, nos últimos 31 anos, não se registrou uma significativa diferença na dinâmica espacial do uso do solo no interior da APA e em áreas adjacentes a ela. Ao que tudo indica, a aplicação dos instrumentos de gestão historicamente em curso nessa UC não parece capaz de administrar de modo racional a influência do transbordamento do tecido urbano da RMBH em direção ao seu vetor norte de expansão (FIG. 10).

Após a criação da APA Carste de Lagoa Santa, em 1990, e mesmo do estabelecimento de seu zoneamento, em 1997, houve significativa perda de sua

cobertura vegetal. Áreas ocupadas por pastagens também registraram redução. Consequentemente, ocorreu, no período considerado, notória conversão de espaços até então ocupados por pastagens e revestidos por cobertura vegetal em áreas urbanas e outros usos. Esses últimos correspondem, sobretudo, à abertura de novos loteamentos que se aglomeram em torno das cidades de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos (FIG. 8) e ao longo dos principais eixos viários. Incluem, ainda, a área ocupada pelo Aeroporto Internacional Tancredo Neves, as extrações de areia em fundos de vale e as cavas de mineração de calcário. Essa conversão de porções territoriais de extensão considerável em zonas urbanas impõe profunda alteração no processo de migração da água em superfície e em profundidade no subsolo. Ao longo das últimas três décadas, passaram a vigorar nos terrenos cársticos, aqui em perspectiva, uma redução das condições ótimas para a migração da água sob nossos pés, ou seja, daquela ciclagem hídrica de temporalidade longa marcada pela infiltração e percolação da água no subsolo. Em contrapartida, nessa mesma temporalidade, implantaram-se condições ideais para aumento do caudal hídrico de superfície rápido, aquele do escoamento direto, pouco efetivo à manutenção dos aquíferos cársticos tão vitais aos interesses sociais que cada vez mais se aglomeram na região.

A esperada relação harmônica entre intervenções antrópicas e preservação do patrimônio cárstico regional parece, então, distanciar-se. E, mais ainda, de modo rápido, como se vê.

No caso em tela, a capacidade do investigador científico em enxergar para além do senso comum constitui uma realidade. Foi a acumulação do conhecimento científico acerca dos terrenos cársticos localizados na porção setentrional da RMBH que fomentou a implantação de instrumentos de gestões territorial e ambiental pautados em sua inerente fragilidade e vulnerabilidade. Todavia, uma forçante vigorosa tem introduzido, nessa região cárstica, uma coleção de fenômenos de forte conotação espaço-ambiental já também bastante conhecida pela ciência: o transbordamento do tecido urbano de uma metrópole sobre suas áreas limítrofes, envolvendo-a em uma complexa teia de atividades e demandas socioeconômicas. A captura de novos espaços por essa teia, mais do que a demanda por superfícies sobre as quais as cidades possam se expandir, decorre mesmo dos interesses do capital que se faz valer do fetiche, por ele mesmo forjado, do viver “sustentável e seguro” em empreendimentos imobiliários apartados do

cotidiano estressante também por ele gestado. Mesmo aquela visão científica captada por um único olho, embora fundamental na proposição de procedimentos racionais e sustentáveis dos espaços, tem sido, a nosso ver, obliterada e posta à margem. Nesse embate de interesses e forças, talvez caiba mais um dito popular: “O Rei reina, mas não governa”. É quase isso: ignora-se o conhecimento científico.

Considerações Finais

As intrincadas relações que se interpõem no complexo litosfera – biosfera – atmosfera – hidrosfera têm constituído objeto fundamental para o campo das ciências ditas ambientais. Nesse campo, reconhecer, caracterizar, analisar e, acima de tudo, desvelar retroalimentações e causalidades é pauta há muito já perseguida pelo investigador científico embalado por uma perspectiva de laicização da Natureza, tal qual explicitado por Barros e Valadão (2016). Essa perseguição, em meados do século XX, gradativamente passa a incorporar demandas da dimensão do humano e, portanto, das sociedades. Surge daí mais uma esfera no já complexo cenário anteriormente traçado, a tecnosfera. Essa esfera, repleta de fixos e fluxos construídos graças aos recursos tecnológicos desenvolvidos pela ciência (Santos, 2006), instaura a tecnificação que, embora domine a Natureza e acelere a libertação do homem das injunções impostas por essa última, degrada e corrói a qualidade de vida nas sociedades contemporâneas. Esse é o antagonismo ao qual hoje estamos submetidos.

Desse quadro antagônico é que emergem questões urgentes ligadas à inerente migração da água pelas aludidas esferas. Há, como vimos, migrações hídricas que são plenamente explícitas, pois se processam em superfície (item 2, deste artigo), transformando-se prontamente em demandas sociais que anseiam por mais apurada qualidade de vida. Não obstante, há migrações hídricas de difícil reconhecimento pelo olhar do leigo e é por ele comumente ignorado, pois se fazem sob nossos pés e de modo imperceptível (itens 2 e 3). Embora de difícil reconhecimento, essas migrações da água no subsolo desempenham papel fundamental em processos na superfície e, mais ainda, impactam nas demandas sociais que nela se reproduzem, sobretudo em terrenos cársticos (itens 3.1 e 3.2).

Todavia, esse desconhecimento é traço característico do olhar do leigo, não do investigador científico. Parafraseando Kresic (2013), não é a ausência de conhecimento quanto à dinâmica da migração da água e suas implicações em terrenos cársticos uma escusa para sua usual desconsideração em planejamentos ambientais e na vasta gama de usos do solo sobre eles efetivada (itens 4, 4.1 e 4.2). Esse é mais um desafio interposto às ciências ambientais: desenvolver estratégias e recursos tecnológicos, visando à mitigação de danos já instaurados, bem como materializar, na prática, os rumos traçados por políticas e instrumentos de planejamento e gestão territorial comprometidos com a sustentabilidade.

Referências

- ALBRECHT, K. J. *Avaliação geológica-geotécnica de terrenos sujeitos a problemas cársticos – base para o mapeamento geotécnico*. 1998. 210f. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1998.
- ALT, L. de R. *Efetividade sócio-ambiental da APA Carste de Lagoa Santa - MG: uma avaliação a partir de suas ferramentas de planejamento e gestão*. 2008. 243f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- ALT, L. de R.; VALADÃO, R. C.; CARMO, V. A. Avaliação da efetividade da APA Carste de Lagoa Santa a partir do estudo das relações entre os habitantes e a Unidade de Conservação. *Cadernos Manuelzão*, v. 3, p. 51-62, 2008.
- BARROS, P. H. C. de A.; VALADÃO, R. C. Cronologia na Corologia – A construção de uma perspectiva temporal. *Revista UFMG*, v. 23, n. 1/2, p. 196-221, jan./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/11002/8328>>. Acesso em: 30 maio 2018.
- BECK, B. F.; SINCLAIR, W. C. *Sinkholes in Florida: An Introduction*. Orlando: The Florida Sinkhole Research Institute, 1986. Report 85-86-4, 16p.
- BERBERT-BORN, M. Carste de Lagoa Santa, MG: berço da paleontologia e da espeleologia brasileira. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. L. C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM/CPRM, 2002. v. 1, p. 415-430. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio015/sitio015.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- BOTELHO, L. A. L. A.; VALADÃO, R. C. Abastecimento Público em Ambiente Cárstico: o caso do Município de Sete Lagoas/MG. In: Encontro Brasileiro de Estudos do Carste, 2, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Instituto de Geociências/USP, 2007. v. 1, p. 123-126.

- BOTELHO, L. A. L. A. *Gestão dos recursos hídricos em Sete Lagoas/MG: uma abordagem a partir da evolução espaço-temporal da demanda e da captação de água*. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- BRAZ DA SILVA, A. Abatimento de solo na cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais. *Revista Águas Subterrâneas*, v. 12, n. 1, p. 57-66, 1988. Disponível em: <<https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/11283/7864>>. Acesso em: 6 abr. 2018.
- DEMANGEOT, J. *Les Milieux "Naturels" du Globe*. 2^e édition. Paris: Masson, Collection Geographie, 1987. 250p.
- KARMANN, I. Ciclo da água, água subterrânea e sua ação geológica. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs.) *Decifrando a Terra*. 3^a reimpressão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008, p. 113-138.
- KRESIC, N. *Water in Karst: management, vulnerability and restoration*. New York: Mc Graw-Hill, 2013. 708p.
- NAKAZAWA, V. A.; PRANDINI, F. L.; DINIZ, N. C. Subsídências e colapsos de solo em áreas urbanas. In: BITAR, O. Y. (Coord.). *Curso de Geologia Aplicada ao Meio Ambiente*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 1995. Cap. 3-5, p. 101-133.
- OLIVEIRA, L. M. de. *A gestão de riscos geológicos urbanos em áreas de carste*. 1997. 46f. Monografia (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica, Curitiba, 1997.
- OLIVEIRA, L. M. de. *Acidentes geológicos urbanos*. Curitiba: Mineropar - Serviço Geológico do Paraná, 2010. 78p.
- PEREIRA, M. C. *O carste sob os olhares da superfície: fragilidade, antropismo e planejamentos urbano e ambiental na região cárstica de Lagoa Santa - MG*. 2018. 224f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- PRANDINI, F. L.; NAKAZAWA, V. A.; ÁVILA, I. G.; OLIVEIRA, A. M. S.; SANTOS, A. R. Cajamar - carst e urbanização: zoneamento de risco. In: Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia, 5, 1987, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABGE, 1987. v. 2, p. 461-470.
- PRANDINI, F. L.; NAKAZAWA, V. A.; SANTOS, A. R. *Evolução de cavidades em carst coberto – contribuição da Geologia de Engenharia*. In: Simpósio Latino-Americano sobre Risco Geológico Urbano, 1, 1990, São Paulo. *Atas...* São Paulo: ABGE, p. 197-205.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS. *Relatório para o Plano Diretor do Município de Sete Lagoas*. Sete Lagoas, 2006.
- REBOUÇAS, A. C. Águas subterrâneas. In: REBOUÇAS, A. C.; Braga, B. & Tundisi, J.G. (Orgs.) *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. 2^a ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. 703p.

SALLUN FILHO, W. Subsidência e colapso em terrenos cársticos. In: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. do (Orgs.) *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. Cap. 7, p. 99-110.

SANTOS, A. R. dos *Terrenos Calcários: Áreas de risco geológico para a Engenharia e para o Meio Ambiente*. 2008. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2008/05/05/37974-terrenos-calcarios-areas-de-risco-geologico-para-a-engenharia-e-para-o-meio-ambiente.html>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 258p. Disponível em: <http://files.leadit-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

SILVEIRA, J. S.; VALADÃO, R. C. Geomorfologia cárstica aplicada à Análise locacional de empreendimentos Industriais. In: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 7, Encontro Latino-Americano de Geomorfologia, 2, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: União da Geomorfologia Brasileira - UGB, 2008. v. 1, p. 1-13.

SUMMERFIELD, M. A. *Global Geomorphology*. Harlow: Pearson - Prentice Hall, 1991. 537p.

TIHANSKY, A. B. Sinkholes, west-central Florida - A link between surface water and ground water. In: GALLOWAY, D.; JONES, D. R. INGEBRITSEN, S. E. (Eds.) *Land Subsidence in the United States*. Reston: U.S. Geological Survey Circular 1182, 1999. p. 121-140. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/circ/circ1182/pdf/15WCFlorida.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2018.

VARGAS, M. O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema sócioambiental. *Revista Ambiente e Sociedade*, ano 2, n. 5, 1999. p. 109-134. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a09.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

WALTHAM, T.; BELL, F. G; CULSHAW, M. *Sinkholes and Subsidence, Karst and Cavernous Rocks in Engineering and Construction*. Chichester: Springer, Praxis Publishing, 2005. 350p.

WOLFE, W. J.; HAUGH, C. J.; WEBBERS, A.; DIEHL, T. H. *Preliminary conceptual models of the occurrence, fate, and transport of chlorinated solvents in karst regions of Tennessee*. Nashville: U.S. Geological Survey Water-Resources Investigations Report, 97-4097, 1977. 80p. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/wri/wri974097/graphics/wrir.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2018.



A SALVAÇÃO DA LÍNGUA:

a narrativa como pátria em *Die Gerettete Zunge*, de Elias Canetti

RAFAEL HUMBERTO SILVEIRA*

RESUMO O presente artigo analisa a função de língua(s) e literatura como elementos da construção de uma identidade transnacional e multilíngue no contexto de migração descrito na obra autobiográfica *Die gerettete Zunge*, de Elias Canetti (1905–1994). As línguas e narrativas mencionadas na obra são analisadas em relação à sua relevância na formação do escritor e na criação de uma perspectiva em relação à migração e sua representação literária.

PALAVRAS-CHAVE Elias Canetti. Literatura de língua alemã. Literatura de migração.

THE SALVATION OF LANGUAGE: narrative as homeland in *Die gerettete Zunge* by Elias Canetti

ABSTRACT This article analyzes the function of language(s) and literature as key elements for the construction of a transnational and multilingual identity in the context of migration described in the autobiographical book *Die gerettete Zunge* or *The Tongue Set Free* by Elias Canetti (1905–1994). The languages and narratives mentioned in the book are analyzed in terms of their relevance for the writer's personal development and for the construction of a perspective regarding migration and its literary representation.

KEYWORDS Elias Canetti. German literature. Migration literature.

* Doutorando em Literatura alemã e Master of Arts em Literatura, Artes e Cultura pela Universidade Friedrich Schiller em Jena, Alemanha. E-mail: raphael-humberto.silveira@uni-jena.de

Introdução

¹ CANETTI, Elias: *Die gerettete Zunge. Geschichte einer Jugend*. Munique; Viena: Carl Hanser, 1977.

² A tradução atualmente disponível para o português brasileiro é CANETTI, Elias: *A língua absolvida. História de uma juventude*. Tradução: Kurt Jahn. São Paulo: Companhia das Letras 2010. Essa tradução será citada apenas como referência para a localização dos excertos mencionados, portanto com a abreviação “v.” para “vide”, uma vez que apresenta problemas que se relacionam diretamente à temática aqui abordada, como será explicado a seguir. Todas as demais traduções para o pt. bras. presentes neste artigo são de minha autoria.

³ CANETTI, Elias: *Die Fackel im Ohr. Lebensgeschichte* 1921–1937. Munique; Viena: Carl Hanser, 1980. Trad. pt. bras.: CANETTI, Elias: *Uma luz em meu ouvido. História de uma vida*. Tradução: Kurt Jahn. São Paulo: Cia. das Letras, 2010 (a).

⁴ CANETTI, Elias: *Das Augenspiel. Lebensgeschichte* 1931–1937. Munique; Viena: Carl Hanser, 1985. CANETTI, Elias: *O jogo dos olhos*. Tradução: Sergio Tellaroli. São Paulo: Cia. das Letras, 2010 (b).

Die gerettete Zunge. *Geschichte einer Jugend*¹, em tradução livre *A salvação da língua*², é a primeira parte de uma trilogia de relatos autobiográficos do escritor Elias Canetti (1905–1994). As outras duas partes são *Die Fackel im Ohr*³ e *Das Augenspiel*⁴, publicados originalmente em alemão respectivamente em 1977, 1980 e 1985. O primeiro volume aqui analisado abarca o período a partir de 1905 – ou, mais especificamente, por volta de 1907, data da “lembrança mais primeva”⁵ do autor – até 1921. Embora a obra de Canetti de maior relevância literária seja seu primeiro romance, *Die Blendung*⁶ – em tradução livre *A ofuscação*⁷ –, publicado originalmente em 1935, é com a trilogia autobiográfica que o escritor alcança um público mais amplo e internacional, criando um marco importante na literatura de migração e mundial. Apesar da reconhecida e premiada relevância da trilogia, nos estudos literários atuais, há ainda poucos trabalhos que a contemplem com maior profundidade. O presente artigo é, portanto, também uma tentativa de compensar minimamente e incentivar a superação dessa lacuna de pesquisa, explicitando os paralelos da obra com uma temática central para sua constituição: a construção identitária no contexto de migração, mais especificamente neste caso, por meio da(s) língua(s) e literatura.

A temática da migração e sua relação com a construção identitária são altamente relevantes no cenário sociopolítico moderno. O agravamento dos conflitos no Oriente Médio a partir de 2010 atingiu proporções intercontinentais, especialmente a partir de 2014, gerando um aumento do fluxo migratório, sobretudo em direção à Europa. Disso resultaram fortes reações populares, muito diversas entre si, que passaram por esforços humanitários exemplares, envolvendo a criação e manutenção de estruturas não governamentais de apoio a refugiados, até o extremo oposto, como a fundação de um movimento popular contra a “islamização do Ocidente”⁸. A isso se seguiu uma preocupante onda de instabilidade política, também na Europa central e do norte.

A Europa, entretanto, não representa um caso isolado: no ano de 2015, o número de migrantes forçados ou refugiados, no mundo, foi estimado pela Organização das Nações Unidas em 65,3 milhões de pessoas.⁹ É importante diferenciar, nesse contexto, exílio de migração: o exílio se refere à migração forçada visando à proteção de condições normais de sobrevivência daqueles que passam então a ser chamados de “refugiados”; a migração é preponderantemente voluntária e visa, entre outros, ao melhoramento da situação socioeconômica, profissional, educacional do migrante. Embora os números possam variar de acordo com a definição do conceito de migrante, uma estimativa da ONU revelou que, em 2015, existiriam no total 244 milhões de migrantes em todo o mundo.¹⁰

Uma alternativa viável para o combate à intolerância social apregoada pela radicalização do populismo é a História, tanto no sentido da investigação das circunstâncias vivenciadas pelas gerações anteriores quanto das histórias, factuais ou ficcionais, deixadas por essas gerações.¹¹ A literatura e os estudos literários oferecem, assim, mecanismos de análise de histórias com alto potencial de conscientização, uma vez que o trabalho com relatos da alteridade nos convida a uma imersão na perspectiva do outro. Em nenhum outro contexto, esse potencial pode ser mais importante do que no esforço de compreensão da situação dos que foram excluídos ou marginalizados em circunstâncias de conflito, intolerância, discriminação, preconceito. A análise da obra de Canetti e do período em que se insere apresenta, dessa forma, um alto potencial de elucidação e de advertência em relação aos contextos históricos da época de seu surgimento e ao contexto atual.

Parte do período abordado no primeiro tomo da trilogia comemora, neste ano, seu centenário juntamente com a data do fim da sangrenta Primeira Guerra Mundial (1914–1918), cuja eclosão merece especial atenção. Os progressos tecnológicos da virada do século XIX para o século XX aumentaram não apenas a mobilidade espacial de pessoas e mercadorias: as inovações também expandiram imensamente o horizonte de experiência das gerações nascidas nas décadas próximas de 1900, modificando profundamente sua relação com o avanço da tecnologia.

O escritor austríaco Stefan Zweig (1881–1942) descreve nos capítulos iniciais de seus relatos autobiográficos, intitulados *Die Welt von gestern. Erinnerungen eines Europäers*, ou *O mundo de ontem: memórias de um europeu*¹², o período que antecedeu a eco-

⁹ Este é também o título do primeiro subcapítulo, “Meine früheste Erinnerung”.

⁶ CANETTI, Elias: *Die Blendung*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1994. Sobre a relevância da obra ver, por exemplo FRENZEL, Herbert A.; FRENZEL, Elisabeth: *Daten deutscher Dichtung. Chronologischer Abriss der deutschen Literaturgeschichte*. Bd. 2. Vom Realismus bis zur Gegenwart. Munique: Dtv, 1990, S. 608 ou DURZAK, Manfred: *Canettis Lebensroman. Zu einigen Prinzipien seiner Darstellung*. In: ANGELOVA, Penka; STAITSCHEVA, Emilia (Hg.): *Autobiographie zwischen Fiktion und Wirklichkeit: internationales Symposium, Ruse, Oktober 1992*. St. Ingbert: Röhrig 1997 (=Schriftenreihe der Elias-Canetti-Gesellschaft; Bd. 1), p. 29-46.

⁷ CANETTI, Elias: *Auto de fé*. Tradução: Herbert Caro. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

⁸ Em alemão “Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes” ou PEGIDA.

⁹ V. UNHCR. The UN Refugee Agency Website: <http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html> Acesso em 21 mar. 2018.

¹⁰ A definição de “migrante” que consta na fonte citada é “pessoa vivendo fora do país em que nasceu” (“[...] persons living in a country other than where they were born”). Fonte: UNITED NATIONS ORGANISATION. Website: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/>

blog/2016/01/244-million-international-migrants-living-abroad-worldwide-new-un-statistics-reveal/ Acesso em 21 mar. 2018. É interessante refletir, em face da dificuldade relativa à definição do conceito de migrante, a qual categoria Canetti e sua família pertenceriam: à migração clássica, não forçada.

¹¹ Essa é a estratégia desenvolvida, por exemplo, em KRISTEVA, Julia: *Strangers to Ourselves*. New York (e. a.): Columbia University Press, 1991.

¹² ZWEIG, Stefan: *Die Welt von gestern. Erinnerungen eines Europäers*. Berlin; Weimar: Aufbau-Verlag, 1990. Traduções existentes para o pt. bras.: ZWEIG, Stefan. *Autobiografia: o mundo de ontem*. Tradução: Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. ZWEIG, Stefan. *O mundo de ontem: memórias de um europeu*. Tradução: Manuel Rodrigues. Porto: Civilização 1970.

¹³ Tradução própria de ZWEIG (1990, p. 14-15): [...] dieser Glaube an den ununterbrochenen, unaufhaltsamen ‚Fortschritt‘ hatte für jenes Zeitalter wahrhaftig die Kraft einer Religion.

¹⁴ ZWEIG (1990, p. 8): “In dem einen kleinen Intervall, seit mir der Bart zu sprossen begann und seit er zu ergrauen beginnt, in diesem einen halben Jahrhundert hat sich mehr ereignet an radikalen Veränderungen und Verände-

são da Grande Guerra como tendo sido marcado por prosperidade, bem-estar social e extremada confiança no futuro: “[...] essa crença no ‘progresso’ contínuo e irrefreável possuía para aquela época de fato a força de uma religião”¹³, em nome da qual condutas muitas vezes contrárias ao bem-estar humano seriam justificadas. Em outro trecho de *O mundo de ontem*, Zweig comenta os efeitos do vertiginoso ritmo de transformações pelas quais sua geração passou:

Nesse breve intervalo, desde que me começou a nascer barba até o momento em que ela começa a se tornar grisalha, nesse meio século ocorreram mais mudanças e transformações radicais do que em geral durante dez gerações, como cada um de nós sente: quase chega a ser demasiado! Meu hoje é tão diferente de cada ontem, minhas ascensões e quedas, que por vezes parece que tive não apenas uma, mas sim várias existências completamente diferentes entre si.¹⁴

É interessante constatar que as vivências narradas pelos dois autores – Stefan Zweig e Elias Canetti –, em seus respectivos relatos autobiográficos, contrastam em pontos importantes: assim como a guerra apenas reforçou ainda mais o amor de Zweig pela humanidade – característica em comum com Elias Canetti – e sua convicção em relação ao pacifismo, os períodos de migração por países como Inglaterra, Estados Unidos, Argentina e Paraguai intensificaram no autor o sentimento de seu pertencimento a uma identidade europeia. Para Canetti, o período de migração e a experiência da(s) guerra(s) trouxeram, por outro lado, a consciência da artificialidade e do perigo da ideia do nacionalismo e da relação entre massa e poder, elementos elaborados sobretudo na segunda parte da trilogia e explorados a fundo por Canetti em seu livro *Masse und Macht* ou *Massa e poder*.¹⁵

Zweig busca traçar um panorama de toda uma época e seus principais atuantes, mostrando problemas, denunciando injustiças, citando os nomes mais importantes, vinculando sua vida às demais que cruzaram seu caminho. Sua perspectiva é marcada pela sobriedade, pela experiência pessoal e coletiva da decadência e pela consequente desilusão em relação ao presente – embora se mostre convictamente esperançoso em relação a um futuro que já não acredita vir a presenciar. Nos relatos de Canetti, o leitor é quase sempre guiado pela perspectiva do narrador em meio a acontecimentos de cunho pessoal, como no caso da curta menção ao Atentado de Sarajevo em 1914:

Mal tenho lembranças do primeiro ano em Viena no que se refere à escola. Apenas no fim desse período aconteceu algo, quando o príncipe herdeiro do trono foi assassinado. O senhor Tegel tinha sobre sua mesa uma edição extraordinária de um jornal com bordas pretas. Todos tivemos de nos levantar, e ele nos comunicou o acontecido. Então cantamos o Hino do Imperador, e ele nos mandou para casa – pode-se imaginar nossa alegria.¹⁶

-und Veränderungen als sonst in zehn Menschenge-schlechtern, und jeder von uns fühlt: zu vieles fast! So verschieden ist mein Heute von jedem meiner Gestern, meine Aufstiege und meine Abstürze, daß mich manchmal dünkt, ich hätte nicht bloß eine, sondern mehrere, völlig voneinander verschiedene Existenzen gelebt."

¹⁵ CANETTI, Elias: *Massa und Macht*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1991. Tradução existente para o pt. bras.: CANETTI, Elias: *Massa e poder*. São Paulo Cia. das Letras, 1995.

¹⁶ CANETTI, 2010, parte 3, cap. "Viena 1913-1916", subcapítulo "O terremoto de Messina".

¹⁷ CANETTI, 2010, parte 3, cap. "Viena 1913-1916", subcapítulo "Eclosão da guerra".

Alguns fatos e eventos de maiores proporções, que extrapolaram a compreensão do autor quando ainda criança, são comentados, no texto da primeira parte da trilogia, apenas em sua relevância dentro do contexto familiar. Um exemplo é o episódio em que Elias e seus dois irmãos, Nissim e Georges, são atacados por uma multidão enfurecida num parque na cidade de Baden, próxima a Viena, após entoarem o hino nacional inglês durante a execução do hino alemão por ocasião do anúncio da declaração de guerra da Alemanha contra a Rússia.¹⁷ Outro exemplo drástico do sucumbir de eventos de grandes proporções no contexto da vida familiar encontra-se na mesma parte dos relatos, que abarca o período por volta de 1913, quando a família se encontrava na Suíça e em Viena: a ausência de uma menção da escalada dos conflitos entre Sérvia e Bulgária (onde parte da família de Canetti se encontrava) relativos à posse de territórios na Macedônia. Os conflitos levariam à segunda guerra nos Bálcãs, na qual mais de 60.000 pessoas (entre elas 18.000 búlgaros) perderam suas vidas. A inexistência de uma menção, em seus relatos, a fatos de grande relevância internacional não deve, entretanto, ser interpretada como mera indiferença por parte do autor, que se posiciona politicamente e aborda o cerne de algumas dessas questões nas outras partes da trilogia e em outras de suas obras.

Outra diferença importante entre os relatos de Canetti e Zweig pode ser identificada por meio da comparação do título da primeira parte das memórias de Canetti (*A salvação da língua*) com o subtítulo dos relatos de Zweig (*Memórias de um europeu*): Zweig, natural de Viena, onde também cresceu, durante um dos períodos mais culturalmente férteis da sociedade austríaca, sinaliza a busca de uma identificação identitária por meio da alusão a uma origem europeia comum, que havia sido atacada pela ideologia fascista/nazista e violentada pela guerra. Sua referência de identificação é baseada na aspiração de uma unidade europeia como aquela contida no lema da atual União Europeia: "In varietate concordia". Da perspectiva em que Zweig escrevia seus relatos, entretanto, a Europa parecia nunca haver estado tão longe do propósito de formar uma comunidade unificada.

A última de suas “existências”, sentidas e descritas pelo escritor como extremamente díspares, foi o exílio no Brasil, onde viveu junto de sua mulher, Charlotte Altmann, até 1942, quando decide colocar um fim em sua exaustiva “peregrinação”:

Aprendi a amar cada dia mais esse país e em nenhum outro lugar eu preferiria reconstruir minha vida desde o princípio, uma vez que o mundo da minha própria língua para mim ruiu e [...] minha pátria intelectual destrói a si mesma. Porém, depois do sexagésimo ano de vida eu necessitaria de uma força descomunal para recomeçar do zero. E após os [...] longos anos de peregrinação apátrida, minhas forças se acabaram.¹⁸

¹⁸ ZWEIG, Stefan: [Abschiedsbrief]. 22/ 2/1942. Disponível on-line: https://de.wikisource.org/wiki/Abschiedsbrief_Stefan_Zweigs
Os colchetes representam trechos rasurados pelo autor no original.

Que fatores teriam impedido que o roteiro migratório da família de Canetti e o roteiro traçado pelo próprio Elias em sua vida adulta o levassem a um fim semelhante ao de Zweig? Uma das condições que possibilitaram e condicionaram o desenvolvimento de uma perspectiva de abertura e pluralização cultural e linguística para Canetti, como quero argumentar no que se segue, foi a perspectiva do autor em relação à migração e seu vínculo com língua e literatura.

O mundo da língua que Canetti considerava sua – a mesma língua alemã de Zweig, cujo sotaque vienense inclusive deveria ser o mesmo da mãe de Canetti – permanece, diferentemente do caso do austríaco, a salvo: Canetti cria, por meio dos vínculos linguístico e literário, seu elo de construção identitária. *A salvação da língua* é também a salvação de uma identidade emocional, cultural, intimamente ligada às experiências migratórias transnacionais – e, conseqüentemente, antinacionalistas – do autor. A língua, sobretudo a narrativa, tornam-se uma proteção contra a tendência geral de ideologização e mobilização bélica que pairava no ar de Viena em 1914.

Embora nascido no – então principado – da Bulgária, na cidade de Ruse, fronteira com a Romênia, Canetti jamais chegou a obter o passaporte búlgaro.¹⁹ Seu pai e seus avós paternos eram naturais da cidade de Edirne, na Turquia, próxima à fronteira com Bulgária e Grécia, e tinham, assim como a mãe de Canetti (nascida também em Ruse), passaportes turcos por motivos práticos e de segurança. Após emigrar da Alemanha, em 1938, devido às perseguições dos nazistas aos judeus, o autor se muda para a Inglaterra e se naturaliza cidadão inglês em 1952. Mais tarde ele retornaria para Zurique, na Suíça. Esses são alguns dos fatos que dificultam a atribuição de uma nacionalidade ao escritor, cuja biografia migratória extrapola os parâmetros convencionais de definição.

¹⁹ HANUSCHEK, Sven: *Elias Canetti. Biographie*. Munique; Viena: Carl Hanser, 2005.

A família, embora estabelecida na Bulgária, onde o avô paterno desempenhava atividades comerciais, cultivava sua identidade judia sefardita, estando consciente de sua origem hispânica.²⁰ Os pais, Jacques e Mathilde (nascida Arditti) Canetti resolvem deixar a Bulgária em 1911, em busca de maior liberdade individual e prosperidade em Manchester, Inglaterra. Entretanto, a tragédia da súbita morte do pai, já no ano seguinte à chegada à Grã-Bretanha, faz com que a mãe de Elias resolva se mudar novamente com os filhos, primeiramente para Viena, na Áustria, e mais tarde para Zurique, na Suíça. As seções em que os relatos desse período se dividem foram denominadas segundo as cidades nas quais a família viveu e o respectivo período de permanência, reforçando a importância exercida pelo deslocamento na estruturação cronológica das memórias do autor. Associado ao fator do deslocamento, entretanto, já no título dos relatos apresenta-se um fio condutor da narrativa subjacente ao roteiro migratório da família: as línguas.

O aspecto linguístico é um dos elos semânticos que se pronunciam de modo mais intenso nos relatos, vinculado intimamente à relação do autor com seus pais. Elias é estimulado por seu pai ao hábito da leitura, iniciando-se pelas obras canônicas, da literatura europeia e mundial, cujo conteúdo reporta diligentemente ao pai em conversas que criam um vínculo emocional profundo. Sob a perspectiva materna, o autor entra em contato, já no período de sua infância e início de sua juventude, não apenas com línguas, mas também com um seletivo repertório de ideias nos âmbitos social, linguístico, artístico e de costumes, que o orientarão, segundo narra, para o resto de sua vida. No contexto de migração da família, língua e literatura tornam-se valores imprescindíveis, atuando, como será mostrado no que se segue, na formação identitária de Canetti e na construção de uma noção de pertencimento não a um lugar, mas, sim, a um patrimônio (ou matrimônio) cultural, a uma língua: ao alemão, a língua “secreta” falada por seus pais entre si e, mais tarde, ensinada ao autor por sua mãe, também poliglota e filomática.

O amor de Mathilde Canetti pela literatura e pelo teatro é transmitido a seu filho durante e em parte no contexto de migração da família. No caso do autor, esse vínculo a um patrimônio imaterial serviu para abrandar ou até aniquilar por muito tempo a sensação de deslocamento (geográfico e cultural), como mostram menções específicas de seus primeiros encontros com os grandes clássicos da cultura erudita durante sua

²⁰ A desinência *sepharad* (ספרד) denota em hebraico a península ibérica. Como Hanuschek (2005, p. 35) explica, os sefarditas são descendentes dos judeus expulsos da Espanha em 1492. A família Canetti provavelmente seria originária do município de Cañete, província de Cuenca, em Castilla-La Mancha, entre Madri e Valência.

formação escolar essencialmente humanística. Língua e linguagem, contidas em uma única palavra em alemão (*Sprache*), fundem-se também em seu papel fundamental na autorrepresentação literária de Canetti. A análise de seus relatos possibilita reconhecer que, no contexto migratório, sobretudo no caso de sua família judia sefardita, a noção de origem é representada em grande parte pela língua, assim como pela dedicação, respeito e preservação da herança de uma identidade cultural.

A restrição da análise ao primeiro volume da trilogia autobiográfica se justifica tanto pelas condições de espaço, impostas pelo contexto do presente artigo, quanto pelo caráter formativo de maior profundidade e intensidade das experiências narradas nesse primeiro volume. Esse aspecto não representa, entretanto, uma limitação ao objetivo formulado inicialmente, de elucidar e enfatizar a função, descrita nos relatos memorialísticos do autor, de língua e literatura como ferramentas de construção de identidade num contexto migratório multicultural e plurilinguístico. Num primeiro momento, serão contempladas algumas das línguas abordadas nos relatos, como espanhol, inglês e alemão, em seções separadas, para, em seguida, ser traçado um panorama geral dos aspectos mais importantes de sua contribuição, de acordo com trechos dos relatos que embasam e exemplificam a hipótese levantada anteriormente. A seguir, serão analisadas algumas das estruturas discursivas utilizadas nos relatos, que auxiliarão no embasamento da conclusão da presente argumentação.

Desenvolvimento

²¹ EDFELT, Johannes: *Award Ceremony Speech*. The Nobel Foundation, 1981. Disponível on-line: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1981/presentation-speech.html> Acesso em 23 fev. 2018.

²² MOSLUND, Sten Pultz: *Migration Literature and Hybridity. The Different Speeds of Transcultural Changes*. Basingstoke (e. a.): Palgrave Macmillan, 2010, p. 6.

“The exiled and cosmopolitan author Canetti has one native land, and that is the German language”²¹ – são as palavras introdutórias do discurso de entrega do prêmio Nobel de Literatura do ano de 1981, concedido a Elias Canetti, principalmente pela obra aqui abordada e sua temática. A aparente incoerência da ideia de uma língua materna como pátria pode ser justificada, nesse sentido, não apenas pela trajetória migratória do autor ou pelo cosmopolitismo a ele aqui atribuído, mas, acima de tudo, por sua condição primária de *autor*: A moderna literatura de migração aborda a identidade humana, cultural e nacional, assim como o processo de globalização, não apenas refletindo, mas também construindo um universo migratório inter e intratextual.²² O modo de construção desse universo migratório é o objeto a que se dedica o presente

artigo, cujo objetivo é explicitar brevemente as estratégias das quais lança mão Elias Canetti na composição de seus relatos autobiográficos.

As passagens episódicas narradas apresentam elementos à primeira vista díspares e contraditórios, mas que se entrecruzam, interagem e se influenciam mutuamente, formando a tessitura narrativa engendrada por Canetti. Os capítulos iniciais, mais curtos, apresentam os esforços do autor em não apenas reunir e descrever suas lembranças mais primevas, como também em situá-las no contexto familiar, cultural, geográfico e linguístico maior em que o autor se viu inserido em sua infância durante a migração de sua família.

Um elemento de ligação entre todas essas esferas são as línguas. A alusão a elas se inicia já no começo do livro, no impactante relato da “lembrança mais remota” do autor:

Minha lembrança mais remota está banhada em vermelho. Uma menina me carrega em seus braços, saímos por uma porta, o chão à minha frente é vermelho e à esquerda há uma escada, também vermelha. Do lado oposto ao que estamos, à mesma altura, uma porta se abre e dela sai um homem sorridente, que caminha em minha direção com ar amistoso. Ele chega bem perto de mim, para e me diz: “Mostra a língua!” Boto a língua para fora, ele põe a mão no bolso, tira um canivete, abre-o e chega a lâmina bem perto da minha língua. “Agora vamos cortar sua língua fora.” – diz. Não ousa recolher a língua, ele chega a lâmina cada vez mais perto dela, mais um pouco e a tocará. No último instante ele abaixa o canivete e diz: “Hoje ainda não, amanhã.” Ele fecha o canivete e o guarda de volta no bolso. Todas as manhãs saímos pela porta para o corredor vermelho, a porta se abre e o homem sorridente aparece. Sei o que vai dizer e espero sua ordem para mostrar a língua. Sei que vai cortá-la e tenho cada vez mais medo. Assim começa o dia e isso se repete várias vezes. [...]

A ameaça com o canivete surtiu efeito: O menino silenciou sobre isso por dez anos.²³

23 V. CANETTI, 2010, p. 3.

A alusão feita à língua no sentido orgânico cria um duplo sentido em relação ao título da obra e à interpretação de sua totalidade. A língua “salva” – tradução do particípio passado do verbo alemão “retten” (salvar) mais esclarecedora nesse contexto – pode ser interpretada, assim, essencialmente de duas formas: tanto em relação ao episódio narrado nessa passagem inicial do livro, referente ao órgão do autor, quanto ao idioma no qual seus pais se conheceram e se apaixonaram um pelo outro em Viena. A tradução como “língua absolvida” traz uma noção de passividade, por um lado condizente com a descrição do caso da ameaça física²⁴ narrada pelo autor no início do livro: A “ab-

24 Ameaça encenada pelo suposto amante de uma babá búlgara – contratada pelos pais de Canetti em 1907 para o período de suas férias em Karlsbad, na Áustria – para que o menino não contasse aos pais sobre os encontros secretos que fora forçado a presenciar, da babá, ainda menor de idade, com o amante.

solução” partiria do próprio perpetrador da ameaça, que simulava mudar de ideia na iminência do ato da amputação. Entretanto, a noção de agentividade contida no verbo “salvar” é mais condizente com a perspectiva geral dos relatos: A temática do penoso aprendizado da língua alemã e, por conseguinte, da recuperação de parte importante da memória do pai, do estabelecimento de um vínculo mais profundo com a mãe e da obtenção de um instrumento de descoberta e expressão identitária, estende-se por todo o livro. Considerando-se que o enfoque dos relatos recai sobre o processo de “salvar” a língua, e não sobre o objeto salvo em si, a sugestão de tradução do título que parece mais adequada é *A salvação da língua*, adotada aqui. Nela estão contidos o aspecto da agentividade, mencionado acima, e também uma nuance de sentido que amplia as possibilidades de sua interpretação: A língua também “salva” o autor da angústia e da dor pela perda de parentes e amigos, pela supressão de seu direito de acesso e permanência nos lugares em que passou sua infância, pela imposição da migração e do exílio. Esse aspecto é ressaltado aqui para que possa ser explorado mais detalhadamente na seção a seguir, em que o contato de Canetti com a língua alemã será discutido, e nas considerações conclusivas deste artigo.

A referência ao contexto de migração se faz presente desde o segundo subcapítulo do livro, “Familienstolz” ou “Orgulho de família”, assim como características regionais desempenham um papel importante no desenvolvimento da perspectiva multilinguística apresentada nos relatos. A cidade natal de Canetti, Ruse, no nordeste da Bulgária, apresentava, segundo o autor, nas primeiras décadas do século XX, uma extraordinária pluralidade étnica, cultural e linguística. Entre as origens étnicas identificadas pelo autor estavam, além de judeus sefarditas, mais próximos da família, búlgaros, romenos, turcos, gregos, albaneses, armênios, ciganos e russos.

Muitas vezes se conversava sobre idiomas; só em nossa cidade eram faladas sete ou oito línguas, e todos entendiam um pouco de cada uma. [...] Cada um enumerava as línguas que conhecia, e era importante que se dominasse muitas, pois poderia acontecer que com o seu conhecimento se viesse a salvar a própria vida ou a de outros.²⁵

25 V. CANETTI, 2010, p. 34.

Como exemplificado na citação acima, o domínio linguístico está associado à salvação da vida e à sobrevivência. As experiências linguísticas narradas nos relatos memorialísticos assumem, assim, desde muito cedo, grande importância na formação social e emocional de Canetti e auxiliam na elucidação do processo de formação identitária

no contexto migratório em que o autor passou sua infância. É conveniente para sua análise separá-las em grupos de acordo com a ordem cronológica em que são relatadas, como apresentado a seguir.

Búlgaro, hebraico e ladino

O contato de Canetti com o búlgaro dá-se por meio das pessoas que trabalhavam na casa da família, oriundas daquela região, sobretudo as criadas que lhe contavam histórias populares e de terror. Pelo fato de não ter continuado a ter contato com a língua búlgara depois da mudança da família para a Inglaterra em 1911, o autor afirma lembrar-se dessas histórias em alemão, apesar de estar seguro de tê-las ouvido originalmente em búlgaro. Esse é um dado que merece maior atenção: embora tenha nascido na Bulgária, Canetti apresenta em suas memórias uma espécie de justificativa para o fato de ter uma ligação forte não com o país, mas, sim, com as lembranças e sobretudo com as línguas faladas no contexto de sua infância. A recuperação dessas memórias de infância passou, assim, por uma recriação linguística da qual o autor se mostra consciente:

Das histórias fantásticas que ouvi, só as de lobisomens e vampiros me ficaram na memória. Talvez não contassem outras. Não há um livro de contos balcânicos que eu pegue sem logo reconhecer várias delas. Eu as tenho presentes em todos os seus detalhes, mas não na língua em que as ouvi. Apesar de tê-las ouvido em búlgaro, eu as conheço em alemão, e essa misteriosa tradução talvez seja o fato mais estranho de minha juventude que tenho para relatar [...].²⁶

26 V. CANETTI, 2010, p. 11.

Outra língua igualmente “salva” na memória de Canetti é o judeu-espanhol ou ladino, com o qual continuou a ter contato na Inglaterra, uma vez que ela ainda é falada por diversas comunidades sefarditas na Europa, Israel e Oriente Médio. O ladino é descrito como elemento maior de distinção de judeus sefarditas, que eram, então, segundo o autor, em sua maioria, formalmente cidadãos turcos por motivos práticos. Também a cidadania búlgara apresentava, assim, um valor meramente secundário frente ao pertencimento à comunidade judaica sefardita, possuidora de uma pronunciada consciência de sua origem hispânica, cultivada sobretudo por meio da língua. Essa identidade de grupo se manifesta, porém, também num hábito segregacionista: dentro da comunidade sefardita era proibida a união de seus membros com membros

de comunidades originárias da Europa central ou do leste europeu. Havia, além disso, uma separação estrita de membros da própria comunidade sefardita entre aqueles de “boa família” de um lado – como a família materna do autor, os Arditti –, e, de outro, aqueles cuja família havia ascendido socialmente há poucas gerações – como a família paterna Canetti. Esses aspectos de valorização moral e costumes fazem parte do que o autor afirma ser efeito de uma “mentalidade hispânica”, cuja impressão deixada em suas lembranças superaria aquela deixada pelas canções infantis e romances espanhóis que lhe foram apresentados na época.²⁷

27 V. CANETTI, 2010, p. 5. Também Stefan Zweig descreve o mesmo comportamento como característico para os judeus em geral. V. ZWEIG, 1990, p. 22.

O ladino foi utilizado pela família no âmbito interno ao círculo familiar paterno (Canetti) e materno (Arditti) e da comunidade judaica sefardita na qual ambas se inseriam e, externamente, no âmbito da comunidade da cidade de Ruse, com sua peculiar pluralidade anteriormente citada. Entretanto, a família mudou sua língua de comunicação para o inglês após a chegada a Manchester, fato que indica menos uma falta de arraigamento em relação ao ladino do que uma orientação em relação à absorção profunda dos elementos trazidos pela migração.

O hebraico apresenta-se nos relatos como “língua mágica” ou “*die Zaubersprache*”, título de um dos capítulos da obra. É o idioma cerimonial religioso vigente, utilizado, por exemplo, nas celebrações do Sêder de Pessach, a páscoa judaica, em que o avô Canetti respondia (num rito tradicional) à pergunta do neto primogênito e homônimo com a leitura da Hagadá, contando a história da libertação dos judeus do Egito. Por se restringir ao cumprimento de funções religiosas – num contexto em que a prática do judaísmo poderia significar exclusão social –, o hebraico perde espaço durante a formação escolar do autor. O jovem Elias fora incentivado pelo avô a frequentar aulas na escola de Talmude Torá durante o período em que a família morou em Viena (1913-1916), porém descreve sua frustração com as aulas, em que se aprendia apenas a ler ou recitar passagens sem discutir seu sentido. Nesse exemplo, fica claro que o interesse de Canetti não era a língua como sistema isolado, mas, sim, como instrumento de acesso a um inventário de ideias e narrativas.

A comunidade judia descrita nos relatos apresenta um padrão ambíguo de fechamento (ideológico e social) por um lado, mas, por outro, de abertura e tolerância em relação à comunidade que a circundava. É interessante notar que a separação em diferentes comunidades incompatíveis para o matrimônio entre si, apresentada pelo avô

paterno ao autor quando este contava apenas seis anos de idade – e que continha a proibição expressa de um casamento com um membro de uma comunidade asqueneza ou de origem alemã (ou *tudesco*, como narra Canetti) –, não excluía a admiração dos pais do autor pela língua e cultura alemãs. Esse fato desempenhou papel importante em relação à motivação de Canetti para aprender a língua alemã, sobretudo após a morte de seu pai, e a língua inglesa, ainda durante a vida deste.

A língua inglesa e o presente da literatura

Após a mudança da família para Manchester em 1911, o inglês é estabelecido como língua principal de comunicação da família, permanecendo como língua de contato entre o autor e seus dois irmãos, Nissim (1909–1997) e Georges (1911–1971) Canetti, até o final de sua infância. Um fato importante nesse contexto é que Canetti, diferentemente de seus irmãos, começa a frequentar a escola e a ser alfabetizado em inglês, como descrito nos relatos. O ano de 1912 fica marcado na memória do autor, no entanto, devido a um outro aprendizado muito mais severo e dramático que o da língua: o luto. Na escola primária que Canetti frequentava, sua professora, Miss Lancashire, narra à classe (na faixa etária de aproximadamente sete a oito anos) o episódio envolvendo a dura morte do capitão da Marinha britânica Robert F. Scott, em março daquele ano. O impacto causado em Canetti por esse acontecimento é tão grande que o faz perseguir por alguns anos a ideia de se tornar explorador naturalista. A propagação da imagem de dedicação total a uma causa produz forte efeito no pequeno Elias, estando, no caso de Scott, diretamente ligada a um gesto de expansão do poder e consequente fortalecimento da imagem do império britânico. Também o naufrágio do navio Titanic põe o menino em contato com o luto coletivo gerado pela tragédia e, consequentemente, com o aparato de conforto e amparo emocional criado pela construção de uma identidade coletiva/nacional. É possível que as vivências desse período tenham desempenhado um papel importante na decisão do autor, em mais tarde, após o fim da II Guerra Mundial, assumir a cidadania britânica, ainda que tenha continuado a redigir todas as suas obras exclusivamente em alemão.

Os dois fatos mais relevantes abordados no contexto dessa transição cultural e linguística são, no entanto, a iniciação de Canetti à leitura, por meio de seu pai, e a morte

deste, pouco mais de um ano após a mudança da família para a Inglaterra. A segunda parte dos relatos, “Manchester 1911 – 1913” se inicia com a descrição dos meses que sucederam à morte do pai do autor – fato que não havia até então sido relatado. A opção por essa introdução, que avança a narrativa em mais de um ano, cria uma tensão em respeito à postergação do relato das circunstâncias de falecimento. O vínculo emocional desenvolvido por Canetti com a língua inglesa é marcado, assim, em grande parte, pelo luto e por tentativas de superação deste. Uma dessas tentativas consistiu no ritual criado pela governanta inglesa, Miss Bray, em trazer alívio emocional às três crianças da família judia por meio do entoar de hinos religiosos cristãos – iniciativa vetada de forma veemente e imediata pela mãe de Canetti, que a descobre certo dia por acaso ao voltar para casa mais cedo.

Entretanto, o alívio maior encontrado pelo autor – naquela época ainda com apenas sete anos de idade – é o ato da leitura, que passa a representar também uma forma de recordação da figura paterna. Canetti recebe o primeiro livro como presente do pai alguns meses após começar a frequentar a escola: uma edição infantil de *The Arabian Nights* ou *As mil e uma noites*, que é rapidamente lida, muitas vezes relida, reportada e discutida com seu pai em conversas que marcaram a memória do autor. O conto adquire, assim, um valor simbólico, uma vez que o ato de narrar ocupa posição central – e literalmente vital – tanto na trama fictícia de Sherazade e Shariar, quanto na autobiográfica, composta pelo autor sob a mesma égide: “Eu poderia facilmente demonstrar que quase tudo aquilo que me tornei mais tarde estava contido nos livros que li por amor ao meu pai em meu sétimo ano de vida.”²⁸ Esse ponto será retomado aqui mais tarde, no contexto da análise da relevância das narrativas na formação pessoal de Canetti.

²⁸ V. CANETTI, 2010, p. 46.

A língua alemã – a língua secreta desvendada

A relação de Canetti com a língua alemã está profundamente ligada à sua relação com seus pais, em especial com sua mãe. Ele descobre, já na infância, a língua “secreta” em que seu pai conversa com sua mãe e na qual a trata não por seu primeiro nome, Mathilde, mas por “Mädi”²⁹, fato que aguça mais ainda sua curiosidade infantil. Nessa época, Elias empreende algumas tentativas de aprender o alemão de modo autodidata, repetindo e tentando memorizar palavras e sentenças que intercepta da conversa par-

²⁹ Em alemão ‘ä’ é pronunciado aproximadamente como ‘é’ em português.

ricular de seus pais, porém somente após a mudança da família para Zurique é que a mãe decide ensinar-lhe alemão e prepará-lo para a admissão escolar em Viena, para onde a família se mudaria de modo definitivo. O método escolhido se revela singular: primeiramente ela enuncia frases em alemão e as traduz ao filho. Ao final de cada frase, pede a ele que as repita, eventualmente corrige sua pronúncia e ordena que memorize tudo – sem ler nem escrever nenhuma das frases –, controlando, no dia seguinte, palavra por palavra. O período inicial é crítico para ambas as partes, uma vez que o método parece não funcionar como esperado. Elias é considerado por sua mãe como o culpado do insucesso das aulas e castigado verbalmente por ela como mentalmente incapaz, o que lhe causa grande sofrimento e impacto psicológico.

A governanta inglesa que acompanhara a família desde Manchester, Miss Bray, ao perceber o estado debilitado da criança, intercede junto à mãe, que afinal concorda em deixar com Elias o livro didático – que havia usado, até então, sem permitir-lhe tocá-lo – porém, segundo ela, somente para que o filho treine sua caligrafia. Com acesso ao livro e a possibilidade de reler e escrever as frases, o progresso do aprendizado de Canetti dispara. Por fim, o choque causado pelo processo vivenciado pela família durante os três meses de permanência em Lausanne se converte em alívio e numa espécie de rito de passagem, como o próprio autor expõe:

[...] em Lausanne, onde por toda a parte eu ouvia ser falado o francês, que aprendi espontaneamente e sem maiores complicações, renasci, sob a influência materna, para a língua alemã, e das dores desse parto surgiu em mim a paixão que me uniu a ambas, a essa língua e à minha mãe.³⁰

30 V. CANETTI, 2010, p. 92.

A imagem – aqui utilizada pelo autor – de um “renascimento” para a língua alemã compreende também o processo de conclusão de uma etapa primária da formação identitária de Canetti, que se completa com a chegada da família a Viena – onde, muitos anos antes, o relacionamento de seus pais começara – em alemão. É nessa língua que Canetti completará seus estudos escolares e acadêmicos (em Química) e, acima de tudo, é nela que escreverá todas as suas obras.

A salvação da narrativa

A narrativa é o ponto principal de interseção das línguas nos relatos memorialísticos de Canetti: os vínculos identitários construídos pelo autor nessa fase de sua infância estão diretamente relacionados às narrativas que lhe são apresentadas e às quais ele atribui parte fundamental de sua formação. Suas memórias mais primevas são pontuadas por narrativas orais que marcaram sua infância: a repetida encenação da ameaça de mutilação da língua do autor ainda criança, assim como a repetição do episódio da transformação de Kako na *galinica* humana; as histórias sobre lobos contadas pela mãe do autor e as de lobisomem contadas pelas criadas búlgaras; a triste história da irmã do refugiado armênio que cortava lenha para a família; o relato do crime passionai cometido por um turco; as profecias apocalípticas em 1910, por ocasião da passagem do cometa Halley. Assim, a primeira e a segunda parte dos relatos do primeiro volume da trilogia contêm a descrição do processo de transição da transmissão oral para a escrita, após o aprendizado da leitura pelo autor: A entrada de Canetti na escola primária em Manchester, em 1911, e na escola secundária, em Viena, é acompanhada de uma nova fase de leituras. Após o período de Manchester e a morte do pai, são narrativas literárias que passam a constituir os marcos do amadurecimento do jovem Canetti.

Entre outras narrativas mencionadas, três delas são apresentadas com especial ênfase: A primeira é *The Arabian Nights* ou *As mil e uma noites*, o primeiro livro que Canetti recebe como presente de seu pai. A versão lida pelo autor pertencia a uma série destinada a um público infantil e, portanto, não continha os elementos eróticos e de violência de versões para adultos. Pode-se inferir que o elemento mais representativo no fascínio que Canetti expressa por *As mil e uma noites* é o contexto em que o ato de narrar é apresentado – como forma de salvar a vida de Sherazade e, consequentemente, de todas as outras virgens que ainda viriam a ser sacrificadas pelo rei Shariar. Assim como os outros dois exemplos, trata-se de uma narrativa em certo grau metalinguística ou, em outras palavras, de uma estória sobre estórias.

A segunda narrativa descrita nos relatos como especialmente relevante para a formação de Canetti é a *Odisseia* de Homero, com a qual o autor trava contato aos dez anos de idade por intermédio de sua mãe, que lhe presenteia com um livro de introdução aos mitos da Antiguidade clássica. Em sua última leitura em público, em 1983,

ou seja, já após sua condecoração com o prêmio Nobel de literatura, por ocasião da comemoração dos 150 anos da escola cantonal que frequentara em Zurique, Canetti leu exatamente alguns dos trechos em que descreve o fascínio que os clássicos gregos, em especial a *Odisseia*, lhe causaram.³¹ O autor enfatiza, na primeira parte da trilogia, sobretudo a influência deles em sua formação literária: A narrativa do longo e sinuoso retorno de Odisseu a Ítaca teria suplantado em intensidade tudo o que viera antes em sua vida, tornando-se icônica em sua juventude.³²

31 HANUSCHEK, 2005, p. 78.

32 CANETTI, 2010, p. 118-120.

Analisando a atração exercida pelo clássico grego sobre o autor no contexto atual de comparação entre as demais narrativas que o influenciaram, é sensato supor que sua relevância se deva a, preponderantemente, dois fatores: o primeiro é a condição da personagem principal, Odisseu – as viagens narradas no poema, em vez de exaurirem as forças do herói, parecem torná-lo ainda mais astuto, resiliente e desejoso do retorno à sua ilha natal. O itinerário de Odisseu e as experiências por ele vividas são, assim, fundamentais para a formação daquilo que viria a constituir a essência de sua personalidade. O segundo elemento fundamental na análise da influência da *Odisseia* nesse contexto é o fato de os episódios narrados no poema homérico apenas adquirirem proporções épicas no momento em que se tornam matéria poética: é por meio do bardo cego Demódoco, que narra um incidente da guerra de Troia envolvendo Aquiles e Odisseu, que este se dá conta de que seus feitos passaram a constituir parte dos temas tratados por seus contemporâneos. Sua vida é imortalizada não pelos feitos fantásticos em si, mas, sim, por seu registro, ou antes, por sua (re)criação, elaboração e transmissão narrativas. Assim como a narrativa se torna o elemento de imortalização da figura de Odisseu, pode-se considerar que também Canetti lança mão dessa estratégia como uma possibilidade de suplantação da finitude da vida por meio da recuperação de parte do elemento ausente e sua imortalização na narrativa: A primeira parte da trilogia autobiográfica é dedicada pelo autor a seu irmão, Georges Canetti, que vem a falecer em 1971, antes da conclusão do livro.³³

33 BARNOUW, Dagmar: Elias Canetti zur Einführung. Hamburgo: Junius, 1996, p. 82.

A terceira narrativa de grande influência na formação de Canetti não é descrita na primeira parte da trilogia, mas, sim, na segunda – indicando, com isso, a intensidade do fascínio gerado pelas narrativas, que perpassa toda a obra: trata-se da epopeia babilônica de *Gilgamesh*,³⁴ com a qual o autor trava contato em Frankfurt am Main, por meio de uma leitura feita por um ator muito popular na época e pelo qual tinha grande

34 V. SIN-LÉQUI-UNNÍNNI: *Ele que o abismo viu. Epopeia de Gilgamesh*. Tradução do acádio, introdução e comentários de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

admiração, Carl Ebert (1887–1980). Canetti, que a princípio não se interessara demasiadamente pelo conteúdo da apresentação, mas antes pelo apresentador, é surpreendido e arrebatado pela intensidade dos versos. Sua impressão e interpretação de parte da obra estão contidas no capítulo “Gilgamesh e Aristófanes”, do segundo volume da trilogia: Canetti reconhece ali que a própria busca de Gilgamesh pela vida eterna, embora malograda, já seria uma justificativa de sua existência pelo fato de simbolizar a rebelião contra a morte. A rebeldia em favor da vida, partilhada e vivenciada por Canetti, manifesta-se fortemente em sua relação com as narrativas constitutivas de sua biografia. As narrativas sintetizam e cristalizam a matéria de que se constitui a existência humana. O respeito imposto pelas placas de argila babilônicas que nos legaram o conteúdo da epopeia mais antiga até hoje conhecida advém, em parte, do fato de que representam também uma empreitada singularmente bem sucedida de superação do esquecimento inerente à morte.

Considerações conclusivas

A presente análise abordou o impacto da migração na representação autobiográfica do escritor de língua alemã Elias Canetti, em sua obra *Die gerettete Zunge*. O argumento desenvolvido mostra que, por meio do roteiro migratório (geográfico, cultural e sentimental) descrito nos relatos, os elementos linguísticos e as narrativas se tornam uma espécie de pátria imaterial transnacional, à qual Canetti recorre frequentemente na construção de sua imagem autobiográfica.

Na introdução à temática, foi estabelecida uma comparação entre a abordagem de Canetti em relação ao contexto migratório, que marcou grande parte de sua vida, e a abordagem apresentada nos relatos autobiográficos intitulados de *Die Welt von gestern*, do escritor austríaco Stefan Zweig. Pôde-se concluir que, diferentemente dos relatos de Zweig, em que a migração no contexto de guerra é abordada como experiência de desenraizamento (em alemão *Entwurzelung*) ou desarraigamento, nos relatos de Canetti, o encontro de línguas e narrativas suplanta a importância dos elementos político e territorial e possibilita a recuperação ou até mesmo a criação de um sentido para a jornada, como descrito no início da segunda parte da trilogia autobiográfica, *Die Fackel im Ohr*.

Aceitei, sem resistência, as mudanças de ambiente em minha juventude. Jamais lamentei que, quando criança, tivesse sido exposto a impressões poderosas e contrastantes. Cada novo lugar, por mais exótico que me parecesse a princípio, me conquistava pelo efeito particular que produzia em mim e por suas ramificações imprevisíveis.³⁵

35 CANETTI, 2010 (a), p. 9.

A comparação entre as duas obras ressalta o fato de que Canetti adota uma perspectiva normalizadora de um fenômeno que ainda se mostra altamente problemático – como a referência ao cenário sociopolítico atual, feita na introdução deste artigo, ilustrou. Essa perspectiva confere à obra analisada um caráter passível de ser descrito como pós-moderno em sua orientação no que se refere a uma ruptura e superação do *state of the art* do conceito de migração no século XX. Algumas interpretações da obra de Canetti³⁶ a caracterizam como um estágio intermediário de transição entre a Modernidade clássica, da virada do século XIX para o XX, e uma Modernidade tardia, da *Trümmerliteratur* e suas ramificações. Outra interpretação possível do gesto normalizador dos contrastes apresentados (ou implícitos) nos relatos, sugerida pela argumentação desenvolvida na presente análise, é que o embasamento da construção identitária em aspectos transnacionais, como língua e narrativa, cria uma unidade de sentido na própria “justaposição de contrastes”³⁷ constitutiva da Modernidade. Nisso se evidencia o potencial elucidador dos estudos literários quanto a um reconhecimento e uma superação dos conflitos gerados pelo conjunto de fenômenos entendidos como “consequências da modernidade”.³⁸ Essa superação passa invariavelmente pelo reconhecimento do caráter de construto de ideias e ideologias, formativas das estruturas sociais e das relações de poder – entre as quais figura o nacionalismo – que também se manifestam e se reproduzem sob a forma de narrativas.³⁹ Afinal, o próprio conceito de “Modernidade” representa em si uma dessas narrativas, uma vez que em sua base está a tentativa de abarcar a complexidade do período de transformações profundas parcialmente descrito nas duas obras autobiográficas aqui analisadas.

A assimilação construtiva de contrastes por meio da criação narrativa (e consequentemente por meio da língua) é, como o presente artigo buscou mostrar, a “salvação” da língua (e da literatura) descrita por Canetti em sua autobiografia, para a condição – ainda majoritariamente considerada um problema – de multiplicidade da Modernidade:

Rather than thinking of migration and modernity, for example, as seemingly neutral objects of historical, sociological, anthropological and literary enquiry (a criticism that can

36 V. DURZAK, Manfred: Canettis Lebensroman. Zu einigen Prinzipien seiner Darstellung. In: ANGELOVA, Penka; STAITSCHIEVA, Emilia (Hg.): *Autobiographie zwischen Fiktion und Wirklichkeit: internationales Symposium*, Ruse, Oktober 1992. St. Ingbert: Röhrig, 1997 (=Schriftenreihe der Elias-Canetti-Gesellschaft; Bd. 1), p. 29-46, aqui p. 29.

37 Em referência a outro autor também nascido na Bulgária (e mais tarde radicado na França), Tzvetan Todorov (1939–2017), que reconhece que os avanços tecnológicos e o consequente crescimento da complexidade das relações sociais na Modernidade criaram não a supressão, mas uma justaposição de contrastes. V. TODOROV, Tzvetan: *La peur des barbares. Au-delà du choc des civilisations*. Paris: Robert Laffont, 2008, p. 3.

38 Como elabora GIDDENS, Anthony: *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1999.

39 Ponto abordado em BHABHA, Homi: *Nation and narration*. New York: Routledge, 1990.

40 CHAMBERS, Ian: *Migrating Modernities*. In: LEESE, Peter; MCLAUGHLIN, Carl; WITALISZ, Władysław (eds.): *Migration, Narration, Identity. Cross-Cultural Perspectives*. Frankfurt a. M.: Peter Lang, 2012 (Cracow Studies in English Language, Literature and Culture. Ed. by Elżbieta Chrzanowska-Kluczevska and Władysław Witalisz, v. 6.), p. 13-20, aqui p. 13.).

41 BARNOUW (1996, p. 83): “Die Sprache meines Geistes wird die deutsche bleiben, und zwar weil ich Jude bin. Was von dem auf jede Weise verheerten Land übrig bleibt, will ich als Jude in mir behüten. Auch ihr Schicksal ist meines; aber ich bringe noch ein allgemein menschliches Erbteil mit. Ich will ihrer Sprache zurückgeben, was ich ihr schulde. Ich will dazu beitragen, daß man ihnen für etwas Dank hat”.

42 Em referência à teoria apresentada em Bhabha, Homi: *The Location of Culture*. Abingdon: Routledge, 2004.

43 CANETTI, 2010, p. 15, assim como CANETTI, 1977, p. 15: *Es gibt wenig Schlechtes, was ich vom Menschen wie der Menschheit nicht zu sagen hätte. Und doch ist mein Stolz auf sie noch immer so groß, daß ich nur eines wirklich hasse: ihren Feind, den Tod.*

still be brought against many contemporary sociological and anthropological perspectives), we might change register here and begin to think with migration and follow its implications into the folds of a multiple modernity.⁴⁰

Por fim, a salvação maior que a língua pôde trazer ao autor e ainda pode trazer àqueles que a ela se dedicam é apresentada por Canetti da seguinte forma:

Minha língua intelectual permanecerá o alemão apesar de eu ser judeu. O que resta do país, devastado de todas as formas, quero, como judeu, conservar em mim. O destino dela é também o meu; porém, carrego em mim ainda uma herança humana comum. Quero devolver à língua deles aquilo que a ela devo. Quero contribuir para que possamos ser gratos aos alemães por alguma coisa.⁴¹

Mesmo nesse contexto, a contribuição de Canetti à literatura mundial e aos estudos literários vai além de uma mera “absolvição” da língua, ela se aproxima de sua redenção. Não só a autobiografia, mas também a própria biografia de Canetti constituem um dos maiores exemplos do esforço pela autonomização da expressão literária em relação a categorias ideológicas no século XX. É nesse sentido que sua obra constitui um marco para a literatura de migração e para a teoria sobre esse fenômeno, sugerindo um “terceiro espaço”⁴² literário – cujo estudo aprofundado permanece um desiderato de pesquisa. Nessa direção seguiram alguns dos contemporâneos de Canetti, como Franz Kafka, Rainer Maria Rilke, Erich Fried, Peter Szondi, Jakov Lind, Paul Celan, e seguem ainda hoje autores como Herta Müller, Feridun Zaimoglu, Maxim Biller, entre outros. Embora sejam autores de língua alemã, nem sempre foram considerados, consideraram ou consideram a si mesmos “alemães”. A solução de Stefan Zweig para a aporia identitária moderna foi descrever-se como “europeu” no título de suas memórias. A perspectiva de Canetti foi incluir-se à categoria dos seres humanos: “Há poucas coisas ruins que não se possa dizer de um ser humano, assim como da humanidade em geral. E mesmo assim o orgulho que sinto por esta ainda é tão grande que há apenas uma coisa que realmente desprezo: seu inimigo, a morte.”⁴³ É sobretudo contra essa, afinal, que Canetti se impõe, amparado pela *Salvação da língua*.

Referências

Literatura primária

- CANETTI, Elias. *Die gerettete Zunge. Geschichte einer Jugend*. Munique: Hanser, 1977.
- CANETTI, Elias. *Die Fackel im Ohr. Lebensgeschichte 1921-1931*. Munique: Hanser, 1980.
- CANETTI, Elias. *Das Augenspiel. Lebensgeschichte 1931-1937*. Munique: Hanser, 1985.
- CANETTI, Elias. *A língua absolvida: História de uma juventude*. Tradução de Kurt Jahn. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- CANETTI, Elias. *Uma luz em meu ouvido: História de uma vida*. Tradução de Kurt Jahn. São Paulo: Cia. das Letras, 2010 (a).
- CANETTI, Elias. *O jogo dos olhos*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Cia. das Letras, 2010 (b).
- ZWEIG, Stefan: *Die Welt von gestern. Erinnerungen eines Europäers*. Berlin; Weimar: Aufbau-Verlag, 1990.
- ZWEIG, Stefan. *Autobiografia: o mundo de ontem*. Tradução de Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ZWEIG, Stefan: *O mundo de ontem: memórias de um europeu*. Tradução de Manuel Rodrigues. Porto: Civilização 1980.

Literatura secundária

- BARNOUW, Dagmar. *Elias Canetti zur Einführung*. Hamburg: Junius, 1996.
- BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. Abingdon: Routledge, 2004.
- BHABHA, Homi. *Nation and narration*. New York: Routledge, 1990.
- CANETTI, Elias. *Masse und Macht*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1991.
- CANETTI, Elias. *Die Blendung*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1994.
- CANETTI, Elias. *Auto de fé*. Tradução de Herbert Caro. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo Cia. das Letras, 1995.
- CHAMBERS, Ian. Migrating Modernities. In: LEESE, Peter; MCLAUGHLIN, Carl; WITALISZ, Władysław (eds.): *Migration, Narration, Identity. Cross-Cultural Perspectives*. Frankfurt a. M.: Peter Lang, 2012 (Cracow Studies in English Language, Literature and Culture. Ed. by Elżbieta Chrzanowska-Kluczevska and Władysław Witalisz. Vol. 6.), p. 13-20.

CURTIUS, Mechthild. *Kritik der Verdinglichung in Canettis Roman, Die Blendung: eine sozialpsychologische Literaturanalyse*. Bonn: Bouvier, 1973.

DURZAK, Manfred. Canettis Lebensroman. Zu einigen Prinzipien seiner Darstellung. In: ANGELOVA, Penka; STAITSCHEVA, Emilia (Hg.): *Autobiographie zwischen Fiktion und Wirklichkeit: internationales Symposium, Ruse, Oktober 1992*. St. Ingbert: Röhrig, 1997 (=Schriftenreihe der Elias-Canetti-Gesellschaft; Bd. 1), p. 29-46.

EDFELT, Johannes. *Award Ceremony Speech*. The Nobel Foundation, 1981. Disponível on-line: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/1981/presentation-speech.html> Acesso em 1 fev. 2018.

ENGEL, Manfred (ed.). *Rilke-Handbuch*. Leben-Werk-Wirkung. Stuttgart; Weimar: Metzler, 2004.

FRENZEL, Herbert A.; FRENZEL, Elisabeth. *Daten deutscher Dichtung*. Chronologischer Abriß der deutschen Literaturgeschichte. Bd. 2. Vom Realismus bis zur Gegenwart. Munique: Dtv, 1990.

GIDDENS, Anthony: *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1999.

GÖRTERMAKER, Manfred. *Geschichte Europas 1850-1918*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 2002.

HANUSCHEK, Sven. *Elias Canetti*. Biographie. Munique; Viena: Carl Hanser, 2005.

KRISTEVA, Julia. *Strangers to Ourselves*. New York (e. a.): Columbia University Press, 1991.

LEESE, Peter; MCLAUGHLIN, Carl; WITALISZ, Władysław (eds.). Migration, Narration, Identity. Cross-Cultural Perspectives. In: *Cracow Studies in English Language, Literature and Culture*. Ed. by Elżbieta Chrzanowska-Kluczevska and Władysław Witalisz. V. 6. Frankfurt a. M.: Peter Lang, 2012.

LORENZ, Dagmar C. G. (ed.). *A Companion to the Works of Elias Canetti*. New York: Camden House, 2004.

MOSLUND, Sten Pultz. *Migration Literature and Hybridity*. The Different Speeds of Transcultural Changes. Basingstoke (e. a.): Palgrave Macmillan, 2010.

OSTERHAMMEL, Jürgen. *Die Verwandlung der Welt*. Eine Geschichte des 19. Jahrhunderts. Munique: Beck, 2009.

SIN-LÉQUI-UNNÍNNI. *Ele que o abismo viu*: Epopeia de Gilgámesh. Tradução do acádio de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (Tradução, introdução e comentários de Jacyntho Lins Brandão).

TODOROV, Tzvetan: *La peur des barbares*: Au-delà du choc des civilisations. Paris: Robert Laffont, 2008.

UNITED NATIONS ORGANISATION: *244 Million International Migrants Living Abroad Worldwide New UN Statistics Reveal*. On-line: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2016/01/244-million-international-migrants-living-abroad-worldwide-new-un-statistics-reveal/> Acesso em 25 mar. 2018.

UNHCR. *The UN Refugee Agency*. Website: <http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>. Acesso em 21 mar. 2018.

ZWEIG, Stefan: *[Abschiedsbrief]*. 22 fev. 1942. Fonte: The National Library of Israel. Disponível on-line: https://de.wikisource.org/wiki/Abschiedsbrief_Stefan_Zweigs. Acesso em 25 mar. 2018.

JACOB LAWRENCE

The migration gained in momentum



AFINAL, QUEM É MIGRANTE?

Agência e historicidade na mensuração da migração internacional recente no Brasil

MARDEN BARBOSA DE CAMPOS*

RESUMO O presente ensaio discute a agência e historicidade das estatísticas sobre migração internacional produzidas no Brasil. Seu argumento central é que o momento histórico atual cria agenciamentos específicos formados por uma articulação entre órgãos governamentais, universidades e centros de pesquisa na sustentação do conceito de migrante. Para isso, apresenta as bases conceituais sobre as quais são feitas as tentativas de mensuração da migração, como foco nos dados censitários sobre o fenômeno. Termina destacando como novas fontes de informação e ferramentas de análise que surgem com o avanço das tecnologias de comunicação e deslocamento nos forçam a repensar, conceitualmente, as categorias de análise que normalmente utilizamos para estudos quantitativos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE Migração. Fontes de informação. Brasil.

WHO IS A MIGRANT, AFTER ALL?

Agency and historicity in the measurement of the recent international migration in Brazil.

ABSTRACT This essay discusses the agency and historicity of statistics on international migration produced in Brazil. Its main argument is that the current historical moment creates specific assemblages, formed by an articulation among governmental agencies, universities and research centers in support of the concept of migrant. Therefore it presents the conceptual bases on which attempts are made to measure migration with the focus on census data on migration. It finishes highlighting how the new sources of information that emerge with the advancement of communication and displacement technologies force us to rethink, conceptually, the categories of analysis that we normally use for quantitative studies on the subject.

KEYWORDS Migration. Data sources. Brazil.

*Professor da Fafich/UFMG. E-mail: mardencampos@gmail.com

Introdução

A racionalidade é um dos enredamentos que unem as ciências modernas e os Estados nacionais. Os entrelaçamentos políticos entre ambos no processo de produção de estatísticas “oficiais”, “confiáveis” e “relevantes” são uma das formas de sustentação de sua continuidade e existência. Vista sob essa perspectiva, a produção de estatísticas sobre eventos sociais – nos quais se inclui a migração – sustentar-se-ia sobre discursos legitimadores com raízes tanto no campo governamental (o Estado) quanto acadêmico disciplinar, escancarando o acordo (político) implícito entre esses campos.

O presente ensaio busca discutir a agência e historicidade das estatísticas sobre migração internacional produzidas nas últimas décadas no Brasil, dando destaque para o enredamento de conceitos e processos de produção de estatísticas sobre o tema. Especificamente, discute a forma como “a modernidade” constrói migrantes, imobiliza movimentos, com foco na principal fonte de informação utilizada para estudo das migrações na atualidade: os censos demográficos e seu *instant décisif* de uma população.

O argumento central do texto é que o momento histórico atual, em que vigora a busca por objetividade e racionalidade típica das formas de ver o mundo, cria agenciamentos específicos, formados por uma articulação entre órgãos governamentais, universidades e centros de pesquisa na sustentação do conceito de migrante. Contudo, uma análise demorada desses processos nos mostra que, ao mesmo tempo que haveria uma “solidificação” conceitual/operacional dos processos de produção dessas estatísticas, haveria, por outro lado, uma “liquefação” das formas de mobilidade espacial da população que põe à prova todo o aparato moderno de produção de informação.

Em caráter ensaístico, o texto dialoga com perspectivas que discutem como a construção de informações sobre uma realidade participa da construção da própria realidade que se propõe a medir, por carregarem, antes de irem a campo, formas de ver e de pensar o mundo. Expõe, assim, os discursos legitimadores da informação, com base nas questões ideativas e problemas práticos da construção de informações sobre migra-

ção, destacando as disciplinas autorizadas a falar com base nessas informações. Mostra também as lacunas deixadas por esse processo, envoltas em discursos “alternativos” ou “não oficiais” que, ao forçarem a fronteira conceitual, desembocam em falas xenofóbicas, raramente dando voz ao principal objeto da análise, os próprios migrantes.

Para isso, apresenta as bases conceituais sobre as quais são feitas as tentativas de mensuração da migração, partindo de distinções e critérios temporais e espaciais que irão definir o conceito de migrante e os deslocamentos espaciais “duradouros” e “distantes”. Também é feita uma problematização dos processos de coleta utilizados nos censos demográficos, as entrevistas, os caminhos percorridos pela informação, os instrumentos de armazenamento, processamento e divulgação dos dados.

Acredita-se que vivemos um momento histórico, na virada do milênio, que nos força a repensar a forma como construímos (informações sobre) a realidade em que vivemos. E as novas mobilidades, as novas fontes de informação e as novas ferramentas de análise que surgem com o avanço das tecnologias de comunicação e deslocamento nos dão farto material para discutir essa questão.

Desafios

O estudo dos fenômenos sociais muitas vezes esbarra nas dificuldades de dimensionar a magnitude dos eventos. Entre outros aspectos, isso decorre da falta de reflexão constante sobre os processos de produção, o que é amplificado ainda mais quando se considera que a produção de informação sobre a realidade influencia (gera reflexo) essa mesma realidade – modernidade reflexiva.

Embora seja um fenômeno comum entre as populações humanas, a migração está correntemente sujeita a mudança de significado e importância, dependendo da maneira como se insere em cada contexto histórico. Ganha contornos específicos em cada lugar e momento, o que influencia, conseqüentemente, na sua conceituação e possibilidade de mensuração.

Os desafios para estimação da direção, composição e volume dos fluxos populacionais decorrem de diversos fatores, entre os quais se destacam a volatilidade dos fluxos migratórios, fortemente correlacionados a aspectos conjunturais – como conflitos internos, ciclos econômicos e contextos políticos locais – além da ausência de

amparo legal ou documental com que vivem muitos migrantes nos países de destino. Em acréscimo, uma questão importante impõe uma tarefa extra para o cálculo dos volumes da migração: a definição de migrante e suas diferenças com relação a outras formas de mobilidade espacial. As tensões conceituais relacionadas ao trinômio moradia-deslocamento-migração definem quem deverá ou não ser considerado migrante em cada processo de mensuração e quem deve ser “estatisticamente invisibilizado” por cada um deles.

Nossa inspiração principal é o trabalho de Alain Desrosières, no qual o autor discute a política dos grandes números e defende que os dados estatísticos devem ser sempre discutíveis, não apenas quanto à sua fidelidade ou seriedade, mas também no que se refere à problematização de seu processo de produção (DESROSIÈRES, 2004). Segundo o autor, os números são importantes na vida social não tanto pelo que dizem, mas pelo fato de que a sociedade concorda em discutir com base neles. O importante não é apenas que os números sejam confiáveis, mas que os encaremos – e tenhamos elementos que nos levem a creditá-los – como confiáveis. Isso envolve desde a alfabetização da população (ou parte dela), da disseminação de uma lógica de pensamento científico, de instituições confiáveis, processos de produção razoavelmente transparentes e, em última instância, de Estados legítimos. Os números são a *linguagem* da modernidade e, por isso, tornam-se a sustentação de argumentos que são, ao mesmo tempo, científicos e políticos.

Para os propósitos que interessam ao presente ensaio, é importante procurar rastrear, com base na discussão que viemos travando, quais caminhos as informações e estatísticas percorrem, quais os agentes envolvidos em sua produção e quais as perguntas legitimadoras dos processos produtivos. Isso nos daria segurança de que a informação se refere a algum evento cuja manifestação foi “capturada” por uma operação de coleta, muito mais do que apenas afirmar, sem nenhum tipo de reflexão, que o dado é “oficial”.

A discussão das informações provenientes dos censos demográficos encontra-se no meio dessa encruzilhada. Eles são tomados, nos estados modernos, como a fonte de informações mais importante na formulação de políticas estatais e de estudos sociais. Ao mesmo tempo, os censos são atores importantes na construção da própria realidade a que se propõe investigar, dando inclusive sustentação à existência dos Estados atuais (ANDERSON, 1991).

Como, na modernidade, vivemos cada vez mais “mergulhados” em uma cultura estatística, nós nos habituamos a enxergar a sociedade por meio de gráficos e tabelas, de curvas e percentuais, sem considerar que esses artefatos são construções recentes que obscurecem muitos aspectos experimentados pelos indivíduos (IGO, 2008).

A próxima seção busca discutir essa complexidade e sua utilidade para os estudos da migração.

Inspirações

A questão do papel das estatísticas na apreensão da realidade moderna é destacada de forma diferente em quatro trabalhos que foram selecionados como contrapontos à presente discussão.

O trabalho de Alan Desrosières (2004), cuja discussão iniciamos na seção anterior, será apresentado com mais detalhes. O autor propõe-se a discutir o que para ele tem sido “objeto indiscutível” na estatística: como os conceitos e medidas utilizados pelos cientistas para mensurar a realidade interferem na construção do objeto mensurado e como a história desses conceitos e medidas interfere na construção dessa realidade. Ao realizar uma história das medidas estatísticas, o autor remonta à fundação das ciências sociais modernas e aos conflitos do uso das ferramentas estatísticas então criadas para as análises sociais. Ele leva a questão até o nascimento das ciências sociais modernas, quando dialoga com a máxima durkheimiana de que “os fatos sociais devem ser tratados como coisas. Segundo Desrosières, esse tipo de abordagem metodológica, mais do que “descobrir” uma regularidade nos fatos sociais, questiona se há utilidade e rendimento analítico em nos forçarmos a ver esses fatos como se fossem coisas.

Afora os debates entre realismo e idealismo, fato é que, com a consolidação dessa perspectiva, os fatos sociais tornaram-se coisas. Nesse sentido, Desrosières mostra que as medidas estatísticas são entes novos, frutos de convenções e arranjos institucionais que formam o corpo das ciências modernas. Dependem, por isso, de uma rede de significados institucionalmente estabelecidos. Ao usarmos medidas estatísticas, recebemos os conceitos prontos, encapsulados, compactos em formulações concisas, sem perceber que essas ferramentas foram produto de uma gestação histórica repleta de dúvidas, traduções e conflitos de interpretação.

É importante enfatizar, para o tipo de análise que se faz neste artigo, que Desrosières foge sempre da tensão idealismo/realismo, traduzida no fato de a estatística descobrir ou criar seus objetos de estudo. O autor enfatiza seguidas vezes que o que ele busca é transitar por uma argumentação intermediária em que a estatística, ao mesmo tempo que descobre coisas novas, atua na criação dessas mesmas coisas. Isso é importante, pois rearticula o sujeito e o objeto da pesquisa por meio do instrumento de investigação, mostrando como essas “entidades” participam de uma totalidade maior, em permanente construção.

Em suma, se apostarmos com Desrosières que os fatos sociais dependem, ainda que parcialmente, de determinados tipos de construções formais, podemos pensar que outros tipos de medidas criariam outros tipos de fatos sociais. Nesse sentido, percebemos que, ao destacarmos certos aspectos (mas não todos) da “realidade”, aos quais atribuímos caráter de verdade, deixamos de perceber outras facetas dessa mesma realidade, que se tornam invisíveis e, por isso, inexistentes.

O trabalho de Porter (1995) dedica-se à descrição do processo de busca pela objetividade que foi feito tanto por cientistas como por políticos e cidadãos comuns nos últimos séculos, com o intuito de construir “conhecimento legítimo” sobre os fenômenos sociais. Segundo ele, o aspecto mais importante na busca pela objetividade e, conseqüentemente, na “fé” que depositamos nos números, advém de sua capacidade de gerar consenso. Ou seja, a objetividade seria uma arma contra a distância e a descrença. Os processos de quantificação são vistos pelo autor como uma tecnologia social na busca pelo consenso. O autor cita os números, gráficos e fórmulas, acima de tudo, como estratégias de comunicação e padronização dos discursos. Legitimam, nesse sentido, o pertencimento a uma comunidade. Para Porter, o ponto central é que a quantificação é uma “tecnologia de distância”, sendo a matemática o elemento mais importante do processo.

A tônica por trás dos números é que, sendo apresentados como sinônimo de rigor, dado que as regras para coletar e manipular os números são compartilhadas amplamente, os discursos matemáticos e estatísticos, altamente disciplinados, ajudariam a produzir formas de conhecimento que independem das pessoas que as produzem. Logo, o autor ancora seu argumento na noção weberiana de racionalidade, em que a fuga da subjetividade e a busca de impessoalidade seriam a marca da ciência moderna. A confiança nos números e na manipulação quantitativa minimizam a necessidade

de conhecimento íntimo e da confiança pessoal, não dependendo assim das opiniões pessoais dos indivíduos.

A única crítica ao processo de quantificação excessiva feita pelo autor é o fato de que ele nos leva a basearmos em aspectos superficiais, perpassando fatos de maior profundidade. A fuga da subjetividade e dos aspectos não mensuráveis do processo de pesquisa social acaba deixando de capturar aspectos de extrema importância e difícil percepção, cuja falta empobrece significativamente os resultados quantitativos, simplificando exageradamente os fenômenos estudados.

O que o autor se esquece, e que poderia ser retirado também das ideias de Max Weber sobre a racionalização e modernização dos consensos sociais, é que essa forma de ver o mundo é particular das sociedades modernas, e sua expansão em âmbito mundial se deu em razão da imposição do modo de ver o mundo dessas sociedades, na forma de uma ontologia estatística, temas amplamente tratados por Michel Foucault (1975; 1979). No lugar da pretensa despolitização da informação, o império da objetividade carrega forte conotação modernizante e, por isso, é de cunho político.

Essa questão fica clara no texto clássico de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas* (ANDERSON, 2001). Nele, esse autor mostra que a criação dos Estados Modernos e o desenvolvimento do nacionalismo emanam de um novo tipo de organização que surge na era moderna, em que as pessoas passaram a se sentir parte de uma comunidade que extrapola a sua rede de contatos. Surge para as pessoas uma ideia de pertencimento a uma comunidade de indivíduos com os quais, em sua maioria, elas nunca vão se encontrar, mas que se “imaginam” conjuntamente pertencendo a um mesmo coletivo. Nesse sentido, a Nação seria uma comunidade política “imaginada”, uma vez que nunca poderia ser “experimentada”.

Entre os processos que trabalham na construção desse tipo de comunidade, o autor destaca o papel de três instituições de poder, de onde emanaria a gramática desse imaginário: o mapa, o museu e o censo. Segundo Anderson, essas instituições mudaram em termos de forma e de função na modernidade e moldaram a maneira como o Estado imaginava sua soberania, em termos da natureza dos seres que governava, da geografia de seu território e da legitimidade de sua ancestralidade.

O censo mostra quem e como são os cidadãos para os quais o Estado governa. Dificilmente determinados grupos sociais teriam reconhecido a si mesmos como per-

tencendo à mesma comunidade, da forma como os censos mostram e aglutinam. As identidades (confusamente) imaginadas na mente classificadora do Estado sofrem constante reificação com o uso de censos.

Segundo Anderson, nota-se uma paixão pela exaustividade e pela ausência de ambiguidade por parte daqueles que concebem o censo, geralmente intolerantes a classificações múltiplas, vagas ou em mutação. Segundo o autor, a ficção do censo é a de que ele integra toda a gente e de que toda a gente teria um – e apenas um – lugar extremamente bem definido na sociedade. Ao criar categorias, o censo homogeniza diferenças e torna “iguais” aqueles que, de outra forma, seriam “diferentes”. Cabendo no questionário do censo, o indivíduo pertence à nação. De outro modo, não.

No texto de Sarah Igo (2008), a ideia central é que, na modernidade, vivemos mergulhados em uma “cultura estatística”. Com base na análise do papel das pesquisas sociais na sociedade americana, a autora mostra como habituamos a enxergar a sociedade por meio de gráficos e tabelas, de curvas e percentuais. Igo destaca que as pesquisas sociais deixaram de ser direcionadas apenas para o estudo dos considerados pobres, degenerados, problemáticos, delinquentes ou defeituosos, como ocorria no século XIX, incorporando cada vez mais padrões de população considerada “normal” ou “típica”. Remetendo a Hannah Arendt, a autora demonstra que o “social” foi uma invenção do século XIX, na medida em que determinados tipos de problemas passaram a fazer parte do terreno político de criação das nações. Coisas que antes eram vistas como pontuais ou localizadas passaram a ser transformadas em categorias sociais, compartilhadas por grupos mais amplos de indivíduos, principalmente entre os membros de uma mesma nação. Desse modo, o pobre, o mendigo ou o alcoólatra, antes apenas imediatamente percebidos nas redondezas, transformam-se em “pobreza”, em “nível de miséria” e em “taxas de alcoolismo”. Passam a ser problemas de “todos”. Transformam-se os infortúnios individuais repreensíveis em condições sociais de responsabilidade coletiva.

Uma vez que essas categorias são criadas e começam a ser aceitas, elas solidificam-se com o tempo. De todo modo, no momento em que passamos a enxergar e pertencer a um coletivo maior, enxergamos não só o estatisticamente problemático e desviante como também um coletivo “normal”, “típico” ou “médio”, que muitas vezes se encontra distante de nosso convívio imediato. Chega-se assim ao ponto central da análise de Igo: a construção numérico-estatística de uma “média” na sociedade.

Pelo fato de, aparentemente, não transparecerem opiniões ou interpretações, mas “apenas os fatos”, aos dados estatísticos é conferida autoridade pela neutralidade. Nesse sentido, cria-se uma espécie de fetiche pelos números e, conseqüentemente, pelos processos sociais que os produzem, tornando invisíveis todas as articulações e embates implícitos ou ocultos.

Os conceitos e o aprisionamento dos migrantes

O deslocamento espacial de um indivíduo envolve ações extremamente simples e triviais como os atos de andar, dançar ou “sair para correr”, como nos lembra bem Cresswell (2006). Em meio a diversas formas de mobilidade espacial, a migração ocupa um ponto especial, tendo todo um campo de estudos a ela dedicado. Isso se dá em razão de tratar-se de uma forma de mobilidade considerada “duradoura” ou “permanente”, que provoca impactos diversos nas populações envolvidas.

Embora, conceitualmente, seja fácil aceitar as afirmações anteriores, não é simples delimitar a fronteira que separa a migração de outras formas de mobilidade espacial, justamente pela necessidade, muitas vezes arbitrária, em definir quais deslocamentos serão definitivos e quais deles temporários.

De todo modo, a busca pela precisão desses conceitos e pela objetividade das medidas estatísticas é uma obsessão do mundo moderno. Há mais de um século já se publicavam estudos que buscavam o mesmo tipo de rigor que hoje tentamos aplicar às estatísticas de migração (ver, por exemplo, RAVEINSTEIN, 1889).

Os dados sobre migração podem referir-se tanto ao ato de migrar propriamente dito – a migração – como ao indivíduo que realiza essa ação – o migrante. Embora em termos conceituais constantemente façamos referência ao termo “migração”, na prática, a maior parte das informações quantitativas de que dispomos hoje em dia refere-se aos migrantes. Enquanto o primeiro tipo de medida, referente ao ato de migrar, é considerado um dado de *fluxo*, a informação sobre os migrantes sempre será um dado de *estoque*. Em termos práticos ou “de campo”, a migração (fluxo) é sempre definida *a posteriori*, após a captação de um migrante (estoque) que tenha sobrevivido até o momento da entrevista ou registro, tanto à morte como à reemigração.

Há ainda abordagens que consideram uma dimensão espacial mais ampla, como “espaços de vida” (COURGEAU, 1988), próximas de uma ideia de *habitat*. Nesse tipo

de medida, que impõe sérias dificuldades operacionais para levantamentos de larga escala, busca-se desenhar todos os locais por onde os indivíduos deslocam-se ao longo de períodos pré-determinados pelo pesquisador.

A definição de migração que embasa as estatísticas sobre o tema envolve critérios temporais e espaciais. Primeiramente, pelo critério espacial, pode-se afirmar que a migração sempre supõe que houve um deslocamento espacial. Qual seria a distância mínima a ser percorrida para ser considerado migração? O segundo – e também fundamental – critério para definir a migração é de ordem temporal. Qual o tempo mínimo que se deveria permanecer em um local para ser considerado migrante? Esse critério é o que normalmente carrega o maior nível de arbitrariedade.

Conforme destacado, a migração seria então representada, conceitualmente, por um deslocamento espacial “duradouro” e “distante”. Em termos operacionais, contudo, torna-se difícil implementar esses conceitos. Pelo lado da distância, normalmente utiliza-se uma mudança de área como referência espacial, enquanto para a questão da permanência é considerada a intencionalidade do deslocamento. Deve-se destacar que essas áreas não são definidas pelos pesquisadores, mas, sim, adotadas por eles. O fato de municípios, estados e países serem ou não áreas aceitáveis para se definir migração é algo que precisa ser discutido e determinado. Caso concordemos com a definição, o migrante será definido, pela ótica espacial, sempre que cruzar uma fronteira político-administrativa.

Pelo lado temporal, pode-se utilizar o tempo de residência (passado ou planejado) na localidade ou, como no caso dos censos brasileiros, utilizar-se o critério residencial em substituição ao tempo de residência. Nesse caso, considera-se migrante aquele que mudou definitivamente de residência entre localidades distintas independentemente do tempo em que se deu essa mudança. Pois é justamente no momento em que se necessita realizar uma operacionalização dos conceitos que desponta a questão da agência na produção das informações sobre migração, na medida em que um órgão oficial, geralmente parte do aparelho estatal, legitima-se conceitualmente pela necessidade de “resolver” problemas práticos, ainda que criados pelos mesmos processos que tentam captar.

Visto sob essa perspectiva, o processo carrega tamanha arbitrariedade que não sabemos se estamos criando ou descobrindo uma “realidade” que se manifesta externamente ao processo de captação.

Outro fator que amplia o problema da diferenciação entre migração e outras formas de mobilidade espacial para os estudos de migração internacional é o fato de a pró-

pria definição de migrante, mesmo de acordo sobre os critérios tempo-espaciais, ainda ser ambígua. Se pensarmos em termos demográficos, focando a contribuição da migração para a variação do tamanho de uma população, o migrante será todo indivíduo que entrou ou saiu definitivamente da população em determinado período de tempo, independentemente de seu local de nascimento. Ou seja, os naturais de um local que dele saem e posteriormente a ele retornam também devem ser contabilizados entre os migrantes. Nesse sentido, serão considerados como imigrantes todos os brasileiros que retornam ao Brasil após um período de residência no exterior.

Por outro lado, o termo migrante, pensado como sinônimo da palavra “estrangeiro”, levou à criação da categoria “migrante de segunda geração”, referente aos filhos dos estrangeiros nascidos no país de destino que, em grande parte, nunca migraram.

Os processos de coleta ou os caminhos dos conceitos

No momento em que novas fontes de informação são trazidas para o centro da criação de conhecimento, somos forçados a fazer uma reflexão sobre o nosso processo de construção dessas informações. Nesse sentido, é necessário investigar qual o potencial explicativo de cada fonte, quais as interseções entre as diferentes bases de dados e quais facetas do fenômeno são ou não cobertas pelo conjunto de dados atualmente disponíveis. Nesta seção, será realizado um “mergulho” no processo de construção dos dados quantitativos sobre migração, tomando como exemplo os censos demográficos, na tentativa de explicitar a natureza processual e histórica desse tipo de informação.

Segundo Latour (2001), a negligência em conhecer as etapas intermediárias da construção da informação provoca um grande salto (o “salto mortale”) entre a realidade que se quer retratar e a informação construída sobre ela, criando uma descontinuidade intransponível entre esses dois extremos. É certo que, mesmo separando o processo em etapas, ainda haverá uma descontinuidade entre elas. Contudo, segundo o autor, será mais fácil passar pequenas “pontes” entre essas etapas do que saltar uma “grande ponte” que buscasse articular a informação e a “realidade” à qual ela se refere. Alinhando as etapas que mediam esse processo, podemos transitar (transladar) facilmente entre elas, indo de um ponto (os dados) ao outro (a realidade) sem trancos ou saltos

bruscos. Isso acrescentaria ainda mais “realidade” à informação, na medida em que ela poderia circular suavemente entre as etapas de pesquisa, por meio de mecanismos conhecidos e bem definidos, dando-nos garantia de que se refere a um fenômeno cuja existência escapa, em algum grau, do processo de captação.

No Brasil, a informação censitária é baseada em entrevistas domiciliares, fruto de um processo que começa com o mapeamento e contagem de domicílios, cuja definição ancora-se em conceitos bem definidos. Esses domicílios serão visitados por recenseadores que, após um período de treinamento, entrevistarão os indivíduos que forem considerados moradores do domicílio (e do país) segundo critérios rígidos. Cumpridos os critérios que qualificam o domicílio de residência e a condição de morador, o entrevistado será inquirido sobre seu local de nascimento, local de residência anterior, tempo de residência no país, na Unidade da Federação e no Município, assim como local de residência cinco anos antes do censo. Durante o processo da entrevista, a informação será registrada em um dispositivo de armazenamento, submetida a processos de crítica e correção para, em seguida, ser agrupada em bases de dados que, enfim, serão divulgadas em meio impresso ou digital. Os usuários, por sua vez, irão reorganizar as informações em tabelas e quadros, com base nos conhecimentos que adquiriram em seu processo de formação, utilizando de sua capacidade de manipulação de softwares, pacotes estatísticos e planilhas digitais, assim como de conceitos, teorias e métodos de análise de dados migratórios a que foram expostos previamente. Esses dados serão submetidos, então, à confrontação com teorias, métodos, modelagem estatística e econométrica, serão cruzados entre si e com outras variáveis e comparados “no tempo”, ou seja, com censos anteriores e posteriores, além de informações de outras fontes e censos de outros países.

A cada uma dessas etapas, os dados são (re)direcionados, percorrem caminhos, confirmam ou refutam percepções e aproximam-se da realidade do migrante ou da mentalidade do próprio pesquisador.

A comparação “no tempo” exemplifica as imbricações e aspectos complicadores do processo. Por exemplo: apesar de, nos últimos dois censos demográficos, os conceitos tanto de morador, domicílio e migrante – conceitos mínimos que qualquer pesquisador deveria conhecer ao interpretar essas informações – não terem mudado, os instrumentos de coleta foram totalmente remodulados, passando de entrevistas em papel para

coleta digital (em minicoletores de mão e smartphones). Além de alterar o registro da informação e o trânsito pelo questionário no momento da entrevista, o “caminho” que a informação segue após a coleta é bastante diferente. De um processo de coleta (e conferência) manual, como no Censo Demográfico 2000, a informação, em 2010, passou a ser, coletada e transmitida eletronicamente, submetida a sistemas de crítica informatizados. Nesse caso, livra-se da crítica manual e das incertezas (e vantagens) que esse processo gera, em nome de uma crítica automatizada, mais homogênea e controlável, embora suscetível a imperfeições de outra ordem. Em suma, embora os conceitos fossem os mesmos, os caminhos percorridos pela informação são ligeiramente alterados e, com isso, sofrem um redirecionamento e uma ressignificação.

Não se quer aqui defender um método ou outro, criticar a desumanização promovida pela informatização ou louvar a eficiência dos processos digitais. O que se quer destacar é que essas mudanças acompanham o modo como a sociedade articula seus processos (políticos e institucionais) de produção da informação em cada momento e que as etapas mediadoras responsáveis por fabricar, ou produzir esses dados provocam uma requalificação da informação. No longo prazo, entretanto, a natureza desse tipo de informação, assim como a de outros tipos de dados, sofre uma transformação significativa.

Contextualizando o processo em termos históricos e espaciais, vemos que, para que uma pesquisa censitária seja realizada em domicílios, é preciso que toda população resida em moradias desse tipo onde o morador possa ser encontrado para a entrevista.

Apesar da obviedade aparente dessa afirmação poder ser motivo para considerá-la irrelevante, ela representa um ponto extremamente importante no que se refere à captação de migrantes internacionais, como no caso daqueles que estão no país com situação de permanência indefinida.

Todo conhecimento sobre a migração produzido em determinado momento é fruto da articulação entre todas essas etapas, sejam elas políticas, técnicas, analíticas e conceituais. Não só os migrantes mudam, não só as migrações atravessam fases, não só os fluxos alteram sua direção e não só a migração tem uma história, mas também tem uma história o processo de produção de informações e seus instrumentos e instituições envolvidas. E essa é uma história cheia de dúvidas, traduções, conflitos de interpretação e estratégias vitoriosas.

Os dados dos censos são uma informação tradicional sobre migração, construída com esse único fim e produzida há décadas. Além disso, no Brasil, essa informação é produzida por um instituto que vem, ao longo dos anos, estreitando cada vez mais sua relação com usuários e, já há bastante tempo, conta com a colaboração de especialistas brasileiros e estrangeiros nos processos de pesquisa. Isso faz com que o processo de produção de informação “sofra” escrutínio, seja alvo de críticas e passe por aprimoramentos de forma ininterrupta. Grande parte dos dados de registros administrativos, cada vez mais demandados para análises de migração, ainda não passaram por semelhante processo, embora sejam utilizados cada vez mais como fonte de informação. Por isso, ainda apresentam dificuldades para análise tanto em termos de consistência da informação quanto de dificuldades de acesso.

Os discursos

Os mecanismos de produção da informação sobre migração estão assentados sobre discursos legitimadores desses processos. Quando falamos de discursos, estamos referindo-nos às construções ideativas que atribuem valor ao que deve e ao que não precisa ser investigado. É preciso prestar atenção à forma como se constroem esses discursos antes de fazer reflexões sobre os fundamentos conceituais do processo. Embora seja impossível abranger a questão discursiva em sua totalidade, alguns pontos merecem destaque. As informações sobre migração no Brasil geralmente são legitimadas em um contínuo que parte de uma extremidade quantificadora, cujas “autoridades” são as disciplinas demografia, economia e geografia, ou da outra extremidade, dominada pela sociologia, história, antropologia e psicologia, em que se dirige a atenção para os impactos da migração nos indivíduos (migrantes ou não), os processos de adaptação e as dificuldades originadas no deslocamento. Enquanto o matiz quantitativo visa saber quantos são os migrantes e onde eles estão, o qualitativo está focado em questões como descentramento, estranhamento cultural e adaptação.

Hoje, no Brasil e em outros países, há predominância de ideais do primeiro tipo legitimando a produção de informações primárias sobre migrações. Os censos demográficos, as pesquisas domiciliares e grande parte dos estudos feitos com base em registros preocupam-se, prioritariamente, em apresentar o volume dos fluxos migratórios, suas variações ao longo do tempo e, principalmente, a direção predominante

desses fluxos. Isso é o que determina não só sua realização como também seu desenho conceitual e a natureza dos quesitos investigados. Ao mesmo tempo, esse tipo de informação consolida um saber sobre o fenômeno, dado que o conhecimento só é construído com base nesses dados. Isso cria um ciclo que consolida uma disciplina dedicada aos estudos da migração, tanto em termos conceituais como de base empírica. Interessante notar que o foco quantitativo predomina no Brasil mesmo que o volume da migração seja pequeno: o saldo migratório internacional atual do país certamente equivale a menos de 1% da população total.

Há também um discurso construído a respeito da inserção dos migrantes no mercado de trabalho interno e na busca de emprego de brasileiros no exterior. A relação entre migração e trabalho tem ganhado ênfase, principalmente num período em que o Brasil passa a atrair imigrantes e refugiados em busca de trabalho.

Também há um discurso visível, principalmente na imprensa, que se torna perigoso quando importa a fala xenofóbica de alguns países em relação aos imigrantes. Termos como “invasão de estrangeiros” que estariam “tomando empregos” formam opiniões, muitas vezes resultantes da desinformação de profissionais sobre a amplitude e complexidade do fenômeno. Esse modo de pensar, entretanto, ainda não tem fomentado produção de informações sobre migrantes.

Difícilmente temos visto discursos baseados na voz dos migrantes, e são raros os esforços para produzir informação qualitativa sobre o tema em larga escala. O que se começa a perceber, principalmente considerando arranjos construídos para assistência ao migrante, é um discurso focado nas mazelas sofridas por alguns tipos de migrantes (dificuldades de inserção no mercado, violência, tráfico de pessoas, por exemplo) e na necessidade de assistência especial a essas pessoas.

Todos esses pontos destacam a importância de refletir sobre a forma como se interiorizam em nós ideias e preocupações que se transformarão em hábitos metodológicos e estilos de investigação e que serão, ao longo do tempo, consagrados pelas instituições e dispositivos de construção de informações.

O ponto central, novamente, é a (in)definição da fronteira conceitual entre a migração e outras formas de mobilidade e deslocamento espacial. Fica clara, na exposição feita no decorrer do artigo, que a delimitação dessa fronteira restringe a apreensão de um fenômeno cada vez mais importante para a sociedade brasileira: a chegada e a permanên-

cia de indivíduos nascidos em outros países no território nacional. Embora a definição estrita de migrante possibilite a captação e contabilização de uma parcela significativa dos estrangeiros que estabelecem residência definitiva no país, ela torna invisíveis todos aqueles que não se adaptam à condição de “moradores permanentes” ou “estáveis”.

O desafio parte da ideia de que, enquanto muitas pessoas vão entrar e sair do país, algumas delas vão ficar. Resta saber qual seria, então, a relação entre mobilidade e migração, nos tempos em que há uma explosão das formas de comunicação e das possibilidades de deslocamento espacial. Seria essa relação positiva, indicativa de que quanto mais pessoas vão a determinado lugar, maior é o número daquelas que lá permanecem por longo tempo, ou seria uma relação negativa, que mostra que, cada vez mais, é possível ir e voltar sem precisar permanecer no destino? Nesse ponto, é preciso avançar tanto em termos conceituais como empíricos.

Além dos dados de censos, pesquisas e registros de natureza administrativa, outras fontes de informação como dados de fronteira, de empresas aéreas, fluxos de e-mails e mensagens eletrônicas podem ampliar nosso conhecimento de novas formas de mobilidade espacial.

A próxima seção traz a discussão conceitual feita até aqui no que se refere aos dados propriamente ditos.

Alternativas

As informações provenientes de registros administrativos sobre migrantes internacionais têm sido cada vez mais utilizadas como fontes de dados para estudos sobre migração. Embora não tenham a abrangência e detalhamento da investigação dos censos demográficos, têm como vantagem principal sua maior periodicidade, visto que são produzidas continuamente, ano a ano, e não apenas realizadas em datas específicas como os censos, geralmente com intervalo de 5 ou 10 anos.

Exemplos de registros cuja análise agregada tem-se intensificado nos últimos anos no Brasil são a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e os dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) da Polícia Federal.

Nessas bases de dados, o conceito de migrante ou morador no território nacional é significativamente diferente do usado em censos e pesquisas domiciliares. Imigrantes

constantes nessas fontes de informação, ainda que inseridos no mercado de trabalho formal, podem ter uma condição de permanência indefinida no país e, desse modo, não seriam considerados, segundo os censos demográficos, como imigrantes.

Outra diferença importante existente entre censos e registros é que os primeiros têm o propósito de produzir informações agregadas sobre temas de importância generalizada. Por outro lado, registros são obtidos de instituições cuja missão normalmente não é produzir informações agregadas, mas, sim, coletar dados individuais.

Um desafio que está proposto hoje, com o aumento do uso de registros administrativos para estudos de migração, é saber qual é a abrangência e cobertura de cada tipo de informação, qual o nível de interseção entre elas e quais os eventos que nenhuma delas consegue captar. Uma tentativa de avançar nessa questão seria tentar parear ou compatibilizar as diferentes bases de dados, o que ainda não está consolidado no Brasil.

A título de exemplificação, faremos um breve confronto dos resultados do Censo Demográfico 2010 com os dados do SINCRE, para o mesmo período. Esses registros são gerados no momento em que o estrangeiro faz a solicitação da carteira de estrangeiro e, desse modo, representam uma exigência legal para que os indivíduos estejam devidamente registrados no Brasil e possam exercer direitos reservados aos estrangeiros como, por exemplo, adquirir um visto de trabalho. Os registros do SINCRE apresentam informações de migrantes “documentados” ou que estão formalmente registrados no Brasil. São disponibilizadas informações sobre classificação do registro (permanente, temporário, provisório, fronteiriço), sexo, país de nascimento, estado civil, profissão, município e unidade da federação de residência, unidade da federação de entrada, meio de transporte, cidade de nascimento, idade e amparo legal do registro.

Contudo, como limitação, esse tipo de informação apenas cobre os indivíduos formalmente registrados e aqueles que buscam realizar o registro para algum fim específico, como obter vínculo formal de trabalho ou matrícula em instituição de ensino. Estrangeiros que residem no país mas que não buscam fazer o registro ou não são levados a efetivá-lo não constam na referida base de dados.

Foi feita uma comparação das informações dos estrangeiros constantes no SINCRE entre 2000 e 2010 com os dados dos estrangeiros captados pelo Censo Demográfico que fixaram residência no Brasil no mesmo período. As variáveis utilizadas para a comparação foram sexo, idade, estado civil, unidade da federação de residência e país de nascimento.

O total de estrangeiros que chegaram ao país ou que aqui se registraram na década de 2000, captado por cada fonte de informação é bastante parecido. Se no Censo foram enumerados 181 mil estrangeiros, nos registros do SINCRE contabilizaram-se 191 mil registros. Contudo, apesar de próximos, uma análise detalhada dos dados atesta que eles se referem a indivíduos distintos. O Censo captou um número maior de mulheres do que o SINCRE, cujos registros são compostos de 65% de homens, em comparação aos 57% captados pelo Censo. Isso faz com que a proporção entre homens e mulheres (razão de sexo) dos registros do SINCRE atinja o valor de 1,9, enquanto a do Censo é de 1,32.

A análise da composição dos estrangeiros segundo os grupos de idade também mostra diferenças significativas entre os registros das duas fontes. A estrutura etária dos estrangeiros registrados pelo SINCRE estava fortemente concentrada nas idades adultas, tipicamente ligadas ao mercado de trabalho, sendo ligeiramente mais envelhecida para os homens. Há uma ausência de crianças e jovens nos registros do SINCRE e uma participação maior de idosos em relação à população captada pelo Censo. A estrutura etária dos estrangeiros registrada pelo Censo apresenta um aspecto mais próximo de uma pirâmide etária populacional típica, com presença de adultos e crianças, embora haja relativamente poucos jovens com idade entre 15 e 20 anos. Em suma, a estrutura etária captada pelo Censo aproxima-se daquela que seria apresentada por um tipo de “migração familiar”, enquanto os registros do SINCRE aproximam-se de uma “migração individual”.

A análise do estado civil, entretanto, indica que o percentual de casados é maior nos registros do SINCRE em comparação com os dados do Censo, embora apenas com base nessa informação não tenhamos como determinar sobre o estado conjugal do estrangeiro – se ele vive ou não em companhia de companheiro –, mas apenas seu estado civil ou situação jurídica.

Em ambas as fontes, a Bolívia representa o principal país de origem de estrangeiros residentes no país, atingindo 20% dos registros do SINCRE e 15% do Censo. Também merecem destaque os naturais do Paraguai, da Argentina, dos Estados Unidos, do Peru e de Portugal.

Há diferença entre a captação por país de nascimento entre as fontes. O Censo tem uma captação relativamente superior à do SINCRE no que se refere a estrangeiros oriundos dos países que são tradicionais destinos de migração internacional de brasileiros, como os Estados Unidos, o Japão, o Reino Unido e a Espanha, além de países

vizinhos como o Paraguai, Uruguai e a Colômbia. Quanto ao registro de indivíduos nascidos na China, no Líbano e na Coreia do Sul, Itália e Alemanha, o SINCRE apresenta uma maior captação em comparação ao Censo.

A análise do local de residência dos estrangeiros mostra uma concentração mais elevada dos registrados no SINCRE nos principais centros econômicos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, os estrangeiros captados pelo Censo residem em maior proporção em estados que são regiões de emigração de brasileiros para o exterior, como Minas Gerais, Paraná e Goiás.

As análises realizadas demonstram que, embora o contingente de estrangeiros registrados pelas duas fontes aproxime-se numericamente, as diferenças no conceito de migrante presentes em cada uma delas fazem com que captem indivíduos diferentes. Enquanto os estrangeiros captados pelo Censo apresentam uma estrutura tipicamente “familiar”, formada por adultos e crianças, com uma proporção relativamente equilibrada entre homens e mulheres, os dados do SINCRE referem-se a indivíduos adultos, com predominância de homens, residentes nas principais regiões econômicas do país. Por outro lado, a distribuição espacial dos estrangeiros captados pelo Censo é mais diluída no território, principalmente entre unidades da federação que são regiões de origem de brasileiros que migram para o exterior. Nesse sentido, vê-se também que, no Censo, há uma maior concentração de estrangeiros oriundos de países que são tradicionais destinos de emigração de brasileiros do que nos dados do SINCRE.

O Censo Demográfico, por ser uma pesquisa de base domiciliar que exige o atendimento de critérios específicos para que estrangeiros sejam considerados residentes no Brasil gera bons registros de população com condição de residência “definitiva”, de caráter tipicamente familiar. Contudo, o Censo não registra indivíduos que têm sua situação de residência indefinida ou temporária, mas que aqui vivem. Por outro lado, os dados do SINCRE concentram-se entre os migrantes laborais, incluindo aqueles com condição indefinida de permanência no país, e não registrem estrangeiros que não buscam o sistema para a realização do registro, como crianças e migrantes indocumentados.

Provocações

Um desafio considerável que se impõe aos estudos de migração e mobilidade espacial da população é produzir informações que acompanhem fluxos cada vez mais dinâmicos e complexos. Isso intensificou o uso dos registros administrativos e, conforme destacado na seção anterior, expôs os alcances e as limitações das fontes de dados “tradicionais” como os censos demográficos, em grande parte centradas em questões de natureza conceitual. Paralelamente, os registros de população têm sido submetidos ao mesmo tipo de escrutínio que os censos sofreram há alguns anos. Com isso, pode-se perceber que mesmo sendo mais “ágeis” e atualizados que os dados censitários, não conseguem acompanhar as mudanças nos padrões de mobilidade experienciados no início do presente século.

Uma das “novidades” metodológicas recentes nos estudos de população é a utilização de bases de dados virtuais como fonte de informação. São informações oriundas de fontes diversas, como dados da internet, dos sistemas de telefonia e comércio, redes sociais digitais, acesso a sites, chamadas telefônicas, mensagens eletrônicas, servidores de e-mail, operadoras de cartão de crédito, entre outros. Essas grandes bases de dados (“big data”) entraram recentemente na lista de fontes dos estudos da dinâmica populacional. Exemplos disso são a criação de um grupo de trabalho global sobre big data na divisão de estatística das nações unidas (<http://unstats.un.org/bigdata/>), o painel científico da União Internacional para o Estudo Científico de População (IUSSP) sobre Big Data and Population Processes (<http://iussp.org/en/panel/big-data-and-population-processes>) e a presença de oficinas de trabalho e de uma mesa redonda sobre Web and Social Media for Demographic Research no congresso conjunto da Associação Latinoamericana de População (ALAP) (<http://187.45.187.130/~abeporgb/xxencontro/index.php/>).

No caso da migração, estudos recentes têm utilizado, por exemplo, dados do Twitter (ZAGHENI et al., 2014) de contas de e-mail (STATE, WEBER&ZAGHENI, 2013), uso de celular (SUST et al. 2014) e de ferramentas de pesquisa na internet (UN GLOBAL PULSE, 2014).

O interesse e a facilidade de uso desse tipo de informação, ampliado ainda pelo seu grau de novidade e também – importante destacar – pelo baixo custo de produção,

põe em questão os agenciamentos e instituições tradicionais de provimento de informações sobre migração, dando indícios das direções que a produção de informações sobre o tema toma(rá) nos momentos históricos atual e futuro.

A heterogeneidade presente nessas fontes de dados possivelmente provocarão uma nova recategorização sobre o que deve ser considerado como migração e quais outras formas de mobilidade espacial devem ser pesquisadas. Como ocorreu no caso dos registros administrativos, em que tivemos de repensar os conceitos utilizados nas fontes tradicionais e os alcances e limites dessas bases de dados, novamente precisaremos discutir quais tipos de informações as novas bases fornecerão de forma confiável para estudos de migração.

Novamente, uma tensão conceitual surge com novos dados, expondo formas de mobilidade e migração que até então não enxergávamos, assim como contornos do que, no passado recente, pensávamos ser a totalidade passível de ser mensurada de forma quantitativa em termos de migração internacional. Qualquer tentativa de fuga da problematização conceitual dos processos de produção de informação sobre migração pode deixar-nos ainda mais defasados em termos de mensuração dos fluxos populacionais contemporâneos.

Referências

- ANDERSON, B. *Imagined Communities: reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York: Verso Books, 1991.
- COURGEAU, D. *Méthodes de Mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. Éditions de L'Institut National d'Etudes Démographiques. Paris: L'institut national d'études démographiques, 1988.
- CRESSWELL, T. *On the Move: mobility in the modern western world*. London: Routledge, 2006.
- DESROSIÈRES, A. *La política de los grandes números: historia de la razón estadística*. Barcelona: Melusina, 2004.
- POLÍTICA FEDERAL – DPF. *Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros*. Coordenação Geral de Polícia de Imigração.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- IBGE. *Microdados da Amostra do Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IGO, S. E. *The Averaged American: surveys, Citizens, and the Making of a Mass Public*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.
- LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LÉVY, P. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- PORTER, T. *Trust in Numbers: the Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- RAVENSTEIN, E. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*. Series A (Statistics in Society), London, v. 52, n. 2, p. 241-305, Jun. 1889.
- STATE, B; WEBER, I; ZAGHENI, E. *Studying inter-national mobility through ip geolocation*. In: ACM. Proceedings of the sixth ACM international conference on Web search and data mining. 2013.

SUST, V. *Big Data and Tourism: new indicators for tourism management*. Barcelona: RocaSalvatella and Telefonica, 2014.

UN Global Pulse. *Estimating migration flows using online search data*. Global Pulse Project Series, n. 4, 2014.

ZAGHENI, E et al. *Inferring international and internal migration patterns from twitter data*. In: ACM. Proceedings of the 23rd International Conference on World Wide Web. [S.l.], 2014.

DOROTHEA LANGE
Migrant mother (alternative), 1936



A CRISE DOS REFUGIADOS:

um repensamento do conceito de cidadania dos expatriados por meio do diálogo de teorias de Hannah Arendt e Immanuel Kant

LETICIA ROSSI FELICIANO BRIGAGÃO*

RESUMO Este artigo propõe uma reflexão acerca dos direitos dos refugiados e da construção do conceito de cidadania, baseada na análise metodológica das obras *Origens do totalitarismo* e *Nós, os refugiados*, escritas pela filósofa Hannah Arendt, e *A paz perpétua* e *A metafísica dos costumes*, de Immanuel Kant. Refere-se ainda a uma investigação científica do pensamento de Arendt e Kant sobre cidadania e direitos humanos, aplicados aos apátridas, para a compreensão das seguintes formulações: i) qual é o agir justo do Estado diante da questão dos refugiados? ii) o Estado deve ampará-los, expulsá-los ou ignorá-los? A finalidade desta pesquisa é, enfim, estabelecer um ideal de atuação estatal que justifique a participação política focada na preservação da dignidade dos refugiados que se encontram alojados nos territórios de países diversos dos seus Estados de origem.

PALAVRAS-CHAVE Refugiados. Hannah Arendt. Immanuel Kant. Cidadania. Direitos.

THE REFUGEE CRISIS:

reviewing the expatriated peoples' citizenship concept through the theoretical dialogue of Hannah Arendt and Immanuel Kant

ABSTRACT This paper covers a reflection on refugee rights and the construction of the concept of citizenship based on the methodological analysis of the works *The origins of totalitarianism* and *We refugees*, written by philosopher Hannah Arendt, and *Perpetual peace* and *Groundwork of the metaphysics of morals* by Immanuel Kant. Furthermore, the paper also refers to a scientific investigation of the thought of Arendt and Kant on citizenship and human rights applied to stateless people to understand the following questions: i) how fairly has the State acted on the refugee issue? ; and ii) should the State support, expel or ignore them? The purpose of this study is to establish an ideal of state action justifying the concussion of the political participation and human dignity to refugees, who have found shelter in territories of countries differing from their home nations.

KEYWORDS Refugees. Hannah Arendt. Immanuel Kant. Citizenship. Rights.

* Oficial de Apoio Judicial D efetiva - Tribunal de Justiça de Minas Gerais. lrossif@hotmail.com

“O ‘estranho’ é um símbolo assustador pelo fato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência a destruir”.

Hannah Arendt

Introdução

A busca de abrigo, de asilo, por imigrantes é um problema contemporâneo global: a origem do movimento de migração dos povos é variada. A maioria das causas são derivadas, contudo, de perseguições fundadas nas diferenças relacionadas a raça, religião, nacionalidade, sociedade e política. A despeito da singularidade e da precariedade do processo de migração, os refugiados têm alguns direitos regulamentados pelo Estatuto dos Refugiados, aprovado em Genebra em 1951, e ainda pelo Protocolo de Nova York, de 1967.

Esses migrantes conservam também outras estruturas normativas reguladoras dos direitos e dos deveres fundamentais, entre as quais estão a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (1978).

Todas essas normatizações podem ser vistas como uma estrutura de direitos individuais e de responsabilidades estatais que têm como finalidade preservar a dignidade da pessoa humana e garantir o respeito a ela.

A eficácia e a valência internacional desses direitos dependem, todavia, da adesão prática dos Estados-nações aos seus dispositivos. No caso dos refugiados, a realidade tem comprovado uma ausência da observação desses padrões legais. Observa-se, sim, que vários países adotam, corriqueiramente, diretrizes que violam os direitos básicos dos expatriados.

A consequência dessas ações estatais de desconhecimento do estrangeiro é a origem de um cenário de excepcionalidade e de hostilidade entre os povos: os migrantes são apreciados como os espúrios da sociedade estabelecida nos territórios ocupados. São um distúrbio, uma disfunção que deve ser combatida, erradicada.

A exclusão, o obscurantismo, o desconhecimento e o repúdio são uma constância: ações de xenofobia (na França e na Alemanha), protestos, constrição de fronteiras (na Inglaterra, na Espanha e na Itália) e programações de reassentamento são alguns exemplos representativos do horror causado pelas imigrações.

Algumas formulações sobre as circunstâncias que cercam os expatriados são, à vista disso, essenciais. Porém, como a Lei pode ser válida e operativa, nessas conjunturas? Que espécie de atuação é exigida aos Estados para a corroboração dessa Justiça?

A problematização que se busca, ao pensar nos apátridas, situa-se, também, em duas questões: i) qual é o agir justo do Estado diante da questão dos refugiados?; ii) o Estado deve ampará-los, expulsá-los ou ignorá-los? A solução absoluta de ambas é improvável: inúmeras teorias aspiram à explicação dessas inquições.

Elegemos, não obstante, alguns pensamentos contidos nas obras de Hannah Arendt (1906-75) e Immanuel Kant (1724-1804), relacionados à cidadania, à hospitalidade, e, consequentemente, aos direitos humanos dos excluídos, a fim de estabelecer, por meio de sua exploração, um juízo sobre a posição dos refugiados no mundo moderno.

Desenvolvimento

Refugiado é a designação atribuída ao indivíduo que, diante de ocorrências temerárias à sua dignidade pessoal – opressão racial, religiosa, de nacionalidade, política, entre outros – desloca-se do seu país de origem, em direção a um outro Estado soberano.

A relevância da observação sobre esse fenômeno (o do refúgio) fundamenta-se na tensão humanitária desenvolvida neste século, em virtude do deslocamento dessas pessoas (160 milhões) de seus territórios.

Na atualidade, as migrações tornaram-se eventos cotidianos e regulares. Refugiados da África e do Oriente Médio procuram os países da Europa, para ali se fixarem. No entanto, governos europeus elaboram tratativas com Estados americanos ou asiáticos para a admissão desses expatriados.

1 Every year thousands of migrants and refugees try to reach Europe. Some are driven by the need to escape grinding poverty; others are seeking refuge from violence and persecution. Their journey is fraught with danger. At least 23,000 people are estimated to have lost their lives trying to reach Europe since 2000.¹ And those who make it to the borders of the European Union (EU) find that safety remains beyond their grasp. The EU and its member states have constructed an increasingly impenetrable fortress to keep irregular migrants out – irrespective of their motives, regardless of the desperate measures that many are prepared to take to reach its shores. In order to “defend” its borders, the EU has funded sophisticated surveillance systems, given financial support to member states at its external borders, such as Bulgaria and Greece, to fortify their borders and created an agency to coordinate a Europe-wide team of border guards to patrol EU frontiers. Individual member states themselves are taking drastic measures to stop irregular arrivals. Migrants and refugees are being expelled unlawfully from Bulgaria, Greece and Spain, without access to asylum procedures and often in ways that put them at grave risk. They are ill-treated by border guards and coast-guards. In addition, some EU countries are using the threat of lengthy detention as a deterrent for those thinking about coming to Europe.

Esses acordos, bem como a adoção de medidas de contenção pelos países de destino, espelham a problemática interna criada, nos territórios ocupados, no que se refere ao processo migratório. Revelam igualmente a escassez ou a ausência de estrutura, em prol do acolhimento dos povos estrangeiros com hábitos e culturas diferentes dos nacionais.

Conforme a organização Anistia Internacional,

Todos os anos, milhares de migrantes e refugiados tentam chegar à Europa. Alguns são movidos pela necessidade de escapar da miséria; outros estão fugindo da violência e da perseguição. Suas jornadas são cheias de perigos. Estima-se que, pelo menos, 23 mil pessoas tenham perdido suas vidas tentando chegar à Europa desde 2000. E aqueles que conseguiram atingir as fronteiras da União Europeia (UE) descobrem que a segurança permanece fora do seu alcance.

A UE e seus Estados membros construíram uma fortaleza cada vez mais impenetrável para manter migrantes irregulares fora – independentemente de seus motivos ou das medidas desesperadas que muitos estão dispostos a tomar para alcançar suas costas. A fim de “defender” suas fronteiras, a UE financiou sistemas sofisticados de vigilância, forneceu apoio financeiro aos Estados membros em suas fronteiras, como na Bulgária e na Grécia, para fortalecer suas fronteiras, e criou uma agência para coordenar, em nível europeu, uma equipe de guardas de fronteira.

Cada Estado-Membro está tomando medidas drásticas para impedir chegadas irregulares. Migrantes e refugiados são expulsos ilegalmente da Bulgária, da Grécia e da Espanha, sem acesso aos procedimentos de asilo e, muitas vezes, de maneiras que os colocam em grave risco. Eles são maltratados por guardas de fronteira e pela guarda costeira. Além disso, alguns países da UE estão usando a ameaça de detenção de longo prazo como um impedimento para aqueles que pensam em vir para a Europa (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017, tradução nossa).¹

O que se percebe é a inegável privação de possibilidades aos refugiados, nas comunidades de destino.

Essa carência de receptividade diz respeito não apenas às diversidades econômicas ou territoriais desses Estados, mas também ao incômodo social e a alguns obstáculos políticos gerados pela acomodação dos migrantes.

Os efeitos desses desacordos são representados pelo ostracismo e pela reincidência da violência contra a massa forasteira: ataques aos campos de forasteiros, limpeza étnica, deslocamento forçado, tortura, execuções sumárias e violações.

Segundo a ONU:

Um número crescente de refugiados e de migrantes está passando por fronteiras internacionais, fugindo de conflitos, perseguições, pobreza e outras situações que ameaçam a vida ou respondendo à escassez de mão-de-obra e de habilidades e mudanças demográficas, em busca de melhores oportunidades em outros lugares. Suas jornadas podem estar repletas de perigos. Histórias terríveis de tragédias são apresentadas diariamente nas manchetes. Aqueles que chegam a um destino são frequentemente encontrados com hostilidade e com intolerância. Essas comunidades de acolhimento que se esforçam para proporcionar alívio são, muitas vezes, despreparadas e sobrecarregadas com os números absolutos que chegam. As responsabilidades não são bem distribuídas: um pequeno número de países e comunidades de acolhimento recebem um número desproporcional de refugiados, requerentes de asilo e migrantes.

Além da perda de vidas, o grande deslocamento das populações tem implicações mais amplas para a paisagem social, econômica e política [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017, tradução nossa).²

Essas injúrias às garantias fundamentais dos indivíduos menosprezam o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Se observamos irrestritamente apenas o preâmbulo desse Códex, verificamos a evidente antinomia com os planos de ação dos países de destino, relativos aos forâneos:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e

2 Record-breaking numbers of refugees and migrants are moving across international borders, fleeing conflict, persecution, poverty and other life-threatening situations, or responding to labour and skill shortages and demographic changes and seeking better opportunities elsewhere. Their journeys can be fraught with peril; appalling tales of tragedies feature daily in the headlines. Those that make it to a destination are frequently met with hostility and intolerance. Those host communities making an effort to provide relief are often unprepared and overburdened by the sheer numbers arriving. Responsibilities are not well distributed: a small number of countries and host communities host disproportionate numbers of refugees, asylum seekers and migrants. Beyond loss of life, the large displacement of populations has broader implications for the social, economic, and political landscape.

melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora, portanto, a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por *promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos*, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (UNICEF, 2017, grifo nosso).

A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 também é subestimada, se a matéria é concernente à admissão dos povos alienígenas: o desrespeito às prerrogativas legais dessa gente desliga-se dos princípios maiores de solidariedade e de cooperação internacionais.

Diante dessa conjuntura, erguem-se algumas interrogações: i) de que jeito serão garantidos os direitos fundamentais aos expatriados?; ii) qual é a ação estatal virtuosa sobre a questão dos migrantes?; iii) as nações devem assisti-los, repeli-los ou desconsiderá-los?

Opta-se pelo repensamento e pela aplicação das definições de cidadania e de hospitalidade, com o interesse de resolver as dúvidas geradas pela crise migratória. A apreciação desses temas é, do ponto de vista filosófico, adequada, pois fornece-nos uma justificação ideal e crítica das causas e das consequências desses episódios.

Entrementes, a introdução a um diálogo relacional das teses arendtianas e kantianas, para a obtenção de respostas às nossas indagações, é primordial, posto que esses filósofos, em seus apontamentos, anatomizam amplamente as acepções de humanidade, de cidadania, de direitos, de igualdade, de Estado e de estrangeiros.

Se, por um lado, infere-se a clareza dessas definições, graduando-as ao pertencimento a um grupo organizado em Estado, pela leitura de *Origens do totalitarismo* e *Nós, os Refugiados*, de Arendt, por outro, alcança-se a substância da liberdade, da universalidade e da integração do homem no mundo, ao lermos *A paz perpétua* e *A metafísica dos costumes*, de Kant.

Em Arendt, o sentimento de inclusão no grupo social de determinado Estado tem o condão de garantir os requisitos mínimos de vida e de dignidade aos seres. De acordo com trechos de *Nós, os refugiados*, percebemos, com transparência, o sentimento de inadequação que afeta a existência dos “alienígenas sociais”:

É a mesma história em todo o mundo, repetidas vezes. Na Europa os nazistas confiscaram a nossa propriedade, mas no Brasil tínhamos que pagar 30% da nossa saúde, como a maioria dos membros leais do *Bund der Auslandsdeutschen*. Em Paris, não podíamos sair das nossas casas depois das oito horas porque erámos judeus, mas em Los Angeles estávamos sob restrições porque éramos “inimigos aliados”. A nossa identidade mudava tão frequentemente que ninguém conseguia descobrir quem erámos de fato.[...]

Desde o deflagrar da guerra e da catástrofe onde caiu o judaísmo europeu, o mero fato de ser um refugiado impediu a nossa assimilação com a sociedade judaica nativa. Algumas exceções apenas provam a regra. Essas leis sociais por escrever, embora nunca publicamente admitidas, tinham uma grande força na opinião pública. E essa opinião silenciosa e prática era mais importante para a nossa vida quotidiana do que todas as proclamações de hospitalidade e de boa vontade oficiais.

O homem é um animal social, e a vida não é fácil para ele quando as ligações são cortadas. Os padrões morais são muito mais fáceis de manter na textura da sociedade. Muitos poucos indivíduos têm força para conservar a sua própria integridade se o seu estatuto social, político e legal estiver completamente confuso. Faltando a coragem para lutar pelo nosso estatuto social e legal, decidimos, em vez disso, tantos de nós, tentar mudar de identidade. E esse comportamento curioso torna as questões bem piores. A confusão em que vivemos é, em parte, da nossa própria responsabilidade (ARENDT, 2013, p. 15/16).

Na opinião da pensadora, os “direitos a ter direitos” são alicerçados nessa vinculação indivíduo/grupo, elo exteriorizado pela caracterização da cidadania. É a harmonização do indivíduo ao corpo comunitário que outorga eficácia e efetividade aos direitos fundamentais, sejam eles direcionados à preservação da vida, da liberdade ou mesmo da igualdade.

Se os homens não são assimilados pelo agrupamento socioestatal, não são, similarmente, considerados seres humanos. Vejamos:

Se tivéssemos que começar por dizer a verdade, que não somos nada além de judeus, isso significaria que nos expomos ao destino dos seres humanos que não são protegidos por qualquer lei ou convenção política específica, que não são mais do que seres humanos. Dificilmente consigo imaginar uma atitude mais perigosa, desde que vivemos realmente

num mundo no qual seres humanos enquanto tais deixaram de existir há já algum tempo; desde que a sociedade descobriu a discriminação como a maior arma social através da qual pode-se matar um homem sem derramar sangue; desde que passaportes ou certificados de nascimento e, algumas vezes, até recibos de impostos não são mais papéis formais, mas fatos de distinção social. É verdade que a maioria de nós depende dos estatutos sociais; que perdemos a confiança em nós próprios, se a sociedade não nos aprovar; estamos – e sempre estivemos – prontos para pagar qualquer preço para sermos aceites em sociedade (ARENDT, 2013, p. 19).

A cidadania arendtiana delinea-se multiformemente: é alcançada segundo o conjunto de vantagens e encargos exercidos pelo homem inserto em uma dada comunidade, da mesma maneira que é absorvida consoante a nacionalidade do sujeito/do outro, ou seja, a integração política do outro somente ocorrerá se facultada pelos nacionais e seus Estados receptores.

Em contrapartida, os refugiados, usurpados do status de cidadãos, não estão sob a proteção de nenhuma nação, então incapazes de titularizar quaisquer princípios fundamentais: “Os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexequíveis – mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles – sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano” (ARENDT, 1989, p. 258).

A importância do senso arendtiano a respeito da cidadania revela-se ali: na associação perene do homem, da sociedade e do Estado, com o objetivo da criação de normas. Assim, a supremacia dos direitos humanos não é cabal, mas, sim, relativa, opondo-se ao universalismo dos valores fundamentais, ao afirmar a dependência do ser à inserção social e à aceitação do Estado para atuar politicamente em um certo território em um dado espaço de tempo:

O resultado prático dessa contradição foi que, daí por diante, os direitos humanos passaram a ser protegidos e aplicados somente sob a forma de direitos nacionais, e a própria instituição do Estado, cuja tarefa suprema era a de proteger e garantir ao homem os seus direitos como homem, como cidadão – isto é, indivíduo – e como membro de grupo, perdeu a sua aparência legal e racional e podia agora ser interpretada pelos românticos como a nebulosa representação de uma “alma nacional” que, pelo próprio fato de existir, devia estar além e acima da lei. Consequentemente, a soberania nacional perdeu a sua conotação original de liberdade do povo e adquiriu uma aura pseudomística de arbitrariedade fora da lei (ARENDT, 1989, p. 208).

O evidenciamento dos laços de cidadania e de nacionalidade por Arendt acarreta perceptivelmente dois efeitos: i) expor a essencialidade de pertencimento a uma nação, para a garantia de direitos universais e fundamentais e ii) ressaltar a inexistência desses direitos e do sentido de vida aos não nacionais.

É assim que se manifesta Arendt:

Só conseguimos perceber a existência de um direito de ter direitos (e isso significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los, devido à nova situação política global. O problema não é que essa calamidade tenha surgido não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas, sim, que ela não pudesse ser reparada, porque já não há qualquer lugar “incivilizado” na terra, pois, queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo único. Só com uma humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade (ARENDT, 1989, p. 261).

A submissão do homem a essa estrutura, como um subsídio de autenticação dos direitos humanos, torna inverossímil a dissolução dos problemas dos refugiados no mundo contemporâneo, posto que os Estados e os agrupamentos nativos têm-se mostrado resistentes ao enquadramento do estrangeiro em seu espaço público.

Diante dessa situação (de delimitação da aplicação dos direitos fundamentais), de que modo, então, poderíamos viabilizar a aplicação das leis a todos, igualmente? A que ponto os sujeitos podem ser desvinculados da atuação do Estado? Quão livres poderão se tornar? Serão capazes de operar e decidir livremente? Conseguirão participar ativamente da vida de qualquer comunidade em alguma parte do território mundial?

Kant, em *A paz perpétua* e *A metafísica dos costumes*, proporciona a ilustração da essencialidade da cidadania para a atuação harmônica do ser no mundo estatal e, ainda, edifica a vontade de liberdade universal do homem, ao compor as primeiras noções do Direito Cosmopolita. Nesses livros, medita-se a respeito dos juízos de hospitalidade, paz universal e liberdade.

O “cidadão do mundo” kantiano é o habitante da Terra. É um ser que não se limita a um espaço pré-definido: sua volição de respeito e autonomia só poderá suceder-se se convencionalizada por todos os membros da sociedade global, por meio de seus governantes, pela confecção de um tratado de coexistência equilibrada, em prol da paz permanente.

De acordo com Kant:

Não há nenhum direito de hóspede no que se possa basear esta exigência (para isto seria necessário um contrato especialmente generoso, pelo qual se limitasse o tempo de “hospedagem”), mas um direito de visita, direito a apresentar-se à sociedade que têm todos os homens”, em virtude do direito da propriedade em comum da superfície da terra, sobre a qual o ser humano não pode estender-se até o infinito, por ser uma superfície esférica, tendo que suportar-se uns juntos aos outros e não tendo ninguém, originariamente, mais direito que o outro a estar em um determinado lugar da terra (KANT, 2006, p. 79).

Por meio dessa ideologia, Kant expõe a síntese do direito cosmopolita: o direito de hospedagem, ou seja, a prerrogativa de evitar-se a estranheza geral, de refutar-se o tratamento do outro, proveniente de um outro país, como se fosse um inimigo.

Para o filósofo alemão, a ocupação da superfície de certa pátria é condicionada à temporariedade do ingresso do estrangeiro (visitação) na dimensão de um país e à permissibilidade ajustada entre os Estados, com a intenção de manutenção da paz entre eles:

Esta ideia racional de uma comunidade universal pacífica, ainda que não amigável, de todas as nações da Terra que possam entreter relações que as afetam mutuamente, não é um princípio filantrópico (ético), mas um princípio jurídico. A natureza as circunscreveu a todas conjuntamente dentro de certos limites (pelo formato esférico do lugar onde vivem, o *globus terraqueus*. E uma vez que a posse da terra, sobre a qual pode viver um habitante da Terra, só é pensável como posse de uma parte de um determinado todo, e assim na qualidade de posse daquilo a que cada um deles originalmente tem um direito, segue-se que todas as nações originalmente se acham numa comunidade do solo, embora não numa comunidade jurídica de posse (*communio*) e, assim, de uso dele, ou de propriedade nele; ao contrário, acham-se numa comunidade de possível interação física (*commercium*), isto é, numa relação universal de cada uma com todas as demais de se oferecer para devotar-se ao comércio com qualquer outra, e cada uma tem o direito de fazer essa tentativa, sem que a outra fique autorizada a comportar-se em relação a ela como um inimigo por ter ela feito essa tentativa. Esse direito, uma vez que tem a ver com a possível união de todas as nações com vistas a certas leis universais para o possível comércio entre elas, pode ser chamado de direito cosmopolita (*ius cosmopoliticum*) (KANT, 2003, p. 194).

Distingue-se, por intermédio dos textos de Arendt e Kant, por consequência, que a aceitação de uma pessoa, por um agrupamento civil e por seu Governo, depende do status de cidadão.

Subordina-se, além disso, no caso de carência de cidadania, à transitoriedade da sua estadia. Finalmente, submete-se à vontade soberana de cada Estado.

Em tal caso, é factível a coexistência pacífica: são honrados os princípios da hospitalidade, paz perpétua e direito cosmopolita kantianos.

Sobrevém-se que a recompreensão das teses dos dois filósofos, ou sua combinação, somente satisfaz as inquisições relativas ao agir justo da nação receptora, parcialmente, ou seja, só introduzem a crença sobre o estranhamento suportado pelo refugiado e as causas desse enjeitamento.

A deficiência na resolução dessa crise migratória é a inadmissão e desintegração do “forasteiro”, pelo grupo social.

Um recurso a ser utilizado, para resolução dos conflitos criados pelas migrações, é a concessão de uma cidadania autêntica, universal (posto que todos os homens têm direito a uma posição na Terra); ou mesmo, a adoção de práticas de acolhimento, para o incentivo da integração dos refugiados, conforme almejado pelas normas vigentes, guardiãs dos Direitos Humanos.

Aquilo que não se permite é o desamparo ou a inurbanidade: o migrante é uma criatura constituída da aspiração exclusiva por autodeterminação e independência e, por conseguinte, dispõe da contingência de coabitar com outrem, honrados os princípios abrangentes de igualdade, liberdade e dignidade, independentemente do jugo dos Estados.

Outra alternativa para a completude da captação da força dos direitos substanciais dos migrantes e de sua vinculação com a cidadania é a justaposição dos posicionamentos de Arendt e Kant à tese estoíca sobre o cosmopolitismo.

Os estoícos modelaram o ideal de cidadania sob a estrutura do cosmo, do universal: a cidade prevista no estoicismo constrói-se como um mundo natural, sem fronteiras territoriais ou políticas, mas consubstanciado no ideal de igualdade e solidariedade.

Alves, em *As idéias cosmopolitas de Marco Aurélio* (2018, p. 10), exemplifica o propósito desse modelo:

Há que lembrar que nas ideias cosmopolitas de Marco Aurélio todos os homens são feitos uns para os outros, em patamares iguais, pois a razão universal é comum a todos em plena unicidade. E que a comunidade moral dos seres racionais é conseguida através da partilha de um domínio da razão entre todos os homens, os quais têm, por natureza, obrigações morais entre si. Em termos ideais, esta comunidade é transcendentemente cosmopolita a todas as configurações sócio-políticas existentes. Junte-se ainda o aspecto da brevidade vivencial sempre presente em Marco Aurélio, pois todos os homens estão juntos numa comunidade única e sujeitos a leis comuns [...]

E ressalva, em um momento posterior, as particularidades éticas e morais que circunscrevem a noção de cidadania única:

Para Marco Aurélio, o ideal de comunidade cosmopolita desenvolve-se através do argumento que coloca a razão como elemento compensatório para todos os seres humanos. A lei cosmopolita estipula que todos os indivíduos existem inteiramente num nível de igual respeito e preocupação. Não interessa de onde a pessoa é oriunda, ou seja, a lei cosmopolita não permite (idealmente) diferenças de nacionalidades, grupos sociais ou etnias, tais características levantariam barreiras difíceis de superar entre os concidadãos (ALVES, 2018, p. 14).

O melhor representante dessa posição ético-política dos estóicos é Diógenes de Enoanda: esse estudioso resume com excelência a noção de que todos os homens são cidadãos universais:

E, sem dúvida, nós fazemos tudo isso também para os chamados estrangeiros, que, na realidade, não o são: porque, segundo cada específica subdivisão da Terra, cada um tem sua pátria, mas, em relação a todo o conjunto deste mundo, a pátria única de todos é toda a Terra, e sua única morada é o mundo (apud REALE, 1990, p. 304).

Desse modo é possível conceber a participação no grupo comunitário, pelo forasteiro, envolvida em ações solidárias e respeitosas, como o elemento embaixador do que é ser um cidadão. Destituído dos aspectos territoriais e políticos, o indivíduo arendt-kantiano transcende a imposição de uma voluntariedade estatal para a concretização desse papel.

Pelos princípios desses filósofos, o estrangeiro atinge sua potencialidade de humano: desfaz-se da necessidade de autorização da sociedade e do requisito da temporalidade para exercer a sua identidade em qualquer lugar do mundo desde que o sentido de cooperação e trabalho em conjunto seja integralizado em sua rotina e no ambiente que o cerca.

Conclusão

Onde se esconde a Justiça quando o argumento se polariza no Estado, na sociedade e no estrangeiro? Qual a atuação digna ansiada?

Quando se pensa nos direitos dos refugiados divagamos entre as abstrações da dignidade, liberdade e igualdade, em sua máxima expressão. No entanto, no momento em que se contemplam os movimentos migratórios internacionais, reconhecemos que a abstração dos direitos humanos não é suficiente para o afastamento da crise humanitária irrompida pelos movimentos dos povos, no globo terrestre.

Descobre-se, no repúdio aos refugiados, uma expressão concreta do valor do grupo social, da singularidade dos Estados e da imposição do poder derivado da relação de ambos os elementos: o nacionalismo.

Intui-se que, sem a cidadania, o homem é um sujeito destituído de direitos e de participação pública.

A questão maior, em nossa visão, sobre a aplicação do justo, do honroso, na adversidade do refúgio, situa-se na identificação da posição do homem no processo de civilização: se o ser humano é livre, se é igual ao seu semelhante, a sua posição na Terra já está consolidada: é absoluta. Contrariamente, a imposição de requisitos para se viver no mundo civilizado é arbitrária.

Em razão disso, explorar uma maneira de ajustar a migração, o refúgio à dignidade e à força dos enunciados de preservação da raça humana, em sua dignidade, deve ser imperioso: muitas formas de ver esse assunto devem ser propostas, reexaminadas.

Portanto, qual a melhor assimilação para todos os problemas relacionados aos refugiados?

A consideração de uma cidadania universal, do mundo, na qual o homem possa se posicionar, pública, internacional e cosmopolitamente, dentro da esfera abrangida pelos princípios máximos e naturais, de independência e de paridade e totalidade é um ponto de partida, um começo para novas indagações e singulares argumentações.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALVES, Sérgio L. *As ideias cosmopolitas de Marco Aurélio*. Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23766/1/Cadm020_Artigo30.pdf?ln=pt-pt. Acesso em 22 jan. de 2018. https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23766/1/Cadm020_Artigo30.pdf?ln=pt-pt. Acesso em 22 de jan. 2018.

AMNESTY INTERNACIONAL. *The human cost of fortress europe: human rights violations against migrants and refugees at europe's borders*. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/documents/EUR05/001/2014/en/>. Acesso: em 22 ago. 2017.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

ARENDT, Hannah. A mentira na política: considerações sobre os Documentos do Pentágono. In: *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *Nós, os refugiados*. Tradução de Ricardo Santos, Covilhã: LusoSofiapress, 2013. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20131214-hannah_arendt_nos_os_refugiados.pdf . Acesso em 22 ago. 2017.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. BOBBIO, Norberto. *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

ARENDT, Hannah. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ARENDT, Hannah. ERRA, Ricardo R. *A política tensa: ideia e realidade na filosofia da história de Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Bárbara Kristensen. Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução de Edson Bini. Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2003.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: antiguidade e idade média*. São Paulo: PAULUS, 1990.

REFUGEES AND MIGRANTS. Disponível em: <http://refugeesmigrants.un.org/global-response>. Acesso em 22 ago. 2017.

UNICEF BRASIL. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 22 ago. 2017.



VOZES INAUDÍVEIS

(ou haitianos no rarefeito social)

MILTON FRANCISCO*

RESUMO O Brasil recebeu recentemente milhares de haitianos em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Suas expectativas, porém, não foram satisfatoriamente correspondidas, pois se constituíram como grupo minoritário, alvo de violência física e simbólica, e viram sua mão de obra ser explorada de forma indevida. Ao refletir sobre a recontextualização de suas vozes e de outros atores sociais vinculados à imigração haitiana, identificamos no discurso jornalístico a ocorrência de um processo de reificação que põe os imigrantes num rarefeito social.

PALAVRAS-CHAVE Migração haitiana. Violência. Discurso jornalístico.

INAUDIBLE VOICES

(or haitians in social rarefied condition)

ABSTRACT Brazil has recently received thousands of Haitians in search of work and better living conditions. However, their expectations were not satisfactorily fulfilled since they were a minority group, victims of physical and symbolic violence, and exploited in their labor activities. Reflecting on the recontextualization of their voices and other social actors linked to Haitian immigration, we identify in journalistic discourse the occurrence of a reification process that puts immigrants in a social rarefied condition.

KEYWORDS Haitian migration. Violence. Journalistic speech.

* Professor na Universidade Federal do Acre. Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo.
E-mail: miltonchico@yahoo.com.br

Ponto de entrada

Millhares de haitianos chegaram ao Brasil na primeira metade desta década. Os motivos do deslocamento são vários. Alguns, de “ordem interna”: o terrível terremoto ocorrido em janeiro de 2010, em Porto Príncipe, capital do Haiti; a pobreza da população haitiana em geral; a precária infraestrutura governamental no que tange, por exemplo, à educação, saúde e segurança. Migraram haitianos de diferentes partes do país, e não apenas da capital, assim como se sentiram motivados a migrar muitos que, há vários anos, moravam na República Dominicana, Equador e Venezuela¹, entre outros lugares. Foram impulsionados por particularidades relativas ao local de partida, especialmente geradas por ações do capitalismo, não só o de agora, mas também aquele orquestrado pela França e/ou pelos Estados Unidos da América, do século XVII a meados da segunda metade do século XX, que fez do Haiti o país mais pobre de todo o continente.

¹ Ao refletir sobre haitianos em Manaus – uma das “cidades-trânsito” para chegarem a cidades da Região Sul e Sudeste, seus locais de maior interesse –, Sidney A. da Silva (2016, p. 140-1) observa com relação à Venezuela: “Tal origem passou a ser notada em Manaus a partir de 2013. Nesse caso, trata-se de um processo de reemigração, pois há casos de imigrantes que já viviam naquele país por mais de vinte anos. Com o agravamento da crise econômica no país vizinho [Venezuela] e com as dificuldades de enviar recursos às suas famílias, a vinda ao Brasil passou a ser um desdobramento de um processo de migração que já havia começado há algum tempo”.

A distinção entre os locais de origem, porém, tornou-se irrelevante ao cruzarem a fronteira brasileira, pois aqui são imigrantes em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Nesse contexto, constituíram-se como grupo minoritário e sofreram violência física e simbólica. A isso se somou, por exemplo, o tratamento dado a suas vozes no discurso jornalístico.

Situados no campo da Análise Crítica do Discurso, cuja prática de pesquisa ocorre como ação em prol das pessoas socialmente desfavorecidas e em desvantagem, refletimos sobre a realidade vivida pelos imigrantes haitianos e sobre notícias produzidas a seu respeito. Providos do conceito de *recontextualização* de vozes e outros elementos das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003), focamos, em duas notícias, o componente linguístico e o imagético (fotos, gráficos, mapas), explorando suas relações com elementos da estrutura social, entre os quais estão as elites simbólicas, donas do discurso público, e as relações de poder. Em seguida, tecemos considerações sobre os possíveis efeitos sociais da recontextualização verbal e não verbal realizada.

Haitianos como grupo minoritário

No Brasil, os haitianos têm quatro características gerais que se imbricam. A primeira delas é o fato de não serem falantes da língua majoritária, oficial e de comunicação: o português. Essa condição, quase sempre, provoca o não reconhecimento de suas competências intelectuais e laborais e os põe em desvantagem social em relação aos brasileiros que dominam o português. Como ilustração, vale o relato de Sidney Antonio da Silva (2012, p. 308), que, no final de 2011, esteve em Tabatinga (Amazonas), na fronteira com a Colômbia e o Peru: “Comunicando-se apenas em créole ou francês, era difícil conseguir algum tipo de trabalho [...]. Para os que falavam um pouco de espanhol, a comunicação com os brasileiros e com os hispânicos que lá vivem ficava mais fácil, porém não estavam isentos do preconceito racial.”.

A segunda característica é que um número significativo tem baixa escolaridade. Muitos não concluíram o equivalente ao ensino médio do sistema educacional brasileiro, embora vários tenham graduação (in)completa, além de falar o francês padrão e, por vezes, o espanhol e/ou inglês. No entanto, o grau de formação escolar pouco foi/é levado em conta, por exemplo, na hora de os patrões brasileiros contratá-los.

Outra característica é o fato de chegarem ao Brasil, em geral, financeiramente desprovidos, em razão, sobretudo, da pobreza em que viviam no território haitiano e aos altos gastos com coites e outros exploradores que lhes “tomaram”, do Haiti à fronteira brasileira com o Peru, os recursos que traziam consigo (SILVA, 2016, p. 32-43). Estarem no Brasil sem dinheiro e dependentes de ajuda governamental ou de instituições assistenciais implica uma inferiorização em relação aos brasileiros, psicologicamente negativa para eles.

A quarta característica é que são marcadamente negros, o que os torna no Brasil “merecedores” de dezenas de desvantagens sociais. Em poucas semanas ou meses após cruzarem a fronteira, eles se deram conta do preconceito de grande parte dos brasileiros para com os negros, imigrantes ou não. Vivendo no Brasil, rapidamente descobriram que aos negros cabem os baixos salários, a posição hierarquicamente inferiorizada da sociedade, a periferia social. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao terceiro semestre de 2017, divulgados em 17 de novembro daquele ano, confirmam: (i) “Os brasileiros pretos e pardos empregados tiveram no período rendimento

médio de R\$ 1.531, o equivalente a 55,5% da renda mensal dos trabalhadores brancos, que foi de R\$ 2.757”; (ii) “pretos e pardos [...] são maioria em grupamentos econômicos que pagam menores salários, como os segmentos da Agricultura, Construção, Alojamento e alimentação e Serviços Domésticos”; (iii) “os pretos e pardos representaram [...] 63,7% da população com mais de 14 anos que busca emprego no país, somando 8,2 milhões dos 12,9 milhões de desempregados” (PAMPLONA, 2017). É nesse contexto de diferenças no campo laboral que milhares de haitianos se inseriram.

Juntas, essas características, de forma determinante, fazem desses imigrantes – independentemente de suas vontades – uma *minoría*, um *grupo minoritário*. Não agrupados, e sim dispersos, pois os que permanecem no Brasil vivem em diferentes cidades. Uma dispersão que, em parte, facilita a obtenção do “trabalho desejado”, mas lhes dificulta manterem-se culturalmente integrados, assim como os impede de obter o poder social que a proximidade possivelmente lhes proporcionaria. É o deslocamento dentro do país de chegada intensificando sua condição minoritária.

Minoria, ou *grupo minoritário*, tem seu conceito inicialmente nas Ciências Sociais. Para o sociólogo Raymond Boudon et al. (1990, p. 160), “o termo ‘minoria’ tem sempre uma dimensão social e política: na maioria das vezes, a minoria constitui um grupo ao mesmo tempo menos numeroso, menos considerado e menos poderoso”. Por sua vez, como se nos ofertasse um complemento, Rainer Enrique Hamel, antropólogo argentino radicado no México, esclarece que “há consenso sobre o fato de que o conceito não se refere só a números [de pessoas], ainda que o tamanho da população seja importante, mas também às relações de poder” (HAMEL, 2003, p. 55).

Em consonância com Boudon et al. (1990) e Hamel (2003), Carmo (2016, p. 205) – ao fazer uma reflexão crítica com base em Adorno (1995), Séguin (2002), Sodré (2005) e Carvalheiro (2006), entre outros autores – sintetiza: as *minorias*²

² Carmo (2016) correlaciona o conceito de *grupos minoritários* ao de *grupos vulneráveis*, o que nos eximimos de fazer aqui, embora sua aproximação conceitual seja produtiva no que tange à questão haitiana no Brasil.

originam-se em relações de assimetria social (econômica, educacional, cultural etc.). Nessa perspectiva, minoria pode ser definida a partir de uma particularização de um grupo, já que a maioria se define por um agrupamento generalizado, ou seja, por um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele.

Esse padrão exerce, de diversos modos, pressão sobre as pessoas tidas como diferentes, acarretando algum tipo de violência: física ou simbólica.

Aos haitianos, a violência física e simbólica

Vários haitianos sofreram violência física no Brasil. Um caso ocorreu em agosto de 2015, quando seis deles foram baleados no centro de São Paulo, nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Paz. No meio da manhã, “o autor dos disparos saiu de um carro cinza e atingiu [nas pernas] um haitiano que passava. Antes de atirar, [...] o criminoso teria gritado ‘haitiano!’” (BRANDÃO e VIEIRA, 2015). Ao anoitecer, outros quatro homens e uma mulher haitiana foram igualmente atingidos.

Outro caso se deu em outubro do mesmo ano em Navegantes, cidade portuária de Santa Catarina, a 78 km de Florianópolis. Fetiére Sterlin, de 33 anos, foi morto por golpes de faca desferidos por cerca de dez homens. “Segundo o diretor da Associação de Haitianos de Navegantes, [...] ‘essa não foi a primeira agressão a haitianos na cidade’.” “Em 2014, ‘outro rapaz [levava] cinco tiros e [sobrevivera], mas logo [saía] do Brasil’, relatou” (SILVA, 2015).

A violência simbólica – que se realiza na forma de preconceito e rejeição, marginalizando e discriminando o *sujeito diferente* (CARMO, 2016, p. 205-6) – é mais recorrente. O relato de Dynn Achesson Saintilus, haitiano que em 2014 trabalhava como pedreiro na capital paulista, exemplifica: “No ônibus percebo que as pessoas evitam sentar ao meu lado, já me disseram que aqui não tem lugar para estrangeiros e que a [presidente] Dilma tinha que mandar todo mundo de volta para casa’, conta” (SOUZA, 2014). Dynn A. Saintilus ainda avalia: “Mesmo com a melhoria de vida aqui, se pudesse dar um conselho para os haitianos, eu diria: não venham para o Brasil. Muitos brasileiros têm preconceito’, afirma” (SOUZA, 2014).

A violência simbólica ocorre também, por exemplo, nas relações trabalhistas, quer no momento de seleção e contratação, quer no vínculo empregatício estabelecido. Exemplo disso ocorreu no abrigo em Brasileia (Acre) que recebia os haitianos, aonde empresários – sobretudo das Regiões Sul e Sudeste – foram a fim de contratá-los. Em 25 de janeiro de 2012, no telejornal local, a apresentadora,

ao informar a chegada de empresários de Rondônia [...], chamava a atenção para “um detalhe curioso do critério de escolha: a grossura da canela”. A seguir, [...] um repórter faz a entrevista com o dito empresário, que afirma sem cerimônia: “os que têm canela fina são preferidos por serem considerados mais dispostos ao trabalho”; e arremata: “esse critério é bem antigo, era usado no tempo da escravidão.” (PAULA, 2013, p. 202)

Fora esse tratamento extremo, os trabalhos que lhes são ofertados, na maioria das vezes, são aqueles considerados inferiores – marcados pela exploração da mão de obra, pela baixa remuneração e pelo não reconhecimento de sua formação escolar. Servem de exemplos as funções de ajudante na construção civil, de gari, de doméstica, de “chapa” (carregador e descarregador de cargas de caminhão) e a de costureiro em confecções da região central de São Paulo. Acerca do trabalho nas confecções, a fiscalização na capital paulista, em mais de um momento, identificou no setor têxtil haitianos em condições análogas às da escravidão: jornadas exaustivas, trabalho forçado, servidão por dívida e condições de trabalho degradantes (ESTRANGEIROS, 2013; CRUZ, 2014) – ações desmedidas do capitalismo.

Ambas, violência física e simbólica, contrapõem-se fortemente ao acolhimento do governo brasileiro a esses imigrantes, haja vista a Resolução Normativa nº. 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que dispôs sobre a concessão de visto permanente de caráter humanitário a nacionais do Haiti chegados ao Brasil em razão do terremoto de janeiro de 2010, ainda que essa resolução tenha desencadeado críticas consideráveis, no sentido de o Governo Federal tê-la usado como instrumento de restrição do ingresso dos imigrantes no país. De modo semelhante, a oferta de trabalho de empresários de diferentes setores da produção é, em geral, contraditória, porque, enquanto se contempla aquilo que o imigrante busca, usa-se sua mão de obra sem remuneração digna, quase sempre.

Esses paradoxos talvez não representem nenhum disparate e sejam aceitáveis, se se consideram argumentos como: (i) atores sociais distintos têm ações específicas para com os imigrantes em contextos também específicos, isto é, há paradoxo se generalizarmos; (ii) a história do homem e seus deslocamentos constituíram-se em relações sempre conflitantes. São argumentos abertamente frágeis por dois motivos: (i) impelem-nos a ser condescendentes com o tratamento dado aos haitianos e com suas condições de moradia, trabalho e saúde, entre outros; (ii) levam-nos à conclusão falaciosa de que a situação dos haitianos é cabível e não desumana.

É mais certo que devamos reconhecer todo e qualquer acolhimento e oferta de trabalho – se ocorrem com dignidade –, mas também devemos estar atentos a que acolhimento e oferta não camuflam nem a violência física nem a simbólica sofrida pelo imigrante, pois esse tipo de sofrimento tende a intensificar a vulnerabilidade do ser humano “fora

do lugar próprio”. Aliás, a mitigação se “aloja”, preferencial e desgraçadamente, no lado de quem chega, de quem está em território alheio e tem de atuar numa ordem social desconhecida. Esse nos parece ser um dos eixos cruciais de reflexão acerca da imigração haitiana no Brasil: transitar, de forma crítica, nesse *campo de forças conflitantes*.

De um modo ou de outro, sua condição de *minoría* e a violência física e/ou simbólica contribuíram substancialmente para desfazer em muitos haitianos – se não em todos – a representação³ construída, ainda no Haiti, de que os brasileiros são acolhedores e de que o Brasil é o lugar onde poderiam reconstruir suas vidas, sair da situação de pobreza, viver e criar seus filhos. Ao mesmo tempo, passaram a se ver (certificaram-se?) como sujeitos enfraquecidos e inferiorizados nas relações sociais e, muitas vezes, submissos na interação com brasileiros em geral, empregadores ou não. Decorrente dessa situação mitigadora (somada ao aumento do índice de desemprego no Brasil em 2015 e 2016), criou-se neles o desejo de ir viver noutro lugar. Muitos reemigraram para o Chile, Canadá e Estados Unidos (EVANS, 2015; FAGUNDEZ, 2015), sem qualquer segurança quanto às condições de trabalho e moradia no novo país – são viajantes da incerteza, habitantes de lugar nenhum.

³ Trata-se de representação imaginária identificada por Silva (2016) como motivação de migrarem para o Brasil.

Em contrapartida, outros permanecerão, realizando suas vontades ou nem tanto. A propósito, muitos conseguiram trabalho em indústrias de pequeno e médio porte, com registro e respeito ao horário preestabelecido, embora nada disso implique receberem um salário digno ou estarem isentos de violência simbólica.

O *campo de forças conflitantes* referido anteriormente é, como deixamos entrever, também *discursivo*, porque ações verbais e não verbais permeiam e compõem as tantas ações sociais, políticas e econômicas que se voltam para o imigrante. Especificamente, pensemos no discurso jornalístico.

A voz haitiana no discurso jornalístico

Fortemente presente na sociedade, o discurso jornalístico veicula vários outros discursos, e nele se fazem presentes diferentes atores sociais. É um discurso que tenta se mostrar como espaço democrático, em que todos da sociedade se fariam presentes, inclusive os grupos minoritários, ainda que essa presença seja relativa em função, por exemplo, do espaço físico do jornal: impresso, digital, televisivo, radiofônico. Na

medida do limite, diferentes grupos e segmentos sociais se veriam satisfatoriamente representados. Para tanto, o enunciador-jornalista seria o ator social que *recontextualiza* as diferentes vozes sociais, de modo a contemplar interesses e pontos de vista de indivíduos e grupos diversos. Por sinal, essa prática – se assim entendida – contribui para a construção da imagem de imparcialidade que os jornais dizem ter.

No entanto, as coisas não são assim. Poucos sujeitos enunciam-se no jornal, e outros poucos se veem representados no/pelo discurso jornalístico. Os *grupos minoritários*, por exemplo, quase sempre não têm voz, não podem dizer, não são ouvidos. No caso dos haitianos no Brasil, a possibilidade de enunciarem-se é bem pequena, muito em decorrência das quatro características expostas anteriormente, e não apenas por não dominarem a língua portuguesa, pois a baixa escolaridade, a pobreza, o fato de serem negros e imigrantes são critérios avaliativos que a elite simbólica (os donos do discurso público: jornalistas, políticos, empresários, entre outros) usa para “impedi-los” de acessar o discurso jornalístico – o que se estende ao discurso público em geral.

Esse entendimento pode parecer estranho, porque no Brasil comumente se veicula que pessoas – o cidadão brasileiro, em especial – com essas características não fazem uso da leitura e da escrita satisfatoriamente devido às próprias particularidades ou a uma formação educacional ineficiente e precária, o que se daria de forma independente das vontades da elite ou de quem desenvolveu competências para tal. Essa é uma percepção restritiva e elitista, no sentido de que tende a dissimular a violência simbólica e todo o processo de mitigação a que estão sujeitas as minorias, não apenas os imigrantes; fenômeno social, aliás, que vai muito além do acesso ao discurso jornalístico.

Em análise de notícias da versão impressa da *Folha de S.Paulo* sobre a imigração haitiana, identificamos duas formas gerais de composição do texto que denominamos “notícia-depoimento” e “notícia típica” (SILVA, 2016). Essas formas têm particularidades relativas ao tratamento da voz do *outro*, o que refletiremos na chave da *recontextualização* – conceito que assumimos com base em Fairclough (2003).

A *recontextualização* é um fenômeno textual-discursivo inerente a todo discurso jornalístico, como nos parece ser. Ela ocorre como incorporação, a um determinado texto, de partes de outros textos (falados ou escritos), assim como incorporação de elementos diversos das práticas sociais: discursos, ideologias, relações sociais, valores, atitudes, modos de ser dos sujeitos.

Focamos a recontextualização de vozes em ambas as notícias porque entendemos ser a voz dos sujeitos o “elemento seu” com que mais podem se fazer presentes no discurso jornalístico, isto é, a voz pode carregar em sua materialização linguística, por exemplo, as relações sociais, atitudes, valores, ideologia(s), sentimentos do sujeito-falante. Assim é a voz quando ouvida em plenitude. Mas também as imagens que, em geral, compõem as notícias são formas de o enunciador recontextualizar na prática jornalística elementos de outras práticas sociais. A expressão facial, a postura corporal, a roupa e adereços usados, os objetos do cenário, entre outros elementos, possivelmente presentes nas imagens, recontextualizam os atores sociais e suas realidades.

*

Na “notícia-depoimento”⁴, o foco é um indivíduo, em razão das particularidades vividas que chamam a atenção, embora sua situação seja apresentada como exemplo do que viveram/vivem os demais imigrantes. O texto é de natureza autobiográfica e se caracteriza como exposição em primeira pessoa, marcando coerência com a denominação dada pelo jornal no alto do texto: *Minha história*. A voz do imigrante é recontextualizada ao relatar aos brasileiros seu passado recente no Haiti – a “vida” que não desejam mais –, a viagem e percalços sofridos até a fronteira brasileira, as adversidades vividas nos abrigos no Acre ou na capital paulista, assim como suas perspectivas no novo país de morada. Constrói-se um relato ao modo de ilustração de uma realidade desconhecida dos brasileiros. Com a “notícia-depoimento”, faz-se nas páginas do jornal, em última análise, uma mostra emblemática do acontecimento migratório, mas de forma caricatural.

4 Neste tipo de notícia, a nosso ver, a condição de enunciador é compartilhada pelo enunciador-jornalista e pelo sujeito depoente; questão a ser discutida alhures.

Observemos um texto, que consta do caderno Mundo, da *Folha de S.Paulo*, de 28 de dezembro de 2011, página A14.

Aqui, com o componente verbal, expõe-se a situação de fragilidade e vulnerabilidade da imigrante Anita Antonio e seu filho, e, implicitamente, suas emoções diante dos eventos que vivera com o filho e outros haitianos ao longo da viagem até o Brasil. Revela-se sua impotência de ação contra os infortúnios que o deslocamento lhe impusera. Alguns fragmentos verbais ilustram:

“[...] nas garras dos coiotes”;

“Haitiana conta o medo que passou nas mãos de atravessadores”;

“Embarquei [...] apenas com anotações do roteiro que meu marido passou”;

RESUMO — A haitiana Anita Antonio chegou na véspera de Natal a Brasília, fronteira de Acre e Bolívia. Entrou ilegalmente no Brasil após viajar por por dez dias com o filho Wilson, de dez meses. No caminho, foi roubada por “coiotes” (atravessadores) bolivianos. Agora tenta regularizar sua situação para ir ao encontro do marido, que vive em Manaus.

MINHA HISTÓRIA ANITA ANTONIO, 28

nas garras dos coiotes

(...) Depoimento a

GUSTAVO HENNEMANN
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

Embarquei rumo ao Brasil com o meu filho Wilson, de dez meses, apenas com anotações do roteiro que meu marido passou. Ele fez essa viagem antes de mim e agora está em Manaus me esperando, mas não sabe o que eu passei para chegar até aqui.

Sou de Jacmel, na costa sul do Haiti, e já morava havia oito anos na República Dominicana. Embarquei num avião em 14 de dezembro.

Fui até o Panamá e depois peguei outro voo até o Peru. De Lima, tomei um ônibus até Cusco, outro até Puerto Maldonado e mais um até Iñapari, na fronteira com a Bolívia e com o Brasil.

Lá fiquei num hotel onde estavam hospedados outros 21 haitianos com o mesmo objetivo: tentar a vida no Brasil.

O dono me apresentou a um boliviano coxo que se chama Thomaz. É o chefe de um grupo de coiotes que cobrou US\$ 150 para supostamente me deixar no Brasil.

No mesmo dia, dois homens do Thomaz vieram buscar a todos nós e nos levaram para uma casa grande e velha em Iberia, logo antes da fronteira com a Bolívia. Fica-

*Haitiana conta o medo que passou nas mãos de atravessadores bolivianos até conseguir entrar **ilegalmente** no Brasil, pelo Acre*



Joel Silva/Folhapress

A haitiana Anita Antonio, 28, que entrou ilegalmente no Brasil pela Bolívia, e seu filho Wilson, de 10 meses de idade

mos lá uns dois dias. Assustavam a gente dizendo que a fronteira era perigosa e que tínhamos de esperar o momento certo para cruzar.

Antes de sairmos, pediram nossos celulares, laptops e câmeras. Disseram que iriam nos devolver na entrada do Brasil, para que policiais não nos tomassem no caminho.

Embarcamos à noite na carroceria de um caminhão, que se meteu numa estrada de terra.

Três horas depois, oito homens encapuzados, armados de pistola, nos pararam. Obrigaram a gente a descer, colocaram os homens deitados com as mãos amarradas para trás e nos revistaram. Um de nós perdeu US\$ 1.200. Eu entreguei o que tinha, não passava de US\$ 300.

Depois, ainda cortaram nossas malas com uma faca e ficaram com as roupas novas que trazíamos. Um dos haitianos levantou a cabeça e tomou uma coronhada.

Antes de sumirem, esvaziaram os pneus do caminhão. Ouvimos um assobio e dois minutos depois apareceu um grupo de bolivianos.

Tivemos a impressão de que eram os mesmos que haviam nos assaltado. Tiraram as máscaras e voltaram. Não falei nada, tive muito medo.

Disseram ser amigos do Thomaz e deram ajuda para nos guiar até a fronteira. Sem saída, fomos com eles.

Trouxeram carros pequenos e fomos em grupos de cinco até Cobija. Quando me deixaram, estava sem dinheiro, sem minhas roupas boas e máquina de fotos. Desesperada, caminhei sem rumo e parei uma senhora boliviana na rua. Essa mulher nos deixou ficar e deu de comer para mim e para meu filho.

De manhã, entrei no Brasil cruzando a ponte caminhando. Agora só quero tirar os documentos para conseguir sair daqui e ir para Manaus.

“[...] cobrou US\$ 150 para supostamente me deixar no Brasil”;

“Assustavam a gente dizendo que a fronteira era perigosa”;

“[...] pediram nossos celulares, laptops e câmeras”;

“Embarcamos à noite na carroceria de um caminhão”;

“[...] oito homens encapuzados, armados de pistola, nos pararam”;

“[...] colocaram os homens deitados com as mãos amarradas para trás e nos revistaram”;

“Eu entreguei o que tinha, não passava de US\$ 300”;

“[...] cortaram nossas malas com uma faca e ficaram com as roupas novas que trazíamos. Um dos haitianos levantou a cabeça e tomou uma coronhada”;

“Quando me deixaram, estava sem dinheiro, sem minhas roupas boas [...] Desesperada, caminhei sem rumo e parei uma senhora boliviana na rua. Essa mulher nos deixou ficar e deu de comer para mim e meu filho”;

“Agora só quero tirar os documentos para conseguir sair daqui e ir para Manaus”.

A exposição verbal do sofrimento e do medo dialoga coerentemente com os elementos imagéticos empregados no texto. A expressão facial da imigrante é forte nesse aspecto. Seu olhar, apesar de direcionado para a câmera, seu corpo e seu rosto “pendidos” não esboçam quaisquer indícios de empoderamento, alegria ou satisfação interior. Certificam, sem dúvida, abatimento e tristeza.

A combinação entre o verbal e o imagético mostra a relevância dos elementos recontextualizados na foto que, ao ocuparem metade da notícia de forma centralizada, causam impacto no leitor/enunciário. Na verdade, nele ativam-se aspectos emotivos que pretendem provocar-lhe empatia e compaixão, o que pode levá-lo a ter ações discursivas e não discursivas em prol da mãe e filho retratados na notícia. Aliás, essa possível interação do leitor/enunciário com o texto e suas atividades sociocognitivas são fatores determinantes no processo de construção da notícia.

*

Na “notícia típica”, tende-se a focalizar a coletividade. Trata-se, em geral, de questões relativas a problemas vividos pelos haitianos no Brasil e possíveis soluções. Esses problemas podem estar relacionados, por exemplo, à falta de moradia, à (im)possibilidade de trazer membros da família, à dificuldade de obter trabalho, aos baixos salários, à exploração de sua mão de obra, à interação social com brasileiros e o preconceito por parte desses, à educação dos filhos e acesso à escola, ou seja, várias questões-chave na inserção e inclusão social do imigrante. Nesse tipo de notícia, suas vozes e pontos de vista muito raramente compõem o texto. Recontextualiza-se, preferencialmente, a voz do Governo Federal, dos governos dos Estados do Acre e de São Paulo, de representantes das igrejas que os acolhiam e de empresários, isto é, os donos do poder na sociedade e que, por isso, têm acesso garantido ao discurso público.

Vejamos uma “notícia típica”, publicada no caderno Mundo, da *Folha* de 21 de dezembro de 2011, página A18.

Aqui, consta da legenda: “Haitianos fazem fila para receber comida em Brasileia (AC)”, numa praça da cidade, situada na fronteira com a Bolívia. A foto recontextualiza a condição de dependentes e de inferiorizados, em que se encontram esses haitianos, ainda que alguns esbocem certa satisfação pelo momento de refeição. O fotógrafo se posiciona com a câmera acima de suas cabeças a fim de vê-los do alto e, assim, poder

FOCO

Haitianos no Acre sofrem com superlotação em alojamento

SÍLVIA FREIRE

DE SÃO PAULO

FREUD ANTUNES

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA
DE RIO BRANCO

Um grupo de 724 haitianos está alojado precariamente numa pousada que comporta 80 pessoas, em Brasileira (231 km de Rio Branco), fronteira do Brasil com a Bolívia.

Outros 700 são esperados nos próximos dias, segundo os próprios imigrantes.

Sem visto de entrada no país nem dinheiro, os haitianos pedem refúgio ao chegar ao Brasil. Por razões humanitárias, o governo brasileiro dá a eles direito de residir no país, segundo o Itamaraty.

Os haitianos, no entanto, têm de aguardar a regularização de sua situação em Brasileira, onde há um posto da Polícia Federal. O processo pode demorar até 45 dias. Durante esse período, não podem sair da cidade.

O padre Rutemarque Crispim, que está ajudando os haitianos, disse que as condições da pousada são insalubres. “Não tem detergente, não tem sabão. Alguns chegam a dormir na rua”, disse.

Segundo o padre, na pousada estão 12 crianças, entre elas um bebê de três meses.

Os haitianos chegam ao Brasil após passarem por Re-

pública Dominicana, Equador, Peru e Bolívia.

De janeiro de 2010, quando um terremoto devastou o Haiti, até o mês passado, cerca de 3.000 haitianos pediram refúgio no Brasil.

O secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Henrique Corinto, disse que há cerca de três meses voltou a crescer o fluxo de haitianos e que a estrutura montada para recebê-los não comportou o aumento.

Em novembro, o Estado disse ter gasto R\$ 120 mil com os haitianos. Na semana passada, o Acre pediu ajuda ao governo federal.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência disse que irá liberar 1.200 cestas básicas para os Estados do Acre e do Amazonas para auxiliar os imigrantes.

Segundo o secretário, o governo do Acre está ajudando os imigrantes por razões humanitárias e para reduzir o impacto social na região.

Após obterem a documentação, muitos haitianos buscam emprego em Rondônia. Poucos continuam no Acre.

Segundo o Ministério do Trabalho, a maioria tem ensino fundamental e médio incompleto, mas alguns têm curso superior e encontram emprego com relativa facilidade no Brasil.



Alexandre M. Lima/Folhapress

Haitianos fazem fila para receber comida em Brasileira (AC)

destacar sua organização em fila indiana. A fila facilita a distribuição do alimento; é, portanto, necessária. Ao mesmo tempo, representa e sugere fortemente a possibilidade de tumulto e desrespeito por parte dos que recebem a comida. Essa sugestão é uma avaliação negativa (feita por quem distribui o alimento e recontextualizada na foto) dos haitianos: seriam eles deseducados e não gentis.

Nessa foto, como na ilustração da “notícia-depoimento”, o uso da imagem se mostra mais eficiente do que o do componente verbal no que tange a uma possível exposição da realidade no discurso jornalístico; noutros termos, a recontextualização imagética aproxima-se da “reprodução do real”, enquanto a recontextualização verbal aproxima-se da “recriação do real”. Além disso, em ambas as notícias, a ilustração ocupa a metade do espaço a elas reservado, o que torna a parte imagética tão relevante quanto a parte verbal. A notícia se faz também com imagens.

A “participação” dos imigrantes na parte verbal da notícia é semelhante ao que se vê na foto, ou seja, sua voz aparece apenas uma vez, de forma indireta, no segundo parágrafo: “Outros 700 são esperados nos próximos dias, segundo os próprios imigrantes.”

Quem fala por eles e sobre eles são o enunciador-jornalista – que se enuncia, por exemplo, com base no que viu e ouviu em Brasileia – e membros da elite simbólica:

“[...] o governo brasileiro dá a eles direito de residir no país, segundo o Itamaraty”;

“O padre Rutemarque Crispim [...] disse que as condições da pousada são insalubres”;

“Segundo o padre, na pousada estão 12 crianças”;

“O secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, Henrique Corinto, disse que há cerca de três meses voltou a crescer o fluxo de haitianos e que a estrutura montada para recebê-los não comportou o aumento”;

“[...] o Estado [do Acre] disse ter gasto R\$ 120 mil com os haitianos”;

“[...] o Acre pediu ajuda ao governo federal”;

“A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência disse que irá liberar 1.200 cestas básicas para os Estados do Acre e do Amazonas para auxiliar os imigrantes”;

“Segundo o secretário, o governo do Acre está ajudando os imigrantes por razões humanitárias e para reduzir o impacto social na região”;

“Segundo o Ministério do Trabalho, a maioria tem ensino fundamental e médio incompleto, mas alguns têm curso superior e encontram emprego com relativa facilidade no Brasil”.

São atores sociais que se posicionam acerca dos vários problemas vividos pelos imigrantes haitianos, “buscando”, com suas vozes, possíveis soluções, embora, ao cabo, esses problemas não tenham sido extintos de imediato – o que ocorreria apenas com o deslocamento dos imigrantes para o interior do Brasil. Mas, para as elites, essa extinção é irrelevante, pois lhes interessa manter o próprio acesso ao discurso público, como forma de atuar nas relações de poder.

Temos, portanto, que o enunciador-jornalista se submete, de algum modo, a “poderes extrajornalísticos”, como o de políticos, secretários de governo e membros de igrejas, como também de empresários (o que poderíamos ver em outras “notícias típicas”). Apesar disso, como “construtor” da notícia, ele sempre exerce controle sobre todas as vozes recontextualizadas e sobre o acesso ao discurso jornalístico de todos os atores sociais de quem toma essas vozes.

O controle é bem maior sobre a voz haitiana do que sobre a voz das elites. O enunciadador-jornalista controla e restringe o acesso do imigrante ao discurso jornalístico e ao espaço do jornal de diferentes maneiras: ora dando-lhe parcialmente oportunidade de enunciar (como na “notícia-depoimento”), ora recontextualizando sua voz, ora enunciando sobre ele, ora recontextualizando vozes alheias a seu respeito, ora omitindo suas ideias (como possivelmente ocorre na “notícia típica” anteriormente apresentada), ora retirando-lhe a autoria da voz recontextualizada, ora negando-lhe existência como ator social. Com essas formas, o enunciadador-jornalista acaba recontextualizando a posição de inferioridade atribuída ao imigrante na sociedade.

Ao contrário, o imigrante, por ser o sujeito socialmente desfavorecido e minorizado, deveria ser beneficiado nas e pelas práticas discursivas, jornalísticas ou não, e aparecer na notícia como sujeito coparticipante na busca de solução dos próprios problemas. Sua “ausência” no texto é um péssimo sinal e revela sua condição (e manutenção) de desprivilegiado. Pior ainda é o fato de as duas formas gerais da notícia e a *recontextualização* poderem ter efeitos diversos. Um deles é a *reificação* do *outro*.

Reificando a minoria

Em linhas gerais, a prática jornalística se caracteriza pela ação do enunciadador-jornalista, que visa fazer valer sua voz e sua ideologia, assim como a de seus parceiros, membros da elite simbólica, em detrimento da voz e ideologia do imigrante. Um “alguém”, geralmente desconhecedor de sua realidade e não autorizado por ele, fala em seu lugar e “por ele”, até no que se refere a escolhas políticas e econômicas.

Na construção da notícia, o enunciadador-jornalista, ao recontextualizar diferentes vozes sobre a violência sofrida e os problemas enfrentados pelos imigrantes haitianos (como na nota sobre a morte de Fetiere Sterlin, em Navegantes, no relato de Dynn A. Saintilus ou de Anita Antonio e na “notícia típica” reproduzida anteriormente), assume uma prática discursiva que se caracteriza, sobretudo na “notícia típica”, como violência simbólica contra os mesmos imigrantes, de forma não sutil. Ou seja, em parte, estamos atribuindo à *recontextualização* de vozes – tal como ocorre – a violência simbólica realizada no/via discurso jornalístico. Mas há outras estratégias pelas quais

o enunciador pratica essa violência, como, por exemplo, quando faz suas escolhas linguísticas ao se referir a grupo minoritário e seus indivíduos (SILVA, 2017).

Nesse sentido, o discurso jornalístico fomenta as características da minoria haitiana (as expostas no item *Haitianos como grupo minoritário* e possivelmente outras), não contribuindo para que as relações sociais de poder se modifiquem. Na verdade, o discurso jornalístico se realiza e se mostra como representação das estruturas e práticas sociais em que políticos e empresários, entre outros atores sociais, exercem o poder político e econômico sobre os imigrantes, muitas vezes com relações de poder abusivas que intensificam sua condição de minorizados. Desse modo, dando voz a quem socialmente é dono dela, a prática jornalística recontextualiza as relações de poder já estabelecidas na sociedade; recontextualiza a (ou parte da) estrutura social.

Isso indica que a *recontextualização*, em maior ou menor medida, está condicionada às condições e forças do capitalismo sobre o cidadão de um modo geral, independentemente de sua classe social, padrão de vida ou poder econômico, e, concomitantemente, alimenta essas condições e forças.

Assim entendida, a *recontextualização* pode ser vista como estratégia discursiva frequentemente usada de forma bastante danosa para o sujeito em sociedade, sobretudo se é membro de minorias. Ao cabo, ela pode ter um efeito nefasto sobre o sujeito socialmente minorizado. Em especial na “notícia típica”, forma mais recorrente do que a “notícia-depoimento”, a recontextualização da voz haitiana, de certo modo, equivale a um “não dizer” fomentador de toda a *violência* que o(s) grupo(s) dominante(s) e a elite simbólica podem exercer sobre as minorias, porque, ao ter sua voz “extirpada”, o imigrante se torna “coisa”: não pode dizer, não é ouvido pela sociedade e vê seu pensamento, opiniões, vontades e ambições se apagarem – sua voz se torna inaudível.

Esse “não dizer haitiano”, em parte, resulta como *reificação* do homem: “realizada por forças externas que agem de fora e de dentro sobre o indivíduo; é a violência em todas as formas possíveis (econômica, política, ideológica)” (BAKHTIN, 2010a, p. 335). E, tal como a *recontextualização*, a *reificação* do imigrante haitiano está condicionada às (e alimenta as) condições e forças do capitalismo, o de ontem e o de agora; em grande medida, a *reificação* está a serviço do capitalismo.

Embora não se limite ao discurso, a *reificação* ocorre no e via discurso, verbal e imagético. É no/via discurso que a sociedade revela os sofrimentos do homem, impõe-lhe

humilhações e uma solidão forçada, tira-lhe o reconhecimento, e sua *reificação* chega ao extremo: torna-se ele possuidor de uma consciência permanentemente solitária – afirma criticamente Bakhtin (2010a, p. 323).

Ao “eliminar” o imigrante da notícia, o enunciador-jornalista age de forma a impedir que sua consciência atue e se mostre ao leitor/enunciatário, isto é, a *reificação* seria tentativas de “apagamento” da consciência particular e subjetiva do *outro*; não mais que tentativas, pois sua consciência se mantém ativa sempre: é “o ativismo *dialógico* do cognoscente”, nos termos de Bakhtin (2010b, p. 400). O *outro*, como todo ator social que é, mantém-se pluriativo, de modo que nem o enunciador-jornalista nem a sociedade possam, em última análise, “apagar” a consciência dos grupos minoritários e seus sujeitos. A consciência do imigrante – apesar dos pesares – mantém-se viva nos entremeios das práticas sociais, submersa, para, mais cedo ou mais tarde, vir a público, enunciando-se de diferentes maneiras, conflitando com a hegemonia da elite simbólica.

O problema é o tempo em que permanecerão reificados e inaudíveis, porque essa condição implica que estão, forçadamente, na *periferia social* (físico-territorial e/ou simbólica), onde a violência simbólica é permanente e efetiva, e a vida é de *rarefeito*. Em síntese, ser reificado no discurso de membros da elite é viver no *rarefeito social*, onde ainda se respira. Assim, a *reificação* (sempre discursiva, como é) parece-nos ser o ápice de toda a *violência simbólica* dos donos do discurso sobre o imigrante haitiano, sobre as minorias.

Pontos de saída

Vítimas de violência física e/ou simbólica, e reificados, os haitianos que permanecem/permanecerão no Brasil e os que reemigraram carregam consigo, em comum, – para lembrarmos uma reflexão do caribenho Stuart Hall – o possível *retorno redentor* à terra natal, distante. Na verdade, para além do sujeito haitiano, o *retorno redentor* está relacionado ao conceito de diáspora do povo caribenho. “Essa interpretação potente do conceito de diáspora é a mais familiar entre os povos do Caribe, tornou-se parte do nosso [testemunha Hall] recém-construído senso coletivo do eu, profundamente inscrita como subtexto em nossas histórias nacionalistas” (HALL, 2013, p. 31). Assim, o imigrante haitiano (e o caribenho, se quisermos e pudermos abrir as objetivas) se desloca e se fixa com o desejo de um dia voltar a compor seu lugar de origem. É o *desejo de volta* latente.

Mostra desse *desejo* é a reemigração. Os que optaram/ optam por fazê-la querem fugir do *rarefeito social* encontrado no Brasil – *rarefeito* que inviabilizou e inviabiliza todo e qualquer *retorno*, a qualquer momento –, embora se tenha dito que buscam trabalho noutros países, o que também é verdade. Trata-se de uma fuga, de algum modo, motivada pela importância que lhes tem o *retorno redentor*.

No entanto, é muito pouco provável que esse *retorno* se realize mesmo de outros países, por causa, também, das ações capitalistas de ontem e de agora, que tanto os mitigam. Nesse sentido, a fuga não é plausível, ela parece não existir de fato e ser apenas mais um deslocamento territorial; as mudanças não passam do ambiente físico, e as relações sociais conservam-se igualmente tacanhas.

Caberia questionar quais as motivações dos brasileiros para a violência simbólica em interações diversas, como na de Dynn A. Saintilus dentro do ônibus, na oferta de trabalho e, por conseguinte, no discurso jornalístico. Parecem-nos ser elas de ordem social e subjetiva, entre as quais podemos considerar: (i) medo de perder o emprego para a mão de obra barata representada pelo imigrante haitiano; (ii) insatisfação de dividir espaços públicos com negros e pobres, sobretudo se estrangeiros; (iii) rejeição à mudança na organização social do bairro ou cidade onde vivem, devido à presença haitiana. Certamente, são motivações também para a violência física, como as que nos serviram de ilustração no item *Aos haitianos, a violência física e simbólica*.

São todas motivações decorrentes da ordem capitalista mundial, que põe brasileiros e haitianos no mesmo patamar: ao mesmo tempo, periférico e central. Periférico porque são explorados por grupos econômicos (esses sempre alinhados com grupos políticos), inclusive os midiáticos. Central porque são os principais sujeitos a fornecerem mão de obra e riqueza a esses grupos. São e serão, visto não existir perspectiva de qualquer “revertério econômico” capaz de extinguir essas relações. Em última análise, brasileiros e haitianos ocupam uma posição periférico-central contra a própria vontade e sem possibilidades de mudanças reais, de modo que se mantém a desigualdade social alimentada por tais grupos, os quais, ao mesmo tempo, alimentam-na.

As indicações são de que, na realidade das ruas, das empresas e dos jornais, tem ocorrido um processo social de desumanização. Ao desumanizar imigrantes negros e pobres, os brasileiros se desumanizam, servindo à ordem que oprime a todos.

Referências

- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 299-342, jul./dez. 1995.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.
- BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; CHERKAOUI, Mohamed; LÉCUYER, Bernard-Pierre. *Dicionário de Sociologia*. Trad. A. J. P. Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- BRANDÃO, Raquel; VIEIRA, Victor. Haitianos são alvo de ataques no Glicério. 8 ago. 2015. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haitianos-sao-alvo-de-ataques-noglicerio,1740642>>. Acesso em: 14 dez. 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração – CNIg. *Resolução Normativa nº. 97*, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 64, p. 201-223, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- CARVALHEIRO, José Ricardo. Da representação mediática à recepção política. Discursos de uma minoria. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 51, p. 73-93. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n51/n51a05.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- CRUZ, Elaine Patrícia. Operações encontram haitianos e bolivianos em condições análogas à escravidão. *Agência Brasil*. São Paulo. 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-08/operacao-encontra-haitianos-e-bolivianos-em-condicoes-analogas-escravidao>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- ESTRANGEIROS resgatados de escravidão no Brasil são ‘ponta de iceberg’. *BBC Brasil*, São Paulo, 13 maio 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130508_trabescravo_estrangeiros_fl>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- EVANS, Luciane. Atingidos pelo desemprego, haitianos radicados na Grande BH sonham com nova migração. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 set. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/09/03/internas_economia,684637/atingidos-pelo-desemprego-haitianos-radicados-na-grande-bh-sonham-com.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- FAGUNDEZ, Ingrid. Desemprego no Brasil faz imigrantes voltarem a seus países. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 11 out. 2015. Disponível em: <<http://folha.com/noi692697>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Oxon / New York: Routledge, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HAMEL, Rainer Enrique. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: OLIVEIRA, G. M. de (Org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas: ALB / Mercado de Letras; Florianópolis: Ipol, 2003, p. 47-80.

PAMPLONA, Nicola. Pretos e pardos ganham, em média, 55,5% do rendimento dos brancos, diz IBGE. *Folha de S.Paulo*, São Paulo. 17 nov. 2017. Disponível em: <<http://folha.com/no1936114>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PAULA, Elder Andrade de. Entre desastres e transgressões. A chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 16, n. 2, p. 187-206, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1124/1871>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SÉGUIN, Elida. *Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, Camila Rodrigues da. Haitiano é assassinado em Navegantes (SC). *UOL Notícias*: on line, São Paulo, 19 out. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/19/haitiano-e-assassinado-em-navegantes-sc.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SILVA, Milton Francisco da. *Haitianos no Brasil: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016. 486 f.

SILVA, Milton Francisco da. Haitianos no Amazonas: referência e poder. *Letras em Revista*, Teresina, v. 8, n. 1, p. 32-52, 2017. Disponível em: <<https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/17>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

SILVA, Sidney Antonio da. “Aqui começa o Brasil”. Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, S. A. da. (Org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012. p. 300-322.

SILVA, Sidney Antonio da. Entre o Caribe e a Amazônia: haitianos em Manaus e os desafios da inserção sociocultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30 (88), p. 139-152, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0139.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SOUZA, Felipe. Pedreiro do Haiti ajuda imigrantes em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, Caderno Cotidiano, p. C6, São Paulo, 27 abr. 2014.



MIGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE,

um binômio capaz de construir pontes de convivência

PRISCILLA PACHI*

RESUMO Este artigo tem o objetivo de promover uma reflexão sobre os recentes fluxos migratórios que chegam ao Brasil, mas principalmente à cidade de São Paulo. O que atrai os imigrantes e os refugiados para a cidade global de São Paulo? Como se inserem na sociedade e como está sendo tratado o tema das migrações? Qual a importância da interculturalidade para a adaptação dos estrangeiros no Brasil? Quais as diferenças entre o Brasil e os demais países desenvolvidos no que diz respeito ao trato da questão migratória e do refúgio? Essas questões serão abordadas e analisadas com base numa experiência pessoal desenvolvida com imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE Imigração. Cidade global. Interculturalidade.

MIGRATION AND INTERCULTURALITY: a binomial able to build bridges of convenience.

ABSTRACT This is a reflection on the recent migratory flows that arrived in Brazil, mainly in the city of São Paulo. What attracts immigrants and refugees to the global city of São Paulo? How do they fit into society and how is the issue of migration being addressed to? What is the importance of interculturality for the adaptation of foreigners in Brazil? What are the differences between how Brazil addresses migration and refuge vs. other developed countries? These issues are approached and analyzed based on a personal experience with immigrants and refugees in the city of São Paulo.

KEYWORDS Immigration. Global city. Interculturality.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; bolsista CAPES. – “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”

Introdução

Até o fim de 2016, o Brasil reconheceu 9.552 refugiados de 82 nacionalidades. Desse total, 8.522 foram reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade, 713 chegaram ao Brasil por meio de reassentamento, e a 317 foram estendidos os efeitos da condição de refugiado de algum familiar. Os países com maior número de refugiados reconhecidos no Brasil em 2016 foram Síria (326), República Democrática do Congo (189), Paquistão (98), Palestina (57) e Angola (26).¹

¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Brasil tem aumento de 12% no número de refugiados em 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/brasil-tem-aumento-de-12-no-numero-de-refugiados-em-2016>>. Acesso em 5 fev. 2018.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), cerca de 244 milhões de pessoas residem em país diferente daquele onde nasceram, um aumento de 41% em relação ao ano 2000. Destes, quase 20 milhões são refugiados. Esse número se eleva consideravelmente se levarmos em conta os filhos de migrantes que nascem nos países onde seus pais se estabeleceram. (DANTAS, 2017 *apud* SAM & BERRY, 2006).

O Brasil lida no momento com os refugiados venezuelanos que cruzam a fronteira entre os dois países pelo estado de Roraima. Desde 2015, esse fluxo vem se intensificando em decorrência da crise política e econômica enfrentada pela Venezuela.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 174,6 mil brasileiros retornaram ao país entre 2005 e 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acesso em 05 fev. 2018.

Além dos dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR – e da ONU, o censo brasileiro de 2010 do IBGE nos mostra o retorno de brasileiros que viviam no exterior e que, com a crise iniciada em 2008 nos Estados Unidos e que se espalhou pela Europa, decidiram voltar para o Brasil que, naquele momento, mostrava uma economia saudável e promissora.

³ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Governo brasileiro garante direitos para imigrantes haitianos. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/governo-brasileiro-garante-direitos-para-imigrantes-haitianos>>. Acesso em 6 mar. 2016.

Entre 2005 e 2010, 174,6 mil brasileiros retornaram ao Brasil. Os principais países de origem dos imigrantes foram os Estados Unidos (51,9 mil imigrantes), Japão (41,4 mil), Paraguai (24,7 mil), Portugal (21,4 mil) e Bolívia (15,8 mil). Em 2000, os principais países de origem eram Paraguai (35,5 mil), Japão (19,7 mil), Estados Unidos (16,7 mil), Argentina (7,8 mil) e Bolívia (6,0 mil).²

Segundo dados do Ministério da Justiça, 43.871³ haitianos entraram no Brasil pela fronteira do Acre, de 2010 a 2015.

Os dados citados anteriormente nos surpreendem e indicam o cenário das migrações pelo mundo neste início do século XXI. Conflitos armados, guerras, perseguições políticas, desastres ambientais, pobreza e ausência de condições dignas de vida vitimam cada vez mais contingentes populacionais que partem em busca de sobrevivência, como é o caso dos inúmeros refugiados e dos imigrantes que buscam um recomeço capaz de garantir uma vida decente em outro país.

Nesse contexto, o Brasil aparece como uma alternativa para muitos imigrantes e refugiados que, em razão das barreiras de entrada impostas pelos países desenvolvidos do hemisfério norte, encontram aqui um destino para mudarem de vida. Desse modo, o Brasil recebe atualmente vários imigrantes e refugiados vindos de várias partes do mundo. São chineses, congoleses, sírios, angolanos, haitianos, bolivianos, colombianos e tantos outros que chegam por razões diversas, mas com um único objetivo: encontrar paz e um recomeço de vida.

No que diz respeito ao Brasil, este artigo analisará a cidade de São Paulo como polo receptor de imigrantes, seja como destino final ou trânsito para outras cidades ou estados. São Paulo nos fornece condições de pensarmos o fenômeno das migrações pelo âmbito da globalização, pelas oportunidades de trabalho e pela lógica do capitalismo atual.

Assim sendo, propomos neste artigo analisar as imigrações recentes na cidade de São Paulo com base no conceito de cidade global desenvolvido por Saskia Sassen e segundo uma experiência pessoal de treinamento e palestras interculturais ministradas na Missão Paz⁴, no bairro do Glicério, no município de São Paulo. Acreditamos ser possível, por meio da noção de interculturalidade, construirmos pontes em vez de muros.

São Paulo e a imigração

A história de São Paulo carrega consigo um passado de migrações que nos revela a multiculturalidade de sua população.

A sociedade brasileira, inicialmente formada por índios, portugueses e escravos africanos, presenciou, a partir do final do século XIX, a chegada de imigrantes e o crescimento de uma população etnicamente diversificada e multicultural.

Algumas leis promulgadas durante o século XIX anunciavam que a escravidão chegaria ao fim. Primeiramente, em 1850, houve a extinção do tráfico de escravos da África para o Brasil; posteriormente, em 28 de setembro de 1871, a promulgação da

⁴ A Missão Paz é uma obra dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos que têm larga vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados das mais diversas culturas, crenças e etnias em São Paulo.

Lei do Ventre-Livre, que tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir da decretação dessa Lei. Em 1885, foi promulgada a lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, que beneficiava os negros com mais de 65 anos de idade. E em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assina a Lei Áurea, que concede a liberdade definitiva aos escravos pondo um fim à escravidão no Brasil.

Mesmo antes da abolição da escravatura, o Brasil já se preparava recebendo imigrantes europeus, principalmente italianos, que garantiriam o trabalho nas lavouras de café (produto de exportação), o que tornaria possível atender aos anseios de branqueamento da população brasileira presente na época.

Os primeiros imigrantes italianos começaram a chegar em 1870, mas foi entre as décadas de 1880 e 1910 que houve o maior fluxo de italianos para o território brasileiro, principalmente para as regiões Sul e Sudeste do país.

Os primeiros imigrantes trabalharam com os escravos e também foram vítimas de trabalho forçado e maus tratos. Além de italianos, vieram para o Brasil – para a substituição do trabalho escravo e para a continuidade do trabalho nas lavouras de café e na agricultura – portugueses, espanhóis e japoneses. Os imigrantes desempenharam um papel fundamental para a economia da época e para a urbanização e industrialização, principalmente do estado e da cidade de São Paulo. São Paulo foi um dos estados que mais recebeu imigrantes a partir do fim do século XIX, pois, além de necessitar de mão de obra, subsidiava o transporte de vinda dos imigrantes que, naquela época, migravam em família.

Desse modo, São Paulo desponta como um importante centro receptor de imigrantes a partir do século XIX. Isso se estende pelo século XX e continua a ocorrer neste século. Embora o processo migratório em cada época tenha apresentado características próprias, o motivo que atrai imigrantes para São Paulo parece ser o mesmo, ou seja, a oferta de trabalho para os que chegam à capital paulista.

Além das imigrações, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelas migrações internas no Brasil, por meio da vinda de trabalhadores das zonas rurais e de regiões menos industrializadas do país, como a região Nordeste, em busca de trabalho em vários setores da indústria e da construção civil. Dessa forma, os migrantes tornaram-se grandes protagonistas do desenvolvimento e da construção da metrópole paulista como a conhecemos hoje.

No atual contexto mundial das migrações, os deslocamentos das pessoas não se limitam somente a uma mudança e a uma nova ocupação territorial, eles provocam impactos sociais, econômicos, culturais e políticos que merecem ser analisados.

Por isso, segundo Sayad (1998), o itinerário epistemológico dos estudos migratórios é também um ponto de encontro de inúmeras disciplinas: história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia, antropologia, linguística, ciência política, entre outras.

Com base na história do capitalismo recente, as principais causas apresentadas para a imigração são as dificuldades de vida, a pobreza, a busca por um futuro melhor e até mesmo o anseio de conquistar alguma fortuna fora do país de origem. Essas causas não diferem da motivação pela qual os mais diversos grupos de imigrantes buscaram e buscam o Brasil, ou seja, um novo começo de vida, um trabalho que garanta o sustento deles e futuramente de suas famílias.

Segundo Oliveira (2015), observa-se que os fatores estruturais motivadores da emigração estão fortemente presentes em todos os países de origem: exclusão, exploração da força de trabalho, falta de infraestrutura básica e de serviços são marcas comuns.

O último censo demográfico (IBGE, 2010) mostrou que o município de São Paulo tem uma população de 11.253.503. Desse montante, 1,34% são estrangeiros. Parece pouco, mas São Paulo está definitivamente na rota dos imigrantes e refugiados. Além das dificuldades de entrada impostas pelos países desenvolvidos, podemos nos perguntar qual a razão de os imigrantes e refugiados se sentirem atraídos por São Paulo. O que a cidade, considerada global, oferece que a difere de outras cidades brasileiras? Como estamos tratando a imigração e o refúgio do ponto de vista social, econômico e das políticas públicas?

O conceito de cidade global ou cidade mundial surge na década de 1980 e tem como precursora a socióloga holandesa Saskia Sassen. Esse conceito está diretamente relacionado aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia. O final da década de 1970 e a década de 1980 foram marcadas por uma forte crise econômica nas principais metrópoles do Primeiro Mundo que perderam sua centralidade com o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e com o deslocamento de suas principais indústrias para locais que ofereciam menor custo de implantação e manutenção, além da dispo-

nibilidade de mão de obra mais barata. Esses são os principais fatores que geraram o início da globalização da economia acompanhada de uma crise fiscal e do aumento do desemprego nas principais cidades capitalistas do Primeiro Mundo.

Nesse período, as plantas das grandes indústrias se moveram para outras cidades e até mesmo para outros países, porém uma nova morfologia surge nas antigas metrópoles que eram sedes das empresas do período fordista. As metrópoles passam, a partir desse momento, a sediar empresas de origem quase sempre transnacionais, ligadas, em sua maioria, ao setor financeiro e da informação, o que se tornou um fator de grande transformação na estrutura produtiva das metrópoles e no mercado de trabalho.

Com a mudança dos locais de produção, houve uma dispersão geográfica das atividades econômicas e, com isso, a necessidade de centralização territorial da gestão e do controle das operações das grandes empresas. Essa centralização passa a ser exercida pelas cidades globais, ou seja, pelas principais metrópoles do período fordista onde a dispersão geográfica das atividades econômicas e o novo arranjo organizacional contribuíram para o desenvolvimento das funções decisórias corporativas na centralidade das metrópoles.

Desse modo, as últimas duas décadas do século XX marcaram o surgimento de um tipo específico de cidade que passou a desempenhar, segundo Sassen (1998), as funções de: 1) postos de comando na organização da economia mundial; 2) lugares-chave e mercados para as indústrias financeiras e de serviços especializados; 3) campos de produção e inovação às principais indústrias.

O conceito de cidade global de Sassen (1993) busca apreender toda essa novidade. As principais cidades que compunham a rede de cidades globais na década de 1980 eram Nova York, Londres e Tóquio. Nas décadas posteriores, foram incorporadas a essa rede as cidades de São Paulo, Hong Kong, Toronto, entre outras.

Para Sassen (1998), as metrópoles readquiriam a importância estratégica como locais destinados ao setor terciário, acompanhando a mudança de direção da economia mundial. Não se tratava, portanto, da perda de sua centralidade econômica, mas de sua ressignificação no interior do sistema produtivo internacional. Desse modo, cabe ressaltar que o surgimento da cidade global é resultado de um processo histórico vivido inicialmente pelas principais metrópoles do Primeiro Mundo.

A substituição das atividades industriais pelo setor financeiro e de serviços gerou uma nova ordem social e um novo tipo de urbanização que revelaram a atual divisão

territorial do trabalho nas metrópoles, pautada pela necessidade de mão de obra altamente qualificada e, conseqüentemente, bem-remunerada para os setores de ponta. Por outro lado, surgem também empregos que se utilizam de mão de obra não qualificada para atuar na manutenção dessa estrutura maior (limpeza, ajudantes e auxiliares de várias atividades dos setores de serviços, entre outros).

Para Sassen, as novas tecnologias da informação exercem um papel fundamental ao possibilitarem as dinâmicas simultâneas de dispersão geográfica das operações das empresas globais, o controle centralizado e a organização integrada. As condições sob as quais essas tecnologias estão disponíveis promovem a centralização das indústrias de informação intensiva nos centros de telecomunicações mais avançados, localizados em um número restrito de cidades ao redor do mundo.

Ressaltamos que, não somente os serviços financeiros e altamente especializados ligados aos setores de tecnologia, comunicação e serviços são encontrados nas cidades-globais; existe, ao lado de toda a opulência, uma grande quantidade de empregos manuais, precários e malremunerados que são geralmente ocupados por mulheres e imigrantes vindos de várias partes do mundo e que garantem, com isso, a prestação de vários outros serviços e a manutenção da engrenagem que alimenta e reproduz os ramos mais especializados e elitizados dessas metrópoles.

No final da década de 1990, o conceito de cidade global se estende às metrópoles consideradas de segunda ordem. É nesse momento que São Paulo passa a ser cogitada como uma possível cidade global.

Considerando atualmente São Paulo uma cidade global da periferia do capitalismo, podemos nos questionar: como os imigrantes e refugiados se inserem de forma precária na face globalizada da metrópole? Como vivenciam o cotidiano da cidade do ponto de vista do trabalho?

Santos (2015) nos chama a atenção para a importância da aglomeração em torno das metrópoles tidas como cidades globais. A aglomeração é caracterizada pelas altas densidades demográficas nos centros expandidos dessas cidades. Considera-se também a aglomeração para os fornecedores de uma cadeia produtiva, de consumidores e trabalhadores como um fator de extrema importância para o desenvolvimento econômico, para a regulação de salários e a maximização do tempo de trabalho, garantindo maior retorno para as empresas.

Além da mão de obra qualificada que se concentra nos grandes centros urbanos e que estão à mercê das empresas transnacionais, faz também parte dessa aglomeração os inúmeros imigrantes de diversas nacionalidades que chegam ao Brasil, mas sobretudo em São Paulo, em busca de oportunidades de trabalho que possam ser conquistadas com base na centralidade oferecida localmente pela cidade frente ao país e, de forma global, perante a economia mundial.

A nova divisão internacional do trabalho gerada pela globalização da economia cria lugares mundializados e metrópoles globais. No contexto das cidades globais, a metrópole de São Paulo passa a ser uma referência no Terceiro Mundo, pois congrega diversas atividades, um setor financeiro de ponta, uma gama de serviços de qualidade, além de dispor de tecnologia e uma rede de comunicação que a diferencia das demais cidades brasileiras e garante o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Além disso, São Paulo atrai capitais estrangeiros, migrantes e imigrantes de várias partes do Brasil e do mundo que buscam a cidade para trabalharem e nela se fixarem.

Para os imigrantes de diversas nacionalidades, a cidade de São Paulo atua no imaginário como sendo o local ideal para que as suas vidas economicamente tomem um novo rumo, uma guinada que é posta à prova quando tomam consciência de que o Brasil é um país em desenvolvimento, com uma desigualdade social assombrosa e, em São Paulo, deparam com as contradições que a cidade impõe para a manutenção da vida. A inserção no mercado de trabalho, o reconhecimento de diplomas e a atuação em atividades com melhores remunerações tornam-se praticamente impossíveis.

No que tange aos estudos sobre a globalização e seus impactos nas cidades do Terceiro Mundo, Milton Santos nos revela que o processo de globalização desencadeou a constituição de um meio técnico-científico-informacional e a emergência de novas formas de regulação territorial. Ainda segundo Milton Santos, o território e o Estado passam a ter papel fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo com a internacionalização do capitalismo. O Estado assume a função de regulador num momento em que a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias e das finanças passam a dominar a cena mundial. Na questão da regulamentação dos fluxos de pessoas, vemos o Estado regulando e aprovando a nova Lei de Migração 13.445/17, que entrou em vigor em 21/11/2017, substituindo o antigo Estatuto do Estrangeiro, um dos resquícios da ditadura militar.

No que diz respeito aos países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, verificamos que as facilidades da globalidade não estão presentes em todo o território nacional, o que nos revela a desigual distribuição do meio técnico-científico-informacional, a vivência de várias e diferentes temporalidades e a sociedade dividida entre formas desiguais de participação no processo da globalização. A precariedade e as formas não modernas de inclusão são o vínculo do imigrante na metrópole paulistana e uma das faces do processo de globalização.

Seria, portanto, “global” a “cidade” que se configurasse como “Nó” ou ponto nodal entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais, cujas atividades econômicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais, quando, por consequência, o mercado de trabalho fosse polarizado gerando novas desigualdades sociais e uma forma de segregação urbana dualizada. (CARVALHO, 2000 *apud* LEVY, 1997; VÉRAS, 1997; MARQUES e TORRES, 1997).

Conforme ressalta Carvalho (2000), São Paulo se enquadra nessa condição de ponto nodal entre a economia brasileira e a economia global, já que ali encontramos a prestação de serviços extremamente especializados e bem remunerados, mas também trabalhos precários, malremunerados e até mesmo pessoas que trabalham em condições análogas à escravidão. Essa realidade que vivenciamos em São Paulo, fruto da divisão territorial do trabalho, mostra-nos a imensa desigualdade social que deixa suas marcas no plano do vivido por seus habitantes e pelos imigrantes na metrópole. É nos trabalhos precários, nos “bicos” malremunerados e temporários que encontramos a maior parte dos imigrantes, que aceitam “qualquer tipo” de trabalho que possa garantir o mínimo de sobrevivência frente à crueldade imposta pelas formas de reprodução capitalistas.

Com base na teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos, podemos explicar como as cidades dos países periféricos – caso de São Paulo – funcionam em dois subsistemas urbanos: o subsistema superior, composto das grandes empresas, bancos e pelos setores de alta tecnologia, e o subsistema inferior, constituído das atividades que se utilizam de mão de obra intensiva e com pouca necessidade de capital e investimento, mas que juntos são capazes de produzir, distribuir, comercializar e gerar demandas de consumo para a população, seja ela de alta ou baixa

renda. Os dois subsistemas produzem materialidades distintas, são complementares e estabelecem uma relação dialética visível no urbano.

Para Milton Santos, o circuito inferior cumpre seu papel de produção e distribuição de bens e produtos não modernos com pouco capital, gera trabalho para muitos e se utiliza de mão de obra de imigrantes, precarizada, não qualificada e não formalizada.

No que diz respeito à cidade de São Paulo, o potencial de globalidade se revela, ao contrário do que foi lido, por meio das noções de cidades globais centrais ou do Primeiro Mundo porque ela se estrutura em torno de formas precárias de produção e circulação da riqueza.

A globalização gera dialeticamente a homogeneização dos modos de vida e do consumo das sociedades em nível global. Localmente, há o aumento dos empregos malremunerados e sem proteção social em um contexto de concentração urbana, de riqueza e poder. Para os imigrantes, principalmente os que se encontram em cidades globais do Terceiro Mundo, cada dia é uma luta sem vitória. A pobreza e a falta de perspectiva nas cidades corrói a esperança juntamente com a fome e a precariedade da vida cotidiana.

Interculturalidade e a possibilidade de construção de pontes

Como vimos, a cidade de São Paulo se difere das demais cidades brasileiras por ser uma cidade global, mas uma cidade global da periferia do capitalismo, ou seja, carrega consigo uma série de contradições e desigualdades que se revelam no cotidiano da metrópole. Por ser global e apresentar uma concentração de empresas e consequentemente uma possibilidade maior de oferecer trabalho, ainda que precário, a cidade de São Paulo atrai pessoas de outras cidades e estados, assim como imigrantes e refugiados de outros países na esperança de conseguirem emprego e se estabilizarem no país.

A globalização do final do século XX surgiu com a ideia de unir o mundo, por meio de um processo econômico e social que estabelece uma integração entre os países, suas culturas e as pessoas do mundo todo. Desse modo, previa-se também uma livre circulação de mercadorias, de fluxos financeiros e pessoas. No entanto, o que vemos no momento são os países, principalmente os desenvolvidos do Primeiro Mundo,

erguendo muros e impedindo a entrada de imigrantes e refugiados. A globalização permanece somente no que tange aos objetivos econômicos, isto é, para a comercialização de mercadorias e para a circulação de capitais.

Com relação à cultura, presenciamos, a partir da década de 1980, a disseminação dos hábitos e do modo de vida americanos como cultura hegemônica. Porém, muitos países, apesar de aceitarem a introdução de mercadorias estrangeiras e de alguns elementos da cultura americana (música, modo de se vestir, entre outros), defenderam suas culturas locais com o intuito de preservá-las e reafirmá-las perante sua população e as futuras gerações.

O Brasil, país onde se vê uma multiculturalidade advinda, como já citamos anteriormente, da própria formação da nossa sociedade e das heranças culturais trazidas pelos diversos povos que para cá migraram, apresenta uma grande diversidade cultural. Desse modo, com a imigração, muitos povos trouxeram suas culturas e as mantiveram em território brasileiro. Mesmo que tenham incorporado muitos de nossos costumes, ainda preservam traços de suas culturas de origem (hábitos alimentares, religião e elementos da tradição).

Não pretendemos nos aprofundar no conceito de interculturalidade como proposto pelas ciências sociais, mas abordaremos essa temática de forma mais ampla. Logo, tomaremos a interculturalidade como a possibilidade de um grande diálogo entre diferentes culturas, buscando uma forma pacífica de convivência num mesmo espaço social. Assim sendo, a interculturalidade favorece a integração, a tolerância e a convivência entre as pessoas. Parte-se do princípio de que todos são iguais e que o contato com o outro deve proporcionar a troca de experiências. Contrariamente à noção de multiculturalismo, a interculturalidade pressupõe o diálogo e o respeito pela diversidade.

Priorizando a interação e o convívio entre diferentes culturas e acreditando que devemos defender uma sociedade mais justa, onde todos sejam iguais e detentores do direito de ir e vir, possibilitados de reconstruir suas vidas, é que, em 2014, abracei a causa dos imigrantes e refugiados e comecei a ministrar palestras de cunho intercultural na Missão Paz como voluntária da ONG Sietar Brasil⁵.

O objetivo das palestras é apresentar aos recém-chegados ao Brasil o que vem a ser o nosso país, a nossa sociedade. Mostrar a eles as dificuldades que irão enfrentar e informá-los dos documentos necessários para regularizar a situação como estrangeiro.

5 A SIETAR Brasil é uma Organização Não Governamental – ONG – composta de membros filiados que se dedicam à pesquisa, ao treinamento e às atividades educacionais no campo das relações interculturais.

Eles também são orientados sobre a importância do aprendizado da língua portuguesa, o uso da linguagem (expressões idiomáticas em especial) e algumas normas de comportamento. Procuramos ressaltar a liberdade religiosa existente no país, lembrando-os que eles devem se adaptar à nova realidade, mas procurando manter sempre vivas, principalmente em família, as suas tradições e a língua nativa.

Com essa abordagem, as palestras se desenvolvem, e várias são as trocas de experiências e informações. Algumas dessas informações, no que se refere ao cenário atual das recentes migrações, merecem ser relatadas.

Os imigrantes e refugiados, na sua maioria, chegam ao Brasil com pouco conhecimento sobre o país e acreditam tratar-se de um país de Primeiro Mundo. Espantam-se com a desigualdade social, o valor do salário mínimo e a renda média das famílias brasileiras. Além de se espantarem com essas descobertas, surpreendem-se com o fato de não haver boas oportunidades de emprego em São Paulo, já que as ofertas que aparecem são para trabalhos braçais e com baixíssima remuneração.

Nas palestras, há o predomínio de homens imigrantes e refugiados. Poucas são as mulheres. Algumas vezes, casais com crianças ou famílias inteiras participam da formação. Muitos relatam que partiram sozinhos para o Brasil e que não conheciam nenhum compatriota que morasse no país. Laços de amizade são criados no próprio espaço da Paróquia Nossa Senhora da Paz no Glicério, onde está instalada a Missão Paz.

A língua é, de forma unânime, a primeira barreira cultural enfrentada por eles. Estar num país totalmente desconhecido, mas, principalmente, sem falar o idioma torna a adaptação ainda mais difícil. O aprendizado da língua portuguesa torna-se uma urgência para se relacionarem e conseguirem um trabalho. O idioma, que inicialmente é uma barreira, pode se tornar sinônimo de libertação e conquista quando compreendido e falado.

A cada palestra, olhos atentos, assustados, ansiosos e cansados tentam prestar atenção ao que é apresentado, mas a insegurança quanto ao futuro, muitas vezes, leva os participantes para longe da sala. Aí começa uma verdadeira ginástica para atrair-lhes a atenção e fazê-los participar do momento, questionar, tirar dúvidas ou, simplesmente, tentar entender um pouco o que é o Brasil e o modo de ser e de viver dos brasileiros.

As fases do processo de integração cultural é composto dos seguintes momentos: euforia – momento anterior à emigração; choque cultural – momento após a chegada

ao país de destino; adaptação – momento em que se é apresentado à cultura brasileira e às formas de se adaptar a ela; e, finalmente, o momento de integração cultural, que leva um tempo, mas que é almejado por todos que pretendem se estabelecer no Brasil.

Quando o assunto é introduzido, pergunta-se aos imigrantes o que conheciam sobre o Brasil antes de imigrarem. As respostas são vagas e sempre as mesmas, independentemente do grupo e de sua nacionalidade: futebol, carnaval, samba, café, Amazônia, imagem do Cristo Redentor, país emergente e com possibilidades de crescimento, receptivo, que oferece oportunidade de trabalho. Desenham inicialmente uma imagem romântica de um país perfeito para se viver, onde não existem problemas.

Na segunda fase do processo, ou seja, a do choque cultural, questionamos o que os choca desde a chegada em São Paulo. As respostas são mais realistas: muitas drogas e pessoas viciadas (maconha parece ser liberada), pobreza e miséria, muitas pessoas vivendo nas ruas (inclusive idosos), muita violência, racismo, homossexualismo em excesso, mulheres com roupas extravagantes exibindo o corpo, passividade do povo brasileiro frente aos absurdos que acontecem na política.

Perguntados sobre o que buscam no Brasil, a resposta é praticamente a mesma, ou seja, trabalho. Em alguns casos, citam o anseio por cursar uma universidade, a busca de proteção e asilo político, mas a questão do trabalho e a expectativa de uma vida melhor sempre aparecem em primeiro lugar.

A realidade política e econômica é mencionada quando falamos sobre o Brasil na atualidade e o índice de desemprego. Assustados, não poupam perguntas curiosas para entender o que realmente acontece no cenário brasileiro e o que fez o país deixar a sua posição de país promissor e de emprego fácil para dar lugar à uma crise política e econômica difícil de ser superada e que compromete os planos de quem aqui desembarcou cheio de esperanças. Preocupam-se com a situação econômica e com a dificuldade de encontrar trabalho. Muitos relatam o medo de ter que ir morar na rua devido à falta de trabalho e a dificuldade de honrar com o pagamento do aluguel. O desemprego e a dificuldade de se manterem no país impedem o envio de remessas para as famílias no exterior. Muitos citam que suas famílias não acreditam na situação enfrentada por eles no Brasil.

Afirmam que gostam do Brasil e julgam o brasileiro simpático e alegre, mas revelam que sofrem de racismo nas ruas, no transporte público. O racismo é, então, abor-

dado de forma a contextualizar a história do Brasil, último país a abolir a escravidão. É preciso reconhecer que o negro, desde então, luta para conquistar algum tipo de igualdade num país tão desigual em oportunidades.

Como todos buscam um emprego e uma condição de vida melhor do que a que tinham em seu país de origem, a abordagem de temas referentes à documentação, salário, impostos que incidem na folha de pagamento, entre outros, torna-se de interesse geral, e as informações são cuidadosamente registradas. Mesmo considerando a atual situação em que vivem, todos afirmam que desejam continuar no Brasil.

Alguns temas são difíceis de serem abordados, como a higiene pessoal e o fato de que não devem e não podem se calar diante de abusos de ordem moral, legal e sexual. A denúncia precisa ser feita para que outros imigrantes não sejam submetidos à humilhação e à violência.

Várias mensagens durante a palestra são passadas para ajudar o imigrante a se adaptar a uma nova cultura, mas, para mim, uma das mais importantes é a de que, apesar de se adaptarem, eles jamais devem esquecer as suas origens – a língua-mãe, a cultura e a história de seu país – valores que devem ser passados de geração em geração. Também sugerimos a eles que compartilhem suas experiências e sua cultura com os brasileiros.

Infelizmente o enfoque que damos à interculturalidade não exclui os atos de racismo, violência e discriminação na sociedade brasileira. Crianças estrangeiras em ambiente escolar também passam por discriminação. Algumas que mal compreendem o português são vistas e tratadas como crianças especiais. Para evitar essas situações, é preciso ressaltar, no ambiente escolar, assim como nas instituições públicas e privadas, o reconhecimento e a valorização das diferentes culturas e as dificuldades de compreensão e aprendizado de um novo idioma.

O aumento da presença de imigrantes na cidade de São Paulo mobiliza e estabelece o diálogo entre a sociedade civil, os próprios imigrantes e o governo. Políticas públicas para melhoria da prestação de serviços públicos, da qualidade de vida e para a garantia da diversidade cultural e igualdade de direitos são discutidas e criadas.

Conseguimos contemplar, sobretudo, a cidade de São Paulo, com muitas conquistas, como a aprovação da primeira Lei Municipal de Migração 16.478/2016, que asse-

gura a igualdade de tratamento e direitos aos estrangeiros que vivem na cidade, mas ainda há muito por fazer. Nossa trajetória mostra-se na contramão das construídas nos países desenvolvidos. Acreditamos estar no caminho da destruição de muros para a construção de pontes de convivência pacífica, de respeito pela diversidade cultural e de troca de experiências.

Considerações finais

A globalização do século XX nos revelou as tendências de integração comercial e financeira, porém nos fez ver que a homogeneização não está presente nas sociedades e que se faz necessário o diálogo entre as diferentes culturas que compartilham um mesmo espaço social e geográfico.

Cabe mencionar que, nos últimos anos, o Brasil recebeu vários imigrantes, assalariados globais – expatriados, médicos cubanos e universitários –, mas, ao lado desse fluxo mais especializado, há um outro representado pelas grandes levas migratórias vindas de países periféricos e não brancos, destinadas aos trabalhos precários e malremunerados. O Brasil é um exemplo de país que recebe fluxos migratórios diversificados. Muitos chegam de modo explorável e vulnerável e lutam por sobrevivência, o que, muitas vezes, os força a buscar formas precárias de trabalho.

Conforme nos mostra os estudos de Hasbaert, a territorialização dos imigrantes se dá no sentido do engajamento com o mundo do trabalho. O trabalho é a garantia de sobrevivência, inserção na sociedade, garantia de envio de remessas para o país de origem e o que cria o sentimento de pertencimento no país estrangeiro.

Os imigrantes fazem parte de uma engrenagem do capitalismo à qual a utilização de sua mão de obra é indispensável para o funcionamento econômico do mundo. Migram de situações precárias em seus países capitalistas, “fugindo” para o centro ou para outros países também da periferia do mesmo sistema capitalista. Os imigrantes “fogem” para o capitalismo para se manterem vivos. No sistema escravagista, o escravo tinha um dono, no capitalismo, o trabalhador livre pode trabalhar para quem quiser, mas acaba se submetendo a trabalhos em condições de precariedade porque não tem outra opção.

A cidade global de São Paulo atrai imigrantes e refugiados por ser um local que oferece oportunidades de trabalho, ainda que precários, e por se configurar como ponto nodal entre a economia local e a global. No entanto, presenciamos processos de territorialização que revelam as relações capitalistas de produção, desigualdades sociais, discriminação, preconceito e dificuldades de inserção.

Paralelo às dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, há uma força de vontade para enfrentá-las em busca de sobrevivência. Consideramos os imigrantes sujeitos que agem no espaço e na vida cotidiana, deixando suas marcas, seja por meio da cultura de origem que vivenciam no país de destino, seja pelo próprio idioma, que é preservado quando vivem em comunidades.

Atualmente testemunhamos Estados-nação que, mediante as diversas crises humanitárias presentes em várias partes do mundo, utilizam-se de sua soberania e erguem muros em suas fronteiras ou criam locais de contenção de refugiados de forma a não permitirem a sua entrada em seus territórios, tirando-lhes o direito de ir e vir e impedindo a sua inserção nas sociedades. As consequências dessas medidas são inúmeras, mas podemos citar, entre elas, o aumento do número de apátridas pelo mundo.

Podemos dizer que o Brasil, ao contrário dos demais países, tem adotado uma postura mais acolhedora e humanitária, seja pelo recebimento de imigrantes e refugiados de vários países do mundo, tanto pela aprovação da Lei Federal de Migração nº 13.445/17 – substituta do antigo Estatuto do Estrangeiro, resquício da ditadura militar – quanto pela aprovação da Lei Municipal (São Paulo) de Migração 16.478/2016 que trazem, apesar de seus vetos, avanços para as questões migratórias em âmbito federal e municipal.

Vivenciamos diversidades culturais em todo o mundo. No caso brasileiro, mais especificamente na cidade global de São Paulo, os recentes fluxos migratórios explicitam a imensa diversidade cultural dos que chegam. O caminho para a boa convivência e o respeito está nas práticas interculturais.

A convivência da diversidade cultural e a possibilidade de tratar o tema da interculturalidade com base na alteridade, como nos ensina Sayad (1998), e no respeito pelo outro nos situam num patamar diferenciado em comparação aos outros países.

Para os imigrantes e refugiados, apesar de também sofrerem no Brasil situações de discriminação e racismo, a noção de interculturalidade possibilita-lhes vivenciar uma nova cultura sem terem que abdicar das suas. Concebemos, assim, a possibilidade de

criar “pontes” de convivência e de respeito mútuo e de adotar ações mais solidárias e humanas ao entendermos as dificuldades e o sofrimento dos migrantes.

Ministrar as palestras de cunho intercultural na Missão Paz é, sem dúvida, uma experiência única. Poder passar um pouco de conhecimento aos migrantes e ajudá-los a entender o que é o Brasil e o brasileiro me traz a certeza de que, no fim de cada encontro, é possível contribuir para a adaptação deles à nova realidade sem que seja necessário abdicar de suas culturas de origem.

Referências

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em 6 fev. 2018
- CARVALHO, M. de. Cidade Global. Anotações críticas sobre um conceito in São Paulo. In: *Revista Perspectiva* 14(4)2000 p. 70-82.
- DANTAS, S. Imigração, retorno e refúgio: como estamos. *Revista USP*. Dossiê Interculturalidades, São Paulo, n. 114, p. 8-10, Jul. / ago. / set. 2017.
- GAUDEMAR, J. P de. *Mobilité du travail et accumulation du capital*. Paris: Librairie François Maspero. 1976.
- HAESBERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBERT, R. *O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2006.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. *Novas territorialidades*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FyH5mOVuVs8>. Acesso em: 26 jan. 2016.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acesso em 6 fev. 2018.

MARTINS, J. S. Sem lenço e sem documento. *O Estado de S. Paulo*. 4 maio 2014. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,sem-lenco-sem-documento-imp-1162017>. Acesso em 10 fev. 2016.

MARTINS, J. S. *O Cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, A. T. R. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. *REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 135-155, jan./jun. 2015. PERPETUA, G. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: Elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. In: *Revista Pegada* – v. 14, n. 1, p. 58-80, jul. 2013.

PÓVOA NETO, Hélión. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual – Novos desafios para a análise. In: *Experimental*, n. 2/1997, p. 11-24.

PÓVOA NETO, Hélión. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL MIGRAÇÃO: NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS. 2007. UGI/USP – Departamento de Geografia / FFLCH *Coletânea de textos* ... p. 45-56.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. In: *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 7-25, nov. 2006.

SANTOS, C.S. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: *A cidade como negócio*. CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D e ALVAREZ, I. P. (org et al). São Paulo. Editora Contexto, 2015.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia: um manifesto. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único À Consciência Universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASSEN, S. A Cidade Global. In: LAVINAS, L.; CARLETAL, L.; NABUCO, M.R. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

Fernet-Branca

AMARO ESTOMACAL MONTECRISTO

ROBBA & C.ia Ltda

L'APERITIVO DI GRAN MODA

BIARR "CAMPINENSE"

La regina delle birre; sarà posta in vendita nel prossimo giorno 24 di settembre.

Nuovo tipo di birra fabbricata nella birreria "Columbia" con malto di Bohemia.

Assaggiata e apprezzata da S. E. il Generale Enrico Caviglia nella sua visita fatta alla nostra fabbrica "Columbia".

Esperimentate e fate le vostre richieste presso la Fabbrica "Columbia".

A FRANCESCHINI & Cia.
Rua Andrade Neves, 80-82.

Telefono 192 — CAMPINAS

Letteria e Confeittaria "Elite"

RUA JOSE' PAULINO, 154
Teleph. Cid. 4291

Grande sortimento de conservas e bebidas finas, nacionaes e estrangeiras. - Especialidades de Arengas hollandezas, em salmone, Azeitonas Gregas, Manteiga fresca, Presuntos, Frjos, Vinho de meza, etc.

Aberto até alta hora da noite

SILVEIRA & KUHL

MERCATO CENTRALE, 26 e 27
Comissioni, Consegnações e conto proprio. Accetta frutta, polli, cereali e prodotti agricoli — All'ingrosso e al minuto.

Marmoraria Carrara

Nicodemo Roselli & C.

IMPORTATORI

San Paolo Santos

**ESPOSIZIONE PERMANENTE
DI LAVORI ARTISTICI**

Deposito de marmo grezzo

S. Paulo

Santos

Rua 7 de Abril, 23-27 R. S. Francisco, 156

Telef. Cidade n. 5009

Telef. n. 339



A HISTÓRIA DAS MARMORARIAS ITALIANAS NO ESTADO DE SÃO PAULO IMPRESSA EM ANÚNCIOS DE JORNAIS (1890-1930)

MARIA ELIZIA BORGES*

RESUMO Este artigo foi elaborado com base em anúncios de antigas marmorarias italianas instaladas no interior do estado de São Paulo. A leitura visual dessas peças de publicidade evidencia o modelo de sociedade constituído dentro de uma marmoraria, o tipo de serviço prestado por ela e a abrangência territorial do produto artístico que lhe era encomendado. São imagens intencionais que explicam o tempo que lhe deu origem. O estudo propicia observar a transformação desse tipo de ofício, uma trajetória que acompanha a expansão da economia cafeeira baseada na simbiose café x imigração x Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Trata-se, portanto, da análise de um período áureo da instalação de cemitérios secularizados no Brasil (1890-1930).

PALAVRAS-CHAVE Marmorarias. Migração. Publicidade.

THE HISTORY OF ITALIAN MARBLE SHOPS IN THE STATE OF SÃO PAULO PRINTED IN NEWSPAPER ADVERTISEMENTS (1890-1930)

ABSTRACT This is the result of the survey of ads on old Italian marble shops established in small towns of the State of São Paulo. The visual interpretation and reading of these pieces of publicity show how society was founded on the marble factory, their type of service provision, and the territorial scope of the artistic product requested. They are intentional images that explain their own time. This study shows the transformation of this trade, a trajectory that follows the expansion of the coffee economy based on the symbiosis of coffee and immigration x Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, or the Railway Company of Mogi das Cruzes. It is, therefore, the analysis of the golden age of the installation of secularized cemeteries in Brazil (1890-1930).

KEYWORDS Marble shops. Migration. Publicity.

* Historiadora de Arte/Arte funerária no Brasil; ministra aulas nos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH- UFG/CNPq). E-mail: maelizia@terra.com.br

Multiplicidade de origens e destinos das marmorarias

Ao ler publicações como o *Almanach do Amparo* (apud GODOY, 1902-), o livro *Il Brasile e gli Italiani* (ROTELLINI, 1906), o *Annuário do Amparo* (apud FERNANDES; MIELE, 1914), o *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto* (apud COMERCIAL SA MANAIA, 1913) e o álbum *O estado de São Paulo e seus municípios* (apud CAPRI, 1922), observa-se que as suas seções de Artes e Ofícios são destinadas a anunciar os ofícios de alfaiates, serralheiros, funileiros, marceneiros, ourives e marmoristas em suas respectivas marmorarias. Assim, a sociedade da época tinha acesso a informações sobre a disponibilidade de oferta de cada tipo de ofício e a multiplicidade do mercado das profissões no estado de São Paulo.

Como exemplo da trajetória de uma firma industrial, comercial e de importação do fim do século XIX e início do século XX, selecionou-se a Grande Marmoraria Amparense, instalada na cidade de Amparo (SP), que veiculava anúncios nesses meios de comunicação (FIG. 1, 2 e 3). Pelo nome dos marmoristas, vê-se que se tratava de uma empresa comercial de propriedade de imigrantes italianos, e seus anúncios especificam a origem da matéria-prima que utilizavam – mármore de Carrara –, realçando, assim, o valor “supremo” do material empregado na feitura de túmulos, altares, capelas, escadas e “todos os trabalhos concernentes a esse ramo” (FIG. 1).

Figura 1 - Fac-símile do anúncio da Grande Marmoraria Amparense. Fonte: Godoy (1902).



Os dois primeiros anúncios destacam a aceitação de encomendas “no Estado ou Fora”, o que demonstra sua disponibilidade e predisposição de enviar as peças confeccionadas em Amparo para lugares distantes, que é também uma maneira de propagar os seus serviços, apresentados como de “preços módicos e trabalho garantido”, concorrendo, dessa forma, com as demais firmas do ramo. Na publicidade, a firma faz também questão de ressaltar que é fornecedora de obras para a Matriz do Amparo.



Figura 2- Fac-símile do anúncio da Grande Marmoraria Amparense.

Fonte: Fernandes e Miele (1913).

Vê-se, então, que os anúncios são portadores do pensamento cultural de um tipo de empreendimento artístico específico. Sabe-se que a Matriz de Nossa Senhora do Amparo foi iniciada em 1839, sob a custódia de D. Anna Cintra, esposa do Barão de Campinas, mas que a bênção do padre só foi concebida em 1878. Estima-se que foi provavelmente a partir de 1891 que Luiz Fazzi passou a prestar serviços para a diocese da cidade.

Note-se que os desenhos estampados nos anúncios são referências que envolvem a produção funerária, pois eram as encomendas mais solicitadas. No primeiro deles (FIG. 1), que foi repetido nos anos de 1902 e 1903, aparece o clichê de um túmulo simples com a cruz latina na cabeceira; no segundo, uma alegoria da ressurreição, um anjo toca a trombeta com a mão esquerda, anunciando a chegada do falecido ao céu, e, na mão direita, leva um ramo de palma, símbolo da ascensão e da imortalidade (FIG. 2). São imagens fixas que remetem a outras estratificações e a outras imagens, no caso, aos símbolos do cristianismo.

Segundo o escultor Vicente Alberto Crosera (1987), a Grande Marmoraria Amparense é originária da região de Carrara e se instalou na cidade de Amparo antes de 1891. Registrada com o nome de Luiz Fazzi & Filho, atendia seus clientes no fundo da casa dos proprietários. Seus primeiros proprietários foram Luigi Fazzi (? , Itália, 1839- Amparo, SP, 1902) e o filho Aldamiro Fazzi (Massa, Carrara, 1875- Amparo,

SP, 1950). Conforme Crosera, o jornal *O Correio Amparense* divulgou, em 20 de janeiro de 1891, informação sobre a sociedade da família Fazzi com o escultor Orlando Carlo Francisco Barberi (Forte dei Marmi, Pietrasanta, 1865- Ribeirão Preto, 1943), cuja firma passou a ser denominada Luiz Fazzi & Co. Essa sociedade perdurou por pouco tempo, uma vez que Carlo Barberi se transferiu para a cidade de Ribeirão Preto em 1892 e lá fundou a Marmoraria Ítalo-Brazileira.

Com o falecimento de Luiz Fazzi, coube à sua esposa Carlota Fazzi administrar a marmoraria e a nova sede adquirida por eles – situada na rua 13 de Maio, nº 76 –, conforme consta no anúncio mostrado na Figura 2. A firma procurou se expandir abrindo uma filial em São Carlos de Pinhal, cidade próxima de Amparo, como anunciado pelo *O Correio Amparense* (30/07/1893). Ao mesmo tempo, representantes da marmoraria realizavam viagens pelo interior de Minas Gerais em busca de encomendas, e uma nova firma foi registrada no nome do filho de Luiz Fazzi, Aldamiro Fazzi, considerado na época um grande escultor de mármore (BORGES, 2007).

Pode-se deduzir que, quando o anúncio de 1913 foi colocado na imprensa, a Grande Marmoraria Amparense encontrava-se em processo de expansão, pois contava com o trabalho de alguns artistas-artesãos reconhecidos na área, tais como Afonso Novelli (scarpelino), Vicente Murano (escultor), Humberto Frediani (escultor) e Francisco Belloni (scarpelino), genro de Luiz Fazzi. Aldamiro Fazzi, por sua vez, ensinou o ofício de escultor a seu sobrinho Amleto Belloni (Amparo, 1900- Ribeirão Preto, 1989) e a seu genro Vicente Alberto Crosera (Amparo, 1897- São Paulo, 1989).

Em 1918, a firma Fazzi abriu outra filial na cidade de Ribeirão Preto, a Marmoraria Progresso, tendo como sócio Vicente Franceschini (Itália, 1865- Ribeirão Preto, 1931). Muito antes de abrir essa marmoraria, Fazzi já executava monumentos funerários nas cidades vizinhas de Batatais, Cravinhos e Bonfim Paulista. Por volta de 1920, ele encaminhou os jovens Amleto e Vicente para a marmoraria de Ribeirão Preto (BORGES, 2017). Provavelmente ele concorria com as demais marmorarias da região oeste do Estado de São Paulo, como a Marmoraria de Natale Frateschi e Irmãos Dinelli, da cidade de Franca, a Marmoraria de Salvador Suzano, de Batatais, e a marmoraria de Vicente Bernesconi e Fagnani em Bauru.

No anúncio de 1922 (FIG. 3), a marmoraria fez questão de mostrar que havia estendido seu atendimento a cidades dos estados de Minas Gerais e Goiás.

Neste terceiro anúncio, os clichês apresentam um modelo de “trabalho artístico” realizado pela firma: um jazigo-capela e um altar de igreja. São “imagens pensantes” (SAMAIN, 2012) que conduziam o espectador a fazer escolhas do tipo: será que quero um jazigo-capela neogótico para o meu ente querido?

A Marmoraria Progresso passou por sucessivas sociedades. Fazzi e Franceschini permaneceram sócios por quatro anos (1918-1921); Fazzi, Belloni e Crozera continuam parceiros por mais quatro anos (1922-1925), e, nesse ínterim, Aldamiro Fazzi transferiu sua parte da sociedade para esses parentes; Belloni e Crozera mantêm a sociedade por dois anos (1926-1927) e, por último, Belloni tornou-se dono unitário até 1978, quando a firma foi desativada, conforme Capitanini (1987).

Aproximadamente em 1922, Aldamiro Fazzi vendeu a Grande Marmoraria Amparense, da cidade de Amparo, para seu então empregado Afonso Novelli, que teve como sócio o scarpelino

Nardini. Com isso, afastou-se de todos os empreendimentos conquistados por sua família. Novelle e Nardini adquiriram a formação do ofício com o próprio Aldamiro Fazzi. Atualmente a marmoraria chama-se D. Novelli & Cia Ltda. e pertence ao filho de Novelli, Dinivaldo Novelli (BORGES, 2017).

Pelo número de filiais que a Grande Marmoraria Amparense conseguiu abrir e administrar, pode-se dizer que o exemplo aqui selecionado especifica uma trajetória de sucesso comercial na época. Assim, levanta-se uma questão pertinente a esse ofício no estado de São Paulo que será explicitado no subtítulo seguinte: por que os imigrantes marmoristas, de profissão consolidada na Itália, vieram para o Brasil, mais especificamente para cidades do interior do estado de São Paulo?

MARMORARIA PROGRESSO FRANCESCHINI & FAZZI

RECEBEM OS MARMORES DIRECTAMENTE DE CARRARA (ITALIA) — FORNECE-SE DESENHO

LARGO DO MERCADO
: ESQUINA DA RUA JOSÉ BONIFÁCIO :
CAIXA, 69

RIBEIRÃO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

.....

Acceita-se qualquer encomenda de Capellas, Altares, Escadas, Tumulos, Frontes de Predios em Marmore ou Granito no Estado ou fóra. ...

.....

Esta importante marmoraria, fundada em 1918 pelos snrs. Aldamiro Fazzi e Vicente Franceschini, em tão pouco tempo tomou-se a preferida em Ribeirão Preto, pelos seus trabalhos artisticos, em tumulos e altares, de que tem fornecido modelos impecaveis de esculptura, em diversas cidades de S. Paulo, Minas e Goyaz.

.....

Trabalho artistico da Marmoraria Progresso

Trabalho executado na Marmoraria Progresso

Figura 3 - Fac-símile do anúncio da Marmoraria Progresso. Fonte: Capri (1922).

Marmoraria italiana: um empreendimento artístico-migratório

A escassez de mão de obra especializada fez as primeiras marmorarias de São Paulo convidar seus patrícios, inclusive parentes, para trabalhar no Brasil, pois eram considerados “escultores” de grande teor artístico. Além disso, a crise política e econômica da Itália motivou a imigração italiana para a América do Norte e do Sul no fim do século XIX e começo do século XX. A Marmoraria Carrara, de Nicodemo Roselli & Comp., instalada em São Paulo no fim do século XIX, é um modelo de empreendimento que buscou parentes na terra natal para agregar ao trabalho de marmorista.

Segundo Antonio de Ruggiero (2017), essa marmoraria era considerada o maior estabelecimento de depósito de mármore de Carrara da região. Por volta de 1903, Nicodemo Roselli trouxe seus sobrinhos, os irmãos Alfonso e Antônio Roselli, que tinham interesse em se tornar sócios da referida empresa, já que toda a família atuava no ramo marmóreo em Arezzo, Itália.

Na Marmoraria Carrara, Antônio Roselli (Cortona, Província de Arezzo, Itália 1885- Ribeirão Preto, SP, 1969) conheceu Alfredo Gelli (Pisa, Itália, 1868 - Ribeirão Preto, SP, 1956), e ambos resolveram abrir a Marmoraria Italiana na cidade de Ribeirão

Preto em 1914, sociedade que perdurou até 1944 (BORGES, 2017).

Os textos do anúncio da Marmoraria Italiana trazem dizeres similares aos apresentados anteriormente, entretanto especificam nas legendas das imagens os locais onde os monumentos ilustrativos foram instalados: um na cidade de Ribeirão Preto – jazigo-capela neogótica; e outro na cidade de Uberaba – um túmulo que ostenta uma cabeceira rica de ornamentos e de anjos (FIG. 4). Essas imagens demonstram uma eclosão de significados cristãos que se nutrem de um tempo ana-

Figura 4- Fac-símile do anúncio da Marmoraria Italiana. Fonte: Capri (1922).

crônico. Mais uma vez, esse quarto anúncio também registra a abrangência geográfica dos serviços prestados aos enlutados.

Devem existir muitos casos similares desse tipo de família de imigrantes italianos que instalaram marmorarias nas grandes cidades no Brasil. Trouxeram patrícios e parentes, que logo em seguida migraram para locais considerados promissores e ali ramificaram seus empreendimentos e tornaram-se “trabalhadores incansáveis, hábeis comerciantes, empreendedores industriais”, conforme atesta o *Almanacco Illustrato della Tribuna Italiana* (1905), referindo-se aos imigrantes italianos da região de Lucca (apud RUGGIERO, 2017).

Provavelmente, Luigi Fazzi, tal como a família Roselli, também chegou inicialmente à cidade de São Paulo, mas escolheu abrir seu comércio em Amparo, fundada em 1829. O progresso da região teve início em 1850, marcado pelo plantio do café trazido do Vale do Paraíba. Inicia-se, então, o crescimento do ciclo econômico, impulsionado pela simbiose café x imigração x ferrovia. A freguesia de Amparo torna-se vila em 1863 e, comarca, em 1873. Em 1878, era considerada a maior produtora de café do Brasil Imperial.

Em 1875, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro ligava Campinas à cidade de Jaguariúna, e esta a Amparo, direcionando-se depois para Pirassununga, Casa Branca, até chegar a Ribeirão Preto. A linha férrea da Companhia Paulista já seguiu outro trajeto, expandindo-se para as cidades de São Carlos, Araraquara e Catanduva (FAUSTO, 1975). Nesse percurso, as marmorarias instalavam-se na cidade que mais lhes conviesse.

A cidade de Amparo estava adquirindo ares urbanos quando Luiz Fazzi abriu sua marmoraria. O Cemitério Municipal de Amparo só foi inaugurado em 1901, um indício de que a cidade crescia. Mas a crise do café em 1929 causou a estagnação econômica da cidade, que só veio a se recuperar em 1940, com a atividade industrial. Quanto à região de Ribeirão Preto, a cultura do café do tipo *Bourbon* teve início em 1876 com os irmãos Pereira Barreto, que estavam deslumbrados com a fertilidade da terra roxa e quase deserta.

Essa região paulista é marcada pela presença massiva de imigrantes italianos, que para ali acorriam para trabalhar na agricultura, subsidiados pelo governo, ou como profissionais qualificados, no caso os marmoristas, que vinham para o estado por iniciativa própria e se instalavam nas cidades “promissoras”. Antônio Roselli, Aldamiro Fazzi e Carlo Barberi – este o primeiro sócio de Fazzi, conforme visto anteriormente – seguiram então a rota cafeeira x Mogiana, saindo de Amparo e de São Paulo e indo para Ribeirão Preto em busca de crescimento empresarial.

Urge lembrar que o Cemitério da Saudade de Ribeirão Preto foi fundado em 1892, enquanto a marmoraria Ítalo-Brazileira, de Carlo Barberi, foi a primeira a se instalar na cidade no mesmo ano, seguida pela Marmoraria Italiana, de Antônio Roselli e Alfredo Gelli (1914), e posteriormente pela Marmoraria Progresso, de Aldamiro Fazzi e Vicente Franceschin (1918). Já a Marmoraria Paulista foi fundada em 1926 por Renato Bulgarelli (Mântua, 1908- Ribeirão Preto?) e João De Bortoli (São Simão, 1898 - Ribeirão Preto, 1982). Esses proprietários foram aprendizes de Roselli e de Fazzi, e depois resolveram montar seu próprio negócio, que passou por ramificações sucessivas dentro da família De Bortoli, segundo depoimento de Bortoli Filho (1989).

Conforme Warren Dean (1977), era comum o estabelecimento de sociedade entre duas famílias de imigrantes de classe média e com capital restrito. No caso das marmorarias, as sociedades procuravam estabelecer funções específicas entre os sócios: um ficava responsável pelo setor de vendas, e o outro, pelo de produção na oficina. No caso de Roselli e Gelli, o primeiro cuidava das vendas, e o segundo, da oficina, enquanto no empreendimento da família Fazzi, Aldamiro era o responsável pelo setor da criação, tanto em Amparo como em Ribeirão Preto, e Franceschini, pela parte comercial. Era comum, no entanto, uma sociedade desfazer-se em pouco tempo, afinal, o gênio explosivo de muitos artistas artesãos italianos não ajudava na convivência diária de uma firma (BORGES, 2017).

No livro *Il Brasile e gli Italiani*, Rotellini (1906) faz uma relação de marmorarias importadoras de mármore de Carrara para a cidade de São Paulo, produto que chegava pelo porto de Santos (SP). A maioria delas era originária de sociedades anônimas, como a Compagnia Ítalo-Paulista, que, em 1902, era presidida pelo arquiteto Giulio Micheli (RUGGIERO, 2017); a Luciano Figliolia & Co e a Giuseppe Tomagnini, Gratello e Co. Essa última se dizia filial da Casa Italiana D'sportazione, de mármore residencial de Pietrasanta, Itália. Outras foram fundadas segundo o sistema empresarial familiar ou individual, como as de Domenico Larocca, Pietro Larocca, Emilio Peragallo, Michele Tavolaro, Salvador Cantarella e a de Giuseppe Borrelli.

A pesquisadora Halima Alves de Lima Elusta (2008) faz uma análise minuciosa dos monumentos funerários produzidos pela firma de Giuseppe Tomagnini no Cemitério da Saudade, na cidade de Campinas (SP). A pesquisadora afirma que a Marmoraria Vélez, de Patrício Vélez e seu filho Marcellino Vélez, tinha filiais em Campinas e em

São Paulo, com a denominação de P. Vélez & Guerra S. Paulo, conforme consta em algumas inscrições de túmulos no cemitério da primeira cidade. Ao pesquisar o Arquivo Histórico Municipal de Campinas, Elusta (2008) constatou 24 pedidos de autorização para a construção de túmulos no Cemitério da Saudade assinados por Marcellino Vélez no período de 1922 a 1935. Percebe-se, assim, a importância dessa marmoraria para a cidade de Campinas.

Uma grande concorrente da Marmoraria Vélez foi certamente a Grande Marmoraria Internacional, de V. Lazzeri, pois, ainda conforme Elustra (2008), constam no Arquivo Histórico Municipal de Campinas o registro de 38 pedidos autorizados para a construção de túmulos no período de 1924 a 1929. A autora ainda destaca a presença no cemitério de peças da Marmoraria Irmãos Coluccini, fundada na década de 1910 por Alfredo, Giuseppe e Pietro Coluccini. Em 1936, a firma passa a ser denominada Alfredo Coluccini & Cia. Nessa nova fase da marmoraria, o filho de Alfredo, Lélío (Valdicastello, Itália, 1910 - Campinas, 1983), torna-se referência como escultor neoclássico e modernista, realizando obras públicas, nas cidades de São Paulo e Campinas, e esculturas de temáticas cristãs para o Cemitério da Saudade de Campinas (ELUSTRA, 2008). Possivelmente, Lélío tinha como concorrente na região o escultor Fernando Furnaletto (São João da Boa Vista, 1897 - São João da Boa Vista, 1975), que adotou tanto o estilo realista como o “Floreale” italiano, filho do marmorista Antonio Furnaletto, que instalou a Marmoraria Sanjoanense (1896) na cidade de São João da Boa Vista.

A marmoraria João Santini, Corsi & Co. foi constituída mediante sociedade do escultor João Santini com o arquiteto Corsi e o ornamentista Felix La Torre. A sede ficava em Campinas, e uma filial, na cidade de São Simão, bem distante da primeira (CAPRI, 1922). Não existem dados para explicar os motivos dessa expansão comercial, mas pode-se aventar que talvez fosse em razão de alguma relação de parentesco entre sócios e os moradores da referida localidade ou devido aos vários surtos de doenças epidêmicas ocorridos em São Simão, o que provocou muitas mortes na região e a instalação de cemitérios emergenciais.

Pode-se observar no anúncio da Figura 5 a seguir que os dizeres seguem os mesmos propósitos dos que foram analisados anteriormente neste artigo.

A imagem do túmulo que serve como ilustração do anúncio suscita debates sobre a beleza e a representação estética do anjo. Provavelmente, Santini e Corsi tinham

como concorrente comercial as marmorarias de Piro Cima e de Natale Maffei, também instaladas em São Simão.

Os pesquisadores Elio Moroni Filho e Oswaldo M. Truzzi (2004) discorrem sobre o processo de trabalho nas marmorarias da cidade de São Carlos no período de 1890 a 1950, que se desenvolveu também em função da economia cafeeira e da linha férrea da Companhia Paulista. Os autores mencionam que o Cemitério Municipal Nossa Senhora do Carmo foi instalado em 1890 e, no início, recebia artefatos funerários feitos por vários marmoristas instalados em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. Na pesquisa de campo, eles detectaram no cemitério obras de F. Martinelli & Irmãos (São Paulo), 1890; Fazzi (Amparo), 1893; S. H. Peragallo (Rio Claro), 1903; A. Ventura & Cia (São Paulo), 1919, e M. Tavolaro & Cia Ltda. (São Paulo), 1925.

Moroni Filho e Truzzi (2004) citam também o caso da Marmoraria Carrara, de Luiz Leonardi, marmorista proveniente da Toscana e com firma na cidade de Araras, onde



FIGURA 5- Fac-símile do anúncio das Marmorarias de João Santini, Corsi & Co. Fonte: Capri (1922).

se iniciou no ofício em 1893. A marmoraria possuía filiais nas cidades de Piracicaba e Lençóis Paulista e chegou a construir artefatos funerários no Cemitério de São Carlos, em 1926. Paulo Renato Tot Pinto (2008) realizou um primeiro levantamento das obras de Luiz Leonardi (Quercela, Lucca, Itália, 1879 - Araras, 1956) no Cemitério da Saudade em Piracicaba

(1878) e constatou que ele tinha sociedade com o filho Ovídio e com o seu genro, tendo a firma Luiz Leonardi & Cia perdurado até 1974, nas mãos de seus descendentes.

Mais uma vez fica comprovado, no transcorrer deste texto, o quanto as primeiras marmorarias italianas estabelecidas no estado de São Paulo prestaram serviços a vários locais ao mesmo tempo. Provavelmente a Marmoraria Sancarlenense, fundada em 1890 pelos sócios Manoel Sanchez e Secchiari em São Carlos, também compartilhava seu trabalho artístico funerário nos cemitérios da sua região.

Diferentes cidades do estado de São Paulo receberam, portanto, a instalação de marmorarias de cunho familiar, como as que pertenciam aos marmoristas já citados: Irmãos Coluccini e Família Vélez instalaram-se em Campinas, Luiz Leonardi, em Araras, Pira-

cicaba e Lençóis Paulista, e Carlo Barberi, em Ribeirão Preto. Este teve como primeiros aprendizes seus filhos Vladimiro, Múzio, Américo, Ovídio e Urano Barberi, cabendo ao penúltimo acompanhar toda a trajetória da Marmoraria Ítalo-Brazileira (BORGES, 2017). Independentemente de ser de cunho familiar ou não, as marmorarias tiveram de desenvolver, em suas próprias instalações, o ensino informal dos aprendizes que contratavam, para aprimorar seu trabalho artístico e levá-los a concorrer entre si.

Os anúncios não deixam de ser um meio de comunicação de massa necessário na época. Enfim, o motivo preponderante dos anúncios era, sem dúvida, a necessidade de o imigrante italiano ter condições econômicas de sustentar a família com o empreendimento de pequeno porte que instalara. Em atenção a seus clientes, as marmorarias também utilizavam malas diretas para enviar mensagens de pêsames aos familiares do morto por ocasião da missa de sétimo dia, conforme relata Ester Belloni (1987).

Considerações finais

Provavelmente existem muitas marmorarias de origem italiana no estado de São Paulo cujas razões sociais ainda não foram pesquisadas e cujos anúncios também não foram catalogados. Para este artigo, partiu-se de registros dispersos, que contribuíram para a compreensão de uma parcela minuciosa dessa firma de pouco capital mantida por marmoristas italianos, que, em um primeiro momento, realizaram eles próprios os artefatos funerários em mármore de Carrara e, em um segundo momento, transferiram essa tarefa para seus descendentes e patrícios, que com eles aprenderam o ofício de artesão. As marmorarias ramificaram-se pelo interior do estado de São Paulo no período analisado, ou seja, de 1890 a 1930.

O clima de efervescência econômica fez com que os marmoristas italianos trouxessem para o estado de São Paulo um comércio étnico, que importava o mármore de Carrara e o gosto europeizado, que atendia aos interesses da alta burguesia urbana que se estruturava. “Executaram uma produção artística grupal, dotada eventualmente de criatividade estética” (BORGES, 2017).

Em meados da década de 1920, no entanto, as marmorarias italianas do estado de São Paulo sofreram um movimento de influxo: a burguesia cafeeira restringiu seus

gastos com os monumentos funerários, a importação do mármore de Carrara passou por restrições, e o gosto estético da sociedade se modificou, surgindo a preferência por túmulos mais simples e revestidos com materiais nacionais, como o granito.

Em outros estados brasileiros, a dinâmica das marmorarias ocorreu de modo similar, conforme demonstram os estudos de Harry Rodrigues Bellomo (2000) e de Elaine Maria Tonini Bastianello (2016). Ambos os pesquisadores detectaram a instalação de firmas e ateliers de marmoristas de origem italiana, alemã e espanhola no estado do Rio Grande do Sul. Bastianello analisa também a inclusão de artefatos funerários de marmorarias italianas atuantes nas cidades de Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina), que concorreram com o mercado marmóreo da cidade de Bagé (RS). Grossi (2005) também discorre sobre a confecção de artefatos funerários, em mármore de Carrara, por imigrantes radicados na capital mineira.

A somatória dessas pesquisas vai demonstrando prosseguimentos comuns a esse tipo de firma, que teve seu período de ascensão com a multiplicação de cemitérios secularizados no país. Todavia, a crise de 1929 causou grandes danos às marmorarias, remetendo-as a uma nova trajetória de trabalho e de propagação de seu negócio. As marmorarias que sobreviveram adaptaram-se às novas exigências do mercado, em um ritmo de produção industrial que atendia, sobretudo, à demanda da construção civil. No entanto, elas continuaram com a mesma denominação – marmoraria –, vinculadas, assim, ao seu primeiro material de uso.

Referências

ALMANACCO *Illustrato della "Tribuna Italiana"*. São Paulo: s. n., 1905.

FERNANDES, Aristides; MIELE, Caetano. *Annuário do Amparo*. Amparo, SP: Editora Casa Pindorama, 1913.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. *A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858- 1950)*. Bagé, RS: Ed. do Autor, 2016.

BELLOMO, Harry R. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry R. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BELLONI, Ester. Entrevista concedida a Maria Elizia Borges. Ribeirão Preto, dia 10 de agosto de 1987.

BORGES, Maria Elizia Borges. Arte funerária e il commercio carrarense in Brasile. In: BERRES-

FORD, Sandra (a cura di). *Carrara e il mercato della scultura*. Milano: Federico Motta Editore, 2007.

BORGES, Maria Elizia Borges. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto = Funerary Art in Brazil (1890-1930): italian marble carver craft in Ribeirão Preto*. 2. ed. Goiânia: Gráfica UFG, 2017.

DE BORTOLI FILHO, Nelson. Entrevista concedida a Maria Elizia Borges. Ribeirão Preto, dia 20 de janeiro de 1989.

CAPITANINI, Haroldo B. Entrevista concedida a Maria Elizia Borges. Ribeirão Preto, dia 19 de agosto de 1987.

CAPRI, Roberto. *O estado de São Paulo e seus municípios*. São Paulo: Álbum, 1922.

COMERCIAL SA MANAIA. *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, SP, 1913.

CROSER, Vicente Alberto. Entrevista concedida a Maria Elizia Borges. São Paulo, dia 10 de dezembro de 1987.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820- 1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ELUSTRA, Halima Alves de Lima. *Visita ao museu de pedra: arte no Cemitério da Saudade de Campinas - SP (1881- 1950)*. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual). Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: PINHEIRO, P. S. et al. *História geral da civilização brasileira - estrutura de poder e economia (1889- 1930)*. Rio de Janeiro: Difusão, 1975, v. 1, t. 3.

GODOY, Jorge Pires de. *Almanach do Amparo*. Campinas, SP: Typ. Mendes & Irmão, 1902.

GROSSI, Sávio. *Arte e ofício da marmoraria nos primórdios de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: IMX, 2005.

MORONI FILHO, Elio; TRUZZI, Oswaldo M. Processo de trabalho em marmorarias. O caso de São Carlos, 1890- 1950. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho: *Revista da Abet*, v. IV n. 2, jul. /dez. 2004.

O Correio Amparense. Amparo, 30 jul. 1893.

PINTO, Paulo Renato Tot. *A arte Cemiterial de Luiz Leonardi e da Marmoraria Carrara no Cemitério da Saudade em Piracicaba: levantamento e questões preliminares*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 3., 2008, Goiânia. Anais... Goiânia: FAV/ UFG, 2008 [CD].

ROTELLINI, Vitalino. *Il Brasile e gli Italiani*. Firenze: Bemporad & Filho, 1906.

RUGGIERO, Antonio de. Comerciantes e artesãos toscanos nas ruas de São Paulo (1875- 1914). *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 18, n. 28, 1º sem., 2017.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. In: SAMAIN, Etienne . (Org.) *Como pensam as imagens*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

Site

artefunerariabrasil.com.br/

MAPPA DO ESTADO DE GOYAZ

Organizado em 1918
(CENTENÁRIO DE GOYAZ-CIDADE)
por FR. REGINALDO TOURNIER
MISSIONÁRIO DOMINICANO
Socio Correspondente
do Instituto Histórico-Geográfico
do Rio de Janeiro

PLANTA DA CAPITAL

População da Capital
7.000 hab.

ESCALA 1:15.000



LEGENDA

- A. Praça do Governo
- B. Catedral da Immaculada
- C. Rua Santa Rosa
- D. Rua da Boa Vista
- E. Rua da Mouraria
- F. Rua da Mouraria
- G. Rua da Mouraria
- H. Rua da Mouraria
- I. Rua da Mouraria
- J. Rua da Mouraria
- K. Rua da Mouraria
- L. Rua da Mouraria
- M. Rua da Mouraria
- N. Rua da Mouraria
- O. Rua da Mouraria
- P. Rua da Mouraria
- Q. Rua da Mouraria
- R. Rua da Mouraria
- S. Rua da Mouraria
- T. Rua da Mouraria
- U. Rua da Mouraria
- V. Rua da Mouraria
- W. Rua da Mouraria
- X. Rua da Mouraria
- Y. Rua da Mouraria
- Z. Rua da Mouraria



FREI REGINALDO TOURNIER

CONVENÇÕES

- CAPITAL
- Cidades
- Vilas
- Arraues
- Rios

DADOS GEOGRAPHICOS

Superfície do Estado 197.511 Kilom.
População 511.519 hab.
Divisão Municipal 99 Municípios
Divisão Judiciária 29 Comarcas
Terros 99 Termos

Observação sobre limites. — Os limites foram traçados de acordo com os dados de Goiás.
Com o Pará seguiu-se a demarcação do Ovidor Separado procedida em 22 de Agosto de 1810 e a letra dos Alvarás de 18 de Março de 1809 e 23 de Fevereiro de 1814; com Mato Grosso observou-se a epítola de vários cartógrafos e a convenção de 1825.

“DEUS ME TROUXE PRA CÁ”:

goianos na Irlanda, projeto emigratório e religião

REIJANE PINHEIRO DA SILVA*

RESUMO Este artigo discute as interpretações de um grupo de imigrantes brasileiros (goianos) sobre a relação entre seu projeto emigratório e sua identidade religiosa. Com base nos resultados de uma etnografia multisituada, realizada no Brasil (Goiás) e na República da Irlanda, no período de 2009 a 2011, faz-se, ainda, uma análise da atuação das igrejas evangélicas e de padres católicos no apoio aos brasileiros que vivem no país. É possível identificar que os imigrantes evangélicos, principalmente, compreendem que sua trajetória é resultado de um “projeto divino”, e a presença deles no país teria também um caráter missionário.

PALAVRAS-CHAVE Imigrantes goianos. República da Irlanda. Religião.

“GOD BROUGHT ME HERE”: people from the State of Goiás in Ireland, emigration project and religion.

ABSTRACT This article discusses the interpretations of a group of Brazilian immigrants (State of Goiás) on the relationship between their emigrant project and their religious identity. As part of the results of a multisite ethnography carried out in Brazil (State of Goiás) and in the Republic of Ireland, between 2009 and 2011, this work also analyzes the work of evangelical churches and Catholic priests in supporting Brazilians living in the country. It is possible to identify that mainly the evangelical immigrants understand that their trajectory is the result of a “divine project”, and their presence in the country would also have a missionary character.

KEYWORDS Goianos immigrants. Republic of Ireland. Religion.

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Antropologia da Universidade Federal do Tocantins – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: reipinheiro@uft.edu.br

Introdução

As estimativas da emigração internacional no Brasil, apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2010), mostram que, desde a década de 1980, o estado de Goiás se destaca como exportador de trabalhadores para o exterior. No caso em questão, a etnografia levou-nos a constatar que o início do fluxo de trabalhadores de Goiás para a Irlanda está diretamente relacionado ao fechamento do frigorífico Bordon, adquirido pelo grupo JBS em 1993, localizado na Vila Fabril, em Anápolis, GO. Uma senhora brasileira, casada com um irlandês, começou a intermediar a contratação de profissionais da área de produção e processamento para trabalhar legalmente nos frigoríficos Excel Meats (hoje *Kepak*), de Dublin, capital do país, Kilbeggan, no Condado de Westmeath, e Fermoy, no Condado de Cork. Também foram contratados trabalhadores para o frigorífico Dunbia, em Kilbeggan e para a unidade do Dunbia em Navan, no condado de Cavan. Muitos trabalhadores de Cassilândia (MS) foram contratados para o Leaf Meats Limited, na cidade de Ballyjamesduff, também em Cavan. Durante o mapeamento das cidades com maior número de comunidades brasileiras estabelecidas, priorizamos, para a análise que apresento neste artigo, as comunidades das cidades de Gort, Condado de Galway, e Tullamore, em Offally, tanto pelo fato de apresentarem uma forte articulação comunitária religiosa, como por se destacarem nos meios de comunicação nacional como “cidades de brasileiros”.

De Goiás emigraram para a República da Irlanda trabalhadores de Goianésia, Goiânia, Pires do Rio e Santo Antônio do Descoberto. Em menor número, trabalhadores da cidade paulista de Presidente Epitácio (SP) Bagé e Santa Maria (RS), além de Cassilândia e cidades do entorno, no Mato Grosso do Sul. Os salários pagos aos trabalhadores brasileiros eram de aproximadamente R\$ 3.360 e R\$ 4.600, como informou J. G, que trabalhou no frigorífico *Kepak* por onze anos. Em Anápolis a contratação contou com a intermediação de um profissional aposentado que trabalhou como en-

carregado de um dos setores da empresa, que selecionava os profissionais que seriam encaminhados para a Irlanda. Esse senhor e a senhora anteriormente citada enviaram, em 1999, os primeiros 26 goianos para Dublin. Desde então, formou-se uma rede que se ampliou e passou a contar com a ida dos parentes e amigos desses trabalhadores, a grande maioria moradora de bairros da periferia de Anápolis, entre eles a Vila Fabril, onde o fluxo teve início. A intermediária citada também enviou trabalhadores de Presidente Epitácio para os mesmos frigoríficos.

Entre as formas de sociabilidade estruturadas no contexto de vida desses trabalhadores no exterior, está a identificação religiosa. Convém ressaltar que as abordagens contemporâneas sobre o conceito de identidade a consideram referência que, em certa medida, pode ser negociada. Seu caráter dinâmico e os processos que envolvem o “identificar-se” sugerem a impossibilidade de uma concepção essencialista. Por outro lado, considerar que as referências identitárias estão completamente submetidas à fluidez e flexibilização não corresponde ao que a etnografia nos apresentou. A pesquisa de campo trouxe evidências da força das referências regionais na reelaboração da vida dos imigrantes goianos na Irlanda, entre as quais está a identificação religiosa que se mostrou um “porto seguro” no universo de instabilidade que pode ser a experiência de viver no exterior.

Brasileiros-goianos na Irlanda

A presença brasileira na Irlanda não é um fenômeno de destaque em razão do número de imigrantes no país, se comparado ao de imigrantes de outras nacionalidades; o grupo de brasileiros corresponde a apenas dois por cento do total de imigrantes (MAHER, 2010, p. 2):

Brazilian immigrants account for a small percentage of the total number of labour migrants in Ireland. 2006 Census data suggest they comprised less than 2% of the 278.000 non Irish nationals in the labour market, with 4388 brazilian nationals in Ireland at the time, although some estimates at the time put the total numbers of brazilians at closer to 8.000.¹

Dados do Ministério das Relações Exteriores, no levantamento estimativo de 2011, sugerem que há dezoito mil brasileiros vivendo no país – três mil a mais do que mos-

¹ Os imigrantes brasileiros representam uma pequena porcentagem do número total de trabalhadores migrantes na Irlanda. Os dados do Censo de 2006 sugerem que eles representavam menos de 2% dos 278.000 não irlandeses no mercado de trabalho, com 4.388 brasileiros na Irlanda na época, embora algumas estimativas no momento levassem o número total de brasileiros para perto de 8.000 (tradução da autora).

traram as estimativas de 2009. É preciso considerar, no entanto, que houve um incremento da oferta de cursos de inglês e intercâmbio para brasileiros na Irlanda, que contam com a atuação de várias empresas presentes simultaneamente nos dois países. Nesse caso, sugerimos que há um novo fluxo de brasileiros, cujo perfil é completamente distinto dos trabalhadores contratados pelos frigoríficos no final da década de 1990. Segundo o proprietário de uma empresa de intercâmbios na Irlanda, o custo de vida e facilidades como a concessão de visto estudantil, a autorização para trabalho e a segurança pública são pontos favoráveis para o crescimento do número de estudantes que escolhem o país para aprender inglês. Apesar de não existirem dados precisos sobre o número de brasileiros que estão na Irlanda para estudar, com base na observação de campo, podemos sugerir que a grande maioria está concentrada em Dublin. A maioria dos estudantes com os quais convivemos em Dublin tem São Paulo como estado de origem no Brasil. Encontramos muitos outros do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Em geral, eles trabalham nos setores de restaurantes, limpeza, vendas, entrega de jornal e *au pair*.

No que se refere às pessoas que deixam o Brasil para trabalhar, é importante ressaltar que a maioria nunca viajou de avião e desconhece todos os procedimentos de embarque, o que naturalmente causa insegurança, agravada pelo fato de esses indivíduos terem que transitar em aeroportos internacionais sem falar o inglês. Soma-se a essa inexperiência o medo de que os “arranjos” para a entrada no país não sejam aceitos pelos agentes da imigração e que a pessoa não seja admitida ou seja deportada após sua entrada. Essa insegurança justifica-se, uma vez que, em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Justiça em 2006 (p. 51), o número de deportações de brasileiros que vivem ilegalmente na Europa aumentou por causa da adoção de políticas rigorosas de controle da imigração ilegal. No relatório, a Irlanda aparece como destaque nos depoimentos dos deportados e não admitidos, pelo “tratamento duro” dispensado aos migrantes. Os goianos, por sua vez, representam o maior número entre os deportados (ver tabela ao lado).

Todas as barreiras encontradas no trajeto emigratório, além de causarem insegurança e medo, reforçam, muitas vezes, sentimentos de inferioridade, fazendo os emigrantes se sentirem diminuídos e sem direito. A insegurança que, entre outros problemas, é resultado da condição de indocumentados e do desconhecimento dos códigos culturais dominantes, impõe o silêncio diante de situações injustas ou de exploração. Muitos

Deportados e não admitidos(as) por estado de naturalidade

Goiás	24
Minas Gerais	13
São Paulo	7
Paraná	7
Rondônia	4
Mato Grosso	3
Pernambuco	2
Santa Catarina	2
Espírito Santo	2
Mato Grosso do Sul	2
Roraima	2
Tocantins	1
Bahia	1
Distrito Federal	1
Rio Grande do Sul	1
Pará	1

Fonte: Secretaria Nacional de Justiça (2006)

admitem reconhecer que estão sendo vítimas, mas preferem não reclamar. Outros reclamam, acionam e mobilizam a comunidade e entidades como o Centro de Apoio a Brasileiros na Irlanda (CABI) para ajudá-los. É possível apreender dessas experiências que há atitudes que demonstram encantamento e receio diante das experiências vividas fora do Brasil. Nas narrativas consideradas, a vida no exterior é apresentada como uma experiência significativa, simultaneamente vista como positiva e marcante, considerando que merecem destaque os dramas vividos, as privações, os desafios superados, as dores, os riscos e as humilhações, bem como as conquistas e os aprendizados.

Consideramos que as formas de interação dos imigrantes com os nacionais, com os colegas de trabalho e com os conterrâneos são mediadas pelas referências do local de origem, pela sociabilidade conhecida, e não pela adesão a um individualismo predominante nos centros cosmopolitas (HANNERZ, 1997). Esses sujeitos movimentam-

se, observam, interpretam, relacionam-se e vivem entrelaçamentos culturais, experiências que os impactam, mas o lugar ao qual pertencem continua como referência sólida e organizadora do mundo. Apoiados nas considerações de Appadurai (2009), direcionamos nosso olhar para as relações e para os processos conduzidos pelas agências dos imigrantes. Dessa forma, procuramos identificar as leituras que fazem sobre o mundo que passam a experimentar, tentando compreender como a identidade religiosa se torna um mediador importante nesse contexto.

A igreja para os imigrantes e as Igrejas dos Imigrantes: católicos e evangélicos e o trabalho de apoio aos imigrantes brasileiros

Diante do crescimento repentino e significativo dos fluxos emigratórios para a Irlanda, surgiram iniciativas como o CABI. Esse centro foi organizado por John O'Reill, conhecido na Irlanda como John Goiano, e do Pe. Patrick Mcnamara². Ambos viveram no Brasil e falam fluentemente o português. John morou em Goiás e lecionou na Universidade Federal do estado. Juntaram-se a eles outros religiosos católicos que também falam português, a exemplo de Timothy McMaron, conhecido entre os brasileiros como Timóteo, e outros padres que moraram no Brasil, como Pe. Kevin e Pe Tiago, entre outros. Observamos que todos os padres irlandeses e voluntários têm em comum uma grande admiração pelo Brasil e pelos brasileiros. Por isso se dedicam em tempo integral aos brasileiros com os quais convivem na Irlanda. John Goiano e Timóteo exacerbam essa paixão. John se nega a entender por que os brasileiros deixaram o Brasil e escolheram a Irlanda para viver. Timotéo afirma que o Brasil ocupa um lugar especial na sua vida:

² A opção por indicar o nome verdadeiro dos religiosos católicos se sustenta na autorização recebida por eles, que, inclusive, acreditam ser importante divulgar o trabalho que fazem. Para os imigrantes, no entanto, optamos pelo sigilo a fim de proteger os eventualmente indocumentados.

Quando os brasileiros me procuram para reclamar das dificuldades, eu procuro ajudar, mas também tenho que dizer para eles: o que vocês estão fazendo aqui? O Brasil hoje tá melhor que a Irlanda, tem universidades melhores, tem um clima melhor, o povo é alegre, a comida é muito boa e basta procurar direito que você acha trabalho. Muito melhor ser feliz no Brasil do que tentar ficar rico na Irlanda.

No meu coração, em primeiro lugar vem a minha família e, em segundo, o Brasil. Todos na minha casa sabem disso. O povo brasileiro é um povo que tem muita fé e, apesar do sofri-

mento, tá sempre feliz, recebe os estrangeiros muito bem, com carinho. Os trabalhadores dos frigoríficos aqui, por exemplo, são muito ligados à família e muito corajosos. Quando nós começamos o trabalho com os brasileiros dos frigoríficos, conhecemos um brasileiro que sofreu um acidente e não foi indenizado. Fomos até o frigorífico com um advogado. O gerente disse pra nós, como ameaça: “Não vamos mais contratar brasileiros, apenas russos”. Então Padre Patrick disse para ele: “Nós também temos padres que falam russo”.

Esse grupo de irlandeses passou a articular ações de apoio aos brasileiros em todas as áreas e demandas. Essas atividades envolvem serviços de tradução nas relações com autoridades, no que se refere a questões jurídicas, trabalhistas e em emergências médicas. Eles também são convocados quando há deportação ou prisão de brasileiros ou outros imigrantes de língua portuguesa. Ao todo, além de John e Timóteo, são seis padres envolvidos nas atividades. Eles revezam-se na celebração das missas e na resolução de problemas diários envolvendo imigrantes. John citou o fato de o frigorífico Kepak recolher ilegalmente os passaportes dos brasileiros, além de alugarem alojamentos sem condições de habitação digna. “Eles melhoraram depois que nós começamos a denunciar, pois os brasileiros não podiam contar com ninguém e nem sabiam falar o inglês”.

O padre Patrick McNamara viveu vinte anos no Brasil. Ele atende a cerca de cinco demandas diárias durante a semana. Nos finais de semana, celebra missas em português em várias cidades onde existem comunidades católicas de imigrantes. A atividade de apoio, segundo ele, tem o objetivo de proporcionar suporte emocional, espiritual e legal aos imigrantes:

Os padres são escolhidos ou aderem ao trabalho em razão de dominarem a língua portuguesa, já que a maioria dos imigrantes não fala inglês e não quer aprender. As dificuldades com a língua e a situação de ilegalidade são barreiras muito significativas e muitas vezes impedem a reação diante de situações de exploração e injustiça.

Os brasileiros, segundo o Pe. Patrick, “acreditam não ter direito a nada”, pois estão ilegais (indocumentados). No que se refere especificamente ao não aprendizado da língua, alguns imigrantes nos disseram que a consideram muito difícil e, como não pretendem ficar no país por muito tempo, não se dedicam. Nas tentativas do Centro de Apoio em articular aulas de inglês para brasileiros, o Pe. Patrick afirmou ter percebido dificuldades e desinteresse. Nas primeiras aulas, o número de interessados costuma ser maior, mas, à medida que se apresentam as dificuldades, as desistências começam.

No dia 4 de janeiro de 2009, participamos de uma missa em português na cidade de Tullamore, no condado de Offaly, numa sala anexa à igreja católica local. O Pe. Patrick dirigiu a celebração com a presença de vinte e oito brasileiros adultos e oito crianças, moradores de Tullamore e de cidades próximas. A celebração foi conduzida com a ajuda do proprietário da agência de viagens Apoio Internacional, que tem duas sedes, uma em Goiânia (GO) e outra na Irlanda.

Dado o contexto das festas natalinas e de Ano Novo, o tema da homilia foi a solidariedade e o sentido do Natal diante das guerras no oriente médio. Toda a celebração foi marcada pelas tentativas do celebrante em incentivar a participação do público. A cada momento de oração, ele direcionou perguntas aos presentes, principalmente associadas ao conceito de paz. Explicou a trajetória histórica da criação do Estado de Israel, sugerindo que, após 1948, os judeus invadiram a terra já habitada por palestinos. Importante ressaltar que a celebração ocorreu no contexto das investidas israelenses contra o grupo terrorista *Hamás*, no final do mês de dezembro de 2008 e início de janeiro 2009.

Após a homilia, foram distribuídos *souvenirs*: pequenos presépios de madeira feitos por cooperativas de trabalhadores da Palestina. Ele solicitou que todos rezassem pelos cristãos da região e pela paz. O apelo político da homilia reflete a postura ideológica do religioso que viveu vinte anos no Brasil, envolvido com os trabalhos das pastorais ligadas à teologia da libertação.

Ao final da celebração, ele nos apresentou um panorama geral das suas atividades mais recentes. Enfatizou a honestidade e simplicidade dos brasileiros que vivem no país, pessoas que, segundo ele, vieram do interior do Brasil e nunca tinham feito viagens longas, por isso, muitas vezes, pensam que as coisas na Irlanda funcionam como no Brasil.

Muita coisa faço por telefone ou por e-mail, traduções ou negociações, mas tem bastante procura, estou sempre correndo contra o relógio. Estou traduzindo de segunda a sexta-feira e, nos fins de semana, faço mais na linha espiritual, missas, batizados, casamentos. Muitas vezes é depois da missa que vem gente me procurando pra acompanhar alguém durante a semana. Ontem à noite estive com pessoal do maior sindicato do país, SIPTU, traduzindo e incentivando os brasileiros a se organizarem para se defenderem e se informarem sobre seus direitos, mas muitas vezes nas missas estou incentivando o pessoal a se informar e se sindicalizar. Também estou disponível para traduzir nos meios jurídicos, quer dizer, para advogados, polícia, nos tribunais. Assim faço contato com outros que talvez nem soubessem da minha atividade. Também estou ajudando muitos a se candida-

tarem para viajar de volta para casa, algo pago pelo Estado, por meio da IOM³, para reduzir a necessidade de ser deportado formalmente. Na realidade, tem bastante brasileiros em outras cidades também. Antes da chegada dos brasileiros em Gort, ninguém conhecia nada de lá, agora tem gente falando dela por causa de tanto crescimento e movimento, mas eu desconfio que isso não vai durar muito tempo, com a crise do jeito que está no país. O número de desempregados está pulando, mais 100, 200, até 500 cada dia, em várias cidades no país, e quem não tem *work permit*⁴, como muitos não têm, vai ter que ir embora.

³ International Organization for Migration – Organização Internacional das Migrações.

Um caso de exploração ganhou notoriedade na Irlanda no ano de 2004. O CABI foi procurado por um grupo de quatro brasileiros que trabalhavam em torno de dezesseis horas por dia. Eles foram recrutados pela empresa de uma irlandesa chamada Samantha Hostel, que os submetia, juntamente com outros imigrantes, a trabalhos insalubres e mal pagos. Segundo o religioso, as condições, análogas à escravidão, deixaram o júri e o juiz estupefatos. O juiz chegou a solicitar que os depoimentos fossem repetidos. Ao final do julgamento, a ré foi condenada a pagar todos os direitos dos trabalhadores, ainda que estes estivessem em condições de “ilegalidade”⁵. Segundo o Pe. Patrick, os brasileiros nunca receberam nada, pois ela fechou a empresa e não havia bens que pudessem ser confiscados. Esse e outros casos possibilitam constatar que a condição de “indocumentados”, somada à falta de informação, impõe certo silêncio diante das condições insalubres de trabalho. Segundo o CABI, paga-se na Irlanda em torno de oito euros por hora a esses trabalhadores. No caso dos que têm visto de trabalho, o salário pode chegar a vinte euros por hora.

⁴ Permissão de trabalho.

⁵ Interessante observar que o fato de as vítimas não terem documentos que os autorizassem a viver no país não foi atenuante para a ocorrência de exploração, diferentemente das justificativas dadas pela polícia inglesa para a morte do brasileiro Jean Charles de Menezes. Na ocasião, ressaltou-se a condição de ilegalidade da vítima a fim de minimizar o erro da polícia ao assassiná-lo.

Por conhecerem a realidade e as privações dos imigrantes, os religiosos mostram-se muito tolerantes com os brasileiros e os veem como vítimas de um sistema injusto que os impeliu a emigrar. Ouvi muitas reclamações sobre as ausências nos cursos de inglês, o que demonstra uma preocupação com a emancipação desses imigrantes, principalmente pelo fato de compreenderem que “sem falar a língua, eles ficam muito mais vulneráveis”, como disse o Pe. Patrick.

As Igrejas Pentecostais

Em Gort, o trabalho de apoio religioso ganha outros contornos, uma vez que os goianos levaram cinco igrejas evangélicas para a cidade. São elas: Assembleia de Deus Ministério de Anápolis e Ministério Madureira, Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus. Com exceção da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cuja instalação foi por iniciativa institucional, as outras foram iniciadas por imigrantes evangélicos.

As atividades desenvolvidas envolvem, além dos cultos semanais em português, congressos evangélicos, encontros de oração e atividades festivas religiosas. Segundo uma imigrante, são frequentes os congressos religiosos na cidade, mas a conversão de irlandeses ainda é insignificante. Ao entrevistarmos a goiana E. S., 27, moradora de Gort há cinco anos, percebemos que o elemento conversão, fundamental nas igrejas evangélicas pentecostais, é considerado uma missão junto ao povo irlandês, majoritariamente católico: “Meu patrão irlandês tinha câncer, mas eu o levei pra igreja, e Jesus o curou; agora ele continua participando das orações”. Essa perspectiva missionária motiva tentativas de conversão dos irlandeses com os quais os goianos evangélicos mantêm relação direta. No entanto, os próprios imigrantes afirmam que convertê-los é uma tarefa muito difícil.

7 O dia de *San Patrick*, padroeiro da Irlanda, é celebrado em 17 de março de forma muito festiva em todas as cidades onde há comunidades irlandesas, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra. Nesse dia, os irlandeses e descendentes saem às ruas vestidos com as cores da Irlanda, com bandeiras e símbolos. As festas são realizadas nos *pubs* e nas ruas, ao som da música tradicional, marcadas pelo alto consumo de cerveja, principalmente da marca *Guinness*, fabricada no país. São amplamente divulgadas pelos meios de comunicação, tendo em vista que atraem não só irlandeses e descendentes, mas multidões de participantes.

Dois irlandeses entrevistados apresentaram interpretações diferentes sobre a presença das igrejas evangélicas no país. O primeiro afirmou que “essas igrejas oferecem soluções simplistas, e um povo educado, bem informado e crítico não adere facilmente a essas propostas”. O outro ressaltou que as igrejas também refletem um traço da resistência brasileira à integração. Os brasileiros não se integrariam e formariam comunidades separadas, principalmente porque ficam anos no país sem aprender a língua. Insistem em viver como no Brasil, apesar de estarem fora do país. É preciso considerar, no entanto, que a República da Irlanda construiu toda a agência em relação ao colonialismo britânico por meio da sua identidade católica, e a adesão a princípios religiosos distintos poderia contrariar um sentido identitário fundamental no país.

A partir da conversão ao catolicismo, que segundo historiadores foi obra de *San Patrick*⁷, no ano de 500 D.C, a religião na Irlanda se tornou central na oposição à presença estrangeira e na articulação dos movimentos pela libertação do país. No início

do século XIX, a campanha defendida por *Daniel O’Connell* e membros do parlamento tornou-se marco da luta pela libertação e pelo fim das leis que perseguiam e puniam manifestações de adesão ao catolicismo. Para dar mais solidez à ocupação da ilha, a Inglaterra adotou a política das *plantations*. Estimulou para tanto a vinda de escoceses (13.000) e ingleses (7.000), de fé episcopal, presbiteriana ou puritana, facilitando-lhes a aquisição de campos. Os protestantes que hoje habitam a Irlanda do Norte são descendentes desses imigrantes, que ali chegaram ao final do século XVI e princípio do XVII (MADDEN, 2010). A estratégia de ocupação protestante, adotada pela Inglaterra, foi decisiva para o acirramento dos conflitos depois do acordo de independência, em 1921. A divisão religiosa possibilitou que os ingleses conseguissem apoio para que a parte norte da Irlanda permanecesse sob o domínio inglês, o que para muitos irlandeses representou um duro golpe contra a unidade nacional. Apesar da divisão, o poder da Igreja Católica na República da Irlanda se manteve ao longo da história do país como referência fundamental da identidade nacional irlandesa. Os escândalos recentes envolvendo o clero abalaram, sem dúvida, a credibilidade da instituição, no entanto há setores, como a educação fundamental, que ainda contam com o domínio católico, principalmente nas cidades do interior. A primeira fase escolar, que no Brasil corresponderia ao ensino fundamental, é de responsabilidade da Igreja. Ao concluírem essa etapa, um dos rituais de “formatura” das crianças é a primeira eucaristia.

No que se refere ao suporte dado aos imigrantes pelas Igrejas em questão, ressaltamos que uma das diferenças entre o trabalho da Igreja Católica e o trabalho realizado pelas igrejas evangélicas está na forma como concebem a ideia de apoio. A Igreja Católica atua na intermediação de conflitos buscando fundamentação legal. A intenção é subsidiar os imigrantes com informações relativas aos seus direitos. Para isso oferece assessoria de advogados para fazer a intermediação entre eles e as autoridades do país. As próprias celebrações são utilizadas como espaço de informação. Há um padre psicólogo que atende imigrantes brasileiros e outros imigrantes de língua portuguesa. São organizados cursos de inglês e reuniões informativas sobre as leis irlandesas. No caso das igrejas evangélicas, o apoio refere-se à espiritualidade. A oração e a comunhão com Deus seriam formas de sustentação espiritual do imigrante.

No dia 11 de janeiro de 2009, a Igreja Universal do Reino de Deus realizou o seu segundo culto em Gort. Após o culto, o pastor M. A. V. informou-nos que a sua vinda

a Gort está relacionada à grande presença de brasileiros na cidade. Considerando que a Universal se instalou em Dublin há cinco anos, ele acredita que é preciso que ela se desloque para auxiliar espiritualmente os brasileiros, e esse seria o sentido da sua presença na cidade. No dia citado, quatro pessoas participaram do primeiro culto da manhã. Toda a celebração foi conduzida de forma a intercalar momentos de oração e reflexão bíblica. A ênfase da homilia foi a vitória sobre o mal e sobre as tentações. O pastor exortou várias vezes os participantes a declarar a vitória sobre as dificuldades financeiras e sobre os espíritos malignos que perturbam a vida das pessoas. Ao final, centrou seu sermão na importância das ofertas e do compromisso com a igreja. Informou sobre a programação semanal, com cultos em português e inglês, que também consta num cartaz afixado na porta da igreja, e ressaltou a importância da fidelidade a Deus para que essa fidelidade seja retribuída.

O pastor de uma das Assembleias de Gort, M., 43, emigrou para a Irlanda há dez anos, apoiado pelo irmão biológico que já estava trabalhando no país e lhe enviou o número do seu *work permit* e uma carta convite. Assim que chegou a Gort, M. foi contratado pelo *Sean Duffy Meats*, mesmo sem documentos, conseguindo autorização para sua permanência no país. Trabalhou por seis anos e meio no frigorífico, nas áreas de desossa e de matança. Como em Goiás já frequentava a Igreja Assembleia de Deus Ministério de Anápolis, passou a se reunir com o grupo de assembleianos em Gort. Em 2003, alugaram a sala para a igreja que chegou a contar com 200 membros, antes do agravamento da crise econômica e o consequente retorno de muitos brasileiros. Quando questionado sobre como é ser pastor evangélico em um país católico, M. comentou a resistência dos irlandeses à sua pregação e convites:

Nós nunca tivemos nenhum problema aqui no país. Aqui na Irlanda eles têm a religião deles, e se a gente vai pregar, às vezes eles nem aceita (sic). Tem três irlandeses frequentando a Igreja, mas não se converteram ainda não. Eles, na verdade, vêm porque namoram com brasileiras. Eu convido meus amigos irlandeses pra participarem, e eles respondem que já têm a Igreja deles e participam, uma vez por semana, na missa de domingo. À tarde, eles tiram pra ficar com a família e que não têm tempo.

O objetivo da Igreja é ganhar almas para o reino de Deus, segundo M.:

Em um país desses, muitos da nossa nação vêm e se envolvem com vícios, e o nosso trabalho é cuidar desses brasileiros. As maiores dificuldades que os brasileiros enfrentam aqui são os problemas financeiros, de três anos pra cá, começou essa crise mais forte. Os

brasileiros começaram a pedir mais ajuda pra Igreja: para aluguel, alimentos e até ajuda pra poder ir embora pro Brasil. A Igreja aqui tem contato com quase todas as cidades: *Nass, Limerick, Athlone, Kilbeggan, Enis*. São Assembleias de Deus de Ministérios diversos. Visitamos outras igrejas e estamos sempre em contato mais ou menos uma ou duas vezes ao mês. Não tem cultos em inglês. Aqui a gente tira uma vez a cada três meses, faz panfletos em inglês e distribui na cidade. Também temos o trabalho nos lares. Visitamos uma vez por semana. Domingo, terça, quinta e sábado temos cultos na igreja. Temos setenta membros na igreja. Igrejas em Gort hoje são quatro com salão estabelecidos: Assembleia de Deus Ministério Missão, Assembleia de Deus Madureira, Deus é amor, Universal do Reino de Deus e também existem os grupos de outras Igrejas que se reúnem nas casas.

Em Tullamore, participamos de um culto em outra Igreja Assembleia, que ocorreu no sábado, dia 30 de abril de 2011. Ao contrário da Igreja de Gort, a de Tullamore não tinha fachada indicativa e funcionava numa sala alugada, na avenida principal da cidade. Fomos a convite de S, 40, imigrante goiana que frequenta a Igreja junto com os três filhos. O marido, funcionário de um frigorífico, “ainda não aceitou Jesus”, segundo ela, mas “Deus já me deu a promessa”.

Especialmente nesse culto, o pastor da igreja estava viajando, e S. conduziria a celebração, motivo pelo qual se mostrava muito feliz. Na abertura do culto, que contava com a presença de 20 pessoas, entre crianças e adultos, S. fez uma oração e depois leu um trecho do Gênesis, cujo tema era a família de Abraão e Sara. Outros membros da igreja também contribuíram com as palestras da noite; a temática família levou-os a falar dos parentes que estavam no Brasil e os problemas que a comunidade brasileira enfrentava na Irlanda, principalmente financeiros. O caso específico de uma mulher brasileira e de seus filhos, cujo marido havia sido deportado, motivou a arrecadação de alimentos e orações. Além da família, a condição de imigrante e a ideia da missão dos evangélicos na terra estrangeira apareceram nas orações:

Deus pode tocar onde quiser, ele tocou naquele frigorífico e disse: é você que eu quero. Não escolheu gente rica, famosa e importante, escolheu você. Daqui a alguns anos vão dizer de nós: “chegaram uns brasileiros aqui na Irlanda e ganharam esse país para Jesus” (Dícono).

Os evangélicos acreditam que a presença das suas Igrejas na Irlanda reflete o caráter missionário que essas denominações devem assumir. Compreendem, ainda, que todos os processos que os levaram até o país são conduzidos por Deus. Nos cultos, as menções à prosperidade são frequentes. Convém ressaltar que na IURD esse tema

ocupa toda a pregação. Oro (2003, p. 208), mostra que, ao contrário das igrejas cristãs que se relacionam com o dinheiro de forma “dúbia”, as neopentecostais como a IURD atribuem ao dinheiro um sentido positivo, ao mesmo tempo que estabelecem vínculos entre “o dom e a lógica do mercado”. Em síntese, quanto maior for a sua doação, maior serão as graças recebidas. Nas Assembleias de Deus predomina o tema da conversão, pois o grande objetivo dos evangélicos é “ganhar almas para Jesus”, o que pode incluir os irlandeses ou qualquer outra pessoa que se apresente no caminho.

Enquanto os padres que trabalham com os brasileiros são, em sua maioria, herdeiros das concepções da teologia da libertação e comprometidos com a “opção pelos pobres”, referência das ações da Igreja Católica na América Latina desde as conferências de Medellín e Puebla⁸, as igrejas evangélicas pentecostais concebem a relação com a prosperidade de uma forma completamente diferente. Para muitos, ser próspero é uma promessa divina e, nesse sentido, os projetos que envolvem a busca da prosperidade, como a emigração, são conduzidos e abençoados por Deus, pois, na verdade, são projetos do próprio Deus para a vida dessas pessoas.

As observações nos sugeriram que alguns goianos de Anápolis, que emigraram para a Irlanda, estabeleceram redes de solidariedade cuja base é religiosa, articulando seus contatos por meio das Igrejas evangélicas que fundaram no país. Festas, congressos religiosos, reuniões de oração e de cura, *shows* com cantores de música evangélica, jantares com comida típica goiana e churrascos regados a guaraná Antártica são eventos frequentes que agregam os brasileiros goianos no país. A comunidade brasileira de *Tullamore* conta com um número maior de católicos, segundo o CABI. Nessa cidade, há também brasileiros do interior de São Paulo; um deles referiu-se aos goianos de Gort como os crentes: “lá tem muito crente, e eles não se misturam muito com os outros brasileiros”. Um goiano que viveu em Gort por seis anos afirmou que os evangélicos ajudam a manter a boa imagem dos brasileiros na Irlanda, pois não se envolvem em brigas, não bebem e não criam problemas com as autoridades. E. S., 29, moradora de Gort, goiana e evangélica, afirma ter vergonha dos problemas que os brasileiros causam:

Aqui em Gort a maioria dos brasileiros é evangélica. Nós não chamamos a atenção com brigas em bares e envolvimento com problemas. Graças a Deus temos uma comunidade forte aqui, e Deus tem salvado muita gente.

⁸ O Concílio do Vaticano II em 1961 e as conferências episcopais que ocorreram em Medellín, Colômbia, em 1968, e Puebla, México, em 1979, orientaram a ação dos católicos para uma aproximação com a realidade de desigualdades econômicas que marcavam o mundo e a América Latina, incentivando o engajamento político, de forma a priorizar os pobres, com vistas à realização de projetos para transformar a sociedade. A teologia da libertação foi um movimento teórico, que teve como principais referências teólogos latino-americanos, que propuseram uma leitura do evangelho sustentando-se na ideia de libertação dos pobres e do fim de todas as opressões.

Alguns pastores responsáveis pelas igrejas evangélicas na Irlanda interpretam a presença dos brasileiros no país como “resultado da mão de Deus”, compreensão também partilhada por muitos imigrantes, evangélicos ou não. A crença de que havia uma força superior conduzindo esses sujeitos ao processo emigratório aparece em muitas narrativas sobre o momento de passagem pela imigração. P., 43, que não é evangélico, define sua chegada à Irlanda como vontade de Deus:

Eu vim porque soube que tinha uma mulher indicando gente pra trabalhar aqui na Irlanda. Na época ela pegava quarenta reais de cada pessoa e prometia que ia organizar tudo. Eu arrumei todos os meus documentos, mas ela enganou todo mundo. Eu já estava com os documentos todos ok. Então pedi ao meu sogro que conseguisse dinheiro emprestado pra que eu viesse. Eu disse pros meus amigos e partimos: eu vou e lá vou abrir caminho pra todo mundo. Fomos um grupo aqui de Anápolis. Na hora de fazer o *chek-in*, já viu como é goiano, nunca viajou pra lugar nenhum né, nem de avião, trocaram os voos e separaram a gente. Eles foram na minha frente, e eu fui em um voo logo depois. Conclusão: os que foram antes de mim foram todos deportados (inadmitidos), todo o grupo, só eu que cheguei depois é que consegui entrar. Então eu fui separado pra poder entrar. Isso é Deus ou destino, não sei, mas parece que tava escrito que eu tinha que conseguir entrar.

Para P., todos os acontecimentos que envolvem sua emigração estavam determinados; ele estaria predestinado a ir para a Irlanda, por isso organizou documentos, conseguiu dinheiro emprestado e foi separado do grupo que seria barrado no aeroporto de Dublin. Mesmo podendo ser interpretado como empecilho que, definitivamente, pudesse desmotivá-lo, o fato de ter sido ludibriado pela intermediária, ao contrário, o animou, fazendo-o persistir. São muitos os relatos de imigrantes que consideram que sua emigração fazia parte de um projeto alheio às suas decisões pessoais. A crença de que viver na Irlanda foi uma decisão superior não é exclusiva dos evangélicos. Muitos que assumem não frequentar nenhuma Igreja também compartilham a mesma crença, o que me leva a sugerir que, entre os imigrantes, a representação cristã de que Deus estaria no controle é um argumento importante na interpretação que esses sujeitos elaboram sobre sua trajetória migrante.

Por outro lado, o número significativo de igrejas evangélicas pentecostais em Goiás e a grande adesão dos goianos a essas igrejas podem contribuir para que compreendamos a convicção que, sem dúvida, move os imigrantes: a tese de que é possível alcançar a prosperidade, ainda que, para isso, tenham que deixar a terra natal e cruzar o oceano.

A goiana M., 49, está em *Gort* há nove meses e já abriu um salão de cabeleireiros na praça central. Ela é membro da Igreja Assembleia de Deus em *Gort* e, apesar de não ter autorização de trabalho, conseguiu abrir o pequeno empreendimento em seu nome:

Meu filho já estava aqui em *Gort*. Eu tinha um salão muito bom em Goiás, sou cabeleireira há muitos anos. Nunca tinha pensado em vir para a Irlanda, até que Deus me falou que eu tinha uma missão aqui. Foi a mão de Deus que me trouxe, foi a mão de Deus que me ajudou a abrir este salão e ter todos esses fregueses. Tenho mais freguesa irlandesa do que brasileira.

M. não demonstra ter dúvidas sobre as razões da sua emigração para a Irlanda. Disse, ainda, ter a certeza de que todos os caminhos estariam abertos, pois o projeto é de Deus e não dela. Afirmou que gosta muito dos irlandeses, que é muito bem tratada e está tentando aprender o inglês. Nos dias em que a acompanhei no salão, observei que, mesmo sem falar a língua das freguesas, as habilidades de M. com a tesoura e o secador e o largo sorriso mostravam-se muito eficientes, o que fazia o salão estar sempre movimentado. Durante as nossas conversas, a cabeleireira confessava que estava ganhando um bom dinheiro na Irlanda, o que ela atribuía às mãos divinas:

Quando a gente entrega a vida da gente pra Deus, você tem que fechar os olhos e confiar. Deus não ia me fazer largar tudo no Brasil pra vir aqui passar dificuldades, não faz sentido se fosse assim. Eu já declarei a vitória em nome de Jesus, pois a minha vida é conduzida por ele.

Importante assinalar que os imigrantes evangélicos em questão não consideram a condição de indocumentados um problema moral, que pudesse se configurar em desrespeito às leis do país e consequentemente ser compreendido como uma falta contra os princípios cristãos. Não observei nenhum tipo de conflito em relação a essa condição. Descobri também que alguns pastores usaram documentos das igrejas para ajudar brasileiros a entrar na Irlanda, pois o documento de religioso raramente é questionado na imigração. A “ilegalidade” não é vista por esses evangélicos como um crime. Viabilizar a entrada de outros “irmãos” no país, segundo eles, pode ser manifestação de formas utilizadas por Deus para conduzir seus filhos à prosperidade:

Quando Deus tem um projeto pra vida da gente, ele levanta outras pessoas para te ajudar. Muitas vezes ele revela para essas pessoas o que deve ser feito. De repente, chega um dinheiro que você tava precisando ou uma passagem. A oferta de hospedagem. É tremenda a forma como Deus levanta os irmãos pra ajudar a gente (L., 53).

Considerações Finais

Oro (2011), ao discutir os imaginários religioso e político na América Latina, cita que, entre os principais enunciados religiosos presentes no continente, está o “Deus nos governa do céu”. Na Irlanda, como citamos ao longo do trabalho, muitas narrativas dos imigrantes diziam que “entraram na Irlanda por vontade de Deus” ou sugeriam que “eles haviam sido escolhidos para entrar”, como mostra P., 43. Há nessa perspectiva a forte manifestação de um imaginário religioso que, somado aos outros objetivos que orientam a emigração, fundamenta a decisão de emigrar por considerá-la também um projeto divino, assim como o alcance da prosperidade e o sucesso econômico são frequentemente atribuídos à ajuda divina.

Com base na defesa de que se cultivaram em Goiás fluxos emigratórios sustentados em redes informais de parentesco, redes religiosas, de vizinhança e de amizade, acreditamos que é possível, à luz das análises de Hannerz (1998) e Appadurai (2009), refutar a ideia, muito difundida, que considera a globalização “a entidade” responsável pelos movimentos de circulação internacional, bem como por um processo de homogeneização cultural sem precedentes na história. É evidente que a estruturação de relações econômicas globais e a interdependência dos mercados diminuíram as distâncias entre os povos, mas não podemos deixar de levar em conta as agências locais que articulam a emigração e as formas como os imigrantes “reinventam” sua localidade nos espaços onde passam a viver, conforme analisa Feldman-Bianco (2009, p. 22). Parafraseando a autora, defendo que a vivência religiosa de parte dos imigrantes goianos na Irlanda evidencia uma “inter-relação dinâmica entre globalização e localismos”.

Referências

- APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaios sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2009.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Assistência a brasileiros*. Disponível em: www.itamaraty.gov.br. Acesso em: 21 jul. 2010.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasileiros no mundo: estimativas*. Brasília, DF, 2009. 32 p. *Brasileiros viajando para a Irlanda*. Disponível em: www.dfa.ie/home. Acesso: 21 maio 2010.
- BREAKING NEWS. Disponível em: www.breakingnews.ie/ireland. Acesso em: 23 nov. 2011.
- COSTA, Breno. Irlanda barra e prende estudantes brasileiros. *Folha de São Paulo*: 28/3/ 2008. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/folha. Acesso: 11 maio 2011.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: Nacionalismo, globalização e modernidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos. Revista do programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS*, Porto Alegre, n. 31, p. 137-166, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T. (ORG). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HANNERZ, Ulf. Cosmopolitas e locais na cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: Nacionalismo, globalização e modernidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-16, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Questionário 2010 – Censo*. Disponível em www.censo2010.ibge.gov/questionários.php. Acesso em: 21 jul. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres*. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 16 nov. 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE) Madri, Espanha, s/d. Disponível em <http://www.ine.es>. Acesso em: 25 ago. 2010.

MAHER, Garret. A transnational migrant circuit: remittances from Ireland to Brazil. *Irish Geography*, v. 43, n. 2, July, 2010, p. 177-199.

ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos. (Org.) *Religião e globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos. (Org.) Imaginários religiosos e políticos na América Latina. REB. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 282, p. 488-500, 2011.

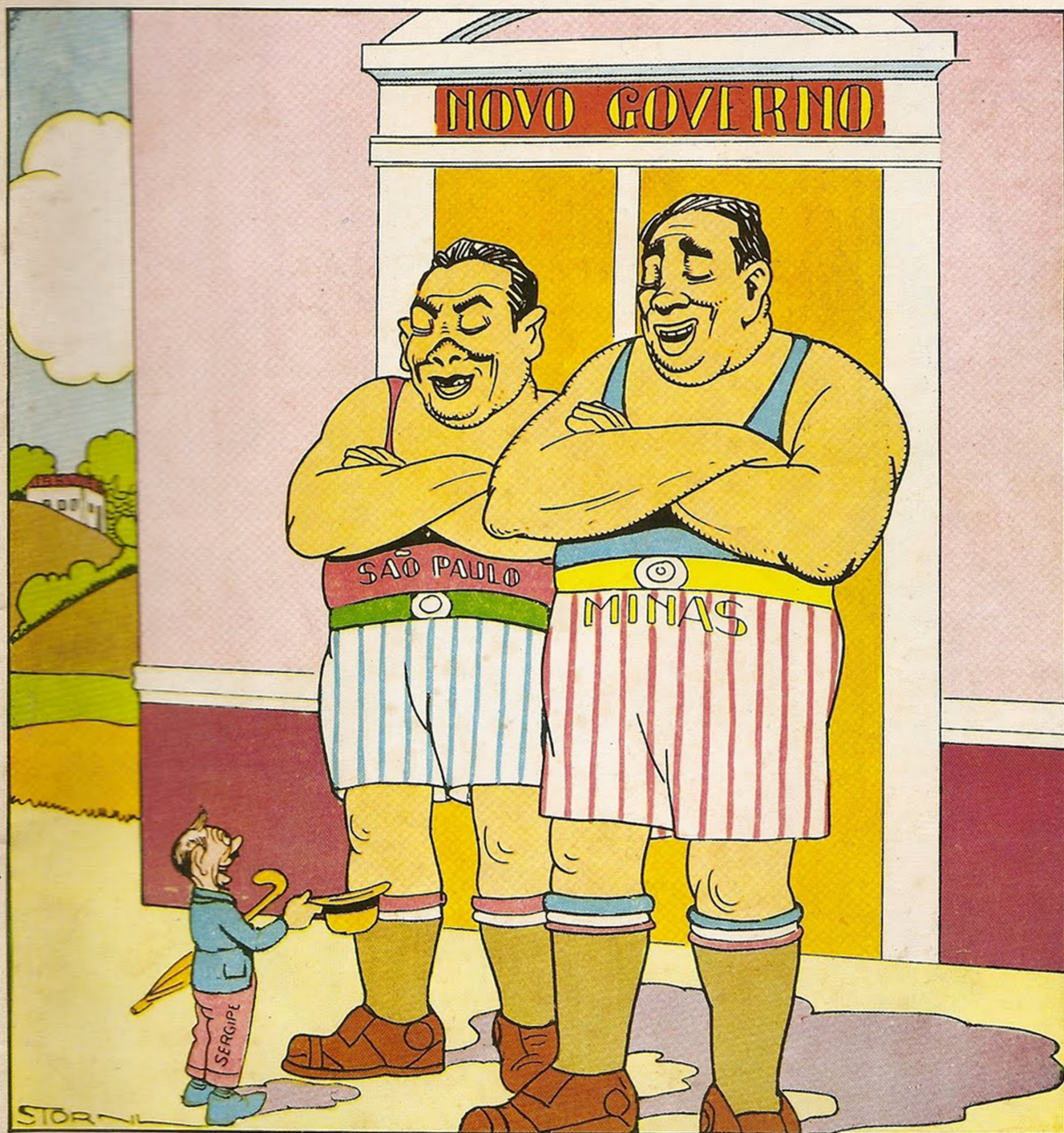
ORO, Ari Pedro. STEIL, Carlos. (Org.) *Neopentecostalismo, dinheiro e magia*. In: Anuário Antropologia social y cultural em Uruguay. Montevideo: 2002/ 2003, p. 202-214.

11
SETEMBRO
1926

Careta

NUMERO
951
ANNO XIX

PREÇO DE CARETA NOS ESTADOS 600 RÉIS



O DIREITO DAS MINORIAS...

O PEQUENO — Ha um lugarsinho para mim nesse TEAM?

OS GRAÜDOS — Tem paciencia, mas o SCRATHC está completo com elementos de S. Paulo e Minas.

500 Réis

MINEIROS RETORNADOS E A CORRENTE DE MIGRANTES PAULISTAS:

os fluxos de São Paulo para Minas Gerais

CARLOS LOBO*

RALFO MATOS**

JOSÉ MARCOS P. DA CUNHA***

RESUMO Minas Gerais se caracterizou historicamente como área repulsora de população, cujas trocas expressavam saldos amplamente favoráveis a São Paulo. Entretanto, mudanças recentes na dinâmica migratória podem ser observadas desde 1991, quando havia sinais de declínio da emigração para São Paulo. Os dados do último Censo confirmaram um novo cenário: de crescente contingente migratório procedente de São Paulo. A expansão da área de influência de São Paulo sugere a consolidação de novos centros regionais em Minas Gerais, que absorvem os efeitos da desconcentração econômica paulista. As evidências dessa dispersão ampliada podem ser observadas no crescimento da migração para microrregiões do Sul de Minas, Triângulo e Mata, que se destacam na atração de migrantes (mineiros ou paulistas).

PALAVRAS-CHAVE Migração. Minas Gerais. São Paulo.

RETURNED MINAS GERAIS NATIVES AND THE STREAM OF SÃO PAULO MIGRANTS: the population flows from São Paulo to Minas Gerais

ABSTRACT The State of Minas Gerais has historically been an area of population loss whose exchanges expressed broadly favourable balances to São Paulo. However, recent changes in the migration dynamics can be observed since 1991, when there were signs of declining migration to São Paulo. The data of the last census confirmed a new scenario: a growing migratory contingent coming from São Paulo. The expansion of São Paulo's Area of Influence suggests the consolidation of new regional centers in Minas Gerais that absorb the effects of São Paulo's economic devolution. Evidence of this expanded dispersion can be observed in the growth of migration to microregions of Southern Minas Gerais, Triângulo and Mata, which are notorious for attracting migrants (born in Minas Gerais or São Paulo).

KEYWORDS Migration. Minas Gerais. São Paulo.

* Doutor em Geografia. Programas de Pós-graduação em Geografia, Geotecnia e Transportes e Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais UFMG. E-mail: carlosfflobo@gmail.com

** Doutor em Demografia. Programa de Pós-graduação em Geografia do IGC/UFMG. E-mail: ralfomatos@gmail.com

*** Doutor em Demografia. IFCH/UNICAMP e NEPO. E-mail: zemarcos@nepo.unicamp.br

Introdução

Por mais de um século, Minas Gerais foi um dos estados que mais perdeu população no Brasil. Junto com a região Nordeste, era o grande celeiro de mão de obra nacional, e o crescimento do parque industrial paulista certamente influiu na evolução da dinâmica migratória dessas regiões. Talvez, para além das características geográficas prevaletentes, a condição emigratória de Minas Gerais não se tivesse revelado com tanta intensidade sem a grande acumulação de população que o estado experimentou por muito tempo, especialmente ao longo do século XIX. No início do século XX, Minas Gerais abrigava perto de 1/5 da população brasileira, e seu crescimento vegetativo ainda era elevado. Com expressivos estoques populacionais e a perda do dinamismo econômico em fins do século XIX, não seria surpresa a liberação de crescentes contingentes populacionais de mineiros, dada a necessidade de força de trabalho demandada pela ampliação do mercado interno. Nas primeiras décadas do século XX, com a intensificação do processo de industrialização, via substituição das importações, aumentaram consideravelmente os fluxos migratórios com destino ao estado de São Paulo. Se de um lado a pujança econômica paulista operava como um fator de atração populacional, de outro, a decadência de determinadas regiões mineiras mostrava-se patente, sobretudo nas áreas rurais do norte e nordeste do Estado.

A partir de meados do século passado, o estado de São Paulo, principalmente sua região metropolitana, consolida-se como a principal área receptora de emigrantes procedentes de Minas Gerais. Na década de 1970, ponto culminante dos grandes fluxos migratórios brasileiros, como mostra Rigotti (1999), São Paulo apresenta o maior saldo migratório intercensitário da história brasileira, exibindo ganhos de mais de 3,5 milhões de pessoas (somado o efeito indireto). Em 1980, Minas Gerais já apresentava um arrefecimento de suas perdas populacionais, que se refletia na redução do saldo negativo (de mais de 1,4 milhão de pessoas, contra 1,6 milhão na década anterior). Essa tendência se

confirmou nos dados referentes ao censo de 1991, quando o saldo migratório negativo atingiu valores próximos a 800 mil pessoas. Naquele momento, a economia brasileira passava por um ciclo de crise econômica, com escassez de postos no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos. Do ponto de vista demográfico, a mortalidade e a fecundidade experimentavam sucessivos declínios, resultado do processo de transição demográfica. Com isso, os grandes volumes de população excedente tendiam a diminuir, em meio a mudanças na própria dinâmica migratória interna (MATOS, 1995).

Dados subsequentes possibilitaram identificar mudanças nos fluxos e nos padrões espaciais da migração em Minas Gerais, especialmente em relação aos fluxos que envolvem o estado de São Paulo. O Censo de 1991, que já mostrava arrefecimento no ritmo de crescimento demográfico, demonstrou, pela primeira vez, que a região metropolitana de São Paulo apresentava saldo migratório negativo de 274.000 pessoas¹. Essa alteração no balanço migratório paulista foi resultado direto da queda na imigração interestadual e do aumento da emigração, para sua área de influência direta, bem como da emigração daqueles que retornavam aos seus estados de origem. No caso das trocas com Minas Gerais, na década seguinte, os dados de migração, referentes ao período de 1995-2000, confirmam as tendências anteriores, mostrando um fato inédito: a inversão da posição de Minas em relação a São Paulo no que diz respeito às trocas de população. Os número de migrantes procedentes de São Paulo passou a ser superior ao que saía de Minas (MATOS *et al.*, 2004).

¹ A capital paulista teria sido a principal responsável pela perda líquida de população na década de 1980, com saldo negativo de 750.000 pessoas (BAENINGER, 1997)

No interior dessa mudança, é provável que novas centralidades regionais estivessem se afirmando em Minas Gerais, o que explicaria parte da reversão nos padrões espaciais, uma vez que mudanças econômicas em curso podem ampliar o grau de proximidade e interação entre regiões que, histórica e geograficamente, sempre estiveram interligadas a São Paulo, a exemplo do Sul de Minas e Triângulo Mineiro, ou mesmo Campo das Vertentes, Oeste de Minas e Noroeste. Adicionalmente, destaca-se que as trocas entre as regiões menos próximas, como a própria Região Metropolitana de Belo Horizonte, também podem indicar facetas menos óbvias do processo migratório, de acordo com o tipo de migrante em questão. Por exemplo, algumas regiões mineiras permaneceram perdendo população para o estado de São Paulo, tais como as do arco nordeste/norte (Doce, Mucuri, Jequitinhonha e Norte), a despeito de receberem um número expressivo de migrantes de retorno.

Diante dessas mudanças, este artigo se propõe a analisar os fluxos de imigração para Minas Gerais procedentes do estado de São Paulo, discriminados conforme a Unidade da Federação (UF) de nascimento (mineiros e paulistas). Para tanto, foram utilizados os microdados amostrais dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010, tendo como base a migração de última etapa, cujos fluxos foram identificados pela combinação entre as microrregiões de residência na data de referência de cada recenseamento e a UF de última residência. Esse dado, combinado com a UF de nascimento, possibilitou discriminar os migrantes por naturalidade: mineiros ou paulistas.

A distribuição espacial da população e as migrações: efeitos da (des)concentração paulista?

A formação das chamadas estruturas espaciais concentradas, como descreve Matos (1995), pode ser vista como resultado da conjunção de vários fatores que interagem no tempo e se reportam às formas de intervenção do Estado, à inserção na divisão internacional do trabalho, à distribuição espacial diferenciada dos recursos naturais e da força de trabalho e às vantagens aglomerativas que se difundem em áreas densamente ocupadas. As relações internacionais combinadas à atuação do Estado e à dinâmica interna de acumulação podem ser consideradas como condicionantes de ordem estrutural, dada sua relevância interna. O papel do Estado é, nesse aspecto, particularmente decisivo na formação das economias de aglomeração, sobretudo quando intervém nas áreas de transportes e comunicações, no âmbito da normalização jurídica e institucional e na execução de obras de infraestrutura².

Cabe ainda ressaltar o efeito da própria concentração espacial da população, especialmente porque altera a disponibilidade da mão de obra, tanto em quantidade como em qualidade (MATOS, 1995). A manutenção de expressivos estoques da força de trabalho, inclusive sob o ponto de vista da análise marxista, é uma condição chave para a expansão capitalista, tendo em vista seu papel na regulação do valor dos salários. A concentração de população em grandes centros urbanos também induz a formação de um importante capital fixo que funciona na manutenção de expressivas unidades de produção, formando amplos mercados que incrementam as economias de escala, tanto

² Outro fator central na gênese do crescimento econômico é dado pela dotação de recursos naturais, cujo papel representado no desenvolvimento regional tem sido recorrentemente mostrado na literatura, como se destaca no debate entre North e Tibeout e nas formulações de Perloff e Wingo (DINIZ, 1993). No Brasil, a ocupação inicial do território foi condicionada, em boa medida, pela própria disponibilidade e apropriação dos recursos naturais. A distribuição desigual desses recursos pode, nesse aspecto, potencializar o efeito das vantagens comparativas, contribuindo para a formação das economias regionais e distribuição das atividades produtivas.

por uma maior especialização na produção das empresas, quanto pela distribuição de bens e serviços. Essa concentração pode aumentar a quantidade de produção por unidade de insumo, se se compara com padrões alternativos mais dispersos de distribuição (REDWOOD III, 1984). Cria-se, dessa forma, as condições necessárias ao surgimento de determinados fatores, cujos arranjos definiriam as chamadas economias de aglomeração, um dos fundamentos da organização do espaço econômico, porquanto favorece a produção e reprodução de atividades com custos diferenciados espacialmente.

Na economia regional, os fatores aglomerativos resultam da natureza social da produção, representando vantagens ou barateamento da produção e distribuição em função da reunião espacial de várias unidades produtivas em escala considerável. A ideia básica é dada pela proximidade geográfica, em que as firmas possam obter vantagens em termos de redução dos custos unitários de produção (AZZONI, 1986). Uma das contribuições para a hipótese de aglomeração, como afirma Diniz (1993), postula que os novos distritos industriais são criados pela desintegração vertical, ampliando as economias externas. Esse processo tenderia a expandir as relações entre as plantas, pela necessidade de troca de informações, contatos face a face, fluxo de materiais e pessoas, o que implica maior proximidade geográfica. Novos distritos industriais recriados podem ser encontrados por recentes locações, na medida em que as novas atividades econômicas exigem condições e requisitos específicos que não são encontrados nos antigos centros.

No Brasil, a distribuição da produção industrial tem mudado sensivelmente nas últimas décadas, com reflexo direto na dinâmica migratória interna. O resultado mais notável foi o relativo declínio da participação da Área Metropolitana de São Paulo, ainda que mantivesse seu peso no cenário nacional. Desde então, alguns autores têm sugerido a possível ocorrência de processo de desconcentração ou polarização reversa, apesar de o crescimento ocorrer em poucas e selecionadas regiões do país. Algumas tentativas de aplicação dessa hipótese foram expostas para o caso brasileiro e paulista. Ainda que particularidades estruturais e conjunturais tenham oferecido dificuldades adicionais, Townroe e Keen (1984) apresentaram algumas evidências concretas de reversão da polarização no Estado entre 1970 e 1980. Além da queda na participação relativa da população do núcleo, esses autores identificaram sinais adicionais de desconcentração espacial. Azzoni (1986), contudo, contestou o fato de o tamanho da cidade ser considerado o melhor indicador de economias de aglomeração. A atração regional,

na interpretação desse autor, transcenderia a atração de uma cidade e envolveria um campo de ação regional, a despeito de os custos locais serem essencialmente urbanos. Longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, tomando como exemplo o caso de São Paulo, haveria um cenário mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país – como uma forma de “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1986).

Diniz (1993), todavia, acredita que o “espraiamento” industrial brasileiro não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Para esse autor, após a incontestável concentração econômica e demográfica verificada até o final da década de 1960, iniciou-se a reversão da polarização propriamente dita. Entretanto, esse processo não teria ocorrido de modo ampliado, mas, sim, em espaços seletivos bem equipados e ricos em externalidades. Em seguida, haveria a relativa reconcentração no polígono definido pela região formada por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina / Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte. No entanto, esse alcance vai muito além do campo aglomerativo de Azzoni ou do polígono de desenvolvimento de Diniz³.

³ Negri (1996), além de considerar indevida a analogia de Azzoni, acredita ser inapropriado o polígono estabelecido por Diniz (1993), não obstante a região central ter-se beneficiado da desconcentração dos últimos 20 anos, quando ampliou sua participação na indústria nacional de 33,1% para 49,2%, o que não representou incoerências frente ao crescimento fora do polígono.

Para Martine *et al.* (1988), o fato mais significativo nas últimas décadas do século passado foi a inversão histórica da concentração da produção na grande São Paulo e a perda da participação relativa do polo metropolitano, tanto no valor industrial quanto no emprego. De acordo com esses autores, embora possa haver relativo consenso sobre a desconcentração de São Paulo, a forma e o significado desse fenômeno são discutíveis, assim:

a) a descentralização afetou não somente a região imediatamente ligada a São Paulo, mas segmentos importantes do território nacional; b) a descentralização foi produzida, em parte, pelas políticas federais de impacto regional e, em parte, pelas leis do mercado; c) a descentralização de atividades econômicas está produzindo um crescimento demográfico da Grande São Paulo menos acelerado do que se a concentração tivesse continuada de forma linear. (MARTINE, *et al.*, 1988, p. 53-54).

De outra parte, para Matos (2005), a desconcentração econômico-demográfica se apoia espacialmente em um outro tipo de estrutura espacial: a das redes urbanas de nódulos densos. A redistribuição da população se dá pelos interstícios da rede urbana brasileira que experimentou significativa expansão nos últimos 50 anos. Boa parte do

incremento da urbanização nesse período, inclusive no rol das cidades médias, guarda relação com os efeitos multiplicadores do espraiamento da antiga concentração urbana e industrial do Sudeste (MATOS, 1995). Lobo e Matos (2011), ao analisarem a dispersão espacial no Brasil com base nos dados referentes às décadas de 1980 a 2000, embora não confirmem a plenitude da reversão da polarização, nos termos apresentados por Richardson (1980), nem a suposta desconcentração econômico-demográfica destacada por Redwood III (1984), apresentam alguns sinais de dispersão espacial da população, já proeminente no caso de São Paulo. Na região de influência da capital paulista, o volume dos fluxos migratórios direcionados para os principais polos de atração sugere tratar-se de formas características de “dispersão polinucleada” (LOBO, 2009; LOBO e MATOS, 2010; LOBO e MATOS, 2011), estendida para além dos limites metropolitanos.

Se as controvérsias sobre a intensidade e abrangência da hipótese de dispersão espacial da população e das atividades econômicas são recorrentes (LOBO, 2016), pelo menos há claros sinais de queda no ritmo de crescimento demográfico e perda de capacidade de retenção populacional dos principais centros do país, inclusive da metrópole paulista. Parte essencial da explicação recai sobre a sensível queda no saldo migratório, reflexo direto no crescimento nos fluxos migratórios intrarregionais e do crescimento da migração de retorno, em sua maioria interestaduais. Como demonstraram Cunha e Baeninger (2005), os movimentos de retorno ilustram as duas pontas complementares do processo migratório, uma vez que, mesmo com relativa retomada da emigração em vários estados nos anos 90, em particular no Nordeste, foi possível observar forte incremento das migrações de naturais das regiões de origem. Os dados apresentados mostram que os maiores volumes de retorno foram registrados em estados tradicionalmente expulsores de população, como os do Nordeste (em particular, Bahia, Pernambuco e Ceará), Minas Gerais e Paraná. Atrelado ao incremento da incapacidade de absorção e fixação dos migrantes, como ocorria, por exemplo, nos anos 1960 e 1970, a perda de possibilidades de mobilidade social, advinda da forte reestruturação produtiva dos nossos centros urbano-industriais, induziria o aumento da instabilidade de migrantes, que não mais poderiam fixar-se de maneira definitiva nas áreas com maior potencial de geração de empregos. Minas Gerais é um estado central na análise da dinâmica migratória regional, até mesmo no redirecionamento dos fluxos com origem em São Paulo. Desde a década de 1980, tem-se ampliado o volume de migrantes

procedentes do estado vizinho, especialmente de mineiros retornados. Há, todavia, um crescimento da chegada de não mineiros, inclusive de paulistas que têm procurado novas alternativas e oportunidades em Minas Gerais. Seria esse fluxo de migrantes um dos efeitos da suposta dispersão espacial paulista? Essa questão, ainda que não seja respondida diretamente pelas evidências trazidas por esse artigo, reforça a necessidade de investigação empírica e reflexão sobre as possíveis causas e consequências do crescimento dessa corrente migratória para o estado de Minas Gerais.

A migração de São Paulo para Minas Gerais: evidências além do movimento de retorno

O cenário migratório de Minas Gerais representa uma realidade distinta daquela observada na metade do século passado, ainda que persistam semelhanças, como a manutenção de grandes volumes de emigrantes interestaduais, especialmente para São Paulo. Todavia, conforme dados expostos na Tabela 1, que cobrem as migrações entre UFs no intervalo censitário 1980-2010, com base na migração de última etapa (UF de residência anterior), nota-se uma queda na emigração total de Minas Gerais. Em 1980, mais de 1,1 milhão de emigrantes deixaram o Estado. Em 2010, foram mais de 800 mil. Por outro lado, os fluxos de imigrantes sofreram um incremento não desprezível. De cerca de 500 mil, em 1980, para quase 729 mil em 2010. Boa parte da redução nas perdas migratórias se deve à queda nos fluxos em direção ao Sudeste (de 809.239, em 1980, para 515.061 em 2010), enquanto a ampliação dos ganhos é explicada pelo maior contingente procedente do Sudeste e Nordeste. Cabe destacar, contudo, a primazia do volume da migração com origem em São Paulo. Ainda que a migração tivesse experimentado declínio, as trocas com o estado paulista no último censo representavam uma proporção de, respectivamente, 40,08% e 41,30% da imigração e emigração para e de Minas Gerais.

Os resultados agregados, quando analisadas as trocas específicas com o estado de São Paulo (FIG. 1), também possibilitam observar que Minas Gerais teve sensível mudança no saldo migratório ao longo das décadas analisadas. De um saldo negativo de -606.888 em 1980, passou para -87.617 pessoas em 2010. Essa queda nas perdas por

Ufs	1980						1991						2000						2010					
	Imigrantes			Emigrantes			Imigrantes			Emigrantes			Imigrantes			Emigrantes			Imigrantes			Emigrantes		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rondônia	1.047	0,20	18.435	1,62	10.473	1,59	31.653	3,78	9.884	1,11	14.825	1,67	3.675	0,50	9.434	1,16								
Acre	171	0,03	934	0,08	751	0,11	925	0,11	738	0,08	837	0,09	637	0,09	1.040	0,13								
Amazonas	969	0,18	1.839	0,16	3.422	0,52	1.912	0,23	3.277	0,37	1.874	0,21	2.184	0,30	2.946	0,36								
Roraima	98	0,02	160	0,01	315	0,05	459	0,05	766	0,09	679	0,08	689	0,09	673	0,08								
Pará	3.577	0,67	22.605	1,99	9.317	1,42	15.093	1,80	13.324	1,49	10.498	1,18	11.106	1,52	12.577	1,54								
Amapá	321	0,06	91	0,01	309	0,05	505	0,06	375	0,04	523	0,06	781	0,11	838	0,10								
Tocantins	22	0,00	19.321	1,70	2.411	0,37	5.486	0,65	5.244	0,59	7.390	0,83	5.230	0,72	7.100	0,87								
Norte	6.205	1,17	63.385	5,57	26.997	4,10	56.032	6,69	33.610	3,76	36.627	4,13	24.302	3,33	34.607	4,24								
Maranhão	2.511	0,47	5.388	0,47	4.555	0,69	3.799	0,45	8.878	0,99	4.097	0,46	15.692	2,15	5.446	0,67								
Piauí	1.349	0,25	597	0,05	1.748	0,27	1.273	0,15	3.970	0,44	1.878	0,21	6.486	0,89	2.455	0,30								
Ceará	4.839	0,91	1.881	0,17	7.981	1,21	3.523	0,42	11.264	1,26	6.753	0,76	16.149	2,22	5.753	0,70								
Rio Grande do Norte	3.437	0,65	1.621	0,14	3.561	0,54	2.446	0,29	6.123	0,69	3.454	0,39	4.756	0,65	3.307	0,41								
Paraíba	2.931	0,55	1.163	0,10	3.262	0,50	1.702	0,20	4.994	0,56	2.032	0,23	6.094	0,84	2.739	0,34								
Pernambuco	5.322	1,00	2.677	0,24	6.421	0,98	4.316	0,51	10.400	1,16	5.195	0,59	13.866	1,90	6.224	0,76								
Alagoas	1.382	0,26	594	0,05	1.902	0,29	1.125	0,13	6.130	0,69	1.951	0,22	21.973	3,02	2.876	0,35								
Sergipe	924	0,17	686	0,06	1.766	0,27	1.331	0,16	2.262	0,25	1.524	0,17	2.956	0,41	2.159	0,26								
Bahia	45.552	8,57	38.398	3,37	43.973	6,68	36.573	4,36	77.175	8,64	43.129	4,86	69.701	9,56	45.300	5,55								
Nordeste	68.247	12,84	53.005	4,66	75.170	11,43	56.088	6,69	131.196	14,68	70.013	7,89	157.673	21,64	76.258	9,34								
Espírito Santo	36.848	6,93	81.141	7,13	48.618	7,39	86.263	10,29	62.586	7,00	88.792	10,00	44.174	6,06	78.035	9,56								
Rio de Janeiro	77.535	14,58	160.551	14,10	102.836	15,63	89.489	10,68	116.863	13,08	104.335	11,75	90.299	12,39	99.833	12,23								
São Paulo	194.369	36,56	567.547	49,85	269.298	40,93	385.895	46,05	386.368	43,23	411.590	46,36	292.106	40,08	337.194	41,30								
Sudeste	308.752	58,08	809.239	71,08	420.753	63,95	561.647	67,02	565.817	63,31	604.716	68,12	426.578	58,54	515.061	63,09								
Paraná	45.309	8,52	27.761	2,44	28.030	4,26	18.678	2,23	28.946	3,24	21.484	2,42	19.109	2,62	23.721	2,91								
Santa Catarina	1.776	0,33	2.541	0,22	2.810	0,43	3.532	0,42	4.703	0,53	5.367	0,60	5.805	0,80	8.596	1,05								
Rio Grande do Sul	4.992	0,94	3.775	0,33	6.355	0,97	4.097	0,49	6.836	0,76	5.387	0,61	6.633	0,91	7.210	0,88								
Sul	52.077	9,80	34.077	2,99	37.196	5,65	26.307	3,14	40.485	4,53	32.238	3,63	31.548	4,33	39.528	4,84								
Mato Grosso do Sul	4.166	0,78	7.758	0,68	4.989	0,76	8.129	0,97	7.098	0,79	7.039	0,79	6.287	0,86	9.171	1,12								
Mato Grosso	5.450	1,03	27.544	2,42	9.994	1,52	19.528	2,33	12.997	1,45	16.181	1,82	7.912	1,09	12.658	1,55								
Goiás	68.063	12,80	65.941	5,79	54.252	8,25	61.286	7,31	67.985	7,61	67.968	7,66	44.188	6,06	72.186	8,84								
Centro-Oeste	77.679	14,61	101.243	8,89	69.235	10,52	88.943	10,61	88.081	9,86	91.188	10,27	58.387	8,01	94.014	11,52								
Distrito Federal	18.649	3,51	77.548	6,81	28.583	4,34	49.048	5,85	34.494	3,86	52.951	5,96	30.263	4,15	56.899	6,97								
Total	531.609	100,00	1.138.497	100,00	657.933	100,00	838.066	100,00	893.683	100,00	887.733	100,00	728.751	100,00	816.368	100,00								

Tabela 1- Número e percentual de imigrantes e emigrantes em/de Minas Gerais, conforme UF/Mi-corregião de origem, 1980, 1991, 2000 e 2010 (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

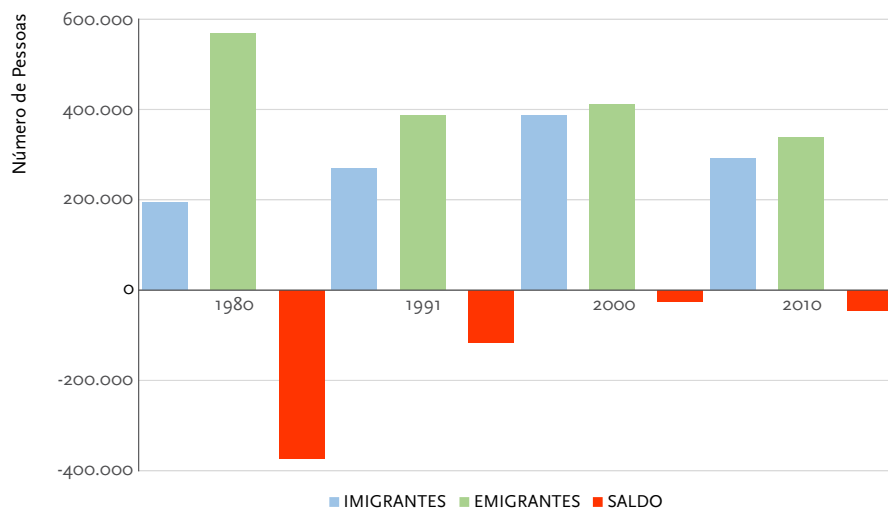


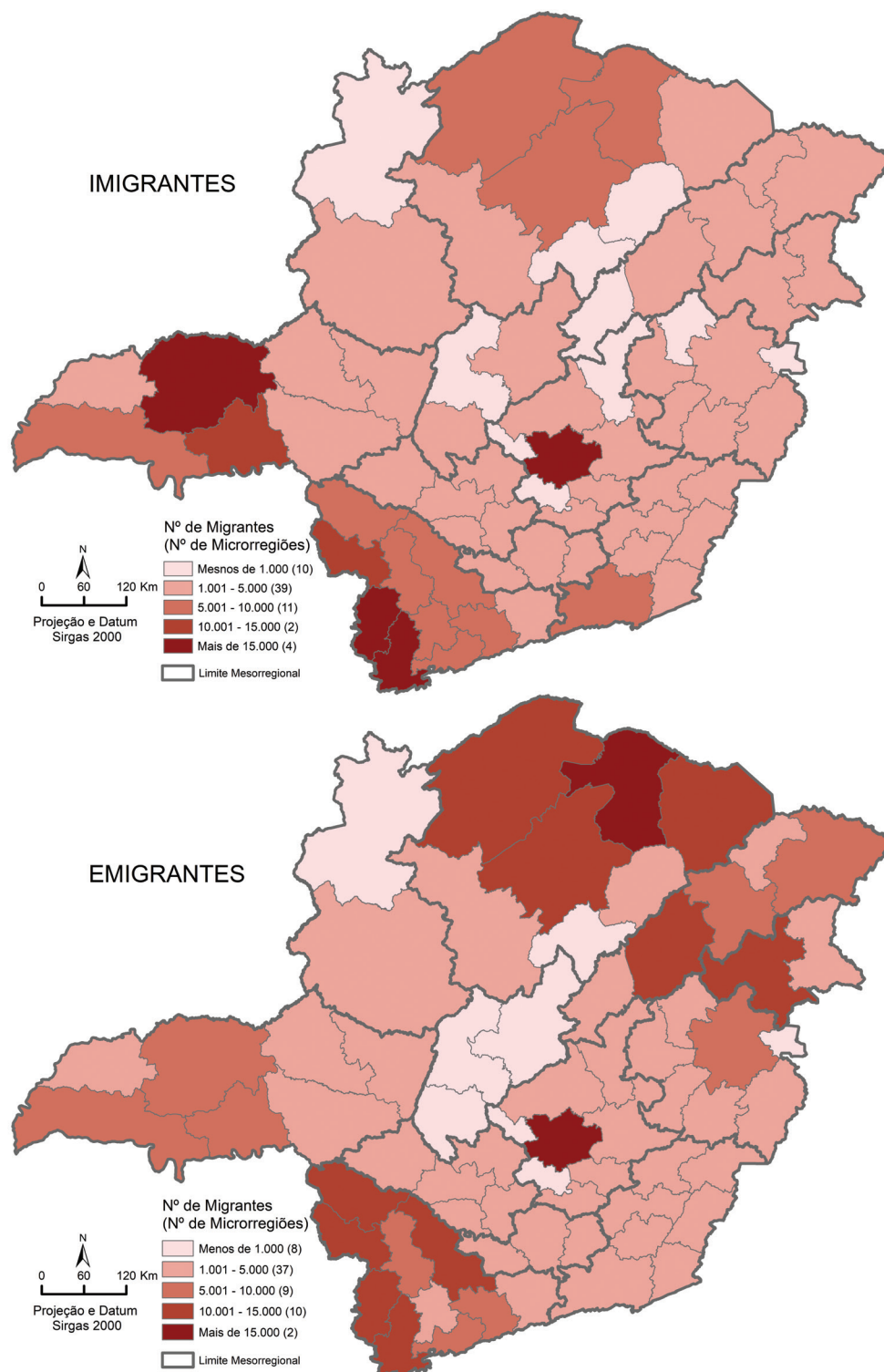
Figura 1- Número de imigrantes, emigrantes e saldo migratório de Minas Gerais segundo procedência de São Paulo (migração de última etapa) 1980, 1991, 2000 e 2010. Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

migração para São Paulo, que culminou em um saldo próximo a zero, foi decorrente de duas tendências quase simultâneas: redução da emigração (de 1.138.497, em 1980, para 816.368 em 2010) e aumento da imigração (de 531.609, em 1980, para 728.751 em 2010).

Há, no entanto, diferenças regionais importantes quando discriminadas as origens e os destinos dos migrantes de e para São Paulo. Conforme mostrado na Figura 2, que representa dados referentes ao censo de 2010, boa parte dos imigrantes de São Paulo passou a residir nas mesorregiões do Sul de Minas e Triângulo Mineiro. Das quatro microrregiões que receberam mais de 15 mil migrantes (FIG. 2), três estão nessas regiões, a saber: Pouso Alegre, Poços de Caldas e Uberlândia. Apenas a microrregião de Belo Horizonte, por seu próprio peso demográfico, destaca-se fora das regiões Sul de Minas e Triângulo Mineiro.

No que se refere à emigração, ganha relevância as tradicionais áreas de emigração de Minas Gerais, como as mesorregiões do Norte de Minas e o Jequitinhonha (antigos celeiros de mão de obra). Mesmo com estoques de população residente relativamente baixos, são regiões que mantinham altos volumes de perdas migratórias. Em outras regiões, além de Belo Horizonte, chama atenção o caso da microrregião de Janaúba, de onde também saíram mais de 15 mil emigrantes para São Paulo. No Norte de Minas e no Jequitinhonha, destacam-se os casos das microrregiões de Montes Claros, Salinas, Januária e Capelinha, todas incluídas na classe com mais de 10 mil emigrantes. Fora dessas mesorregiões, nessa mesma classe, tem-se Teófilo Otoni (Valo do Mucuri), Pouso Alegre, Varginha e Passos (Sul de Minas).

Figura 2 – Imigrantes e Emigrantes procedentes de São Paulo, residentes nas Microrregiões de Minas Gerais em 2010, (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).



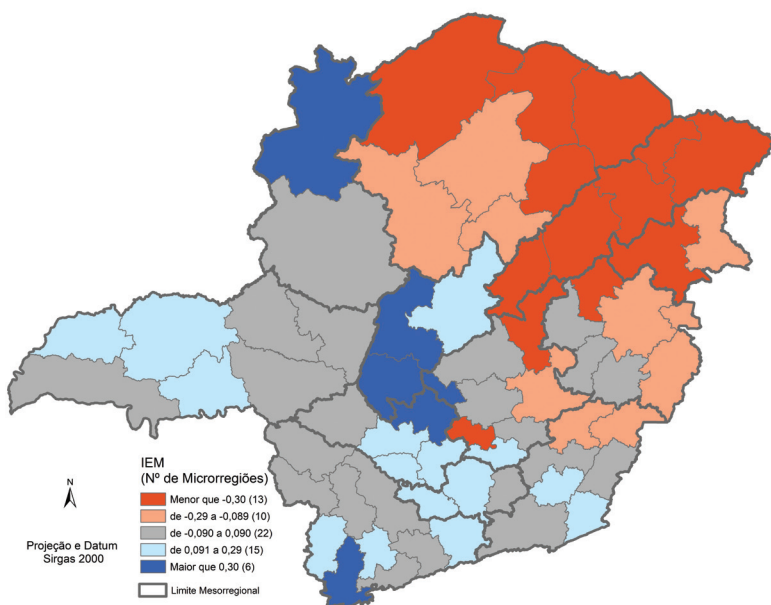


Figura 3 – Índice de Eficácia Migratória (IEM) das microrregiões de Minas Gerais, conforme migração procedente de São Paulo em 2010 (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

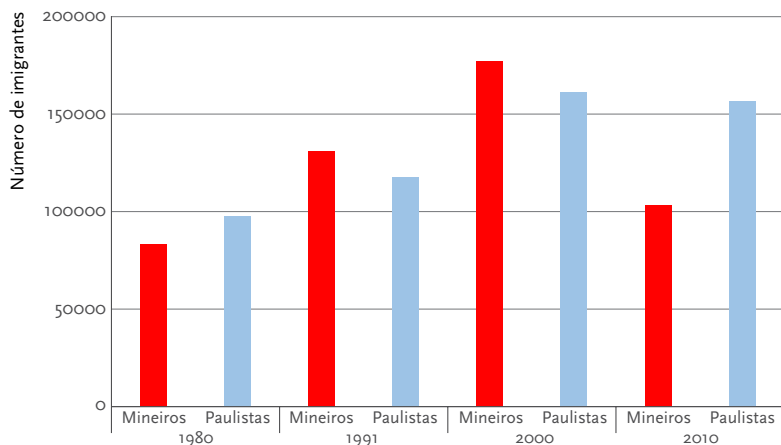


Figura 4 – Imigrantes de última etapa procedentes de São Paulo, residentes em Minas Gerais, conforme UF de nascimento – mineiros e paulistas em 1980, 1991, 2000 e 2010. Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (dados da amostra).

Os resultados referentes ao chamado Índice de Eficácia Migratória (IEM), representados na Figura 3, resultante apenas das trocas de população entre os dois estados analisados no último censo, possibilitam identificar em Minas Gerais padrões de eficiência migratória regional⁴. Conforme valores de IEM, que definem áreas de maior prevalência da emigração, as microrregiões de alta/média evasão migratória são Conceição do Mato Dentro e Itaguara; Araçuaí, Capelinha, Pedra Azul, Almenara e Diamantina (Jequitinhonha); Grão Mogol, Salinas e Janaúba (Norte de Minas); e Teófilo Otoni (Vale do Mucuri). Por outro lado, consideradas de maior eficiência migratória, com valores de IEM mais próximo a 1, tem-se Pará de Minas, Bom Despacho (Central Mineira), Unai (Noroeste de Minas), Pouso Alegre (Sul/Sudoeste de Minas), Divinópolis (Oeste de Minas) e Três Marias (Central Mineira).

A análise da Figura 4, que discrimina os imigrantes de acordo com a UF de nascimento daqueles procedentes de São Paulo, demonstra o crescimento das entradas não apenas de mineiros retornados, mas também de paulistas. Em 2010, os imigrantes naturais de São Paulo vindos do estado vizinho se tornaram maioria: mais numerosos que os

próprios mineiros que retornaram à UF de nascimento. Nos dois últimos recenseamentos, o número de paulistas vindos de São Paulo foi superior a 150 mil pessoas (em 2000 esse contingente chegou a 167.112 migrantes). A Figura 5 mostra a distribuição espacial desses dois grupos de imigrantes em Minas Gerais, conforme microrregião de residência em 2010. No caso dos mineiros, além daqueles que se dirigiram à capital, que são predominantes, chama atenção a elevada abrangência geográfica, incluindo microrregiões do norte e nordeste do estado, além das regiões mais próximas a São Paulo, como o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro. Quanto observado o caso dos

4 De acordo com o IBGE (2011), o Índice de Eficácia Migratória (IEM) mede a capacidade de atração, evasão ou rotatividade migratória. É obtido pela razão entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes + emigrantes). Proposto nos anos 1940 (NACIONES UNIDAS, 1971), esse índice, mais que caracterizar o perfil migratório de determinada área como de atração ou expulsão, busca apreender o resultado das trocas migratórias entre elas (CUNHA, 2015). Ainda conforme descrição de Cunha (2015, p. 287) “quanto mais próximo de 1, “mais eficaz” será a UF, já que os movimentos migratórios que a envolvem (seja de entrada ou saída) dão-se predominantemente em sua direção; por outro lado, será “menos eficaz” a UF cuja migração registrada seja composta de mais emigração, levando o índice a valores próximos a -1.

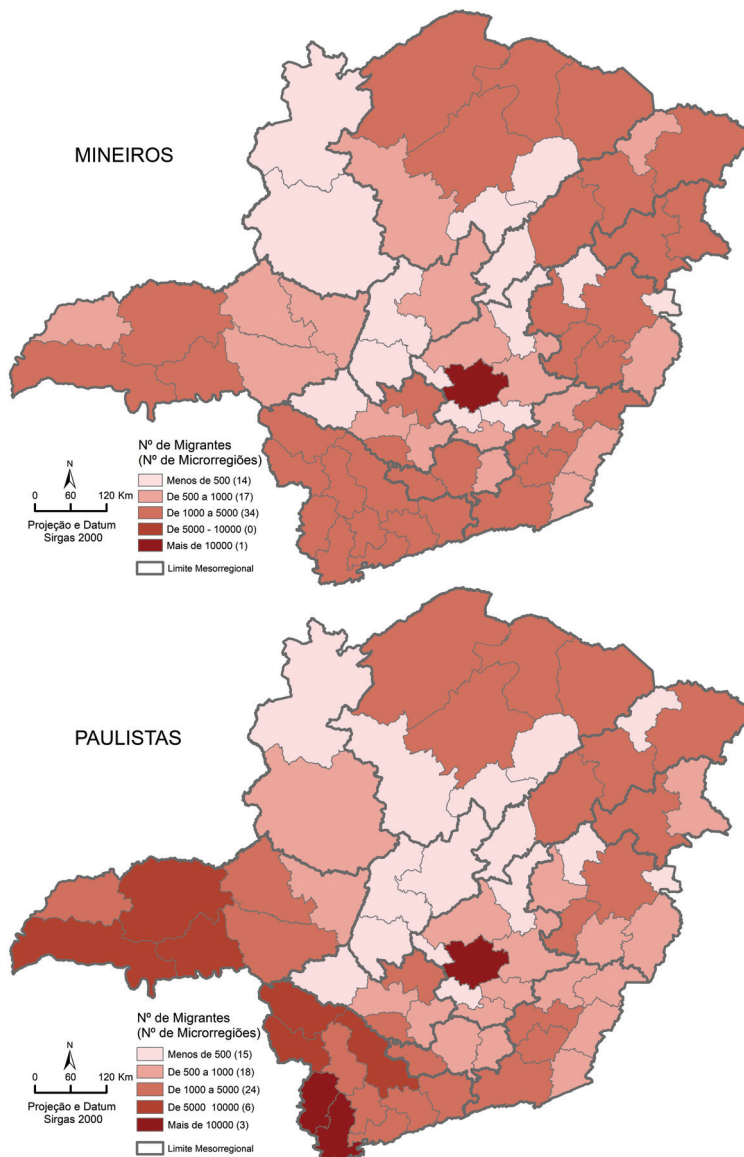


Figura 5 – Imigrantes de última etapa procedentes de São Paulo, residentes nas microrregiões de Minas Gerais em 2010, conforme UF de nascimento – mineiros e paulistas. Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Tabela 2 – Ocupações mais frequentes dos imigrantes procedentes de São Paulo, residentes nas microrregiões de Minas Gerais em 2010, conforme UF de nascimento, mineiros e paulistas (migração de última etapa). Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

OCUPAÇÕES		N ^{mil}	%
MINEIROS	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	3.678	6,81
	Pedreiros	2.970	5,50
	Balconistas e vendedores de lojas	2.529	4,68
	Trabalhadores elementares da agricultura	2.408	4,46
	Comerciantes de lojas	1.488	2,76
	Trabalhadores elementares da construção de edifícios	1.400	2,59
	Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	1.254	2,32
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	1.046	1,94
	Operadores de máquinas de costura	988	1,83
	Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos	945	1,75
	Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins	905	1,68
	Cozinheiros	840	1,56
	Trabalhadores de limpeza de edifícios, escritórios, hotéis e outros	813	1,51
	Trabalhadores elementares da indústria de transformação	810	1,50
	Escriturários gerais	804	1,49
	Cabeleireiros	797	1,48
	Condutores de caminhões pesados	758	1,40
	Guardas de segurança	649	1,20
	Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	603	1,12
	Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	600	1,11
PAULISTAS	Balconistas e vendedores de lojas	3.211	5,49
	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	2.297	3,93
	Trabalhadores elementares da agricultura	1.853	3,17
	Pedreiros	1.764	3,02
	Trabalhadores elementares da indústria de transformação	1.576	2,70
	Escriturários gerais	1.484	2,54
	Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	1.413	2,42
	Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos	1.206	2,06
	Operadores de máquinas de costura	1.178	2,01
	Trabalhadores elementares da construção de edifícios	1.095	1,87
	Comerciantes de lojas	1.070	1,83
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	994	1,70
	Caixas e expedidores de bilhetes	842	1,44
	Professores de universidades e do ensino superior	757	1,29
	Trabalhadores de controle de abastecimento e estoques	745	1,27
	Trabalhadores dos serviços de informações	744	1,27
	Dirigentes de indústria transformação, mineração, construção e distribuição	730	1,25
	Condutores de caminhões pesados	715	1,22
	Trabalhadores de limpeza de edifícios, escritórios, hotéis e outros	706	1,21
	Gerentes de comércio atacadistas e varejistas	696	1,19

Nota: Discriminadas apenas as 20 ocupações mais frequentes para cada grupo. Também foi excluída a população com idade inferior a 15 anos.

paulistas, é relevante ressaltar a forte concentração nas regiões Triângulo Mineiro e, em especial, no Sul de Minas, embora seja relevante a presença desses imigrantes na microrregião de Belo Horizonte (que se enquadra na classe com mais de 10 mil em 2010). As outras duas microrregiões que receberam mais de 10 mil paulistas estão na região Sul de Minas (Pouso Alegre e Poços de Caldas).

Quando analisados os dados referentes ao nível e grupos de ocupação dos imigrantes procedentes de São Paulo, algumas particularidades podem ser observadas. Em uma primeira aproximação, notam-se semelhanças de mineiros e paulistas, embora a proporção de paulistas ocupados seja um pouco mais elevada⁵. No caso dos paulistas, excluindo a população com idade inferior a 15 anos, 56,45% declararam alguma ocupação. Para os mineiros, essa proporção foi de 53,62%. É possível que essa menor proporção, no caso dos mineiros, seja resultado do contingente maior de população em idade mais elevada e da consequente participação mais elevada de aposentados e pensionistas, cuja frequência em migrantes retornados tende a ser mais elevada.

⁵ O quesito "ocupação", no censo demográfico de 2010, foi extraído da informação declarada pela pessoa que a exercia no único trabalho principal ou no trabalho principal que tinha na semana de referência (de 25 a 31 de julho de 2010).

A tênue diferença nos níveis de ocupação, contudo, exprime resultados que são observados quando discriminadas as ocupações de cada um desses grupos. Uma descrição geral sobre os principais grupos de ocupação dos imigrantes procedentes de São Paulo, apresentadas as 20 ocupações predominantes, como demonstrado na Tabela 2, torna possível observar diferenças quando comparados aos mineiros e paulistas. Em geral, tanto para os paulistas quanto para os mineiros, ocupações menos qualificadas são menos frequentes, especialmente aquelas ligadas ao setor de comércio e serviços. Há, contudo, sobretudo entre paulistas, maior ocorrência de ocupações que envolvem maiores níveis de qualificação e escolaridade, tais como professores de universidades e do ensino superior, trabalhadores de controle de abastecimento e estoques, trabalhadores dos serviços de informações, dirigentes de indústria da transformação, mineração, construção e distribuição, e gerentes de comércios atacadistas e varejistas. Em frequências menores, não listadas na Tabela 2, também podem ser destacadas ocupações relacionadas a diferentes tipos de empreendedorismo empresarial em diversos setores da economia, incluindo o turismo, prestação de serviços, agronegócio, entre outros. Esses fluxos parecem conferir, especialmente nas microrregiões de Minas Gerais próximas aos limites com São Paulo, uma nova fronteira do processo dispersão espacial. O mito de prevalência absoluta do retorno, ainda que se mantenha importante no cenário migratório regional, não se sustenta diante das evidências trazidas pelos dados censitários.

Considerações finais

O debate sobre a dispersão espacial da população tornou-se recorrente nos últimos anos, em razão, em parte, do elevado poder explicativo e das consequências inerentes à dinâmica populacional brasileira, dados os efeitos iniciais da transição demográfica. Ainda existem inúmeras incertezas sobre a prevalência de determinados padrões de distribuição espacial da população no país. A crença na suposta reversão da polarização, ou mesmo a hipótese de desconcentração espacial, tal como exposta por determinados autores e proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem-se mostrado insuficiente para abranger as espacialidades do Brasil contemporâneo. A progressiva queda relativa no peso econômico e demográfico dos principais centros urbanos do país, bem como a desaceleração no ritmo de crescimento das principais regiões metropolitanas, requer maior aprofundamento na avaliação de novas tendências na distribuição espacial da população brasileira.

Ainda que os fluxos migratórios interestaduais indiquem a saída de significativos contingentes de mineiros para São Paulo, bem como para outras regiões do Brasil, há indícios de novos arranjos ou tendências na dinâmica migratória inter-regional, conforme mostram os dados dos últimos Censo Demográfico. Minas Gerais, que fora um estado eminentemente expulsor de população, passou a receber crescentes contingentes migratórios, inclusive procedentes do estado paulista. Nas trocas populacionais com São Paulo, identificadas pela migração de última etapa, as entradas de paulistas têm sido cada vez mais relevantes. Além dos já conhecidos movimentos de espraio ao redor dos grandes polos, como São Paulo, Rio de Janeiro, ou mesmo Belo Horizonte, novos centros urbanos têm-se fortalecido regionalmente.

Em Minas, municípios de porte intermediário do Triângulo e Sul de Minas, como Uberlândia, Uberaba, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Itajubá, Três Corações e Passos, por exemplo, vêm-se constituindo alternativa de fixação para migrantes procedentes de São Paulo. Além da migração de retorno, que tem mantido sua relevância no interior dos fluxos migratórios vindos de São Paulo, como já mencionado na literatura, também se destaca a migração de paulistas em direção a Minas, sobretudo para as regiões mais próximas a São Paulo. Essa forte presença de imigrantes paulistas em Minas, mesmo que concentrada em áreas do sudoeste mineiro, internaliza evidências acer-

ca de um novo dinamismo regional, capaz de atrair populações não absorvidas pelo mercado paulista ou em busca de novas oportunidades e expectativas. Ainda que os resultados sejam restritos às quatro últimas décadas censitárias e necessitem de maior aprofundamento quanto às condições estruturais que induzem o crescimento da imigração procedente do estado de São Paulo, algumas questões mais amplas merecem reflexão mais profunda: esses migrantes tem representado *input* relevante de capital humano regional? São mais qualificados e podem ter efeito indutor sobre o mercado de trabalho nos municípios receptores? Novas centralidades se consolidam nessas regiões receptoras associadas à migração de paulistas? Essas, entre outras, são questões que não devem ser ignoradas. Podem trazer à luz mais que números sobre os fluxos migratórios. Representam nexos e elos entre pessoas e territórios, que traduzem relações entre lugares. Uma política de desenvolvimento regional deve, necessariamente, considerar os possíveis efeitos desse contingente migratório na dinâmica econômica.

Agradecimentos

Agradecemos à FAPEMIG e ao CNPq pelo auxílio financeiro aos projetos de pesquisa em execução. Em especial, ao CNPq pela bolsa de estágio de pós-doutorado sênior, cujo projeto de pesquisa é desenvolvido no NEPO/UNICAMP.

Referências

- AZZONI, C. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico*, São Paulo, IPE/USP, n. 58, 1986.
- BAENINGER, Rosana. Redistribuição espacial da população: características e tendências do caso brasileiro. *Notas de população*. Santiago do Chile, n. 65, p. 145/202, Jun.1997. IBGE, Migração e deslocamento - Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2003.
- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015, 279-307.
- CUNHA, J. M. P. da e BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. *Caderno CRH*, v. 18, n. 43, jan-abril 2005.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.
- IBGE, Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. *Mercator*, v. 15, n. 3, 2016.
- LOBO, C. *Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- LOBO, C. et al. Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 32, n. 2, p. 219-233, 2015.
- LOBO, C. e MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 2011, vol. 28, n. 1, p. 81-101.
- LOBO, C. e MATOS, R. Dispersão espacial da população e do emprego formal nas regiões de influência do Brasil contemporâneo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 309-330, jul./dez. 2010.
- MARTINI, G.; CAMARANO, A. A.; NEUPERT, R.; BELTRÃO, K. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectiva. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. Anais... Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 19-65, 1988.
- MATOS, R. et al. *Inversão no balanço migratório mineiro: as trocas populacionais entre Minas e São Paulo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2010, Caxambu.
- MATOS, Ralfo. *Espacialidades em Rede: População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2005. v. 1000. 264p.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, p. 35-58, 1995.

REDWOOD III, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*. Santiago, v. 11, n. 32, dic. 1984.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*. Los Angeles, v. 45, p. 67-85, nov. 1980.

RIGOTTI, José I. R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais – CE-DEPLAR. Belo Horizonte/MG, 1999.

TOWNROE, P.; KEEN, D. M. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. *Journal of the Regional Studies Association*. Cambridge, v. 18, n. 1, Feb. 1984.



LUANA OLIVEIRA

AGRICULTURA URBANA E MIGRAÇÕES:

processos de resistência e interculturalidade

LUANA DO CARMO ARAUJO DE OLIVEIRA*

CRISTIANA GUIMARÃES ALVES**

BRUNO MARTINS DALA PAULA***

RESUMO Neste artigo, promove-se uma reflexão sobre o papel da agricultura urbana (AU) no uso e ocupação do espaço urbano e sua conexão com os processos migratórios. A AU é uma prática com multifuncionalidades, uma vez que integra aspectos ecológicos, sociais, culturais e políticos para o desenvolvimento de cidades economicamente justas, ecologicamente sustentáveis e culturalmente sensíveis. No entanto, o que se pretende neste texto é visibilizar os aspectos sociopolíticos, bem como simbólicos e culturais da AU, ou seja, discutir seu caráter promotor de direitos e coesão social, nos processos de vínculo comunitário, na expressão de práticas tradicionais, em resistência às imposições do modelo de vida ditado pelo sistema socioeconômico dominante, visando à valorização da identidade cultural e das novas territorialidades em experiências de migrações.

PALAVRAS-CHAVE Agricultura urbana. Migrações. Interculturalidade.

URBAN AGRICULTURE AND MIGRATIONS:

endurance and interculturality processes.

ABSTRACT This article reflects on the role of urban agriculture in the use and occupation of urban spaces and its connection with migratory processes. Urban agriculture is a multifunctional practice that integrates ecological, social, cultural and political aspects to facilitate the development of economically just, ecologically sustainable and culturally sensitive cities. This article focuses on the sociopolitical, symbolic and cultural aspects of urban agriculture that promote human rights and social cohesion in community relations, and traditional practices within the model of life imposed by the dominant socioeconomic system in the valuation of cultural identity and the new territoriality of migratory experiences.

KEYWORDS Urban agriculture. Migrations. Agriculture in the urban space

* Bióloga pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre em Antropologia de Iberoamérica pela Universidad de Salamanca, Espanha. E-mail: luaolive@usal.es

** Geógrafa e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Tecnologias do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). E-mail: cristianagalves@gmail.com

*** Nutricionista, mestre e doutor em Ciência de Alimentos pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). E-mail: bruno.paula@unifal-mg.edu.br

Agricultura no espaço urbano

A expressão “Agricultura Urbana e Periurbana” (AUP) foi proposta em 1999 pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) para definir as práticas produtivas, incluindo processamento de produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, realizadas no interior das cidades e/ou em suas áreas periféricas (ZAAR, 2011). Na realidade, não se trata de experiências recentes, mas um fenômeno inerente à cidade, ou seja, falar das cidades é também mencionar a agricultura no cerne de seus primórdios. Para Almada e Souza (2017), a domesticação das primeiras espécies vegetais possivelmente tenha ocorrido próxima às áreas de moradia dos primeiros agricultores-coletores a partir da revolução do neolítico.

O meio urbano, ao contrário do que se pretendeu com a institucionalização de modelos de urbanização cartesianos, precisou que a agricultura estivesse obviamente entrelaçada às suas construções de concreto para que pudesse subsistir como uma fonte segura de produção e processamento de alimentos. A capital mineira, Belo Horizonte, foi um exemplo desse modelo, o qual, mesmo que não tivesse como foco a fluidez entre o urbano e o rural, concebia uma cidade que combinava áreas urbanas, periurbanas e rurais, sendo essas duas últimas responsáveis por parte do abastecimento urbano de alimentos mais perecíveis. Atualmente, a cidade praticamente não apresenta áreas periurbanas e rurais em razão do intenso processo de urbanização que priorizou a impermeabilização de grandes áreas. Essa cultura urbana foi difundida numa cidade que se pretendia metrópole, tornando-se, por isso, desfavorável à conservação de espaços naturais. E, em razão do modo de vida urbano, não favorece também a criação de estratégias de manutenção do contato com a terra, devido ao cotidiano apressado no qual não há tempo para o cultivo. Como sugere Certeau (1994), esse é um cotidiano que nos cabe em partilha, que nos pressiona dia após dia, que, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Ainda assim, aqui tratamos de um sujeito que o autor chama de

homem ordinário, aquele que inventa o cotidiano com mil maneiras, de uma caça não autorizada, aquele que escapa a esse modelo, por necessidade ou por inconformidade. Essas invenções do cotidiano, segundo Certeau, são as astúcias sutis, artes de fazer, as táticas de resistência que, por fim, estabelecem uma reapropriação do espaço.

A oposição entre cidade e cultura agrária e a arte da resistência

No devir do processo de intensificação da urbanização, as práticas agrícolas foram movidas cada vez a maiores distâncias dos centros metropolitanos. Em alguns casos, criou-se uma fictícia independência das cidades pelo abastecimento de produtos locais (COUTINHO, 2010). O urbano passou a ser caracterizado como espaço construído, artificial e tecnológico; ainda que essas práticas sempre estivessem presentes em seu cenário associadas à resistência e reprodução cultural, especialmente de populações migrantes.

Essa é, a propósito, a maior divisão do trabalho material e intelectual, que só é possível num cenário de propriedade privada, segundo Marx e Engels (1948). A separação da cidade e do campo tem início com a transição da barbárie para a civilização, com a criação do Estado, e se estende por toda a história da civilização até os nossos dias. A cidade aparece como um local de concentração da população e instrumentos de produção, lugar de produção e reprodução do capital, onde ocorre a espetacularização da vida, das necessidades. O campo se torna a realidade oposta, do isolamento, do atraso e da solidão.

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Ela criou cidades enormes, aumentou o número da população urbana, em face da rural, em alta escala e, assim, arrancou do idiotismo da vida rural uma parcela significativa da população. Da mesma forma como torna o campo dependente da cidade, ela torna os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, os povos agrários dependentes dos povos burgueses, o Oriente dependente do Ocidente (MARX, ENGELS, 1948).

Hissa e Wstane (2009) falam da cidade moderna como uma expressão de um mundo bipartido entre a cidade como “obra de arte” e a “cidade da técnica”. Essas duas formas de cidade podem ser retratadas por alguns termos antagônicos, tais como o espaço do lento e do rápido, do afeto e do impessoal, da identidade e do anonimato, dos encontros

e das fronteiras, de uma cidade para todos ou de poucos. A cidade como obra de arte se refere à arte do viver humano no mundo. É o território de possibilidades de experiências e de práticas, significâncias, criatividade, sonhos e das relações inclusivas. É lugar da expressão de subjetividades, a exemplo dos grafites e dos quintais e hortas urbanas.

No entanto, de acordo com esses autores, o espaço que agrega é também o que exclui. A cidade da técnica, ao contrário, é resultado do planejamento excludente e da racionalidade cartesiana, a qual rouba, silencia e esconde as experiências artísticas, práticas espontâneas e sabedorias próprias da cotidianidade das populações que se encontram e fazem do urbano a textura de suas novas vidas.

Segundo Hissa e Wstane (2009), a cidade da técnica tenta invisibilizar e desqualificar a cidade da arte. A rapidez da cidade hipermoderna não compreende que a domesticação da arte é também a domesticação da vida e dos encontros. No entanto, os autores afirmam que existem cidades dentro da cidade, ou seja, que a cidade não se constrói em uma unicidade temporal e territorial. Ao contrário, ela se faz anacronicamente e por pluricartografias que se opõem. Existem vozes híbridas na cidade que manifestam outras possibilidades. São projetos de resistência que fazem parte do que esses autores chamam de “cidade incapaz”, a qual é representada pelos espaços de indignação, de desejo de transformação, território das mulheres e homens de utopia e dos movimentos contra hegemônicos (HISSA E WSTANE, 2009). A cidade incapaz está em dialética com a cidade como obra de arte, uma vez que são espaços que reivindicam o retorno do lugar da arte na urbe.

Nesse sentido, Morán (2010) argumenta que, no transcurso do desenvolvimento do mundo moderno, as práticas agrícolas emergem através de processos cíclicos para cumprir funções de subsistência, estabilidade social, do capital e articular reivindicações políticas e projetos de intervenção socioambiental na urbe. Primeiramente, destacaremos o que essa autora chama de “hortas para pobres”, as quais definem práticas de produção de alimentos e criação de animais que têm a função de subsistência, em virtude de situações de crises, insalubridade e fome. Em experiências latino-americanas, essas hortas são descritas como iniciativas espontâneas e informais nas periferias de áreas urbanas e em seus aglomerados populacionais resultantes das migrações internas vinculadas ao êxodo rural e ao crescimento dos grandes centros metropolitanos.

A agricultura urbana nos processos migratórios brasileiros

No Brasil, em meados do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, especialmente nas regiões sudeste e centro-oeste, a população urbana brasileira superou a rural. Esse fenômeno aconteceu de forma rápida e desorganizada. As fortes migrações de origem rural, que se deram majoritariamente em virtude da busca por melhores condições de vida e pela situação de vulnerabilidade social, foram fatores importantes para a alteração na distribuição populacional brasileira. Outros fatores também merecem destaque, tais como o inerente e significativo crescimento das próprias áreas urbanas e a consequente incorporação de novas áreas, que foram então classificadas como urbanas nos censos demográficos. O Brasil, que tinha uma população urbana equivalente a 36% do total da população no ano de 1950, atingiu mais de 81% no ano de 2000 (IBGE, 2006). Nas grandes cidades, muitos dos emigrantes rurais depararam com um planejamento urbano excludente, sendo obrigados a fixarem-se nas periferias e demais áreas desamparadas de serviços urbanos. Seus direitos humanos básicos não eram assegurados e viviam face a face com sérios problemas referentes à habitação precária, condições de saúde comprometidas, ausência de segurança, precariedade de ensino público e acesso dificultoso a uma alimentação que atendesse às suas necessidades.

Diante dessa nova realidade, as práticas de AU possibilitam o cultivo de alimentos em quintais ou mesmo em pequenos espaços da casa, apartamento ou barracão, como forma de sobrevivência frente às dificuldades impostas pelas condições da vida urbana e como expressão do cerne de suas histórias de vida, o cuidado com a terra. Os saberes trazidos do campo em associação com a descoberta de um novo estilo de vida e a carência por espaços “próprios” para o cultivo de alimentos dão margem ao uso e apropriação de técnicas, objetos e espaços alternativos destinados à prática da AU. Garrafas de polietileno tereftalato (PET) e outras embalagens, pneus usados, baldes e panelas descartadas dão vida às hortas urbanas. A reciclagem e reutilização de resíduos domésticos (orgânicos e inorgânicos) representam alguns dos inúmeros benefícios relacionados a essas práticas, que proporcionam redução do volume de materiais destinados aos aterros sanitários e contribui, assim, com a sustentabilidade ambiental dos centros urbanos (DALA PAULA et al., 2010).

Seria utópico considerar a AU como solução única para os complexos problemas populacionais relacionados à nutrição e alimentação, em especial ao aumento da prevalência da obesidade e a não realização do direito humano à alimentação adequada, direito resultante da aprovação da Emenda Constitucional nº 64 em 2010, que incluiu a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2010). Mesmo assim, os alimentos provenientes da AU podem contribuir positivamente com a qualidade de vida de seus praticantes e da comunidade ao entorno, por serem frescos e diversificados e oferecerem, por isso, maior aporte de micronutrientes (vitaminas, minerais), além de fibras, que é um componente importante para o adequado funcionamento intestinal. E isso, vale enfatizar, sem aumentar o aporte calórico total da refeição (BRASIL, 2014), garantindo dietas ricas e variadas por um baixo custo de produção e sem gerar impactos negativos ao ambiente urbano.

Outro costume resgatado pelos imigrantes provenientes das áreas rurais é o extrativismo vegetal de plantas medicinais em remanescentes de mata nas proximidades urbanas, que servem como recurso terapêutico utilizado por muitas famílias em suas práticas populares de cuidado com a saúde, costume que se perpetua também por meio de atores, como benzedeiros(as), raizeiros(as) e parteiras trasladados às periferias urbanas. O acesso às plantas medicinais proporciona certa autonomia aos emigrantes rurais que, enquanto viviam no campo, utilizavam-nas em associação com seus saberes e práticas culturais, como um dos principais recursos terapêuticos, em razão da dificuldade de acesso físico e econômico aos tratamentos da medicina convencional. Além da produção alimentícia, a AU promove benefícios ecológicos e, na gestão urbana, constitui atividade responsável pela criação e fortalecimento de uma identidade cultural, que resiste mesmo sendo depreciada na dinâmica de vida nos grandes centros urbanos, em consequência da hegemonia do conhecimento científico, que muitas vezes desvaloriza o saber popular.

Plantando e colhendo saberes na cidade: Prática extensionista no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, MG

Um Projeto de Pesquisa e Extensão realizado por estudantes e profissionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com parcerias entre professores do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Instituto de Geociências (IGC) e Grupo Aroeira – Ambiente, Sociedade e Cultura¹, atuou, de 2008 a 2013, nas comunidades do maior aglomerado de vilas de Belo Horizonte: o Aglomerado da Serra.

O Aglomerado da Serra está localizado nos morros de parte da Serra do Curral, região centro-sul da capital mineira e é composto de seis vilas: Vila Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Marçola, Cafezal e Novo São Lucas. Segundo dados do Programa Vila Viva, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na época da realização deste Projeto de Pesquisa e Extensão, o Aglomerado da Serra já contava com mais de 46 mil residentes, distribuídos em aproximadamente 13.462 moradias, numa área total de 1.470.483 m² (UCLG, 2010). Grande parte dessa população é advinda de emigrantes rurais, que consigo trouxeram conhecimentos e saberes tradicionais da produção agrícola, uso de plantas medicinais e criação de animais que, num processo de readaptação, resistem em pequenos quintais, na dinâmica da socrionatureza urbana dessas comunidades.

O referido projeto intitulou-se “Plantando e colhendo vida na cidade: promoção de práticas de AU como ferramenta de desenvolvimento local no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte – MG” e foi premiado entre os vinte melhores projetos de extensão da UFMG em 2013. As ações desenvolvidas relacionavam a AU, Economia Popular Solidária, Divulgação Científica e Educação Popular, com o intuito de valorizar os conhecimentos tradicionais, promover Soberania e Segurança Alimentar e fortalecer as práticas populares de cuidado com a saúde no Aglomerado da Serra.

Durante o desenvolvimento do projeto, a Horta Comunitária do Cafezal (Figura 1), constituiu-se em espaço de formação em AU. Nela foram realizadas diversas atividades, como oficinas, cursos, mutirões e até o cultivo de uma farmácia viva, que supria de matéria prima o Grupo de Plantas Medicinais Santana², o qual também surgiu

1 Grupo formado por estudantes, pesquisadores e profissionais de diversas áreas do conhecimento: Biologia, Geografia, Nutrição, Ciências Sociais, Ciências Socioambientais, Farmácia e Gestão Pública. Realiza ações na temática da AU e agroecologia urbana, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Aroeira teve origem em articulações no contexto acadêmico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no final de 2006.

2 Grupo formado, em 2009, por moradores do Aglomerado da Serra, em sua maioria pessoas da terceira idade e integrantes do Grupo Aroeira. Funcionava em espaço cedido pela Associação de Moradores do Cafezal onde ocorriam reuniões semanais e posteriormente quinzenais para compartilhar conhecimentos sobre plantas medicinais, bem como produzir fitocosméticos, como sabonetes medicinais, pomadas para cicatrização e xaropes em uma farmácia caseira. Esses produtos eram vendidos pelos participantes na própria comunidade.



Figura 1: Horta Comunitária do Cafezal, Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG
Foto: Luana Oliveira (autora)

decorrente das ações desenvolvidas conjuntamente entre docentes e discentes da universidade e moradores dessa comunidade.

A Horta Comunitária do Cafezal desempenha um ponto de articulação entre quintais e cultivos do entorno comunal, estabelecendo uma rede de trocas de conhecimentos e produtos. O compartilhamento de mudas e sementes contribui para o fortalecimento dos vínculos de solidariedade e de vida comunitária entre os moradores, e articula os espaços de uso privado e coletivo da comunidade. As experiências e aprendizagens acumuladas durante esse largo processo de extensão acadêmica evidenciaram que, no Aglomerado da Serra, os conhecimentos compartilhados fazem parte da cultura desses grupos migrantes e encontram-se relacionados com sua história de vida. A própria etimologia da palavra cultura tem suas raízes nas práticas de produção agrícola. Cultura provém de “cultivo”, que, por sua vez, remete ao cuidado com a terra, a saberes e técnicas, materialidades, processos adaptativos, crenças, criatividade, valores afetivos e subjetividades desempenhados por grupos humanos no labor agrário.

Os saberes trazidos da “roça” pelos imigrantes são ressignificados cotidianamente na vivência e no espaço urbano e sofrem transformações e adaptações a uma nova epis-

teme. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2010), os saberes tradicionais se baseiam nas experiências que se têm sobre o mundo de acordo com o contexto natural e cultural onde se desdobram, ou seja, o conjunto de conhecimentos ecológicos (*corpus*) e práticas produtivas (*práxis*) estão relacionados aos processos históricos e contextos espaciais. Esses saberes são transmitidos de geração a geração por oralidade e revalidados na prática. O *corpus* e a *práxis* não estão isentos de alterações e, por isso, sofrem adaptações a novos contextos. O resultado é um processo histórico de acumulação de conhecimentos que toma a forma de uma espiral.

Sendo assim, o âmbito cultural e as expressões dos modos de vida estão estreitamente relacionados com uma sociabilidade e uma espacialidade. Nas cidades, os saberes tradicionais e contemporâneos se entrecruzam e são reinventados no contexto urbano, marcado pela limitação do espaço físico, que acaba por fazer surgir formas criativas de plantar e criar animais. Latas, lajes, pneus, terrenos com alto declive são recursos aproveitados para incorporar os saberes tradicionais ao contexto urbano. A criação de cabras de um morador do Aglomerado da Serra (Figura 2), em um pequeno terreno íngreme nos fundos de seu quintal, é um exemplo. O cercado e o cocho de seus animais foram produzidos com materiais reutilizados, tais como descartes da construção civil.



Figura 2: Criação de cabras de um morador do Aglomerado da Serra, Belo Horizonte. Foto: Luana Oliveira

Quintais e hortas urbanas: agrobiodiversidade e soberania alimentar nas cidades

Considerando um novo paradigma em construção, a AU não é apenas um resquício do rural no urbano, mas uma prática ressignificada em conhecimentos, significados e materialidades, que passam a ser inerentes ao híbrido tecido urbano e seus modos de vida (CARNEIRO, 1998). A concretude de muitas experiências de AU se dá em quintais, que, segundo Almada e Souza (2017), são amostras representativas de experimentação, trocas e processos coevolutivos, constituídos de espécies de plantas e animais nativos e aquelas trazidas das mais diversas partes do mundo durante os processos de migração e colonização.

Esses espaços possibilitam ainda o resgate das dimensões sócio-históricas e culturais dos alimentos tradicionais frente à crescente urbanização dos modos de vida. Nesse ponto de análise, os quintais e hortas urbanas são refúgios da agrobiodiversidade³, como o cultivo de “plantas alimentícias não convencionais” (PANC’s). Esse termo se refere às plantas parciais ou completamente comestíveis, que podem crescer de forma espontânea ou cultivadas, de origem nativas ou exóticas e que não são comumente consumidas, seja pelo desconhecimento de parcela da população, por não se tratar de uma cultura lucrativa ou interessante ao atual sistema dominante de produção agrícola (monocultura intensiva), seja pela baixa repercussão na cadeia comercial. Sabemos que a redução da diversidade agrícola está diretamente relacionada ao empobrecimento das dietas alimentares. Cerca de 90% dos alimentos convencionalmente consumidos provêm de apenas 20 espécies vegetais, enquanto se estima que, apenas no Brasil, existem mais de três mil espécies de plantas alimentícias de ocorrência conhecida (KELEN et al., 2015). Ainda sobre os aspectos nutricionais, as PANC’s geralmente apresentam maiores teores em fibras e compostos com funções antioxidantes, quando comparadas às espécies convencionais (KINUPP & BARROS, 2008). Outro fator que contribuiu para o desuso das PANC’s é a associação que se faz dessas espécies com “alimentos de pobres”, o que implica depreciação e, em virtude disso, passam a ser julgadas como “matos” ou “ervas daninhas”. Entre os exemplos, estão o umbigo de bananeira⁴ e o ora-pro-nóbis (*Pereskia spp.*), conhecido popularmente como “carne de pobre”. No entanto, as PANC’s vêm sendo alvo de inúmeros trabalhos científicos (DUARTE & HAYASHI, 2005; KINUPP & BARROS, 2008;

3 O conceito de agrobiodiversidade engloba todos os elementos da interação do homem com os ecossistemas, ou seja, de sua inventividade e criatividade no cuidado com a terra e o ambiente natural. Inclui diversidade genética, de paisagens, microbiana, polinizadores, seres nocivos às plantas ou animais e seus predadores, de práticas de cultivo, inovações, usos, produtos processados por meio do cultivar ou criação, os sistemas socioeconômicos e culturais associados. (SANTILLI, 2009).

4 Também conhecido como coração de bananeira, devido ao seu formato, refere-se à espiga terminal das flores de bananeira, plantas do gênero *Musa*. Usam-se as brácteas, estruturas foliáceas associadas à proteção da inflorescência, em receitas culinárias.

CAXITO et al., 2015; BOAKYE et al., 2017), e o seu consumo e uso tradicional têm sido incentivados por diversos profissionais da área da saúde e da cultura. O próprio ora-pro-nóbis foi resgatado como ingrediente singular em receitas da tradição mineira e ganha destaque em festivais gastronômicos de Minas, a exemplo do Festival do Ora-pro-nóbis, realizado anualmente na cidade de Sabará (PMS, 2017).

Ainda na sua dimensão social, a FAO (1999) ressalta que a produção de hortaliças e a criação de animais no modelo da AU contribuem com a absorção de mão de obra, gerando produtos com valor agregado que possibilitam a obtenção de rendimentos, que, por sua vez, permitem aos agricultores urbanos maior acesso econômico a outros gêneros alimentícios fundamentais à alimentação humana e que não são provenientes do seu cultivo. Vale destacar que a geração de renda também pode ocorrer de forma indireta, ou seja, proporcionada pela reduzida necessidade de aquisição dos produtos da AU em feiras e mercados, já que eles são obtidos nos quintais.

Outro benefício das hortas urbanas consiste na oportunidade que o comprador tem de negociar as frutas e hortaliças de interesse, diretamente no local de produção, com os próprios agricultores. Essa relação direta entre consumidor e produtor proporciona inúmeros benefícios a ambos. O produtor terá a possibilidade de vender seus produtos por preços justos, realizar a colheita das hortaliças no momento da venda, o que garante qualidade e evita desperdícios. Também se torna possível, ainda, ouvir os desejos e anseios dos consumidores e atendê-los de forma satisfatória. Por outro lado, os consumidores também ganham com essa relação, uma vez que os atravessadores, responsáveis pelo significativo aumento do custo dos produtos vendidos em supermercados e “sacolões”, são eliminados. Outra vantagem é o conhecimento que se pode ter da forma de produção (com uso ou não de agrotóxicos e qualidade da água de irrigação), origem do produto e, conseqüentemente, maior confiança e segurança nos alimentos consumidos. O vínculo entre o agricultor urbano e o consumidor também exerce um importante papel no fortalecimento, resgate e perpetuação dos saberes tradicionais, em especial aqueles relacionados à forma de cultivo, consumo e preparo das PANC's e plantas com propriedades medicinais.

Todos esses aspectos influem diretamente na promoção de qualidade de vida. Esses fatos tornam ainda mais importante essa forma de reprodução cultural como parte das ações de soberania alimentar para as populações urbanas e também como prática

da agroecologia urbana, conceito que define formas de cultivar uma cidade sustentável e que promova qualidade de vida a todos os cidadãos, sobretudo aos grupos de migrantes em situação de vulnerabilidade social.

Hortas comunitárias: lugares de memórias, apropriação sócio-política-cultural e (re)territorialização de populações migrantes

Resgatando a tipologia de hortas proposta e sistematizada por Morán (2010) e vislumbrando analisar outras correlações entre migrações e práticas agrícolas urbanas, ressaltaremos também as experiências nomeadas pela autora como “hortas comunitárias”. São práticas agrícolas emergentes nas cidades usadas como repertório de confronto⁵ de iniciativas populares de cidadãos comprometidos em atuar como agentes de transformação social no território. Essas hortas comunitárias não respondem a uma crise em singular, mas a uma superposição de diversas crises: crise econômica, ecológica, alimentar, de representação política, de valores e crenças e do modelo urbano hegemônico (MORÁN, 2010).

No caso da Horta Comunitária do Cafezal, os vizinhos se mobilizaram para transformar um terreno baldio, localizado aos fundos da Associação de Moradores do Cafezal e de uma creche infantil, em área comunitária e produtiva, uma vez que o local era tido como um problema por ser ponto de consumo e venda de entorpecentes, de acúmulo de entulhos e constituir-se em foco para a transmissão de doenças, tais como a dengue e a febre amarela, além de ser propício ao desenvolvimento de animais peçonhentos e ratos.

No marco da sociedade civil, essas hortas comunitárias funcionam como espaços de micropolíticas que almejam construir dinâmicas alternativas de apropriação do território por todos os cidadãos, com garantias de expressão dos seus modos de vida. De acordo com Lefebvre (1969), luta-se pelo “Direito à cidade”, que não está apenas relacionado com o direito de acesso equânime a bens e serviços oferecidos pela cidade, mas transcende essa perspectiva e se correlaciona ao direito de “obrar” a cidade, ou seja, de ser coprodutor da espacialidade, promovendo espaços inclusivos e de pertencimento social.

⁵ “Repertório de confronto ou de ação coletiva é um conceito cunhado por Charles Tilly com base em suas análises sobre a luta política de movimentos sociais. Aparece, em 1976, em sua obra “*Getting together in Burgundy - 1675-1975*”, mas em obras posteriores passou por reformulações. O intuito era mostrar “maneiras pelas quais a cultura molda possibilidades de ação no curso dos conflitos políticos” (ALONSO, 2012). De forma geral, refere-se às formas de ações ou performances compostas de elementos sociais e culturais (conhecimentos, habilidades e símbolos) utilizados e adaptados em diferentes contextos por uma coletividade, como meio de fazer visíveis suas reivindicações e alcançar transformações sociais (ALONSO, 2012).

O processo de urbanização produziu diferenças de valores nas relações sociais, as quais são cada vez mais marcadas por impessoalidade. Augé (1998) discute como a sobremodernidade produziu os chamados “não lugares”, que são espaços públicos que se caracterizam por vínculos sociais fracos, transitórios e marcados por relações utilitaristas. Entre os exemplos, estão os espaços de circulação, como avenidas, aeroportos, caixa eletrônico e outros veículos de mobilidade. O território é, por sua vez, espaço apropriado pela cultura e cenário das relações sociais. As ruas, edifícios, parques, muros, espaços livres e construídos são campo de cultivo dos conhecimentos, habilidades, práticas, significações, subjetividades, imaginários, crenças, desejos e tudo o que essencialmente se involucra nos modos de vida urbanos. Conforme explicita Lefebvre, o ser humano tem necessidades antropológicas, elaboradas socialmente, de experimentar os sabores, cheiros, texturas, sons, ruídos, paisagens, encontros e demais percepções do mundo (LEFEBVRE, 1969).

Casadevante e Morán (2012) descrevem a diferença entre espaço público despolitizado ou convencional e espaço público apropriado pela coletividade e transformado em um espaço comunitário. O primeiro segue as diretrizes questionadas por Augé, ou seja, trata-se de espaço progressivamente mercantilizado, no qual as pessoas desempenham apenas o papel de usuários. Além disso, são criados em um desenho técnico com materiais novos e descartáveis. Sobretudo são espaços que produzem estranhamento nas pessoas, o que denuncia seu caráter de espaço desterritorializado.

Por outro lado, os espaços comunitários, como hortas urbanas, são autoconstruídos em uma gestão coletiva, criativa, que integra uma multiplicidade de conhecimentos, marcada por uma interculturalidade. São desmonetizados e valorizam a coesão social e o resgate dos vínculos de vida comunitária. Essas características possibilitam que sejam espaços flexíveis, polivalentes e, portanto, apropriados pelos habitantes. Para Milton Santos, quando o homem está diante de um espaço do qual ele não foi partícipe da sua construção, cuja história desconhece e não lhe é própria, cujas memórias não compartilham, este se torna um espaço de alienação (QUEIROZ, 2014). O ser humano, como um sujeito histórico, social e cultural, tem a necessidade de estabelecer significações com o espaço vivido, o que não significa dizer que o migrante não é um ser social em razão de sua história de vida ter-se contruído em local diferente daquele onde se encontra imigrado, nem mesmo pelo fato de não estar totalmente inserido e rodeado

por relações sociais de pertencimento ao novo grupo. Pela sua vivência anterior, ele tem condições de interpretar o mundo em que está inserido, criando condições e sentido para entender o lugar que ocupa. O lugar é o espaço vivido e percebido, marcado pela dimensão simbólica e cultural. Baseado nisso, Giménez (2005) promove discussão sobre identidades “territorializadas” e desterritorializadas”.

A modernidade produziu espaços segregadores e grupos desterritorializados tanto em sentido físico, por estarem deslocados de suas regiões de origem, quanto em sentido imaterial, ou seja, pode ser uma “[...] desterritorialização em termos simbólicos e subjetivos, de valores e modos de vida e de habitar” (GIMÉNEZ, 2005, p. 23). Esse é o caso de milhões de refugiados e migrantes em geral, que se propõem a viver em outros países.

De acordo com o *International Migration Report 2017*, publicado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU, 2017), estima-se que, atualmente, 258 milhões de pessoas vivem fora do seu país de nascimento, incluindo aí 26 milhões de refugiados ou requerentes de asilo, ou seja, cerca de 10% do total. Isso significa que 3,4% dos habitantes do mundo hoje têm o status de migrantes internacionais. Esses números significam um aumento de 49% desde 2000. O relatório analisa as últimas tendências de migração e expõe que os países de alta renda receberam 64%, ou quase 165 milhões, do número total de migrantes internacionais em todo o mundo. Esses movimentos mostram significativas consequências, uma vez que contribui para o crescimento da população em algumas partes do mundo ou mesmo inverte o declínio em outras. Entre 2000 e 2015, por exemplo, a migração contribuiu com 42% do crescimento populacional na América do Norte e, com 31% na Oceania. Na Europa, o tamanho da população total teria diminuído durante o período 2000-2015 na ausência de migração. Na maioria dos países da Europa, América do Norte e Oceania, os migrantes internacionais representavam mais de 10% da população total em 2017. Por isso, a migração internacional também se torna preocupação nas discussões para implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes da ONU atribui aos países signatários responsabilidades de assegurar os direitos humanos de todos os migrantes e refugiados, bem como combater a xenofobia ou qualquer tipo de discriminação e intolerância (ONU, 2017). Diante desse cenário, é imperativa a necessidade de promover processos de (re)territorialização dessas popu-

lações migrantes, ou seja, de recuperação e ressignificação do território como espaço vital desde o ponto de vista político e cultural. É nesse ponto que também atuam as hortas comunitárias destacadas por Morán (2010).

Como já mencionado neste artigo, as práticas agrícolas na urbe são manifestações espontâneas dos cidadãos. No entanto, as discussões acadêmicas e governamentais sobre AU começaram a partir da década de 1980, impulsionadas por um novo pensamento ambiental (ZAAR, 2011). Uma década antes, nos anos de 1970, ressurgem os jardins e hortas urbanas nos Estados Unidos, em um contexto de recessão econômica, como ferramenta de apoio comunitário (*“Community Gardens”*). Uma iniciativa considerada referência de práticas de agricultura urbana como repertório contestatário de ação coletiva começou em Nova York e foi chamada de *“Green Guerrillas”*. Essas ações consistiam em “bombardeio” de sementes envolvidas por terra em pequenas bolsas, como se fossem “granadas verdes”, sobre terrenos vazios da cidade. O objetivo era chamar a atenção das autoridades e da população para o depreciação por terrenos ociosos e tentar embelezá-los e torná-los produtivos. O passo seguinte foi construir hortas comunitárias para a alimentação dos cidadãos. Esse movimento foi bastante exitoso e conseguiu que a prefeitura criasse uma agenda municipal para a AU e uma gestão municipal de terrenos públicos para o cultivo de jardins e hortas comunitárias (MORÁN, 2010). A AU está vinculada a diversos temas e âmbitos da vida nas cidades, o que propicia uma interface de comunicação entre diferentes movimentos sociais, de ecologistas, de mulheres, de combate à fome e soberania alimentar, assim como de refugiados e imigrantes. Dessa forma, ela tem o potencial de ser ressignificada como ferramenta de ação em espaços de micropolíticas promovidas por iniciativas coletivas de bairro. Esse exercício de microurbanismo expressa uma desconformidade com o modelo dominante de cidade, assim como dos estilos de vida induzidos por ela.

As práticas agrícolas integram uma multiplicidade de reivindicações referentes à apropriação dos espaços públicos, processos de gentrificação de bairros, segregação de classes e etnias, aspirações por coesão social e cidadanias participativas. Sendo assim, a AU se apresenta como uma referência cultural apropriada e readaptada ao posto de prática coletiva criativa utilizada por uma variedade de agentes sociais, com diferentes objetivos, mas que se convergem em um desígnio de atuar sobre uma realidade social conjuntamente. Ou seja, essas iniciativas espelham uma visão dialética das problemá-

ticas que afetam o cotidiano do povo e as transformações sofridas pelo sistema-mundo. Essas hortas são o meio e o fim dos anseios por um novo paradigma social urbano.

Esses tipos de iniciativas podem ser incorporados ao que Santos (2001) considera “Novos Movimentos Sociais” (NMSs), que são caracterizados pelo autor como uma emergência de movimentos que identificam novas formas de opressão, que vão além das relações de produção, como guerras, poluição, machismo, racismo, xenofobismo e segregação. Os problemas oriundos da modernidade afetam o modo como se trabalha e produz, mas também a forma como se descansa e se vive. No entanto, o mesmo au-

tor destaca que não se pode desconectar os NMSs da historicidade das relações de produção, uma vez que a lógica de exploração, por meio da extração da plusvalia econômica, passa a difundir-se também em outros setores da vida social. A plusvalia globaliza-se e pode ser sexual, política, étnica, religiosa e cultural. Ela pode ter lugar nos hábitos de consumo, nos grupos políticos que decidem os rumos de um Estado, assim como na relação homem-natureza (SANTOS, 2001).

Por isso, os NMSs trazem em sua base uma crítica ao sistema capitalista e articulam um leque de assuntos do cotidiano, construindo sua mobilização na sociedade civil por meio de ações emancipatórias, descentralizadas, horizontais e abertas a uma democrática participação cidadã. Entre os NMS, existem muitos projetos contra hegemônicos ao ideário neoliberal, que apresentam a implementação de práticas de agricultura urbana como alternativa e resposta aos problemas urbanos. Como exemplo, pode-se citar o Movimento 15M⁶, na Espanha, que empregou como uma de suas tá-



Figura 3 - Fotos panorâmicas dos espaços socioculturais A) “El Campo de la Cebada”, B) Horta da Associação Cultural “Esta es una Plaza!” e C) Horta do Centro Cultural Autogestionado “La Tabacalera”, Madrid, Espanha. Foto: Luana Oliveira

ticas de mobilização e reivindicação a construção de hortas comunitárias que ficaram conhecidas como “*Huertos de los indignados*”.

Atualmente, em Madrid, pode-se mencionar três experiências de ocupações autogestionadas em seu centro histórico que cultivam hortas como parte do repertório político de ação coletiva em espaços com propostas socioculturais. São eles: “*La Tabacalera*”, “*Esta es una Plaza!*” e “*El campo de la cebada*” (Figura 3).

6 Também conhecido como “Movimiento dos Indignados”, foi um fenômeno de diversos protestos e ações coletivas iniciadas no dia 15 de maio de 2011 em Madrid com grande espectro ideológico e forte apoio social. Esse movimento representava o descontentamento da população com a gestão do governo e com o modelo oligárquico de representação política, representando novas formas de os cidadãos atuarem na sociedade e nos espaços públicos (Rodríguez-Polo, 2013).

Agricultura urbana como ferramenta de interculturalidade nos movimentos migratórios

Os cidadãos envolvidos nas hortas comunitárias madrileñas citadas são contrários à mercantilização dos espaços públicos e à especulação imobiliária, que crescem na cidade e resultam em processos de gentrificação de bairros tradicionais da capital espanhola, como o Bairro Lavapiés. São espaços heterogêneos que apostam nas hortas comunitárias urbanas como uma ferramenta para promover uma convivência intercultural.

A cidade é espaço onde se confrontam distintos interesses. São marcadas por desigualdades de acesso a recursos urbanos e possibilidades de participação na vida pública. Não são todos os habitantes da cidade que têm direito a benefícios, o que resulta em diferentes experiências de vida urbana. As desigualdades sociais ocasionam uma fragmentação da metrópole em guetos urbanos, em cidades dentro das cidades, toda vez que evidencia privilégios de alguns em detrimento de outros. Esse é o marco de uma cidadania dominada pelos preceitos neoliberais (SCHIAVO & GELFUSO, 2016).

Na cidade capitalista, não há lugar para os pobres, já que para ocupar o solo urbano é imprescindível um valor monetário. Novas acepções para o conceito de cidadania são suscitadas por acadêmicos e movimentos sociais que provocam discussão sobre uma nova cidadania como projeto de sociabilidade, que busque construir um sistema político inclusivo e igualitário desde o sentido sociocultural, ou seja, que promova uma cidadania que supere os processos excludentes e discriminatórios. A cidade é um lugar de diversidade de culturas e classes sociais. Nesse contexto plural, ela é campo de uma complexa rede de relações sociais geradoras de conflitos, mas também de solidariedade. Sobre isso, Zapata-Barrero (2001) expressa que “[...] *ser ciudadano es*

habitar la diferencia y abrirse a las fuentes de la creatividad y al proyecto ético de la otredad” (ZAPATA-BARRERO, 2001, p. 20). É uma ideia de cidadania que inclui as discussões sobre o desenvolvimento de uma ética intercultural. Aparício (2001) define o conceito de interculturalidade ao mesmo tempo que o difere do conceito de multiculturalidade. A interculturalidade implica uma relação respeitosa, pacífica e com vínculos comunitários entre os cidadãos que habitam uma dinâmica societal culturalmente heterogênea. O multiculturalismo, por sua vez, constitui-se em um processo que não pressupõe o estabelecimento efetivo de relações entre os indivíduos e grupos culturais diferentes, podendo formar guetos culturais urbanos.

Uma cidadania intercultural se relaciona aos preceitos estruturantes do “Direito à cidade” defendido por Lefebvre, uma vez que resguarda o direito da totalidade das pessoas em serem coprodutoras de pluriterritorialidades em um espaço comum, ou, em um jogo de palavras que se opõem às discussões de Augé (1998), produção de “espaço-lugar”, ou seja, pertencimento ao lugar em que se habita em uma convivência intercultural, como ilustra a célebre frase do movimento zapatista no México, *“un mundo donde quepan muchos mundos”*. Bonafé (2010) ressalta a cidade como currículo da interculturalidade. Na realidade pluricultural das cidades, é substancial que os sujeitos tenham acesso à experiência de encontro e reconhecimento do outro para refletir sobre as cidades modernas marcadas por ilhas culturais, conscientizar-se e promover processos de alteridade.

Em consonância com essa conjuntura, são emergentes os grupos de AU que desenvolvem práticas produtivas vinculando ideias-força, como coesão social, cidadania inclusiva e interculturalidade. Essas hortas comunitárias adquirem cada vez mais notoriedade nas ações coletivas para apropriação do espaço público e coesão social intercultural dos cidadãos para produção de novas territorialidades na urbe. Servem de exemplos as hortas interculturais (*“Interkulturelle Gaerten”*) na Alemanha, que são propostas de espaços comunitários e autogestionados construídos em terrenos ociosos das cidades para integração de grupos de todas as origens socioculturais. A primeira iniciativa surgiu em 1996, em Göttingen, e teve como autoras mulheres refugiadas bósnias que tinham o intuito de promover a integração social e cultural entre refugiados, migrantes em geral e a população local (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018). Essas imigrantes se transladam fugindo de situações de pobreza no campo ou con-

flitos de todo tipo e chegam às cidades alemãs desprovidas de recursos financeiros, num contexto cultural completamente diferente, sem falar do obstáculo de conviver com um idioma estrangeiro. Essas experiências espalharam-se por toda a Alemanha e, gradativamente, foram se articulando até a sua estruturação, em 2002, em uma Rede de Projetos de Jardins Interculturais apoiada por uma sociedade de pesquisa chamada “*Stiftung Interkultur*”. Essa ideia já se difundiu na Áustria, sob a coordenação do *Netzwerk Gartenpolylog*, e também em outros países como EUA, França, Bósnia, Irlanda (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018).

Cultivar a terra reconecta os migrantes com sua história de vida. Além disso, por meio do trabalho coletivo, criam-se laços de sociabilidade e amizade, assim como o resgate de valores solidários. Os imigrantes desenvolvem novas conexões com o lugar, experimentam a sensação de pertencimento que possibilita a construção de um novo processo de territorialização. Nas hortas, a comunicação principal ocorre por meio da linguagem da terra. No entanto, o intercâmbio linguístico que se dá nesses espaços pode ajudar no avanço das habilidades linguísticas dos imigrantes (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018)

Müller (2002) discute como o conceito de integração implica uma ideia de “dentro” e “fora”. Dentro seria o espaço desejável de entrar e ser membro. Por outro lado, o exterior é o espaço marcado por insegurança, pobreza, sonhos frustrados e marginalidade. Essa é a razão de haver desejos e melancolia nos processos de migrações. No entanto, a autora salienta que é possível estar “dentro” de uma sociedade enquanto se permanece “fora”. Esse antagonismo ocorre com os migrantes que não efetivaram o processo de integração. Eles não compartilham os “valores” culturais da sociedade na qual se ingressaram e acabam estabelecendo uma sociedade “paralela”. A integração não significa a assimilação no sentido de desaparecimento das diferenças, mas, sim, a possibilidade de os imigrantes ajudarem a moldar o país anfitrião. Muitas vezes o refugiado provém de experiências traumatizantes em conflitos, guerras, perseguições e dificuldades pelo afastamento de seus territórios de origem e história de vida. Os imigrantes perderam seus bens materiais, assim como suas redes sociais. Sentem falta da doação mútua, de celebrar festas, ir a lugares juntos e socializar com os vizinhos. Por isso, torna-se importante a criação de capital social para o processo de integração e sentimento de pertencimento, o qual é análogo ao processo de enraizamento de uma planta.

Muitos imigrantes sofrem problemas psicológicos, em alguns casos com expressões psicossomáticas. Os jardins interculturais também podem contribuir para o processamento do trauma terapêutico. O Centro de tratamento para as vítimas da tortura em Berlim, por exemplo, administra um jardim de cura intercultural que desempenha um papel importante na terapia de trauma com os refugiados (INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018). A conexão com o cultivo de plantas de seus lugares de origem alivia o trauma do exílio. Outras vezes, os imigrantes não podem trabalhar porque ainda não receberam uma autorização do governo ou estão desempregados, sobretudo os mais velhos, porque existem poucas perspectivas de emprego e seus perfis de qualificação não atendem aos requisitos locais. Isso muitas vezes leva ao isolamento social. Nesses casos, o cultivo do jardim pode oferecer um sentido da significância da própria existência por meio de um trabalho construtivo, produtivo e de

envolvimento social, que atuam positivamente na autoestima dessas pessoas. Outro ponto relevante é que os participantes trazem sementes, técnicas de plantio, de cuidado e uso de plantas de variadas origens, o que torna a partilha de conhecimento mais enriquecedora. Assim, os imigrantes fazem experimentos interativos com seu novo lar: como germinar uma semente da Síria em solo e clima alemão? Por outro lado, os participantes nativos podem entender o porquê de existirem tantas músicas que falam sobre a chuva, em países e regiões de clima seco, por exemplo. Essa é uma forma de integração que se dá por meio de interações socialmente vinculadas com a natureza (MÜLLER, 2002).

Segundo Müller (2002), a prática social nos jardins e hortas comunitárias não é imprescindível, nem mesmo politicamente irrelevante. Ela é transformada pelos horticultores urbanos em uma biografia social. Sendo assim, essas hortas interculturais atuam positivamente no âmbito individual, sociopolítico e também em nível ambiental por promover cidades sustentáveis e inclusivas.

As hortas comunitárias articulam uma pluralidade de sensibilidades e reivindicações, entre as quais está a responsabilidade coletiva de construir processos de cidadania intercultural. A AU pode ser praticada em uma variedade de espaços urbanos e contextos culturais. Em virtude disso, diversos países e governos locais passam a integrar a AU no rol de suas políticas públicas, principalmente como ferramenta para

promover o desenvolvimento socioambiental local.

Considerações finais

Finalmente, essas experiências de hortas comunitárias apresentam potencial para construir espaços abertos à alteridade. É possível observar no cotidiano das hortas comunitárias e quintais produtivos que as motivações para a prática da AU estão relacionadas, em sua maioria, à questão cultural, já que nelas se cultiva não só o alimento, mas o prazer de plantar, resgatando-se valores, saberes, costumes e hábitos referentes à vida no campo. A agricultura não se caracteriza somente por uma intencionalidade produtiva; ela transcende o significado de alimentação orgânica para as famílias e passa a nutrir o “ser cultural”. A práxis de cultivar é sobretudo um ato simbólico, político e afetivo (ALMADA et al., 2012). É possível afirmar que o lugar de origem dos moradores urbanos exerce grande influência em seus cultivos e alimentos consumidos, demonstrando uma diversidade de hábitos alimentares.

As práticas agrícolas urbanas contextualizam ideais do direito à cidade, o que as torna recurso de pedagogia política no exercício da cidadania para a defesa da cidade sob uma perspectiva participativa e inclusiva. Essas práticas propiciam acesso equânime a alimentos saudáveis e nutritivos, assim como possibilitam ressignificação de saberes e de identidades socioculturais dos migrantes, coesão social, interculturalidade e produção de novas territorialidades na urbe. Dessa forma, permite que o migrante, sujeito que Santos (1999) nomeia de “espírito alerta”, refaça, repense suas ideias de futuro a partir do momento em que entende melhor a realidade na qual se vê agora inserido.

Referências

- ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. Quintais como patrimônio biocultural. In: ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. *Quintais – Memória, resistência e patrimônio biocultural*. Belo Horizonte, Editora UEMG, 2017. p. 15-29.
- ALMADA, Emmanuel; MORAIS, Lídia; COUTINHO, Maura. O concreto arado. *Parahyba*, v. 2, p. 27-31, 2012.
- ALONSO, Angela. Repertorio, Segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociol. Antropol.* v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021> Acesso em: 22 fev. 2018.
- APARICIO, Jesús Maria. *Interculturalidad, educación y plurilingüismo en América Latina*. Madrid: Pirámide, 2011. 238p.
- AUGÉ, M. *Los No Lugares. Espacios del Anonimato*. Barcelona: Gedisa, 1998. 128p.
- BOAKYE, A. A.; GUDJÓNSDÓTTIR, M.; SKYTTE, J. L.; CHRONAKIS, I. S.; WIREKO-MANU, F. D.; ODURO, I. Characteristics of *Xanthosoma sagittifolium* roots during cooking, using physicochemical analysis, uniaxial compression, multispectral imaging and low field NMR spectroscopy. *Journal of Food Science and Technology*, v. 54, n. 9, p. 2670-2683, 2017.
- BONAFÉ, Jaume Martínez. La ciudad en el curriculum y el curriculum en la ciudad. In: J. GIMENO, *Saberes e incertidumbres sobre el curriculum*. Madrid: Morata, 2010 64op.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 fev. 2010. Seção I, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*, 2. ed. Brasília, 156p, 2014.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 2, p. 53-75, 1998.
- CASADEVANTE, L. J. F.; MORÁN, N. A. Nós plantamos! Urbanismo participativo y agricultura urbana en los huertos comunitarios de Madrid. *Habitat y Sociedad*, n. 4, p. 55-71, 2012. Disponível em: <<https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/3963>> Acesso em: 2 fev. 2018.
- CAXITO, M. L. C.; CORREIA, R. R.; GOMES, A. C. C.; JUSTO, G.; COELHO, M. G. P.; SAKURAGUI, C. M.; KUSTER, R. M.; SABINO, K. C. C. In vitro antileukemic activity of *Xanthosoma sagittifolium* (Taioba) leaf extract. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, ID 384267, <http://dx.doi.org/10.1155/2015/384267>, 2015.

- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 320 p.
- COUTINHO, M. N. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. 2010. 205p. Dissertação (mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- DALA PAULA, B. M.; LOVO, I. C.; LOPES FILHO, J. D. The productive Garden: an experience in the city of Belo Horizonte, Brazil. *Urban Agriculture Magazine*, n. 23, p. 22-24, 2010.
- DUARTE, M. R.; HAYASHI, S. S. Estudo anatômico de folha e caule de *Pereskia aculeata* Mill. (Cactaceae). *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 15, n. 2, p. 103-109, 2005.
- FAO - Food and Agriculture Organization. *Cuestiones de la agricultura urbana*, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- FAO - Food and Agriculture Organization. *Segurança e Soberania alimentar*, 2006. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-ax736s.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2018.
- GIMÉNEZ, G. Territorio e identidad. Breve introducción a la geografía cultural. *Trayectorias*, n. 17, p. 8-23, 2005.
- HISSA, Cassio Eduardo Viana; WSTANE, Carla. Cidades incapazes. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 85-98, 2009. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/282>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, 557p., 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.
- INTERKULTURELLE-GAERTEN, 2018. Disponível em: <<http://www.interkulturelle-gaerten.ch/site/de/aktuelles>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- KELEN, M. E. B.; IANA, S. V. N.; KEHL, K. C. K.; BRACK, P.; DA SILVA, D. B. *Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) hortaliças espontâneas e nativas*. Porto Alegre, UFRGS, 2015. 44p.
- KINUPP, V. F.; BARROS, I. B. I. Teores de proteínas e minerais de espécies nativas, potenciais hortaliças e frutas. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, v. 28, n. 4, p. 846-857, 2008.
- LEFEBVRE, H. *El Derecho a la ciudad*. Madrid: Alianza Editorial, 1969. 169p.
- MARTINS, C. R, FARIAS, R. M. Produção de Alimentos X Desperdício: Tipos, Causas e Como Reduzir Perdas na Produção Agrícola – Revisão. *Revista da FZVA Uruguiana*, v. 9, n. 1, p. 20-32, 2002.
- MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 1848.
- MORÁN, N. A. Agricultura urbana: un aporte a la rehabilitación integral. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, n. III, p. 99-III, 2010.

ONU. United Nations. Department of Economic and Social Affairs. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/publications/international-migration-report-2017.html>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

MÜLLER, C. Wurzeln schlagen in der Fremde, Internationale Gärten und ihre Bedeutung für Integrationsprozesse. oekom Verlag, München. 2002. Disponível em: <https://anstiftung.de/images/wurzeln_schlagen_in_der_fremde.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

PMS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ. 20º Festival do Ora-Pro-Nobis, 2017. Disponível em: <<http://site.sabara.mg.gov.br/programacao-do-festival-do-ora-pro-nobis/>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: Ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. *Para Onde!?*, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014.

RIBEIRO, D. Cultura. *Revista do Brasil*, v. 1, ed. especial, 1986.

RODRIGUEZ-POLO, José Ramón. Bloqueo mediático, redes sociales y malestar ciudadano. Para entender el movimiento español del 15-M. *Palabra clave*, v. 16, n. 1, p. 45-68, 2013.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. 209p.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Petrópolis, 2009. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/agrobiodiversidade/agrobiodiversidade-e-direitos-dos-agricultores>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. Los Nuevos Movimientos Sociales. OSAL, 177-188, 2001. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Los_nuevos_movimientos_socialesOSAL2001.PDF>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SCHIAVO, Ester; GELFUSO, Alejandro. Democracia y movimientos sociales emergentes: De la disputa por los territorios a las políticas sociales. Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, p. 1-16, 2016 Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/viewFile/12948/9348>>. Acesso em: 02 de fev. 2018.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-moderna que estuda as sabedorias tradicionais. *Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 31-45, 2009.

UCLG – Committee on Social Inclusion Participatory Democracy and Human Rights. Inclusive Cities Observatory. Belo Horizonte, Brazil: Villa Viva Programme – Aglomerado da Serra. 7p., 2010. Disponível em: <https://www.uclg-cisdp.org/sites/default/files/Belo%20Horizonte_2010_en_final.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2018.

ZAAR, MIRIAM-HERMI. Agricultura Urbana: Algunas reflexiones sobre su origen e importancia actual. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. XVI, n. 944, 2011. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-944.htm>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

ZAPATA-BARRERO, R. Hacia un nuevo concepto de ciudadanía. *Revista Anthropos*, v. 191, p. 3-20, 2001.



COMENTÁRIO:

o significado da Nova Lei de Migração 13.445/17 no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil

GISELA P. ZAPATA*

DIMITRI FAZITO**

RESUMO Neste comentário sobre a nova Lei de Migração, procuramos contextualizar tanto as trajetórias dos deslocamentos humanos no tempo e no espaço da sociedade brasileira, quanto as suas correspondências no plano das instituições públicas que tornam as migrações objeto de controle, planejamento e política. Para isso, recuperamos os mecanismos sócio-demográficos, econômicos, jurídicos e políticos que atravessam a história brasileira quanto ao tratamento da mobilidade populacional e desenvolvemos uma análise da Lei em termos de sua expansão, inovação e alcance. Buscamos avaliar em que medida a Nova Lei pode se concretizar como um modelo de vanguarda na gestão migratória, tendo, ao mesmo tempo, de solucionar entraves internos históricos que colocam em rota de colisão atores sociais que necessitam atuar cooperativamente.

PALAVRAS-CHAVE Migração. Lei. Brasil.

COMMENT:

the meaning of the new migration law 13.445/17 in the historical context of human mobility in Brazil

ABSTRACT In this comment on the new Migration Act, the article seeks to contextualize in time and space, not only the trajectory of human mobility in the Brazilian society, but also its connection to the public institutions that turn migration into the subject of control, planning and politics. To this end, the text retrieves the socio-demographic, economic, legal and political mechanisms that shape the history of Brazil in terms of its treatment of population mobility, and develops an analysis of the Act in terms of its preparation, innovation and reach. The article presents an evaluation of the extent to which the new Act can become a flagship model in the management of migration, while at the same time it must solve historical internal obstacles that put in collision course social actors who need to act cooperatively.

KEYWORDS Migration. Law. Brazil.

* PhD. Professora Adjunta, Departamento de Demografia/CEDEPLAR, UFMG. E-mail: gpzapata@cedeplar.ufmg.br

** PhD. Professor Adjunto IV, Departamento de Sociologia, UFMG. E-mail: dfazito@gmail.com

Neste comentário sobre a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), que entrou em vigor em 21 de Novembro de 2017, procuramos contextualizar tanto as trajetórias dos deslocamentos humanos no tempo e no espaço da sociedade brasileira quanto as suas correspondências no plano das instituições públicas que tornam as migrações objeto de controle, planejamento e política. Acreditamos que para entender o real significado de uma “mudança paradigmática”, como a proposta pela Lei nº 13.445/17 acerca do reconhecimento político, social e jurídico do migrante como “sujeito de direitos”, devemos investigar adequadamente o contexto das forças e mecanismos em ação nesse processo de longa duração.

Num primeiro instante, o que mais chama a atenção do observador são as controvérsias relacionadas ao processo político e jurídico de apresentação, aprovação e implementação da lei ao final de 2017, que foi imediatamente regulamentada (ou melhor seria, “de-limitada”?) por um decreto presidencial (Decreto 9.199/17) que alterou diversos artigos originais da Lei, lançando ambiguidades interpretativas passíveis de questionamento jurídico futuramente, e criou condicionalidades imponderáveis para a implementação de vários dispositivos previstos em Lei. O problema que emerge no longo caminho de reconhecimento dos migrantes como “sujeitos de direito” no quadro da globalização está na constatação de que a nova Lei explicita divergências ainda não resolvidas no processo civilizador brasileiro – especificamente sobre como a sociedade e, especialmente, o Estado brasileiro devem lidar com o fenômeno dos deslocamentos humanos e a decorrente produção de pluralidades e multivocalidades sociais que, com frequência, são tratadas de maneiras restritivas e excludentes tanto no cotidiano da sociedade brasileira (como sugerem os diversos casos de discriminação e intolerância étnico-racial dos imigrantes) quanto no âmbito da oficialidade estatal das agências públicas (por exemplo, a dificuldade no trâmite das requisições de visto de imigrantes internacionais, seja para o trabalho regulado, seja para o reconhecimento das qualificações do migrante, da condição de refúgio e outros).

Assim, pretendemos abordar a questão contundente que se impõe no debate sobre o significado e alcance da nova Lei de Migração. Em que medida a Lei nº 13.445/17 pode se concretizar como um modelo de vanguarda na gestão migratória, tendo, ao mesmo tempo, de solucionar “entraves internos” relativos às disposições legais e políticas que põem em rota de colisão aqueles atores sociais (cidadãos brasileiros, migrantes e suas organizações, agentes públicos, representantes políticos e instituições de Estado) que necessitam atuar cooperativamente?

Inicialmente, propomos a recuperação e contextualização dos mecanismos sócio-demográficos, econômicos, jurídicos, políticos e culturais que fazem parte da história brasileira quanto ao tratamento da mobilidade populacional através das fronteiras nacionais. Num segundo momento, fazemos uma análise contextualizada da nova Lei, em termos de sua expansão, inovação e alcance, e como esses termos parecem impactar atualmente a sociedade e Estado brasileiros.

Sobre a Contextualização dos Mecanismos

Podemos conceber o deslocamento das populações humanas como o resultado de uma dialética entre o inato e o adquirido (ELIAS, 1991). Registros históricos (arqueológicos, genéticos e linguísticos) revelam que os deslocamentos humanos tomaram parte decisiva na evolução biológica e cultural da humanidade (GAMBLE, 1993; HOERDER, 2002; MANNING, 2005; CAVALLI-SFORZA, 2001), possibilitando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e instrumental em um longo processo civilizador.

Desse modo, a teoria social pode aqui contribuir para nossa reflexão sobre como as migrações se constituíram como forças decisivas no processo de construção da própria civilização contemporânea. Afinal, os deslocamentos desde as origens da humanidade facultaram a difusão de conhecimento, instituições sociais, recursos estratégicos, e até mesmo material genético, por meio dos contatos interculturais que passaram a ocorrer cada vez com maior frequência e intensidade nas transações entre as populações humanas de diferentes regiões (HOERDER, 2002; MANNING, 2005). Além disso, aqui também sugerimos que as migrações teriam operado ao longo dos séculos como um “instrumento civilizador”, contribuindo para a incorporação de novos valores sociais, hábitos, discursos e práticas atuantes no longo processo de regulação e

desenvolvimento do autocontrole na vida social (ELIAS, 2011). Nesse sentido, a *sociogênese* da mobilidade humana deve ter contribuído para o processo civilizador de longa duração (campo especial da *biopolítica*, com o empoderamento do aparelho do Estado na regulação da reprodução dos corpos), assim como o desenvolvimento de novas interações sociais ajustadas às distâncias incorporadas podem ter ocorrido para regular novas sensibilidades corporificadas (campo especial da *anatopolítica*, que pode ser exemplificado com o caso dos asilados que arriscam a própria condição de existência ao adquirirem “deliberadamente” uma doença com o intuito de sensibilizar os agentes públicos que concedem visto humanitário) (TICKTIN, 2011; FOULCAULT, 2016).

Assim, podemos identificar nas migrações uma *sociogênese* específica e reguladora dos corpos, emoções e afetos cotidianos que se estabelecem e se vinculam durante o longo processo civilizador das sociedades, pois os deslocamentos organizados em um “projeto migratório” põem em contato diversas fontes individuais e coletivas de produção das sensibilidades, enraizadas num território em construção e, portanto, indefinido e em constante transformação.

Variados tipos empíricos da mobilidade humana ao longo da história produziram e produzem interações sociais e institucionais específicas na sociedade brasileira e também no Estado moderno: migração (voluntária e forçada), colonização, exploração, viagens, fugas, exílios, peregrinações, campanhas militares, missões diplomáticas, deportações, migrações médicas, entre outros (GAMBLE, 1993; MANNING, 2005; HOERDER, 2002; HARZIG e HOERDER, 2009; FERNANDEZ-ARMESTO, 2007; CASTLES e MILLER, 2009; ROBERTS e SHEPER-HUGHES, 2011). O desenvolvimento tecnológico de transportes e comunicações no processo de globalização acentuou ainda a compressão espaço-temporal, aprofundando a heteronomia dos corpos, distâncias e movimentos (HARVEY, 1991; BAUMAN, 2000; SELLER e URRY, 2006), fato que tem ampliado o campo de conflitos entre os diversos atores sociais que disputam a legitimidade do movimento entre fronteiras nacionais regulamentadas e excludentes.

Igualmente, em paralelo, podemos visualizar esse processo civilizador ocorrido no Brasil, desde a sua ocupação e colonização pelos portugueses e os conflitos transculturais resultantes do tráfico de escravos africanos e indígenas. Consideram-se também as diversas campanhas militares e diplomáticas levadas a cabo pelo Estado brasileiro em diferentes momentos da história, que tinham o objetivo de consolidar o território e a iden-

tidade nacional, assim como o processo demográfico de expansão e distribuição espacial da população associado ao desenvolvimento dos vetores econômicos que tiveram como resultado a lenta, mas paulatina consolidação da interiorização da sociedade brasileira e a conquista da segurança nacional das fronteiras internacionais no interior sul-americano.

Em particular, as bases demográficas e sociais da formação do estado-nação brasileiro são marcadas pela migração internacional, que impactou decisivamente a dinâmica demográfica brasileira, tanto no que se refere ao crescimento e consolidação de um estoque populacional nacional ao longo da colonização quanto no que diz respeito à ocupação territorial propriamente dita, que garantiu ao Estado colonial a expansão e soberania de suas fronteiras. Começando com a chegada dos portugueses no século XVI, o país foi um importador líquido de pessoas, principalmente europeus e escravos africanos, até a década de 1930. Esses fluxos imigratórios foram atraídos pela alta demanda de mão de obra da empresa agrícola no sistema de *plantations*, entre os séculos XVI e XIX, e pela incipiente industrialização a partir do último quarto do século XIX, especialmente após a abolição da escravidão. Serviram também como atrativos a combinação de políticas de incentivo à imigração de europeus no esforço de “branquear a raça” e a extensão de subsídios aos recém-chegados para a ocupação (e defesa) de grandes extensões do território nacional, inclusive “para o interior”, já no fim do século XIX e início do século XX. Essas disposições do governo evidenciam a mudança de orientação da *governamentalidade* do Estado nacional, que havia então redefinido sua racionalidade e práticas burocráticas, de caráter republicano, do moderno Estado de Direito, como princípio fundamental para as ações planejadas e coordenadas sobre o controle populacional, em especial o “controle de corpos em movimento”, visando à ocupação (compulsória ou não) dos territórios menos desenvolvidos e mais distantes do controle estatal.

Nas primeiras décadas do século XX, na sequência da I Guerra Mundial e da Grande Depressão, o Brasil sofreu um declínio progressivo dos fluxos imigratórios internacionais devido à reconfiguração global das forças políticas, econômicas e demográficas (redução do excedente populacional da Europa e dos Estados Unidos da América num momento em que o Brasil iniciava sua transição demográfica com a redução da mortalidade e aumento de sua população nativa). Nesse período, a questão foi perdendo importância na agenda social, econômica e política do país. De fato, a imigração inter-

nacional deixa de ocupar o cerne das políticas populacionais, e o foco se move para a questão dos deslocamentos internos da mão-de-obra nacional associados aos novos vetores econômicos que organizam o espaço produtivo e passam a configurar o território brasileiro com todas as suas clivagens sociais, econômicas e culturais. Nesse contexto, o Brasil se torna virtualmente uma “população fechada”, isto é, imune às variações de fluxos migratórios internacionais e, conseqüentemente, durante quase cinco décadas, as questões relativas à “gestão migratória” ficam quase exclusivamente restritas ao controle dos deslocamentos internos da massa de trabalhadores (BRITO, 2000 e 2006).

Isso começou a mudar na década de 1980, no contexto de uma ditadura militar, quando houve uma mudança radical relacionada aos fluxos migratórios, e um número significativo de brasileiros começou a emigrar, principalmente para os EUA, Japão e Paraguai, ao mesmo tempo que o regime de exceção erigia barreiras à entrada de imigrantes internacionais. Em meados dos anos 1990, a emigração internacional de brasileiros atinge seu ápice, enquanto a entrada de imigrantes, em especial os sul-americanos (bolivianos, peruanos, colombianos, argentinos e paraguaios), começa a se intensificar (CARVALHO, 1996; CARVALHO e CAMPOS, 2006; OLIVEIRA, 1996; PATARRA, 2005). Na virada do século, houve uma profunda mudança, tanto quantitativa como qualitativa, no panorama migratório brasileiro, em termos do volume e composição dos fluxos. Embora a migração internacional, em termos absolutos, não seja um fenômeno massivo¹, dada a dimensão do país, é um fenômeno importante que tem reconfigurado o Brasil como um país tanto de imigração como de emigração e trânsito de migrantes no contexto da globalização.

¹ Dados do Censo de 2010 mostram que a população de estrangeiros residentes no Brasil era de 599.934, ou seja, 0,3% da população total (IBGE, 2010); enquanto estima-se que há cerca de 1.200.000 brasileiros residindo no exterior.

Podemos dizer que a história dos deslocamentos das pessoas na formação do território brasileiro também é constituída pelas ideias, práticas e experiências institucionais diversas que embasaram as Leis e Políticas Migratórias. Assim, não é possível dissociar os processos factuais da distribuição territorial das populações sem considerar a forma como o Estado brasileiro procurou “gerenciar” (controlar) o movimento das pessoas no seu cotidiano e o modo como as pessoas que viviam a sociedade nacional responderam aos mecanismos de força utilizados para sua indução ao movimento ou assentamento.

Por tanto, as dinâmicas sociodemográficas, políticas e econômicas do Brasil têm sido, em alguma medida, subproduto da promulgação e implementação, implícita ou explícita, de políticas migratórias ao longo do tempo. Após a política de importação

massiva de mão de obra escrava para a economia extrativa e canavieira no período colonial, a primeira política migratória formal do Brasil foi desenhada já em 1815 durante o governo imperial de Dom Pedro I, e contemplava explicitamente um “projeto civilizatório”. A política centrava-se na extensão de subsídios governamentais à imigração de cidadãos Europeus – continente que iniciava seu processo de transição demográfica e que, naquele momento, produzia seu maior excedente populacional –, especialmente Portugueses, Italianos, Alemães e Suecos, para o estabelecimento de núcleos de colonização, sobretudo no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, São Paulo, Bahia e Pernambuco (LEVY, 1974). Essa imigração serviria a três propósitos: a ocupação e defesa do vasto território nacional, a instalação e desenvolvimento do setor agrícola e o projeto de criação de uma nação civilizada “branca, culta e capaz”. No entanto, uma combinação de problemas estruturais, como uma deficiente infraestrutura técnica – necessária para o acesso e locomoção de pessoas e para a comercialização de bens das atividades extrativas e agrícolas – e a alta incidência de doenças tropicais e elevada mortalidade entre os novos colonos, provocaram o abandono dessa política na década de 1830 (SEYFERT, 2002).

Depois de um período de redução dos fluxos imigratórios, a política de subsídios à imigração ressurgiu na década de 1870 no contexto da transição de um sistema econômico escravocrata a um sistema capitalista de produção movido pelos interesses dos cafeicultores. Além de necessidades econômicas, essa nova política continuava respondendo ao imperativo eugênico, pois ainda que se tenha ampliado o leque de países de origem dos imigrantes, o foco continuava sendo o recrutamento de Europeus brancos, dessa vez, italianos, bascos, poloneses, russos, ucranianos, dinamarqueses, belgas, espanhóis e franceses. Depois de um período de relativo sucesso dessa política, o Brasil experimentou uma drástica redução dos seus fluxos imigratórios como consequência da erupção da I Guerra Mundial, a crise do café, a partir dos anos 1920, e subsequentemente da Grande Depressão dos anos 1930². A década de 1930 constitui um ponto de referência temporal importante em termos da drástica redução da imigração estrangeira e o início dos intensos movimentos migratórios internos que caracterizaram, daí em diante, a distribuição espacial da população no país. Nesse período, surgem as primeiras medidas restritivas à entrada e permanência de estrangeiros no território nacional, produto do desconforto de alguns setores hegemônicos com a “falta de assi-

² No primeiro censo geral do Brasil, realizado em 1872, foram enumerados 389.459 estrangeiros. Dados dos censos posteriores indicam que, entre 1874 e 1930, ingressaram no país um pouco mais de 4 milhões de imigrantes (Levy, 1974).

milração e integração” cultural dos colonos e a conformação de enclaves étnicos. Foram promulgados decretos como a Lei dos 2/3, que reservava essa proporção de vagas nas empresas aos nativos brasileiros, e a implementação de quotas – com relação ao volume de estrangeiros presentes no país – em 1934 e 1937 (OLIVEIRA, 2015). Assim, o Brasil manteve-se praticamente fechado às trocas populacionais com o resto do mundo desde o segundo quarto do século XX até final dos anos 70.

A questão migratória reaparece na agenda política nacional no período da ditadura militar, quando é instituído o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), o qual caracterizava o imigrante como uma “ameaça à segurança nacional”, solidificando o nacionalismo promovido pelo regime de exceção. Essa *governamentalidade* responde aos efeitos econômicos adversos da crise do petróleo e à escalada da crise da dívida latino-americana, que provocaram uma hiperinflação. Isso tudo associado ao endurecimento efetivo da gestão migratória contida no Estatuto do Estrangeiro, que suprimia o reconhecimento dos direitos mais extensivos da pessoa humana. A partir dos anos 1980, a política do governo brasileiro se torna fortemente restritiva e burocratizada no que se refere ao uso de recursos legais para evitar, escrutinizar e controlar os fluxos de entrada. Paralelamente, a crise inflacionária também provoca a modificação dos vetores migratórios ao abrir as comportas da emigração internacional de brasileiros, o que incentivou a saída de uma parcela significativa da força de trabalho nacional para os EUA, Europa e Japão em busca de uma alternativa econômica e social viável. Esse fluxo emigratório ocorre devido à profunda crise econômica e à estagnação do crescimento, ao excesso de oferta de mão de obra regional (produto do boom demográfico do pós-guerra no Brasil) e à pobreza e ausência de perspectivas de mobilidade social para uma parcela significativa da população (OLIVEIRA, 2015; PATARRA, 2005, 2012).

Contudo, nas últimas décadas do século XX e início deste século, houve uma profunda mudança, tanto quantitativa como qualitativa, no panorama migratório brasileiro – em termos de volume e composição dos fluxos –, dado o incremento e diversificação (relacionada à origem dos migrantes e aos motivos da migração) dos fluxos de imigrantes, oriundos de países sul-americanos – bolivianos, chilenos, colombianos, peruanos e paraguaios – e de outras nações do Sul e Norte global – haitianos, senegaleses, bengalis, portugueses, espanhóis, entre outros. Também houve um reposicionamento geopolítico brasileiro no século XXI, que suscitou uma nova orientação da

governamentalidade do Estado nacional quanto à “gestão dos corpos em movimento”, isto é, a atenção diplomática estratégica devotada ao caso dos fluxos de refugiados e irregulares (em especial, haitianos, sírios, venezuelanos, entre outros), que passaram a aportar no Brasil com maior intensidade. A reemergência do Brasil como destino atrativo das migrações internacionais em anos recentes tem suas bases na relativa estabilidade política e econômica vivenciada pelo país nas últimas duas décadas. Nesse sentido, contribuiu para essas mudanças o posicionamento do Brasil como a sexta maior economia do mundo, que foi impulsionado pelo *boom* dos *commodities* nos mercados internacionais, pelo crescimento expressivo de investimentos públicos e privados em infraestrutura, energia, e petróleo (pré-sal) e pela expansão do mercado de consumo nacional como reflexo da inclusão social e econômica de populações historicamente marginalizadas. Associa-se a isso o redirecionamento da política externa brasileira para um novo papel de liderança regional – BRICS, UNASUR –, a intensificação do processo de integração regional no âmbito do Mercosul e a profunda recessão nos principais países do Norte global. Mais recentemente, a alta visibilidade do Brasil como anfitrião da Copa Mundial de Futebol e dos Jogos Olímpicos favoreceu também a construção de uma imagem do país como uma nova terra de oportunidades no âmbito internacional. Essa “nova” *governamentalidade*, em sintonia com o reposicionamento e liderança global do Brasil durante o Governo Lula, estimulou o desenvolvimento de uma nova (ainda que explícita) política brasileira com viés humanitário, que se materializou na aprovação no congresso da Lei de Anistia Migratória nº 11.961 de 2009, a qual regularizou o status migratório de aproximadamente 24.000 estrangeiros até então em situação irregular no território nacional.

Mais recentemente, em um contexto de velhas e novas demandas de uma sociedade civil cada vez mais diversa, plural e multivocalizada, foi promulgada a Nova Lei de Migração, materializando uma resposta institucional, em sintonia com a Constituição de 1988, ao novo cenário migratório nacional. Todo engajamento da sociedade civil com as instituições de Estado nos últimos quase 40 anos representa uma mudança paradigmática que deixa para trás os antigos estatutos restritivos, pois a proposta de novos regimentos e arranjos institucionais sintonizados com o programa democrático da Constituição Cidadã representa o desafio inovador da *governamentalidade* no que tange ao reconhecimento de direitos e inclusão social e, portanto, suscita questionamentos críticos ao funciona-

mento regular dos tradicionais conselhos executivos das políticas migratórias, como é o caso do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), criado em 1980 e lotado no Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, a Nova Lei de Migração promove grandes expectativas positivas quanto à renovação e adequação burocrática às demandas inclusivas de uma sociedade pluralista na busca de soluções efetivas e mais democráticas para problemas cotidianos relativos aos direitos humanos dos “corpos em movimento”.

Sobre os alcances da Nova Lei de Migração 13.445/17

A Lei de Migração 13.445, implementada em dezembro de 2017, estabelece direitos e deveres para imigrantes e turistas no Brasil e, pela primeira vez, incorpora explicitamente à política nacional os brasileiros que residem no exterior. A Lei avança significativamente no tratamento da questão migratória em todas as suas dimensões, especialmente com relação a fronteiras, trânsito, entrada, retorno, readmissão, integração e reintegração de migrantes com base na proteção dos direitos humanos. O projeto foi aprovado tanto no Senado quanto na Câmara de Representantes, com amplo consenso entre os diferentes partidos políticos, e foi alvo de diversas audiências públicas na sociedade civil e no Legislativo. Recebeu contribuições de diversos organismos públicos, do terceiro setor e de entidades sociais. A nova Lei, em conjunto com a Lei de Refúgio de 1997, que incorporou no ordenamento jurídico brasileiro a Convenção de 1951 – relativa ao Estatuto dos Refugiados –, seu Protocolo de 1967 e a Convenção de Cartagena de 1984, assim como a lei sobre tráfico de pessoas de 2016, coloca o Brasil em uma posição de vanguarda na proteção dos direitos do migrante.

A Lei inova ao reconhecer o imigrante, independentemente de sua nacionalidade, como um sujeito de direitos e promove o combate à xenofobia e a não discriminação como princípios centrais da política migratória brasileira, em completa oposição ao Estatuto do Estrangeiro de 1980, que via o migrante como uma ameaça à segurança nacional. A Lei reconhece, entre outros, a contribuição histórica e atual dos migrantes para o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil, moderniza o sistema de recepção e registro dos migrantes e inclui artigos específicos para os apátridas. Ainda

que não contemple o direito ao voto para o imigrante, prevê o seu direito a se manifestar politicamente. Além disso, também garante aos povos indígenas o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas, independentemente das fronteiras criadas posteriormente. Assim, a nova legislação está de acordo com os compromissos humanitários firmados pelo Brasil no âmbito internacional e com a Constituição de 1988, que prevê igualdade de tratamento e acesso aos serviços públicos a todos os residentes no Brasil, sejam brasileiros ou imigrantes. Portanto, a nova legislação vai na contramão das tendências observadas no Norte global, onde assistimos a um perverso processo de criminalização tanto dos migrantes quanto do próprio ato de migrar. Constatamos a negação de todo tipo de direitos – inclusive nos países mais liberais da Europa –, a construção de barreiras físicas e simbólicas aos movimentos migratórios, o aumento de um discurso anti-imigração carregado de ódio, que vincula levemente a migração ao terrorismo e retrata os migrantes como uma ameaça à identidade e soberania nacional.

No entanto, a implementação da nova lei terá que lidar com algumas contradições. De um lado, assim como na época da ditadura, a Polícia Federal continua responsável pelo controle das fronteiras e pela implementação da política migratória (concessão de vistos, autorizações temporárias e permanentes de residência, entre outros), reforçando uma lógica restritiva da antiga *governamentalidade* em relação à gestão migratória. De outro lado, a aprovação da lei ocorreu em um contexto de erosão das bases do Estado de Direito Brasileiro, uma vez que assistimos a um processo de demolição e retirada massiva de uma série de direitos sociais, políticos e econômicos que foram conquistados depois de muita luta e consagrados na Constituição de 1988. Isso ficou claro com os 20 vetos impostos pelo Presidente Temer na hora de sancionar a Lei, entre eles a retirada do conceito de migrante e o artigo que concedia anistia aos estrangeiros que residiam de forma irregular no país. O Decreto 9.199/17, que a regulamenta, compromete os avanços consagrados na legislação. Especificamente, o ato normativo é uma interpretação extremamente conservadora da Lei, que ignora a maioria das sugestões apresentadas durante as audiências e consultas públicas. Ele traz sérias lacunas em termos das condições de acesso e garantia de direitos dos imigrantes e, de modo geral, desvirtua grande parte dos avanços contidos na Nova Lei. Entre outras questões, o Decreto posterga a regulamentação de artigos importantes da nova Lei, como a emissão de vistos e autorizações de

residência por razões humanitárias – uma das insígnias da política migratória brasileira –, mantém termos como “imigrante clandestino” e deixa aberta a possibilidade de prisão de migrantes em situação irregular – medida contrária ao artigo 123 da própria Lei. Também dificulta a reunião familiar e a obtenção de visto de trabalho.

Enfim, embora a Nova Lei de Migração represente um avanço muito significativo do reconhecimento de direitos fundamentais às pessoas migrantes, revelando um ganho notável no processo civilizador quando o Estado e a sociedade civil consolidam um caminho ético para a construção comunitária harmoniosa, constatamos que o Estado mantém mecanismos de controle político dos corpos em movimento que evidenciam a reformulação estratégica da *governamentalidade* quanto à gestão migratória, mantendo, portanto, as disputas sobre direitos humanos dos migrantes.

Referências

- BAUMAN, Z. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity, 2000.
- BRITO, F. (Brasil, Final de Século: a Transição Para um Novo Padrão Migratório? In: *Anais XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 2000.
- BRITO, F. O Deslocamento da População Brasileira para as Metrópoles. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 20(57): 221-236, 2006.
- CARVALHO, J. A. M. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N. L. (Coord.) *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas: FNUAP. p. 227-38, 1996.
- CARVALHO, J. A. M. , Campos, M. A Variação do Saldo Migratório Internacional do Brasil. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 20(57): 55-58, 2006.
- CASTLES, S. ; MILLER, M. J. *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. London: Palgrave MacMillan, 2009.
- CAVALLI-SFORZA, L. L. *Genes, Peoples and Languages*. Los Angeles: University California Press, 2001.
- ELIAS, N. On Human Beings and Their Emotions: a Process-Sociological Essay. In: *The Body – Social Process and Cultural Theory*. M. Featherstone, M. Hepworth and B. Turner (Eds.). London: SAGE Publications, 1991.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador – Uma História dos Costumes*. v. 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. *Pathfinders – A Global History of Exploration*. New York, W.W.Norton & Company, 2007.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GAMBLE, C. *Timewalkers: the Prehistory of Global Colonisation*. UK: Sutton Publishing LTD, 1993.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity – An Enquiry Into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1991.
- HARZIG, C.; HOERDER, D. *What is Migration History?* London: Polity Press, 2009.
- HOERDER, D. *Cultures in Contact – World Migrations in the Second Millennium*. Durham: Duke University Press, 2002.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.
- LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira. *Revista de Saúde Pública*, 8(supl.), São Paulo, 49-90, 1974.
- MANNING, P. *Migration in World History*. New York: Routledge, 2005.
- OLIVEIRA, A. T. R. et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N. L. (Coord.) *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas: FNUAP. p. 239-57, 1996.
- OLIVEIRA, A. T. Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil. *Périplos - Revista de Pesquisa sobre Migrações*, Brasília, 1(3), 252-279, 2005.
- PATARRA, N. L. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 19(3), 23-33, 2005.
- PATARRA, N. L. O Brasil: país de imigração? *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, 3(9), 6-18, 2012.
- ROBERTS, E. F. S. & SHEPER-HUGUES, N. Introduction: Medical Migrations. In: *Body & Society*, Londres, 17(2&3): 1-30, 2011.
- SEYFERT, G. Colonização e política migratória no Brasil Imperial. In: T. Sales & M. d. R. r. Salles (Eds.), *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: Sumaré, 2002, p. 79-110.
- SHELLER, M.; URRY, J. The New Mobilities Paradigm. In: *Environment and Planning A: Economy and Space*. University of British Columbia, Canadá, 38:207-26, 2006.
- TICKTIN, M. How Biology Travels: A Humanitarian Trip). In: *Body & Society*, Londres, 17(2&3): 139-158, 2011.

CHAMADA DE ARTIGOS

V. 26, n. 1 e 2, jan./dez. 2019

Tema: Energia

Prazo para submissão: até 31 de janeiro de 2019

Energia é o tema central do próximo número da Revista da UFMG, para o qual convidamos a comunidade a submeter contribuições.

No domínio da Física, o termo *energia* se refere a uma entidade física fundamental, que, juntamente com a *matéria*, compõe o universo conforme o entendemos. Nessa chave, a energia se encontra regida por equações de balanço, nas quais a quantidade total de energia em um sistema é finita, e o aumento ou a diminuição da energia nesse sistema implicam a troca de energia com o meio exterior. A maioria das transformações relevantes nos estados de um sistema só é possível mediante trocas energéticas. Essas transformações têm uma direção preferencial, que resulta no chamado aumento da entropia. O tempo passa na direção em que a entropia aumenta, e a existência da vida corresponde a um esforço contra esse aumento.

Esse balanço, uma complexa teia de relacionamentos entre as espécies, assim como entre elas e os recursos naturais – esse equilíbrio ecológico – significa que transcorridos os intervalos de tempo, os estados desse sistema aproximadamente retornam a estados anteriores, embora desequilíbrios temporários levem a novos pontos de equilíbrio diferentes dos anteriores. Um desafio para a espécie humana se traduz na seguinte questão: em prol da longevidade do ecossistema terrestre, será ela capaz de optar por não promover o consumo imediato dos recursos à disposição, deixando, assim, de satisfazer tanto a voracidade dos indivíduos para se alimentarem imediatamente quanto a gana de seus investidores para a obtenção de lucros imediatos?

Energia é a capacidade de realizar trabalho. Limpa ou suja, de diversas origens, a energia condiciona o desenvolvimento. Momentos recentes nos lembram, de forma contundente, a que consequências sua falta pode conduzir: apagões de eletricidade e falta de combustível são exemplos. Está sempre ligada ao movimento, à transformação, à mudança. Fogo, átomo, sol e vento se autorregulam, com os limites da termodinâmica. Energia para mudança do estado das coisas, para sair da inércia, criar alternativa – um recurso que requer critérios em seu uso, em nome do qual se fazem guerras, perfuram o solo e explodem suas entranhas, alagam cidades e derrubam governos.

No universo das humanidades, energia remete a múltiplas dimensões da vida, da natureza, dos corpos e da saúde, convoca a história e a memória, é elemento constituinte dos processos criativos, das artes: a dança, o teatro, a música, a literatura entre muitas outras formas de expressão. A energia se encontra na ação humana, no amor e na política, na luta e na resistência dos povos e movimentos sociais, nos processos de construção de autonomia e na busca de utopias que estimulam o avanço da sociedade.

Essas foram apenas algumas provocações, entre inúmeras possibilidades, para estimular o envio de contribuições para este número temático.

Os artigos devem ser adequados às normas para publicação disponíveis no site <www.ufmg.br/revistadaufmg> e enviados à Comissão Editorial até 31 de janeiro de 2019, por meio eletrônico, para revistadaufmg@ufmg.br.

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, Campus Pampulha

CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

CALL FOR PAPERS

V. 26, n. 1 and 2, jan./dez. 2019

Theme: Energy

Term for submittance: until January 31st 2019

Energy is the central theme of the next number of Revista da UFMG, and this is to invite the community to submit contributions.

In the area of Physics, the term *energy* refers to a fundamental physical entity that, together with *matter*, forms the universe as we know it. In this context, energy is ruled by balance equations in which the total amount of energy in a system is finite, while the increase and decrease of energy in this system imply the exchange of energy with the outer environment. The major part of the relevant transformations in the states of a system is only possible if energetic exchanges take place. Such transformations have a priority direction, giving rise to the so-called entropy increase. Time passes in the direction that entropy increases, and the existence of life stands for an effort against such increase.

This balance, a complex network of relationships among species and of these with natural resources, this ecological balance, means that, once time intervals have passed, the states of this system nearly return to their former states, though temporary unbalances take to new points of balance, different from the prior ones. One challenge is set to the human species: will it be able to choose not to promote the immediate consumption of the resources at hand, refraining from its voracious appetite for immediate satisfaction, and even from satisfying its greed for investments with immediate profit in favor of the terrestrial ecosystem longevity?

Energy is the capacity to do work. We have recent assertive examples of how the lack of it may affect us, for instance, blackouts and shortage of fuels. If clean or dirty, of many sources, it conditions development. It is always related to movement, transformation, change. Fire, atom, sun, wind are self-regulatory within the limits of thermodynamics. Energy to change the state of things, to get out of inertia, to create alternatives - It is a kind of resource that demands criteria in its use, in the name of which wars are made, the ground is drilled and its bowls are blown up, cities are flooded and governments overthrown.

In the humanities universe, energy reminds the multiple dimensions of life, of nature, of bodies and health, it calls for history and memory, it is the element that makes up creative processes, arts: dance, drama, music, literature among other forms of expression. Energy is found in human actions, in love and politics, in fights and resilience of peoples and social movements, in the building processes of autonomy and in the search for utopia that further the progress of society.

These are some teasers among manifold possibilities in order to encourage the remittance of contributions to this thematic number.

The articles shall comply with the publishing norms available on www.ufmg.br/revistadaufmg and electronically sent to the Editorial Board by January 31st 2019 to revistadaufmg@ufmg.br.

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Presidente Antônio Carlos, n° 6.627, Campus Pampulha

CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais publica originais de autores convidados e também daqueles que desejam submeter seus trabalhos por iniciativa própria. As contribuições são avaliadas pela Comissão Editorial e por pareceristas *ad hoc*, por meio de revisão às cegas, reservando-se o direito da Revista de propor modificações com a finalidade de adequar os artigos e demais trabalhos aos seus padrões editoriais.

Os originais submetidos à Revista não podem estar em processo de avaliação simultânea em outra publicação e devem ser inéditos no Brasil, cabendo à Comissão Editorial avaliar a conveniência de publicar ou não trabalhos já divulgados em outros idiomas por revistas e órgãos editoriais de outros países.

A Revista aceita para publicação artigos, comentários, notas, ensaios, resenhas e entrevistas, cabendo à Comissão Editorial, no entanto, uma análise preliminar dos originais recebidos, a fim de verificar a conformidade com as linhas editoriais, podendo recusá-los ou encaminhá-los, caso aprovados, para o posterior processo de avaliação com vistas à sua publicação ou não. Poemas e outras modalidades de produção artístico-literária e iconográfica são também publicados, mas unicamente mediante convite da Comissão Editorial.

O crédito dos autores deve conter titulação, filiação institucional e endereço eletrônico. Os originais encaminhados à Revista devem ser apresentados em editor de texto Word, fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinhas de 1,5, margens de 3 cm e em formato A4. Devem estar acompanhados de resumo de até 120 palavras e três palavras-chave, em português e inglês. Citações com até três linhas devem constar no corpo do texto, entre aspas. A partir de quatro linhas, devem ser colocadas em destaque, sem aspas, com corpo de fonte 10 e margens recuadas em quatro centímetros à esquerda.

Artigos, ensaios e entrevistas devem ter no mínimo 17 e no máximo 25 páginas, incluindo tabelas, mapas, gráficos e outras imagens e informações não textuais. Comentários, notas e resenhas não podem ultrapassar 10 páginas.

Pede-se que os artigos e ensaios submetidos à Revista obedçam às normas fixadas pela NBR 6022, editada pela ABNT em maio de 2003, e contenham, pelo menos, as seguintes seções: 1) introdução, 2) desenvolvimento, 3) considerações conclusivas e 4) referências bibliográficas. O envio de manuscritos e demais trabalhos implica a cessão dos direitos autorais à Revista, caso os textos venham a ser aceitos para publicação.

Tabelas e quadros devem ser inseridos e indicados no texto. Devem ser também enviados em arquivos separados nas extensões doc ou xls. O mesmo procedimento deve ser adotado em relação às figuras (mapas, gráficos, ilustrações e fotos). Além de indicadas e inseridas no texto, devem ser remetidas em arquivos separados, com resolução de 300dpi e tamanho mínimo de 10x10 cm. Preferencialmente, gráficos devem ser enviados em formato que permita a edição (por exemplo, com extensão xls), para que sejam adequados ao projeto gráfico da Revista. As imagens, como fotos e ilustrações, entre outras, devem ser acompanhadas de autorização para publicação, de seus respectivos autores.

Nomes de organizações e entidades devem ser apresentados por completo, seguidos por sua sigla na primeira inserção no texto. No restante, utilizar apenas a sigla anteriormente empregada [ex: Organização das Nações Unidas (ONU)]. Números de um a dez devem ser escritos por extenso e termos estrangeiros marcados em itálico.

Referências bibliográficas devem obedecer aos critérios estabelecidos pela NBR 10520 e pela NBR 6023, da ABNT, de agosto de 2002.

PUBLICATION NORMS

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais publishes manuscripts written by invited authors and by those who spontaneously wish to submit their works. The contributions are assessed by the Editorial Board and by ad hoc reviewers through the blind review method. Revista may propose alterations at its own discretion in an effort to adapt the articles and further works to its editorial standard.

The manuscripts submitted to Revista may not be assessed simultaneously by another publication team, and must be unpublished in Brazil. The Editorial Board will assess the convenience of the publication of works already disseminated in other languages by journals and editorial entities in foreign countries.

Revista accepts articles, comments, notes, essays and interviews for publication, but the Editorial Board will preliminarily analyze the manuscripts and works received in order to verify the compliance with the editorial lines, when the same may be refused or, in case of approval, referred to a further evaluation process, aiming at their publication or not. Poems and other artistic-literary and iconographic productions may also be published, although only if duly invited by the Editorial Board.

The authors' credits must contain their title, institutional affiliation and electronic address. The texts submitted to Revista should be written in Word Editor, Times New Roman source, size 12, space 1.5 between lines, margins of 3 cm, and in A4 format. An abstract with 120 words at most and three keywords, both in Portuguese and in English, must be submitted with the corresponding text. Quotations containing up to three lines are inserted in the text between quotation marks; if longer, they must outstand the text without quotation marks, size 10 and margins with a four-centimeter indentation to the left.

Articles, essays and interviews should be at least 17 pages long, but not surpass 25 pages, including tables, maps, graphs and other images and non-textual information. Comments and notes should not have more than 10 pages.

Articles and essays submitted to Revista should follow the norms set forth by NBR 6022, published by ABNT in May, 2003, and contain at least the following sections: 1) Introduction; 2) Development; 3) Conclusions, and 4) Bibliography. The remittance of manuscripts and other works implies copyright assignment to Revista if they are accepted for publication.

Tables and charts must be inserted and indicated in the text, and sent in separate files in doc or xls extensions. The same procedure must be followed in the case of figures (maps, graphs, illustrations and photos). Besides their insertion and indication in the text, they must also be remitted in separate files, in 300 dpi resolution, and 10x10 cm minimum size. Graphs are best sent in a format that allows the edition (for instance, in xls extension), so that they can be adapted to the graphic design of the journal.

The images, photos and illustrations, among others, must be authorized for publication by their authors.

The name of organizations and entities must be written in full, followed by their abbreviation when first mentioned in the text, and after that, only the abbreviation should be used; for example: United Nations Organization (UNO). Numbers from one to ten must be written in full, and foreign terms in italics.

Bibliography must obey the criteria set forth by NBR 10520 and NBR 6023 by ABNT, as of August, 2002.

FONTES: Minion Pro, Scala e Scala Sans

MIOLO: Couché fosco 90g/m²

CAPA: Supremo 250g/m²

IMPRESSÃO: Imprensa Universitária/UFMG

TIRAGEM: 300 exemplares

